

INOVAÇÃO E PRÁTICAS NA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

BRUNO MATOS DE FARIAS


epilaya
Editora

Bruno Matos de Farias
Organizador

INOVAÇÃO E PRÁTICAS NA ABORDAGEM
MULTIDISCIPLINAR

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

158 Inovação e práticas na abordagem multidisciplinar [livro eletrônico]
/ Organizador Bruno Matos de Farias. – Rio de Janeiro, RJ:
Epitaya, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-87809-71-7

1. Educação. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento.
I. Farias, Bruno Matos de.

CDD370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



Bruno Matos de Farias
Organizador

INOVAÇÃO E PRÁTICAS NA ABORDAGEM
MULTIDISCIPLINAR



Rio de Janeiro – RJ
2023

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Maria Lelita Xavier
	Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro
	Profa. Cleide Gonçalo Rufino
	Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira
	Profa. Pauline Balabuch
	Prof. Thiago de Freitas França
	Prof. Daniel da Silva Granadeiro

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que lhes apresento o e-book intitulado “Inovação e práticas na abordagem multidisciplinar”. Nele foi possível reunir quatorze artigos de pesquisadores brasileiros nas diversas áreas do conhecimento como fruto de suas pesquisas acadêmicas, de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e dissertações de mestrado. São autores dos mais diversos estados brasileiros e Estados Unidos, dentre eles: Brasília, Rio de Janeiro, Boca Raton-FL, Miami-FL, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Fortaleza, Espírito Santo e Goiás.

O capítulo 1 intitulado “DOCTRINA DA HUMANIDADE DE CRISTO” tem o intuito de descrever os pontos mais relevantes da humanidade de Cristo, através das evidências bíblicas que confirmam a natureza física e psicológica de Cristo, a impecabilidade de Cristo.

No capítulo 2 intitulado “LIMA BARRETO: PINTANDO UM AUTORRETRATO DO BRASIL E SUA HISTÓRIA REAL EM SUAS OBRAS LITERÁRIAS” apresenta o autor *Lima Barreto* em seus romances, crônicas e contos sempre utilizou de sua percepção aguçada para pintar as suas obras da cor em que via a sociedade brasileira.

O capítulo 3 “A PEDRA FUNDAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL: EDUCAÇÃO E GERAÇÃO DE RIQUEZA” reflete sobre a riqueza a partir de uma perspectiva educacional. Quanto maior forem os investimentos em uma educação compatível com o atual mercado consumidor e produtivo, maior será a geração de riquezas.

No capítulo 4 “MODELO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS COMO SUPORTE PARA A MODERNA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS” os autores discorrem sobre as mudanças geopolíticas globais, mercadológicas e tecnológicas experienciadas pelas organizações desde os primórdios da administração de empresas, aceleradas pela globalização e

pela era da ultra informação, demandaram mudanças nas estratégias e estrutura das empresas no decorrer dos anos.

O capítulo 5 “A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE” apresenta o controle, transparência e segurança jurídica são temas indispensáveis para o estabelecimento de ambiente propício tanto para negócios quanto para a promoção do bem-estar social.

No capítulo 6 “A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS NA EDUCAÇÃO” a autora apresenta que no trabalho pedagógico a utilização dos instrumentos e ferramentas como as Histórias em Quadrinhos (HQs) vem contribuir por suas variadas características literárias como a utilização de imagens, palavras, símbolos que concomitantemente com uma estória corrobora em muito para diagnósticos e tratamentos nas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

O capítulo 7 “DANÇATERAPIA E OS ELEMENTOS DE DANÇA CIGANA” tem por objetivo destacar que a dança cigana pode sim ajudar na dança terapia envolvendo-se nas mais diversas danças e ajudar homens e mulheres a se encontrar e ter mais sensibilidade a vida.

No capítulo 8 “ARTICULAÇÃO ASSOCIATIVISTA NA CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO CONJUNTO HABITACIONAL NOVA CIDADE, MANAUS-AM, DE 2006 A 2019” a pesquisa teve como objetivo verificar os mecanismos que possibilitem à articulação associativista na construção e preservação socioambiental no conjunto Habitacional Nova Cidade nos anos de 2006 a 2019.

O capítulo 9 “DEPRESSÃO: UM SINTOMA SOCIAL CARACTERIZADO COMO MAL DO SÉCULO” tem como objetivo discutir sobre a patologia da depressão como sintoma social na contemporaneidade.

No capítulo 10 “A ÉTICA NA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO” o presente texto tem como objetivo compreender o que é a ética sobre o pensamento de vários pensadores.

O capítulo 11 “MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL” mostra a música como ferramenta pedagógica na educação infantil e teve como eixo temático, a música e suas contribuições na educação infantil, e as formas de interação com os demais eixos de trabalho na fase da alfabetização.

No capítulo 12 “SÍNDROME DE BURNOUT: COMPLICAÇÕES PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENFERMAGEM” os autores apresentam que a síndrome de Burnout é um problema que atinge profissionais de serviço, principalmente aqueles voltados para atividades de cuidado com outros, em que a oferta do cuidado ou serviço frequentemente ocorre em situações de mudanças emocionais.

O capítulo 13 “DILEMAS ÉTICOS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE” consistiu em apresentar uma situação real, porém com preservação das partes, ocorrida em um município do interior mineiro, bastante corriqueira na prática médica no tocante ao atendimento de pacientes no cenário de urgência e emergência.

Por fim, no capítulo 14 “EFETIVIDADE E EFICÁCIA EM DIFERENTES MODALIDADES DE EXERCÍCIOS NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DA DOR FEMOROPATELAR EM MULHERES: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS” O objetivo da seguinte revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados, é investigar se há efetividade e eficácia de diferentes abordagens de tratamentos fisioterapêuticos na dor femoropatelar em indivíduos do sexo feminino.

Boa leitura!

Prof. Dr. Bruno Matos de Farias

Doutor em Desenvolvimento Local

Editor-chefe Editora Epitaya

SUMÁRIO

Capítulo 1.....	11
DOCTRINA DA HUMANIDADE DE CRISTO	
Filipe Zappala Massi de Oliveira Francioni	
<i>Capítulo 2.....</i>	<i>22</i>
LIMA BARRETO: PINTANDO UM AUTORRETRATO DO BRASIL E SUA HISTÓRIA REAL EM SUAS OBRAS LITERÁRIAS	
<i>Rogério Ferreira de Araujo</i>	
<i>Capítulo 3.....</i>	<i>32</i>
A PEDRA FUNDAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL: EDUCAÇÃO E GERAÇÃO DE RIQUEZA	
<i>Weider Silva Pinheiro; Jhonata Jankowitsch</i>	
<i>Capítulo 4.....</i>	<i>47</i>
MODELO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS COMO SUPORTE PARA A MODERNA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	
<i>Weider Silva Pinheiro; Jhonata Jankowitsch</i>	
<i>Capítulo 5.....</i>	<i>62</i>
A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
<i>Weider Silva Pinheiro; Jhonata Jankowitsch</i>	
<i>Capítulo 6.....</i>	<i>77</i>
A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS NA EDUCAÇÃO	
<i>Patrícia Maria Brito Silva</i>	

<i>Capítulo 7.....</i>	<i>95</i>
<i>DANÇATERAPIA E OS ELEMENTOS DE DANÇA CIGANA</i>	
<i>Milena do Carmo Pantrigo França</i>	
<i>Capítulo 8.....</i>	<i>110</i>
<i>ARTICULAÇÃO ASSOCIATIVISTA NA CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO</i>	
<i>SOCIOAMBIENTAL DO CONJUNTO HABITACIONAL NOVA CIDADE,</i>	
<i>MANAUS-AM, DE 2006 A 2019</i>	
<i>Ana Cláudia dos Santos Ferreira; Ana Kyssia Ferreira Filatoff</i>	
<i>Capítulo 9.....</i>	<i>124</i>
<i>DEPRESSÃO: UM SINTOMA SOCIAL CARACTERIZADO COMO MAL DO</i>	
<i>SÉCULO</i>	
<i>Larissa Cristina Menezes dos Anjos Praxedes; Marco Aurélio Guedes de</i>	
<i>Souza; Matheus Oliveira de Azevedo; Luana Ruff do Vale</i>	
<i>Capítulo 10.....</i>	<i>138</i>
<i>A ÉTICA NA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO</i>	
<i>TRABALHO</i>	
<i>Levi Nogueira Freitas</i>	
<i>Capítulo 11.....</i>	<i>173</i>
<i>MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL</i>	
<i>Rauane Neres dos Santos; Thiago de Oliveira Moreira; Patrícia Moreira de</i>	
<i>Oliveira</i>	

Capítulo 12..... 184

SÍNDROME DE BURNOUT: COMPLICAÇÕES PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENFERMAGEM

Stéfany Dayane Silva Lima; Thiago de Oliveira Moreira; Patrícia Moreira de Oliveira; Daniela Dal Bem Gallert

Capítulo 13..... 194

DILEMAS ÉTICOS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Thiago de Oliveira Moreira; Patrícia Moreira de Oliveira; Stéfany Dayane Silva Lima; Daniela Dal Bem Gallert

Capítulo 14.....200

EFETIVIDADE E EFICÁCIA EM DIFERENTES MODALIDADES DE EXERCÍCIOS NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DA DOR FEMOROPATELAR EM MULHERES: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS

Gabriel Kiomi Sopran Ogatha; Ronny Rodrigues Correia

Filipe Zappala Massi de Oliveira Francioni

Bacharel em Direito. Advogado. Jornalista.
Professor dos Cursos de Pós-graduação do
Centro Universitário Unieuro e Faculdade Anhanguera.
Bacharelado em Teologia pela
Faculdade Teológica Batista de Brasília (FTBB)
Brasília/DF

RESUMO

Este artigo analisou a Doutrina da Humanidade de Cristo, tema ligado a pessoa de Cristo amplamente estudado na disciplina de Teologia Sistemática. A Doutrina da Humanidade de Cristo é um tema relevante para o estudo da Cristologia. O objetivo deste trabalho foi descrever os pontos mais relevantes da humanidade de Cristo, através das evidências bíblicas que confirmam a natureza física e psicológica de Cristo, a impecabilidade de Cristo. Este trabalho foi realizado com base em uma detalhada pesquisa bibliográfica em livros, Bíblias, artigos científicos e em dissertação de mestrado (estes últimos oriundos das Bases de Dados da Universidade Federal de Juiz de Fora – Minas Gerais, Brasil e Universidade Católica Portuguesa – Lisboa, Portugal respectivamente) referente a Humanidade de Cristo. Concluiu-se que Jesus Cristo se fez homem temporariamente, mas sua natureza divina estava permanentemente ligada à sua natureza humana, e vive para sempre, não apenas como o eterno Filho de Deus, segunda pessoa da Trindade, mas como Jesus o homem nascido de Maria. O Cristo, o Messias e Salvador da humanidade.

Palavras-chave: Jesus; Cristo; homem; Deus; humano; divino.

INTRODUÇÃO

A doutrina da humanidade de Cristo dentro Cristologia não é considerado um objeto de estudo que chame tanto a atenção na Teologia Sistemática, quanto aos aspectos da sua divindade. Embora haja controvérsia sobre o tema divindade, existe uma compreensão e aceitação quanto a sua humanidade, ou seja, o que quer que Jesus tenha sido, considera-se certo de que ele tenha sido humano (ERICKSON, 2007).

Jesus Cristo é considerado como um personagem inesgotável na história, e, passados mais de dois mil anos desde o seu nascimento virginal, os estudiosos de cada época o descrevem com um novo olhar (VITOR, 2018). E através da fé das primeiras testemunhas da tradição, é que se obtém a descrição do que encontraram em Jesus, de forma objetiva, ou seja, de seu

encontro pessoal com Ele (LOHFFINK, 2015).

Segundo o Cardeal modernista (KASPER, 2005) a figura e a mensagem de Jesus Cristo transcendem sempre o tempo e o espaço, impelindo o ser humano para uma interpretação sempre nova em direção a diferentes horizontes de compreensão. Através desta compreensão que excede as barreiras do tempo e do espaço, e fundamentado nos relatos oculares dos seguidores de Jesus, como discípulos e apóstolos, entre outros, que se define a cristologia inicial, entendendo assim que esta não pode ser transmitida em conceitos.

Desta forma, considera-se que Jesus começou a ser conhecido, por testemunho dos seus discípulos, por seguir Jesus, por viver com Ele e como Ele, deixam tudo para trás, como família e bens. Esta é a originalidade do saber Cristológico (CASTILLO, 2015).

Jesus é um homem divino, nascido na cidade de Nazaré, conhecido como “Jesus de Nazaré”, judeu da pobre Galileia, filho do carpinteiro José, um artesão e de Maria, cujos irmãos e irmãs, Jacó, Judas e Simão eram conhecidos, conforme está escrito no Evangelho Marcos “Não é este o carpinteiro, o filho de Maria e irmão de Tiago, José, Judas e Simão? As suas irmãs não vivem aqui entre nós?

E escandalizavam-se por causa dele.” (BÍBLIA, 2010, Marcos, 6:3). Desde o momento da concepção virginal de Jesus no ventre de Maria, a sua natureza divina foi permanentemente unida à sua natureza humana em uma e a mesma pessoa, o agora encarnado Filho de Deus. As evidências bíblicas para a humanidade de Jesus são fortes e substanciais, mostrando-nos que ele possuía um corpo humano, uma mente humana.

A IMPORTÂNCIA DA HUMANIDADE DE CRISTO

Segundo (SILVA, 2018) o tema da humanidade de Cristo tem uma grande importância e valor para a cristologia, pois esta humanidade possibilitou ao homem ter acesso a plenitude do conhecimento de Deus e de si próprio (GILOT, 1968). Desta forma compreende-se que esta humanidade possui duas características, que é a validade doutrinal e confissão de fé eclesial, ou seja, a humanidade de Cristo é antropologicamente adequada e teologicamente acertada (URÍBARRI, 2008).

O Teólogo Erickson leciona sobre a importância da humanidade de Jesus. Ele afirma que, caso Jesus não se fizesse carne, a salvação do homem estaria em jogo. Segundo Erickson, a dificuldade que o homem enfrenta é o distanciamento entre estes e Deus, sendo esse distanciamento antológico, e acrescenta:

Existe também um abismo espiritual e moral entre Deus e nós, um abismo criado pelo pecado humano. Por nosso próprio esforço moral, somos incapazes de nos opor a nosso pecado, de nos elevar ao nível de Deus. Para ter comunhão com Deus, precisamos ser unidos a ele de alguma outra maneira. Isso, como se entende

tradicionalmente, foi realizado pela encarnação, em que a divindade e a humanidade foram unidas em uma pessoa. Se, porém, Jesus não era de fato um de nós, a humanidade não foi unida à divindade, e não podemos ser salvos. Isso, porque a validade da obra realizada na morte de Cristo, ou pelo menos sua aplicabilidade a nós como seres humanos, depende da realidade de sua humanidade, assim como a sua eficácia depende da genuinidade de sua divindade (Erickson, 2007, p. 286)

Desta forma, compreende-se da importância de que o ministério intercessor de Jesus dependesse de sua humanidade, pois ela lhe permitiu se relacionar com o homem na sua essência física e psicológica. Apenas um ser humano poderia compreender as fraquezas e tentações de outro homem. Em sua humanidade, Jesus foi submetido a todos os mesmos tipos de provações que os homens são, e Ele é, portanto, capaz de entender e ajudar.

Jesus foi tentado, foi perseguido, era pobre, foi desprezado, sofreu dor física e suportou as dores de uma morte prolongada e muito cruel. Apenas um ser humano poderia passar por estas coisas, e apenas um ser humano podia entendê-las completamente através da experiência física e psicológica.

Erickson (2007) ainda enfatiza a importância da humanidade de Jesus, entendendo que essa natureza não pode ser subestimada, porque a encarnação é de natureza soteriológica, isto é, pertence a salvação do homem. Segundo o Teólogo, o problema humano é a diferença entre Deus e nós.

A diferença é certamente ontológica. Deus é muito superior aos seres humanos, de modo que a razão humana não pode conhecer sem ajuda. De modo que a humanidade possa conhecê-lo, Deus deve tomar a iniciativa. Entretanto, o problema não se mostra somente no campo da ontologia.

Existe uma diferença espiritual e moral entre eles, uma lacuna criada pelo pecado do homem. Homens por seu próprio esforço moral não pode compensar seu pecado para subir para o nível de Deus. Para Erickson (2007), ter comunhão entre os dois eles têm que vir juntos de alguma forma. Este é tradicionalmente entendida a ser alcançado pela concretização em que a divindade e humanidade unida em uma só pessoa.

Entretanto, se Cristo não era realmente um de nós, a humanidade e divindade não estão unidos e não podemos ser salvos. A validade do trabalho realizado com a morte de Cristo, ou pelo menos a sua aplicabilidade no que diz respeito a nós como seres humanos depende da realidade da sua humanidade, bem como a sua eficácia depende de como genuíno qualquer divindade.

Desta forma, se entende que, o ministério intercessor de Jesus depende de sua humanidade. Se ele realmente era um de nós, experimentando todas as tentações e provações humanas, então é capaz de entender e compreender as nossas tentações e humano. Além disso, se não fosse humano ou humana só incompleta, ele não poderia interceder como faz um sacerdote para que ele representa, completa (ERICKSON, 2007).

AS EVIDÊNCIAS BÍBLICAS

Nesta seção será abordado dois importantes aspectos da humanidade de Cristo, a sua natureza física e sua natureza psicológica através das evidências bíblicas que confirmam sua condição humana.

Quanto a sua natureza física, a Bíblia possui uma grande quantidade de versículos que indicam que Jesus era um ser indiscutivelmente humano, dotado de todas as características e elementos essenciais encontrados na fisiologia humana, ou seja, em comum acordo com a anatomia humana.

O primeiro aspecto a ser levado em conta é muito importante para o estudo da Cristologia e da Pessoa de Cristo. O nascimento virginal de Jesus, que embora não contou com uma figura genitora humanamente masculina no processo, Jesus foi concebido no ventre de uma mãe humana e nutrido, em sua fase pré-natal, como qualquer outra criança em fase gestacional. Importante clarificar que Jesus também teve uma árvore genealógica típica, conforme indicam as genealogias nos livros de Mateus e Lucas.

Grudem lista três importantes aspectos bíblicos sobre a doutrina do nascimento virginal de Jesus senão vejamos o primeiro:

O nascimento virginal demonstra que a salvação deve vir em última instância do Senhor. Como Deus havia prometido que a "semente" da mulher (Gn 3:15), no final destruir a serpente, fizeram isso acontecer com o seu poder, não através do esforço humano. O nascimento virginal de Cristo é um lembrete inconfundível que nunca a salvação vem através do esforço humano, mas apenas a obra do próprio Deus. Nossa salvação vem somente através da obra sobrenatural de Deus, e que era evidente no início da vida de Jesus como "Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam nos termos da lei, de modo que fomos adotados como filhos "(Gl 4:4-5) (GRUDEM, 2009, p. 831).

O segundo aspecto importante sobre a doutrina do nascimento virginal de Jesus segundo Grudem:

O nascimento virginal tornou possível poderiam se unir em uma só pessoa em sua plenitude da divindade e da humanidade em sua plenitude. Este foi o meio que Deus usou para enviar o seu Filho (João 3:16, Gálatas 4:4) para o mundo como um homem. Se pensarmos um pouco sobre outras formas possíveis em que Cristo poderia ter vindo para a terra, nenhum deles tão claramente vinculado à humanidade e da divindade em uma pessoa. Porque Deus provavelmente teria sido possível criar Jesus como um ser humano completo no céu e enviá-lo para o chão sem a intervenção de um pai humano. Mas, então, teria sido difícil para nós ver que

Jesus era plenamente humano como nós, ou faz parte da raça humana que fisicamente descendentes de Adão (GRUDEM, 2009, p. 831-832).

O terceiro e último aspecto importante sobre a doutrina do nascimento virginal de Jesus segundo Grudem:

O nascimento virginal também era possível que Jesus era totalmente humano, mas não a herança do pecado. Como afirmado no Capítulo 24, todos os seres humanos herdaram culpa legal e a natureza moral corrupta de nosso primeiro pai, Adão (que às vezes é chamado de "pecado herdado" ou "pecado original"). Mas o fato de que Jesus não tinha pai humano significa que a linha de descendência de Adão foi parcialmente interrompida. Jesus não era descendente de Adão exatamente da mesma forma que outros seres humanos são descendentes de Adão. Isso nos ajuda a entender por que a culpa legal e a corrupção moral que carregam outros seres humanos não encontram em Cristo. (GRUDEM, 2009, p. 832).

Outros aspectos também importantes são evidenciados na Bíblia no que se refere a natureza física de Jesus, como descrito no livro de Lucas (BÍBLIA, 2010, Lucas 2:52) que Jesus crescia em "em sabedoria, estatura e graça, diante de Deus e dos homens". A Bíblia é clara ao afirmar que Jesus crescia fisicamente, alimentado por comida e água.

O professor Erickson (2007) afirma, baseando-se nos textos bíblicos, que Jesus estava sujeito às mesmas limitações físicas dos outros seres humanos, pois era detentor das mesmas características fisiológicas de outro ser humano. Sendo assim, Jesus sentia fome quando jejuava (Mt 4.2), sentia sede (Jo 19.28), e se cansava das longas jornadas pelo deserto de cidade em cidade (Jo 4.6).

A confirmação mais robusta e concreta da natureza física de Jesus pode ser encontrada no episódio da crucificação descrito em João (Jo 19:34) onde lemos que uma lança foi cravada em seu lado, fazendo jorrar água e sangue, indicando que Jesus já estava morto. É indubitável que Jesus também sentiu sofrimento físico quando a coroa de espinhos foi colocada em sua cabeça e quando os pregos foram martelados em suas mãos (ou pulsos) e pés.

Outra evidencia bíblica que ratifica a condição humana de Jesus está descrito em João que disse: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós". (BÍBLIA, 2010, João 1.14). João deu destaque especial a essa questão em sua primeira carta, da qual um dos propósitos era combater uma heresia que negava que Jesus tivesse sido genuinamente humano: "Nisto reconhecéis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito e que não confessa a Jesus não procede de Deus" (BÍBLIA, 2010, I João 4.2,3a)

Quanto aos aspectos da natureza psicológica humana de Jesus, muitas são as evidências bíblicas que confirmam essa natureza, pois, se Jesus era um ser humano no sentido físico, ele também era plena e genuinamente humano no sentido psicológico, ou seja, Jesus era detentor de qualidades emocionais e intelectuais encontradas em outros homens. A Bíblia narra vários indícios de que Jesus tinha uma alma humana.

Talvez uma das narrativas mais profundas sobre a natureza psicológica humana de Jesus se passou antes de sua crucificação, quando ele em profunda angústia disse: "Agora minha alma está perturbada" (BÍBLIA, 2010, João 12:27)

Adiante, (BÍBLIA, 2010, João 13:21) João disse: "Dito isto, Jesus perturbou-se profundamente". Compreende-se que em ambos os versos a palavra é o termo grego *angústia tarasso*, uma palavra que é frequentemente usado para se referir a pessoas com ansiedade ou de repente surpreendido por um perigo. (GRUDEM, 2009). Outra evidência bíblica que ratifica esse aspecto psicológico aconteceu momentos antes da crucificação de Jesus quando disse: "Essa é a angústia que me invade, eu estou morrendo" (BÍBLIA, 2010, Mateus 26:38).

Segundo (ERICKSON, 2007), uma das reações mais humanas de Jesus ocorreu na morte de Lázaro. Vendo Maria e seus companheiros chorando, Jesus "agitou-se no espírito e comoveu-se", em ato contínuo, ele "chorou" junto ao túmulo "agitou-se novamente" (Jo 11.33-38). A descrição aqui é muito real e humana, pois para retratar Jesus gemendo no espírito, João escolheu um termo usado para expressar o bufar dos cavalos. Desta forma, fica Claro que Jesus possuía uma intrínseca natureza humana capaz de sentir aflição e remorso tão profundos quanto nós.

Outras evidencias bíblicas de extrema importância para a humanidade de Cristo estão ligadas as qualidades intelectuais de Jesus. (ERICKSON, 2007) considera categoricamente que Jesus detinha um conhecimento extraordinário, ou seja, Jesus tinha conhecimento do passado, presente e futuro de uma forma que não é acessível a pessoas normais. As evidências são muitas, por exemplo, Jesus sabia o que seus amigos pensavam (Lucas 9:47), como também seus inimigos (Lc 6: 8.). Ele podia adivinhar a natureza de Natanael (Jo. 1: 47-48). Erickson é enfático ao afirmar: Jesus "não precisa de ninguém para explicar qualquer coisa sobre o homem, pois ele sabia o que havia no homem" (Jo. 2:25).

Em sua obra, (ERICKSON, 2007) apresenta provas inequívocas da humanidade de Jesus relacionada como por exemplo a sua "vida religiosa humana" como descrito em (Lc. 4:16), sendo Jesus frequentador de uma sinagoga em Nazaré como de costume.

Ainda quanto a sua vida religiosa humana, ela fica mais clara e evidente quando constatada que Jesus de fato era um homem de oração, ou seja, a sua vida de oração foi uma clara indicação de sua dependência humana sobre o Pai. Evidências bíblicas provam que Jesus orou regularmente, por vezes por longas horas e com grande intensidade, como no Jardim do Getsêmani e antes de tomar o importante passo de escolher os

doze discípulos, Jesus orou a noite toda (Lc. 6:12).

A IMPECABILIDADE DE CRISTO

Outro ponto importante e muito debatido na humanidade de Jesus está ligado a impecabilidade de Jesus. Desta forma, muito se pergunta: Jesus poderia ter pecado? Sobre essa questão, a Bíblia é clara e cirúrgica ao afirmar que Jesus não pecou, pois existe diferentes relatos no texto sagrado que segundo Erickson (2007) são “passagens diretamente declaratórias e substanciais”.

Em Hebreus, o seu escritor declara que Jesus "foi tentado em todas as coisas como nós somos, mas sem pecado" (Hb. 4:15). Desta forma, Jesus é descrito como "sumo sacerdote [que] nós tornou-se, santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores, e feito mais sublime do que os céus" (7:26), e "sem mácula" (9:14). Jesus disse que ele era "o Filho do Deus vivo, conforme está escrito no livro de João (Jo. 6:69). Jesus "não cometeu pecado, e tão pouco se achou dolo em sua boca" (1 Pedro 2:22). João ainda firma que "não há pecado nele" (1 Jo. 3: 5). Paulo também afirmou que Cristo "não conheceu pecado" (2 Coríntios 5:21).

Baseado nos textos supramencionados, até onde podemos ir em termos de declarações claras e explícitas das Escrituras? Segundo (GRUDEM, 2009), existe um dilema semelhante a alguns outros dilemas doutrinários em que as Escrituras parecem estar ensinando coisas que são, se não diretamente contraditória, ou pelo menos muito difícil de combinar, no entendimento humano, e cita, como exemplo, a doutrina da Trindade, em que afirma que Deus existe em três pessoas, e cada um é plenamente Deus, e que há um só Deus.

No entanto, entende o autor supramencionado que, a afirmação feita em epígrafe não contém contrariedades, porém, tal afirmação se torna difícil de entender em relação uns aos outros, e embora, se faça algum progresso na compreensão de como eles se encaixam entre si, pelo menos nesta vida, temos que admitir que não pode haver entendimento final da nossa parte. Presencialmente, no caso em tela, a situação é um pouco semelhante, não havendo nenhuma contradição real.

Como já observado, as Escrituras nos confirmam que "Jesus foi tentado" e que "Jesus não foi tentado", ou seja, uma contradição se "Jesus" e "tentados" são utilizados exatamente da mesma forma em ambas as frases. A Bíblia nos relata que "Jesus foi tentado" e que "Jesus era plenamente homem" e que "Jesus era totalmente Deus" e "Deus não pode ser tentado."

Então, essa combinação dos ensinamentos das Escrituras deixou em aberto a possibilidade de que tal como a entendemos que a naturezas humana e divina de Jesus trabalharam juntas, podemos compreender de maneira mais do que ele poderia ser tentado em um sentido e outro, no entanto, não poderia ser tentado. Para solucionar a questão se Jesus poderia ter pecado, Grudem propõem cinco possíveis soluções para o presente questionamento afirmando:

(01) Se a natureza humana de Jesus existiu por si só, independente de sua natureza divina, a natureza humana teria sido semelhante ao único Deus de Adão e Eva. Seria livre do pecado, mas, no entanto, com a possibilidade de pecar. Portanto, se a natureza humana de Jesus existiu por si só, era a possibilidade de que abstrato ou teórico Jesus poderia ter pecado, como a natureza humana de Adão e Eva tiveram a possibilidade do pecado. (02) Que nunca a natureza humana de Jesus existiu para além da união com sua natureza divina. A partir do momento da concepção, havia o homem como verdadeiro Deus e verdadeiro também. Sua natureza humana e divina natureza unidos em uma pessoa existiu. (03) Embora houvesse algumas coisas (como sentir-se fome, sede ou fraqueza) que Jesus experimentou em sua natureza humana e não só experimentou em sua natureza divina (ver abaixo), no entanto, um ato de pecado teria sido uma ação moral, aparentemente, teria envolvido toda a pessoa de Cristo. Portanto, se ele tivesse pecado, teria envolvido a natureza humana e a natureza divina. (04) Mas, se Jesus tivesse pecado como uma pessoa, envolvendo sua natureza divina e natureza humana no pecado, Deus teria pecado, e ele tinha deixado de ser Deus. No entanto, isso é obviamente impossível por causa da infinita santidade da natureza de Deus. (05) Portanto, se estamos realmente perguntando se era possível que Jesus tivesse pecado, parece que temos de concluir que não era possível. A união das naturezas divina e humana de uma pessoa evitada (GRUDEM, 2009, p. 844).

Diante do ora exposto, é preciso responder à pergunta: "Como, então, poderia ser válida, as tentações de Jesus?" (GRUDEM, 2009) leciona em sua obra que, o exemplo da tentação de transformar pedras em pão ajuda-nos a entender essa questão. É sabido que Jesus tinha a capacidade, em virtude de sua natureza divina, de realizar esse milagre, mas se tivesse, não teria sido obedecendo somente na base da força de sua natureza humana, tinha falhado o teste em que Adão também não e não teria vencido a salvação para nós.

Por essa convicção, recusou-se a confiar na sua natureza divina, que a obediência a ele era muito mais fácil. Da mesma forma, parece adequado concluir que Jesus enfrentou todas as tentações, não no poder divino, mas apenas com a força de sua natureza humana (embora, é claro, não era "só" porque Jesus, para exercer o tipo de fé que os seres humanos devem exercer, estava perfeitamente de acordo com Deus, o Pai e o Espírito Santo em todos os momentos).

É notório que a força moral de sua natureza divina estava lá como uma espécie de "apoio" que teria servido para não pecar (e, portanto, podemos dizer que era impossível para ele para o pecado), mas ele não

confia na força de sua natureza divina tornar mais fácil você enfrentar a tentação, e sua recusa a transformar pedras em pão, no início de seu ministério é uma indicação clara disso.

A pergunta que fica é: as tentações eram genuínas? Grudem responde que:

Muitos teólogos têm apontado que apenas um sucesso que resiste à tentação de terminar mais plenamente sentir toda a força a essa tentação. Assim como um campeão de halterofilismo e prendê-lo com sucesso sobre a sua cabeça pesos pesados no campeonato sente toda a força de mais plenamente do que tentou, mas caiu, todo cristão que tem enfrentado tentação com sucesso até o fim sabe que é muito mais difícil de cair sobre ele uma vez. Assim foi com Jesus enfrentou todas as tentações, ele fez até o final, e triunfou sobre ele. As tentações eram reais, se não se render a eles. Na verdade, eles eram muito mais real, porque isso lhes dava (GRUDEM, 2009, p. 845).

O autor, ainda acrescenta que a afirmação sobre o fato de que "Deus não pode ser tentado pelo mal" como visto acima, em (Tiago 1:13) faz parte da natureza divina de Jesus, mas não da natureza humana. Sua natureza divina não pode ser tentada pelo mal, mas a natureza humana e, certamente, foi tentada. Outrossim, as Escrituras não explicam claramente como essas duas naturezas estavam unidas em uma pessoa na face da tentação, entretanto, essa distinção entre o que é verdade da natureza e que é verdadeiro de outros tipos é um exemplo de várias declarações semelhantes que as Escrituras exigem de nós a fazer.

Desta forma, pode-se concluir que a impecabilidade de Jesus é confirmada pelos relatos dos Evangelhos. Há relatos de tentação, mas não do cometimento de pecado. Nada se diz dele que está em conflito com a lei revelada por Deus sobre o que é certo e o que é errado; tudo o que ele fez foi em relação com o Pai. Portanto, segundo (ERICKSON, 2007) com base nas evidências bíblicas direta e o silêncio sobre certos pontos, devemos concluir que há testemunhas uniformemente bíblicas para a impecabilidade de Jesus. E isso é inquestionável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A doutrina da humanidade de Cristo é um amplo e instigante objeto de estudo e pesquisa dentro da teologia sistemática, porém, o subscritor deste trabalho, buscou apresentar os principais pontos, como a importância da humanidade de Jesus, as evidências bíblicas e a impecabilidade de Cristo, temas amplamente fundamentados pelas santas Escrituras.

É importante clarificar que, propositalmente, não foram abordados os temas voltados para a filosofia da Religião como as heresias iniciais sobre a

humanidade de Jesus, o *Docetism* e o *Apollinarianism* e as Restrições recentes sobre a humanidade de Jesus, por entender o autor que se trata de um assunto complexo e merecer de um trabalho mais aprofundado.

A humanidade de Jesus é de grande importância para a fé e para a teologia porque demonstra que a morte expiatória de Jesus foi por amor ao pecador, ou seja, foi para nós. Jesus não era um estranho para o mundo, Ele se fez carne e morreu sobre a cruz. Jesus era um de nós, andou entre nós, se alegrou e se entristeceu entre nós, e para tanto, se faz necessário se oferecer em sacrifício em nosso nome.

Outra conclusão importante é o fato de Jesus ser nosso intercessor perante Deus. A Bíblia evidencia milhares de momentos a qual Jesus passou, estes como qualquer ser humano passou, passa e passará aqui na terra, ou seja, ele sentiu fome, sentiu frio, sentiu-se sozinho, sentiu alegria e tristeza, aflição e consolo. Isto foi necessário para que Ele entendesse exatamente o que um ser humano normal vive no seu dia a dia.

A verdadeira natureza da humanidade a Jesus é revelada, embora muitas vezes estejamos inclinados a tirar conclusões sobre o que a humanidade através do exame indutivo de nós mesmos e aqueles que nos rodeiam, estes são apenas exemplos de humanidade imperfeita. Jesus não só nos disse que era a perfeita humanidade, nós também demonstrada.

É claro e evidente que Jesus pode e deve ser o nosso maior exemplo. Pois Ele não pecou, e nos ensina através de uma vida santa a não pecar. Essa impecabilidade nos constrange a sermos santos como Ele foi. Uma ordem ele nos deu, ou seja, precisamos ser santos, porque Ele é Santo.

Portanto, podemos tê-lo como um perfeito modelo de vida cristã. Os padrões bíblicos do comportamento humano, que parecem tão difíceis de realizar, quando buscado através de uma vida santa, se torna humanamente possível. Claro, deve haver total dependência da graça e misericórdia de Deus.

Todas as evidências supramencionadas no presente artigo ratificam que Jesus Cristo se fez homem temporariamente, mas sua natureza divina estava permanentemente ligada à sua natureza humana, e vive para sempre, não apenas como o eterno Filho de Deus, segunda pessoa da Trindade, mas como Jesus O homem nascido de Maria e Cristo, o Messias e Salvador das pessoas.

Derradeiramente se conclui que a encarnação de Cristo evidentemente foi real entre nós, porque Jesus era o Verbo, e o Verbo se fez carne e habitou entre nós, transbordando de graça e verdade! Com o seu nascimento virginal, vimos a sua glória, como a do filho unigênito de Deus. Jesus continua sendo plenamente Deus e homem em uma pessoa, ontem, hoje e para sempre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA, A. T. Genesis. In: BÍBLIA. **Bíblia Thompson**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: Almeida, Edição Contemporânea. São Paulo,

Editora Vida, 2010.

CASTILLO, José M. Jesus. **A humanização de Deus: Ensaio de Cristologia**. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2015.

ERICKSON, Millard. **Teologia Sistemática**. São Paulo, Editora Vida Nova, 2008.

GILLOT, F. **Da humanidade de Cristo na teologia contemporânea**, Lisboa, Editora Braga, 1968.

GRUDEM, W. **Teologia Sistemática**, Editora Vida Nova, São Paulo, 2009.

LOHFINK, Gerhard. **Jesus de Nazaré: O que Ele queria? O que Ele era?**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2015.

Silva, António Jesus da. **Humanidade e humanização em Cristo: Análise a partir do contributo cristológico de Walter Kasper**. 2018. Tese (Mestrado) – Curso de Mestrado Integrado. Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, 2018. Disponível em <Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa: Humanidade e humanização em Cristo: análise a partir do contributo cristológico de Walter Kasper (ucp.pt)> Acesso em 16/05/2022.

URÍBARRI, G. **La singular humanidad de Jesucristo: el tema mayor de la cristología contemporánea**, San Pablo-UPC, Madrid, 2008.

VITOR, Alice de Senna. **Um paralelo entre Jesus Humano e Jesus Divino e ainda sobre a relação de divindade-humanidade de Jesus Cristo**. 2018. Tese (Bacharel) – Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/ALICE-DE-SENNA-VITOR.pdf>> Acesso em 16/05/2022.

SCHILSON, A. **Cristologia: abordagens contemporâneas**, Editora Loyola, São Paulo, 1990.

KASPER, W. (dir). **Diccionario enciclopédico de historia de la Iglesia**, Herder, Barcelona 2005.

Rogério Ferreira de Araujo

Professor de Língua Portuguesa e Literatura, escritor e jornalista
Mestre em Estudos Literários (UERJ)
Licenciado e bacharel em Letras e Literatura (Unesa e Unesa)
Licenciado em Filosofia e Pedagogia (Uninter)
Bacharel em Jornalismo (Unesa)
Pós-graduado em Língua Portuguesa e Literatura (Faveni)
Pós-graduado em Leitura e produção Textual (Unesa)

RESUMO

Lima Barreto em seus romances, crônicas e contos sempre utilizou de sua percepção aguçada para pintar as suas obras da cor em que via a sociedade brasileira. Assim, falou de suas mazelas, periferia, racismo e melancolia dos mais desfavorecidos que pareciam ter um destino já traçado e não promissor como o de muitos. Por essas e outras, o autor se apresentava nas suas histórias direta ou indiretamente para fazer valer suas ideias e fazendo com que houvesse uma reflexão a respeito, mesmo com a sátira bem ácida e crítica implementada. As histórias eram do universo vigente, deixando uma cicatriz em tempos vindouros, mas com objetivo de abrir para que um dia pudesse ser estancada.

Palavras-chave: *Lima Barreto*; Autorretrato; História; Brasil.

INTRODUÇÃO

Os autores, geralmente, vez ou outra, tendem a introduzir em seus escritos literários algo que se assemelha ao tempo em que vivem. A situação vigente do país – política e econômica – bem como outros aspectos intrínsecos na vida cotidiana dos autores e em sua percepção pessoal.

Um aspecto muito peculiar, possível de notar nas produções literárias de Lima Barreto quando, na verdade, ele se insere de tal forma nas obras que mais parece um autorretrato de suas ideias e sua vida do que simplesmente algo ficcional. É uma mistura do real com a ficção como a pintura de um quadro assinado pelo autor.

Certamente que personagens barretianos, pelo menos alguns deles em especial, são alter egos do próprio autor, para dar voz às suas ideias e até mesmo denúncias mais ácidas, como era de seu costume, com objetivos muitos claros, por meio de uma obra literária e pseudo ficção.

Lima Barreto usou desses artifícios de maneira ímpar, o que o diferenciava de outros colegas de sua época e de gerações vindouras, pois não tinha medo de demonstrar dentro de sua obra, o que pensava da realidade

vivenciada.

Sendo assim, é possível notar exemplos práticos do que vivia e retratava em suas produções escritas, bem como o que outros autores e críticos falavam a seu respeito e do que descrevia, de forma mais direta ou mesmo indireta por meio de personagens ficcionais, mas reais.

Lima Barreto: um autorretrato literário do que vivenciava

O conhecido autor brasileiro, para embasar seus escritos, lia renomados autores internacionais como Zola, Dostoiévski, Tolstói, Turguêniev, com quem o escritor manteve, inclusive, um “profícuo diálogo intertextual” (FREIRE, 2011, p. 4).

A inspiração foi tanta nos colegas estrangeiros que até mesmo demonstrava o desejo de escrever a “História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade” (BARBOSA, 1975, p.142). O que seria, segundo ele mesmo, uma espécie de “Germinal Negro” – do Germinal original de Zola – “com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia”, como se referiu Barbosa (1975, p. 142).

De acordo com Cândido (1989), na obra de Lima Barreto, o mesclado entre biografia, ficção e impressões da realidade fazem com que os textos elaborados como verdadeiros documentos avancem para a criação e os textos produzidos como ficção literária se transformem numa “documentação ou coincidência biográfica”. Seja esses aspectos positivos ou não, acaba por alavancar para um dos aspectos mais polêmicos da obra barretiana.

Figueiredo e Ferreira (2017, p. 13) lembram que as primeiras décadas do século XX era um “período marcado pela economia que transforma indivíduos em ávidos espectadores de dramas urbanos, guiados por impulsos e sensações distantes da aglomeração mutáveis nas ruas e seduzidos por um experiências acerca de limites da consciência.”

O autor sofria na pele, literalmente falando, o que discorria em palavras em suas obras. Usava de sátira bem ácida, críticas bem elaboradas para dar voz a personagens que, na verdade, o representavam nas ideias e dizeres com propriedade e endereços direcionados.

Nada foi por acaso. Tudo tinha um propósito definido pela realidade experimentada e que precisava, na visão do autor, ser combatida e virar uma chamada para que o leitor refletisse sobre o assunto e, é claro, chegasse a quem era o alvo do seu protesto.

Segundo Borges (2013, p. 332): “Dentre os escritores de sua época, Afonso Henriques de Lima Barreto, foi o que mais denunciou o racismo. Como sempre esteve ciente da exclusão do negro na sociedade, por isso, colocou-o em lugar de destaque na sua literatura. [...]”. A questão do racismo é apenas um dos exemplos dos temas abordados com frequência pelo autor em suas obras, mas não único.

Nada mais apropriado quando se fala do que é vivenciado, por isso Lima Barreto usava seus textos em diversos gêneros (contos, romances, crônicas) para pincelar de maneira bem forte o que via e vivia.

Como bem resumiu Borges (2013, p. 332) quando disse: “[...] ao falar de si mesmo, o autor possibilita que toda uma massa de excluídos fale com ele”. E exatamente esse era o seu objetivo!

E nada melhor do que dar voz ao autor por meio de suas obras ou de cartas enviadas a outros destinatários¹, para ter uma melhor noção de como falava diretamente ou por meio de personagens:

- *“Não se pode compreender no nosso tempo, em que as coisas do pensamento são mostradas como as mais meritórias, que um cidadão mereça injúrias, só porque publicou um livro”*²

Essa declaração, disse, ao saber de críticas feitas a seus livros, justamente pelo fato de falar da realidade que comentava e que muito incomodava o mundo em que vivia.

Um exemplo é o seu primeiro livro *Recordações de do Escrivão Isaías Caminha*, lançado em 1909, que mexeu com a imprensa, sendo ele mesmo jornalista. Muitos se sentiram ofendidos e até mesmo o boicotaram, não o citando o quanto possível ou fazendo críticas negativas por conta de como tratou o assunto em sua obra ficcional, mas baseado no real.

Nesta primeira obra citada e lançada, o autor faz “não apenas o retrato implacável das mazelas da imprensa, mas, também, uma crítica radical da hipocrisia e do preconceito reinantes na sociedade brasileira.” (FREIRE, 2011, p. 14)

- *“É incrível a ignorância dos nossos literatos; a pretensão que eles possuem não é secundada por um grande esforço de estudos e reflexão”*³

Lima Barreto era extremamente crítico aos autores da época devido ao fato de muitos seguirem padrões de outros renomados internacionais ou mesmo por possuir um texto muito erudito e que o distanciava do povo. Assim, era ferrenho opositor da forma de escrita de Machado de Assis, Coelho Neto, dentro inúmeros outros.

- *“Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil [...] vem pedir que o Congresso Nacional decreta o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro.”*⁴

Essa declaração, por meio de personagem, ocorreu porque o autor tinha verdadeiro asco aos estrangeirismos que se introduziam no país. Para ele, o Brasil nasceu pela língua indígena de tupi-guarani e era uma

¹ ARNONI PRADO, Antonio (org.). *Lima Barreto: uma autobiografia literária* / organização, apresentação e notas de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Editora 34, 2012.

² Carta a João Ribeiro, 3 de junho de 1917.

³ Diário Íntimo, 1905, sem data.

⁴ Triste fim de Policarpo Quaresma, 1911.

temeridade vê-la ser massacrada por outras advindas de outros países que nada representavam a formação histórica e cultural brasileira.

- “[...] a literatura é própria para nos dar essa impressão de vida e mais do que nenhuma outra arte, ela consegue dar movimento, senão cor, a essa vida.”⁵

O autor fala sobre a importância da literatura e sua função primordial. Dar “movimento” para provocar os leitores e não ser conivente com o que acontece à sua volta e única e exclusivamente ser uma ficção, alheia à realidade.

E dar “cor a vida” é algo que promove a transformação e não apenas uma contemplação de um texto, por mais que este seja bem escrito e elaborado. É algo que emociona, mexe com o leitor de mais a mudar a cor de sua vida.

- “De quando em quando, porém, surge um mais audacioso e nos dá pinturas flagrantes dessa vida, [...] É um meio de nos ligar, de nos fazer compreender uns aos outros, nesta vastidão de país que é o Brasil.”⁶

Numa declaração bem direta, fala sobre autores e suas obras que possuem características de “nos dá pinturas flagrantes dessa vida”, ou seja, colocar a mão na realidade e dela comentar para levar leitores à reflexão, seja por meio mais direto da crônica ou indireto dos contos e romances. Ele certamente disse isso por experiência própria porque assim agia e elogiava quem também seguia sua cartilha.

- “Falam muito de amor, mas sem grandeza, nem drama, nem tragédia. O amor delas é um amor honesto ou semi-honesto [...]. Evadido desse sentimento, eu só o acho digno da poesia quando ele sopra com fúria nas almas para cumprimento do Destino”⁷

Lima Barreto aqui poetiza o amor. Fala da poesia da qual era até admirador, mas não a escrevia. Elogiava quem a expressava de maneira bem emocionante. Refutava quem a fazia sem esses propósitos, apenas por se dizer um poeta.

- “A Academia é perfeitamente o cemitério das letras e dos literatos. Os que lá estão não passam de cadáveres bem embalsamados e, muito melhor os mais moços, devido ao aperfeiçoamento atual do processo. O progresso é uma grande coisa... [...] Todos os mortos, pensei eu, avisadamente, merecem o nosso respeito e piedade.”⁸

⁵ Da crônica, “História de um mulato” (1922), em *Impressões de Leitura*, 1956.

⁶ Da crônica, “História de um mulato” (1922), em *Impressões de Leitura*, 1956.

⁷ Da crônica “Um poeta e uma poetisa”, *Impressões de leitura*, 1956.

⁸ Da crônica “Duas relíquias” (1920), em *Bagatelas*, 1923.

Aqui faz uma ácida crítica à Academia Brasileira de Letras – onde tentou, sem sucesso entrar por três vezes, sendo preterido – onde, para ele, era composta de “cadáveres embalsamados” de literatas mais antigos e detrimento das novas ideias dos mais atuais.

Lima Barreto era um ferrenho crítico como a forma de escrita erudita e muito elitizada afastava os escritores e as obras do leitor. Sabendo de toda dificuldade que vivia, mesmo sendo considerado um grupo seletivo de autores, preocupa-se que os livros pudessem ser lidos e não apenas lançados para a elite, como parece insinuar que colegas literários pretendia.

Desta forma, pelas palavras do próprio autor, foram lançados inúmeros pensamentos sobre os mais variados assuntos e que, não tinha a menor pretensão de poupar ninguém, mas a de opinar mesmo, sem censura, a respeito do que via e ouvia na sociedade, literatura e política.

Lima Barreto: algumas críticas a respeito do autor e suas obras

Devido a seu estilo muito peculiar de escrever, seja no meio jornalístico seja no meio literário, Lima Barreto sofreu inúmeras e pesadas críticas.

Essas críticas foram desde a sua escrita propriamente dita (linguagem, formato) até o conteúdo e ideias apresentadas sem medo de opinar sobre a sociedade vigente, direta ou indiretamente.

Alguns literatas, jornalistas ou outras personalidades deixaram suas análises a respeito do autor⁹. E ninguém melhor do que elas para se ter um parâmetro sobre a amplitude de suas produções escritas.

- *“De Lima Barreto não é exagero dizer que lançou entre nós uma fórmula nova de romance.”* (Monteiro Lobato) ¹⁰

Esta análise feita em sua própria época, entre os poucos que sempre teciam elogios a Lima Barreto, veio a calhar e, como era um escritor já de renome, sempre era bom afagar os escritos barretianos em meio à turbulência em que vivia na imprensa e no meio literário.

- *“Sua obra é uma galeria de caricaturas sociais, magistralmente traçadas. [...] Lima Barreto é um caricaturista. [...] A revolta contra os males sociais rompe amiúde o verniz da ironia.”* (Tristão de Athayde) ¹¹

Mais um que o elogia, porém, em anos posteriores à sua morte, chamando-o até mesmo de caricaturista devido personagens bem criados

⁹ ARNONI PRADO, Antonio (org.). *Lima Barreto: uma autobiografia literária* / organização, apresentação e notas de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Editora 34, 2012.

¹⁰ Artigo *Livros Novos*, em março de 1919.

¹¹ Artigo “Um discípulo de Machado”, no “Suplemento Literário”, do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1943.

com objetivos definidos para um propósito a cumprir. Essas críticas positivas sempre motivam muito um autor que busca sua ascensão em detrimento das más palavras que o puxam para baixo.

- *“Lima Barreto é um dos poucos escritores que entre nós compreenderam verdadeiramente o nosso país [...]”* (Caio Prado Júnior)¹²

Escritor que compreende o país e sua realidade parece algo raro. Muitos apenas escrevem, distanciando-se da realidade para não gerar conflitos e apenas viver a sua vida. Quem escreve assim, com intuito de mudar o que se vê e vive, não tem medo de mostrar sua obra como algo reflexivo e objeto de transformação de uma situação real, mesmo usando a ficção para este fim.

- *“O que parece fora de dúvida é que o verdadeiro Brasil está nos livros de Lima Barreto do que nos dos escritores citadinos ou regionalistas.”* (Francisco de Assis Barbosa)¹³

Um dos primeiros biógrafos de Lima Barreto, que o pesquisou e o compreendeu como poucos, fala que o autor entendia a respeito de seu país. E estava certo. Ele mesmo em sua época foi perspicaz em chamar a atenção para temas tabus, talvez, até hoje em dia. E com intuito de ajudar a refletir e mudar a realidade do Brasil, que simplesmente ignorava os temas ou tinha receio de tratá-los como deveria.

- *“Com efeito, trata-se de um elemento pessoal que não se perde no personalismo, mas é canalizado para uma representação destemida e não conformista da sociedade em que viveu.”* (Antônio Cândido)¹⁴

Não conformista é justamente o que era Lima Barreto. Ele não se conformava em simplesmente escrever como não percebesse a realidade à sua volta. Ele queria falar sobre o que chamava sua atenção para que todos pudessem saber e refletir sobre o tema.

- *“Lima Barreto, a bem dizer, deu de ombros à própria glória literária. Não pensou nela. Escrevia por desaforo. [...] Não houve, nas letras brasileiro, escritor tão revolucionário.”* (João Antônio).¹⁵

“Escrevia por desaforo” parece uma expressão bem ímpar para definir Lima Barreto. O seu estilo bem próprio não se enquadrava em padrões e, o mesmo tempo, era algo que impulsionava a literatura rumo a mudanças

¹² Da revista *Leitura*, do Rio de Janeiro, em agosto de 1943.

¹³ No prefácio às *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, em 1956.

¹⁴ No artigo “Os olhos, a barca e o espelho”, publicado no “Suplemento Cultural”, do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 17 de outubro de 1976.

¹⁵ No artigo para o *Jornal do Brasil*, em 17 de junho de 1978.

na sociedade e não somente a escrita pela escrita sem objetivos definidos.

- *“Lima Barreto centrava as baterias da sátira nos tipos locais de sua convivência com a cidade, suscitando no leitor a ideia promissora [...] de que outras devesse e talvez pudesse ser a nossa realidade, caso a República se norteesse por princípios justos e solidários, herdeiros radicais da Ilustração e da Revolução Francesa.”* (Alfredo Bosi) ¹⁶

Uma literatura que refletisse para uma sociedade com “princípios justos e solidários”. Eis os ideais barretianos tecidos por um autor que pensava no todo e não apenas em si mesmo e na literatura que produzia. Ele sabia da necessidade de mudar uma realidade e não apenas escrever para ser maior e melhor e crescer profissionalmente.

Por isso que, talvez, foi tão incompreendido, boicotado e criticado por grande parte da imprensa e os chamados literatos de sua época.

“[...] A verdade é que Lima Barreto não foi o gênio que nele suspeitam alguns dos seus admiradores e nem é possível, sem injustiça, equipará-lo ao autor de Brás Cubas [...]” (Sérgio Buarque de Holanda) ¹⁷

O menosprezo de suas obras ou comparação como se tivesse de ser como a de outro autor considerado por muitos referência – como Machado de Assis – não ajuda na análise propriamente dita dos escritos de um determinado autor, mas serve para dar novo viés à análise de suas obras. Cada um possui suas características e as críticas são várias – positivas ou negativas – gostem ou não, de maneira singular. O que mais importa a função que o escritor exerce em sua obra e a diversidade de estilos dos autores.

- *“O que aproxima Lima Barreto de Machado de Assis são as explorações em profundidade que ambos realizaram, quase sós, em seu tempo.”* (Lúcia Miguel Pereira) ¹⁸

Aqui uma análise equilibrada e comparativa sobre semelhanças entre dois autores de obras bem profundas, feita num ano que ambos já haviam falecido. Suas obras, como diz o termo comum e acadêmico, são “imortais” e pode sofrer diversas críticas ao longo do tempo.

Muitas foram as análises feitas a respeito de Lima Barreto. E sejam elas quais forem, norteiam todo um acervo escrito em vida para imortalidade das palavras que ficam para a História.

Lima Barreto e as “cores sociais” em suas obras

Schwarz (2017) disse que através do detalhe é “[...] possível

¹⁶ De “Figuras do eu nas recordações de Isaías Caminha”, em *Literatura e resistência*, 2002.

¹⁷ Artigo no Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, em 1949.

¹⁸ Prosa e Ficção: de 1870 a 1920, 1950).

descobrir um escritor muito atento as variações de cor negra e as especificidades de uma literatura impactada pelos temas e pelas cores sociais [...]”. Tudo porque era difícil retratar alguém de uma pele não branca que não fosse de escravos ou mesmo vilões.

No seu romance *Clara dos Anjos*, a personagem-título e sua família era negra. Apesar de sofrer na história pelas mãos do vilão, branco, acabou sendo uma ficção bem real do que acontecia como de costume. No final, com todo conformismo diz “Nós não somos nada nesta vida”. Porém, serviu mais para chamar a atenção do que propriamente para se adequar aos acontecimentos. Será que ao deparar-se com esta situação, o indivíduo não pode pensar em mudar a sua condição?

Sendo nesse ou em outros romances, contos ou crônicas, Lima Barreto sempre levava a baile um tema bem polêmico que muitos outros colegas literatas tinha medo de retratar.

Falar sobre desigualdades sociais, racismo, marginalização e dar voz a periferia é algo considerado impróprio e sem necessidade. Como se a literatura tivesse sempre de mostrar apenas o belo e o agradável.

Não parece ser algo considerado tão agradável – assim diziam muitos críticos literários – dar voz e colocar no protagonismo os desfavorecidos e negros que eram tão discriminados. Mas na obra barretiana isso era algo comum e não à toa, mas propositalmente.

Segundo Batalha (2012, p. 53): “Em uma espécie de contramão, o realismo de Lima inclina-se para um caminho do Realismo-Naturalismo [...] Nesse sentido, Lima Barreto traz de volta uma tradição realista autenticamente nacional, esquecida em prol de um vanguardismo estético-formal”. E exatamente isso que era combatido por ele como uma literatura elitizada que se isolava e não atingia a todos por igual.

Ao se aproximar de uma literatura mais natural, retratando vidas bem próximas da realidade, Lima Barreto fugiu do que se via até então em sua época. Parecia uma literatura mais padronizada, como se todas fossem engessadas e com características peculiares, vindas de uma fonte considerada “garantia de sucesso de público”. Mas isso não era uma verdade absoluta.

O autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* provou que não ter medo de colocar a mão nas feridas das mazelas da sociedade pode gerar um grande impacto. E seu objetivo, ainda que bombardeado de críticas ferinas, foi cumprido em seu tempo e até adentrou os vindouros ao, até hoje, repercutir a respeito de assuntos que mexem e fazem refletir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como diz uma famosa frase, atribuída a Lima Barreto: “O Brasil não tem povo, apenas público. Povo luta por seus direitos, público só assiste de camarote”. E por essas e outras que o autor não se conformava em ser apenas um escritor de outras ficcionais, mas se empenhava em se apresentar sempre com um *alter ego* em seus escritos como personagem ou mesmo em

críticas mais veementes.

O autor fez do autorretrato o seu maior estilo literário, sendo assim, o que há de mais promissor em suas obras. A mistura de ficção com a realidade fez com que os textos não se tornassem apenas ilusórios, mas, sim, presentes para cada um como uma extensão da própria vida do leitor.

Pintando verdadeiras obras de arte, através das palavras para ser admirada, refletida e ativa e não estática, como muitas outras, que não possuem este nobre objetivo de contar e mudar a própria história vivenciada por quem escreveu e quem lê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNONI PRADO, Antonio (org.). *Lima Barreto: uma autobiografia literária / organização, apresentação e notas de Antonio Arnoni Prado*. São Paulo: Editora 34, 2012.

BARRETO, Lima. *Lima Barreto: Obra Reunida*. Volumes 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BATALHA, Maria Cristina. *Lima Barreto e o viés do Realismo Popular na Literatura Brasileira*. São Gonçalo: Pensares em Revista, jul.-dez., 2012.

BORGES, Luciana. “Personagens femininas e mulatas no universo ficcional de Lima Barreto”. In: ____ *Leituras de Gênero e interculturalidade*. Dourados: UFGD, 2013.

BOTELHO, Fábio (organização, pesquisa e introdução). *Lima Barreto: Sátiras e outras subvenções – textos inéditos*. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics – Companhia das Letras, 2016.

CÂNDIDO, Antônio. Os olhos, a barca, o espelho. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

FIGUEIREDO, Carmen Lúcia Negreiros de; FERREIRA, Célia Maria (organizadoras). *Lima Barreto, Caminhos da Criação: Recordações do Escritor Isaías Caminha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FREIRE, Zélia Nolasco Santos. *Lima Barreto e Literatura Comparada – ensaios*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SCHWARZ, Lília Moritz (organização e introdução). *Contos Completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Lima Barreto: triste visionário*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). *Leituras de gênero e interculturalidade*.
Dourados, MS: UFGD, 2013.

Weider Silva Pinheiro

Doutorado em andamento em Business Administration pelo
LOGOS University International – UNILOGOS.

Mestrado em Master in Legal Sciences pela
Universidad Martin Lutero – UML.

Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela
UNIAO BRASILEIRA DE FACULDADES – UNIBF

Jhonata Jankowitsch

Doutorado em Doctor of Business Administration pelo
LOGOS University International – UNILOGOS.

Mestrado profissional em Master Of Science In
Internacional Business – Negocios Internacionais pelo
Must University – MUST.

Graduação em Ciências Contábeis pela
Faculdade Paraíso do Norte – UNIBF.

RESUMO

As ciências que envolvem a administração de empresas estão em constante evolução e seguem a dinâmica da evolução dos meios e processos de produção, consumo e desejos. Em um mundo de economia cada vez mais globalizada, a preparação dos futuros gerentes e trabalhadores por intermédio da educação se insurge como maior fator competitivo dos países e das empresas. Quanto maior forem os investimentos em uma educação compatível com o atual mercado consumidor e produtivo, maior será a geração de riquezas ou, em contrário, quanto maior for o desperdício de talentos, pela evasão de cérebros, mais será a pobreza de nações que não conseguem fornecer um ambiente propício para o pleno desenvolvimento de suas capacidades individuais. E se antes, nos primórdios da educação empresarial, o fator determinante para a riqueza ou pobreza de uma nação era sua capacidade de produzir e manter recursos mineiras, como ouro e prata, no atual modelo capitalista, o fator determinante para se estabelecer a riqueza ou a pobreza de uma nação é sua capacidade de gerar e de manter especialistas em diversas áreas e, além disso, de oferecer a estes e outros, de outros países, condições materiais de recompensas e remunerações, de forma que os recursos humanos destes indivíduos façam pender a balança comercial através do desenvolvimento de novas ou inovadores tecnologias e métodos.

Palavras-chave: administração de empresas; geração de riquezas; educação; planejamento estratégico.

INTRODUÇÃO

A economia empresarial possui como objetivo central a discussão sobre o ambiente econômico geral e de que maneira suas variáveis têm impacto no desenvolvimento dos negócios.

Certamente que a administração não surgiu com a obra de Adam Smith, publicada inicialmente em 1776, *A Riqueza das Nações*¹, onde o autor enumera e analisa as origens e causas das riquezas e das acumulações de riquezas no estado moderno europeu, entretanto, é nesta obra que podemos fixar o início da administração enquanto uma ciência que se utiliza de métodos para primeiro avaliar o desenvolvimento produtivo e depois para efetivamente se administrar os negócios, e é onde encontramos portanto as bases do que viriam a ser as chamadas leis de mercado, como vemos:

Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes; primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho. Qualquer que seja o solo, o clima ou a extensão do território de uma determinada nação, a abundância ou escassez do montante anual de bens de que disporá, nessa situação específica, dependerá necessariamente das duas circunstâncias que acabamos de mencionar².

Obviamente que tal obra é marcada pelos mecanismos disponíveis ao seu tempo, e amplamente marcada pelo mercantilismo e ainda mantendo no acúmulo de pedras a fonte primária de riquezas.

Mas o que se destaca de plano é a necessidade de haver, por parte dos gestores do capital e dos mercados, um profundo conhecimento acerca dos mecanismos de funcionamento da economia de forma geral e todos os fatores que possam impactar nestes desenvolvimentos, tanto os fatores de ordem puramente econômicas quanto os fatores de ordem social, política e ambiental.

A administração, como podemos inferir, se trata na verdade de uma ciência em constante e necessária modificação, posto que precisa lidar com os elementos ativos, ou seja, com os elementos que efetivamente estejam a gerar resultados e consequências no mundo material.

Indiscutivelmente vinculada portanto, essa ciência, ao desenvolvimento das tecnologias e das maneiras pelas quais as riquezas são produzidas e são distribuídas.

Afirmar que seja a educação portanto o fator predominante para a

¹ SMITH, Adam. **A RIQUEZA DAS NAÇÕES**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 1 v. (OS ECONOMISTAS). Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Adam-Smith-2.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

² *Ibidem*, p. 59

geração de riquezas em uma nação, à primeira vista pode até destoar do pensamento mercantilista de Smith, ao menos quando consideramos a grande indústria e a produção de bens manufaturados como sendo o principal escopo de geração de riquezas, não indo além portanto da busca por mão de obra qualificada e barata, o que parece uma incongruência por si mesmo.

Porém, como dito, a ciência da administração empresarial evolui no mesmo passo e na mesma direção do avanço das tecnologias, e na medida em que as tecnologias avançaram e possibilitaram maior e mais específica produção de itens e bens duráveis, o tecnicismo da mão de obra passou a ser a base angular do sucesso de uma nação desenvolvida.

Toda máquina começa pela imitação de uma capacidade humana que ela se torna, então, capaz de amplificar. E nesse sentido que já existiam máquinas bem antes da Revolução Industrial. Uma alavanca, por exemplo, é uma máquina na medida em que seu ponto de apoio, ao se aproximar do objeto a ser movimentado, converte-se em um amplificador de força. Além dessas máquinas dedicadas a ampliar a força, existiram também engenhos voltados para a mecanização da locomoção³.

E em complemento:

O movimento de grandes pesos arrastados sobre troncos gigantes foi um precursor do veículo de rodas, que traduziu o poder próprio ao homem de locomover-se - um poder ampliado no seu devido tempo mediante a incorporação de motores de toda espécie⁴.

A principal diferença, dentre muitas que podemos destacar da época de Adam Smith para o mundo da economia, administração empresarial e acima disso do papel do Estado como agente promotor de condições específicas reside no papel que o ser humano ocupava naqueles tempos e no papel que ocupa nos dias atuais.

Se, naqueles primórdios do desenvolvimento das tecnologias o ser humano ficava restrito a trabalhador braçal e uma mera peça na imensa engrenagem produtiva, nos dias atuais o elemento humano, ou o chamado capital intelectual figura como eixo central para o desenvolvimento de qualquer país.

Tal centralização não é apenas dada, como antes, pela capacidade de consumo e de produção mecanizada, para isso já existem máquinas e o desenvolvimento das Inteligências Artificiais ampliam ainda mais, dia após dia,

³ SANTAELLA, Lúcia. O homem e as máquinas. In: DOMINGUES, Diana (comp.) **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 33-44.

⁴ BEER, S. Máquinas que controlam máquinas. In WIENER, N. (Org.) **El Hombre y las Maquinas**. Venezuela: Monte Avila Ed. C. A., 1974 In SANTAELLA, Lúcia. O homem e as máquinas. In: DOMINGUES, Diana (comp.) **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 33-44.

a distância entre a necessidade de mão de obra ordinária e a necessidade de mão de obra qualificada, mas pela habilidade de os gestores conseguirem aproveitar o máximo dos cérebros que tem em sua equipe para criar ou reaproveitar novos meios de gerenciamento, de produção, de distribuição e de engajamento⁵.

Desta feita, pensar, nos dias atuais em Administração Empresarial, é o mesmo que pensar em tecnologia e em educação qualificada, é, de outra maneira, pensar a riqueza e na distribuição dessa mesma riqueza como elementos capazes de manter a própria roda da economia girando.

O objetivo deste artigo é dissertar acerca desta problemática e verificar, por meio da pesquisa realizada, a correlação entre educação e geração de riqueza frente aos novos desafios para a administração na nova dinâmica da economia global.

METODOLOGIA

Gil⁶ define a pesquisa como um procedimento racional e sistêmico, conduzido com o objetivo de encontrar respostas para os problemas que são propostos.

Para alcance dos objetivos propostos, optou-se por realizar uma pesquisa do tipo qualitativa, que “enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada”⁷, permitindo que o pesquisador proponha trabalhos que explorem novos enfoques⁸.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, esta é uma abordagem adequada em situações em que se busca entender e interpretar os significados e características apresentados pela pesquisa⁹, além de possibilitar a exploração de possíveis contradições que possam surgir durante a investigação e guiar os resultados para diferentes caminhos¹⁰.

Trata-se, quanto aos objetivos, de uma pesquisa do tipo descritiva e exploratória. O propósito da pesquisa descritiva é, como o nome já diz, descrever a frequência em que o fenômeno investigado ocorre, sua natureza e suas características¹¹. Já a pesquisa exploratória ocorre quando se pretende conhecer mais acerca do assunto abordado, explorando a área de conhecimento a qual pertence, sendo um método aplicado quando se deseja aprimorar hipóteses ou desenvolver conceitos e ideias sobre o tema¹².

⁵ SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. **Dicionário de Política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

⁶ GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

⁷ GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**: RAE, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. p. 23.

⁸ Ibidem.

⁹ RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

¹⁰ GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**: RAE, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

¹¹ RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2002.

¹² GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

O método de coleta de dados escolhido foi o da pesquisa bibliográfica. Este método se baseia na pesquisa e análise de textos já analisados e publicados por outros autores¹³, sejam estes livros ou artigos científicos. Souza, Oliveira e Alves afirmam que a pesquisa bibliográfica tem como finalidade aprimorar e atualizar o conhecimento¹⁴.

O HOMEM E A MÁQUINA

A grande virada de mesa no que tange à Educação da administração empresarial se deu pelas mudanças sociais derivadas das evoluções tecnológicas dos meios de produção e das relações surgidas nas novas maneiras de consumo, detectadas principalmente a partir de meados de século XX com o surgimento do que se chamou de Cultura de Massas, pela escola de Frankfurt.

Neste momento, para os setores econômicos, o que se buscava essencialmente não era o acúmulo direto de pedrarias e de poder bélico para impor a vontade empresarial de um país dominante e salvaguardar o que se chamava de reserva de mercado consumidor, mas iniciava o que se chamou de mercado da consciência, com as empresas cada vez mais buscando ganhar a afeição do comprador, e não mais evidenciando a necessidade deste mesmo comprador.

Houve uma drástica mudança na mentalidade do mercado, na compreensão do que é este mercado e também do que é um produto. Certamente que desde os primórdios das civilizações humanas tenha existido o gosto pelo supérfluo ou pelas fugas lisérgicas, mas o que se notou neste período é justamente a massificação do supérfluo e da lisérgia como, não mais um subproduto ou u produto de extravagância, mas como produto principal da produção econômica mundial:

A tese sociológica de que a perda de apoio na religião objetiva, a dissolução dos últimos resíduos pré-capitalistas, a diferenciação técnica e social e a extrema especialização, deram lugar a um caos cultural é cotidianamente desmentida pelos fatos. A civilização atual a tudo confere um ar de semelhança. Filmes, rádio e semanários constituem um sistema. Cada setor se harmoniza em si e todos entre si. As manifestações estéticas, mesmo a dos antagonistas políticos, celebram da mesma forma o elogio do ritmo do aço¹⁵.

¹³ FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

¹⁴ SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, [S.l.], v. 20, n. 43, p. 64-83. 2021.

¹⁵ HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p 2. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/ADORNO.pdf?134956850>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Neste sentido, o que as empresas e o que os próprios Estados nacionais passaram a buscar deixou de ser um mercado consumidor *latu sensu*, com o oferecimento de itens de consumo necessários quer fosse para uma atividade específica quer fosse para a satisfação de alguma vontade individual e passou a buscar por uma imposição cultural a níveis empresariais.

O aparato técnico da mão de obra já figurava como elemento definidor das capacidades de uma nação de organizar um parque industrial e tecnológico, e desde sempre o desenvolvimento e domínio das tecnologias figuraram como fator decisivo para o sucesso ou insucesso de uma nação em relação à outras, mas agora o que se passou a vislumbrar foi tais processos de tecnologiação dos meios de produção liderados por corporações privadas em muitos casos apoiadas pelos governos.

O ser humano e suas paixões passaram a figurar quase que exclusivamente como produto de interesse final da economia, tanto em seu plano micro quanto no macro, surgindo então a necessidade da educação como fator predominante de construção, tanto de uma comunidade capaz de gerir sua própria vida financeira (a nível individual) quanto de criar instrumentos capazes de conseguir ampliar as riquezas vindas de outros mercados, como podemos destacar em Garófalo e Carvalho:

O comportamento do consumidor individual é o objeto básico do estudo da teoria do consumidor (...).

Segundo a hipótese básica da teoria tradicional do consumidor, os indivíduos distribuem a totalidade de suas despesas de forma racional. Entende a teoria por forma racional o comportamento que visa obter o máximo de satisfação dentro das limitações de orçamento. Quando se comporta racionalmente, o consumidor calcula deliberadamente, escolhe conscientemente e maximiza a sua satisfação ou utilidade¹⁶.

Notemos que a grande questão primordial da economia de mercado não mudou em essência, ainda é baseado no conceito de balança comercial, onde um Estado, de forma bastante simplificada, será mais ou menos rico se mantiver o que consome externamente menor do que aquilo que vende para outros países.

Este é um princípio básico da economia de mercado, mas o que destacamos aqui é o consumo de itens culturais massificados, o que criou o que chamamos de indústria cultural e que podemos citar, como exemplo óbvio a indústria de entretenimento norte americano de Hollywood, e mais recentemente o fenômeno Sul Coreano do K-pop, e ainda o grande sucesso de empresas como Facebook, que de fato nada oferece enquanto produto

¹⁶ GARÓFALO, G. L.; CARVALHO, L. C. P. Teoria Microeconômica. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 34.

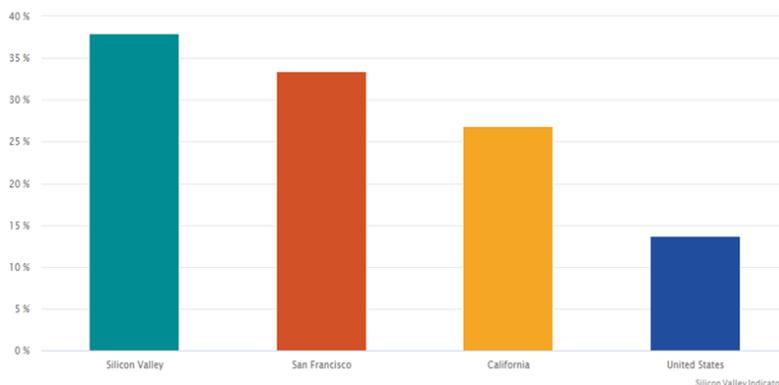
físico.

Todo este mercado faz com que a mesma balança comercial penda favoravelmente para o país produtor destes produtos, que são além de hiper valorizado, amplamente consumidos, retirando dinheiro de um país e o transferindo para outro, da mesma maneira, conceitual que se fazia na época das explorações coloniais.

Tal situação da produção atual, amplamente marcada pela necessidade de satisfação imaterial das individualidades, gera dois pontos nevrálgicos em todo o sistema, o primeiro trata justamente do que se chama de 'fuga de cérebros' que é o êxodo de pessoas qualificadas ou talentosas de um país para outro em virtude de não encontrarem em seus países de origem as condições necessárias para o desenvolvimento de suas capacidades.

Ao saírem de seus países e se instalando em outras nacionalidades, produzem riquezas que, em sua maior parte, permanecerá nos país acolhido, situação que podemos observar com absoluta clareza quando analisamos, por exemplo, o vale do silício dos Estados Unidos da América e a proporção de estrangeiros que para lá rumam dispostos a iniciar uma atividade, no mais das vezes intelectual:

Figura 1: PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE NASCEU EM PAÍSES ESTRANGEIROS / 2018¹⁷



Nota-se então, uma clara conexão entre educação e a produção de riquezas no cenário de economia globalizadas e massificada como a atual, profundamente marcada por tecnologias de convivência virtual e pelo marketing digital multinível.

Se, nos tempos de Adam Smith, uma nação para ser rica precisava garantir aos seus empresários um mercado consumidor estrangeiro, na

¹⁷ BORRELLI, Isabela. **Vale do Silício**: tudo o que você precisa saber sobre o maior polo de inovação do mundo. tudo o que você precisa saber sobre o maior polo de inovação do mundo. 2018. Disponível em: <https://www.startse.com/artigos/vale-do-silicio/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

atualidade, cabe ao Estado a necessidade de criar internamente ambiente propício para manter as próprias capacidades intelectuais que produz e garantir que o ambiente interno possibilite o incremento da diversidade intelectual atraindo o que há de melhor, do ponto de vista intelectual humano de outros países. Em outras palavras, o cérebro humano e as capacidades intelectuais se tornaram os metais preciosos dessa nova fase do capitalismo de mercado.

A FIGURA DO ESTADO

Discutir o papel e acima de tudo o alcance da atuação do Estado na economia sempre foi tema controverso, gerando teorias das mais diferentes matizes conceituais, que vão desde o Estado como sendo um mero observador, passando pelo Estado como Ente garantidor da propriedade privada e juiz em questões de Direito, avançando como Ente capaz e responsável pela mediação das relações de trabalho, competição e ética empresarial e chegando até o momento atual, em que figura, principalmente nos países mais desenvolvidos e avançados em relação ao novo capitalismo, como o Ente, por excelência, responsável por criar mecanismos sociais capazes de promover o crescimento e o aprimoramento das capacidades produtivas privadas, e como possível agente de defesa em relação ao próprio mercado interno^{18 19}, assim como podemos verificar em Smith:

Por conseguinte, o primeiro dever do soberano, o de defender a sociedade contra a violência e a injustiça de outros países independentes, torna-se gradualmente cada vez mais dispendioso, à medida que o país vai se tornando mais civilizado. A força militar do país, que inicialmente não acarretava ao soberano nenhum gasto, nem no período de paz nem do de guerra, com o avanço da prosperidade deve ser mantida, primeiro pelo soberano, em tempo de guerra e, depois, mesmo em tempo de paz²⁰.

Para muitos, ainda adeptos de teorias econômicas mais clássicas, a nova posição assumida pelo Estado vai de encontro as Leis do livre mercado e do famigerado conceito da “mão invisível do mercado” que deveria regular por si mesmo a atividade econômica, no entanto, a despeito disso, o que vemos na prática é atuação cada vez mais ativa de Estados como Estados Unidos da América e China na organização de seus parques econômicos e

¹⁸ CARVALHEIRO, N. Fundamentos da Intervenção do Estado: Algumas Concepções em Keynes e Kalecki. **Revista de Economia Política**, São Paulo - SP, v. 7, n. 2, p. 105-122, 1987.

¹⁹ CARVALHO, F. J. C. Mercado, Estado e teoria econômica: uma breve reflexão. **Revista Econômica**, Niterói – RJ, v.1, n.1, junho, 1999.

²⁰ SMITH, Adam. **A RIQUEZA DAS NAÇÕES**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 1 v. (OS ECONOMISTAS). Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Adam-Smith-2.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022. p. 186.

agentes transformadores da realidade social com vistas a criar situações propícias para o surgimento de empresas privadas que possam ser competitivas no plano global, em especial quanto à tecnologia. Como vemos em Keynes, onde se começa a abrir a noção de mercado privado para a participação efetiva do Estado.

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros (...). Não é propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete²¹.

Tal disposição de coisas, foi no caminho contrário do imaginado por muitos no início do século XX, quando se conjecturava o surgimento de grandes empresas que ficariam maiores que os próprios Estados e que criariam uma nova realidade feudal high tech.

Obviamente assistimos o surgimento de grandes conglomerados empresariais, que acabam por sufocar um determinado seguimento, como Facebook, Amazon e outras, mas a realidade quanto a função do Estado neste novo panorama está bem aquém daquilo outrora imaginado de forma tão apocalíptica, porque na verdade, o que se constata é uma verdadeira junção do poder do Estado a essas gigantes da informação e do controle de dados, e obtendo, como resultado direto, o fortalecimento da figura do Estado, e não a diluição de seu poder.

É a partir do fim da segunda grande guerra, com quase todas as grandes economias do globo em frangalhos, que o Estado passa a ser a figura de agente patrocinador das condições de surgimento de empresas privadas, não mais apenas como mantenedor de uma paz social mas também como agente de redução dos impactos sociais causados pela acumulação de riquezas e responsável pela redistribuição das riquezas angariadas pelos impostos através de serviços sociais como educação, saúde, infraestrutura e previdência²².

Essa atuação do Estado na Economia pode se dar de maneira direta, com a concessão de uso ou por meio de estatais e subsídios a determinado setor, como a praticada pelo Estado brasileiro no setor automotivo nas décadas de 1960 a 1980, ou aos incentivos dados pelo governo norte americano às empresas de tecnologia e inteligência artificial na atualidade.

²¹ KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982. p. 287-288.

²² NEVES, Joana. **História Geral: A construção de um mundo globalizado**. 1º Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Como vimos, a necessidade de se construir mecanismos e situações propícias para o desenvolvimento de empresas, em especial nas áreas da tecnologia e da internet, figuram hoje como o fator mais estratégico para a riqueza das nações, e desta necessidade surge a nova figura do Estado.

Mais do que simplesmente oferecer uma educação de qualidade, cabe ao Estado então fornecer ou propiciar situações favoráveis, no plano econômico, para o surgimento e desenvolvimento das atividades vinculadas a produção de tecnologias. Não basta apenas ensinar os futuros gestores e trabalhadores a criar ou manusear os instrumentos tecnológicos, é necessário que estas atividades possam ser rentáveis para que, dentro da dinâmica do próprio capitalismo, sejam atraentes ao ponto de trazer para si as melhores mentes.

Ao contrário do que muitos, em especial no Brasil, possam considerar, a atuação do Estado como sendo este Ente patrocinador é fundamental para o posicionamento estratégico de qualquer país frente o novo cenário da conjuntura do capitalismo global.

A questão da escolaridade não é a mesma que a questão da educação, não do ponto de vista estratégico, nem de uma empresa e muito menos de uma nação. Não estamos aqui falando da mera aquisição de diplomas ou ao aumento da média escolar básica, e sim de um aprimoramento educacional que possa fazer jus ao acompanhamento das inovações contemporâneas, desde as inovações nos planos da inteligência artificial, robótica e de controle de dados como também das inovações nos planos sociais de convívio e de relacionamentos impostas por essas novas tecnologias.

A própria sociedade mudou de tal maneira que seria impossível pensar em aplicar, por exemplo, na educação empresarial ou no trabalho de administração de empresas, os mesmos conceitos, regras e definições propostas por Adam Smith numa leitura da sociedade realizada em uma realidade completamente diferente da que vemos nos dias atuais.

A educação nos modelos atuais de desenvolvimento é a principal razão da competitividade nas relações de trabalho, tanto para os universos internos das empresas quanto e talvez principalmente para as nações.

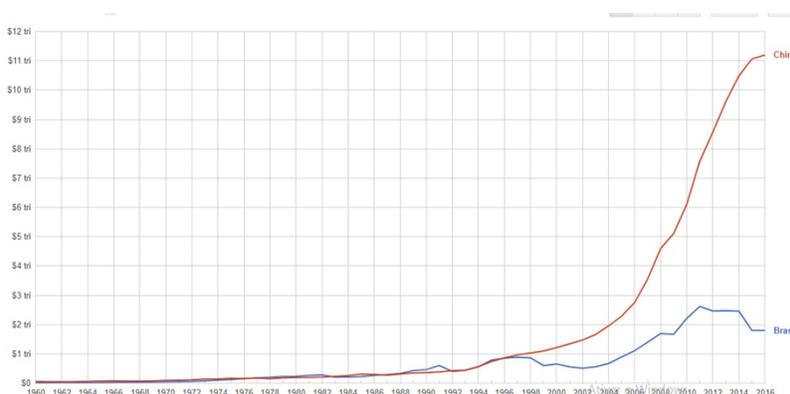
O problema que surge então dessa realidade, é que não há como pensar em construir uma economia competitiva sem pensar em produzir e atrair mentes pensantes.

Tal foi, por exemplo o caminho adotado pelas reformas adotadas pelo Partido Comunista Chines em seu projeto de conduzir a China a uma potência econômica, com a implantação imediata de universidades, mas também com a gradual criação de condições propícias para o retorno dos jovens que iam estudar fora de seu país, num projeto de décadas que visava o salto

geracional de forma que se pudesse criar uma geração de intelectuais²³.

Estes investimentos, conduzidos em educação na China, podem ser facilmente correlacionados a expansão que o país demonstrou em relação ao aumento de seu PIB nos últimos quarenta anos, enquanto o Brasil, apesar de uma acentuada subida entre os anos de 2004 a 2012, não por coincidência época de maior investimento em programas como PRO-UNI, voltou a cair, nem de longe demonstrando a pujança dos investimentos chineses em educação superior, o que impacta diretamente no desenvolvimento de tecnologias e inovações em diversas áreas:

Figura 2: Comparativo entre a evolução do Produto Interno Bruto chinês e o brasileiro (1960-2016)²⁴



Investimentos em Educação demoram para surtir o efeito desejado, especialmente na economia de uma nação, ocorre que, ao contrário de commodities, por exemplo, depois de ter sido implementado, dificilmente retrocederá, ou se ocorre, leva-se mais tempo para se exaurir, por isso o capital intelectual é mais importante nos dias atuais do que possuir uma grande reserva mineral ou em commodities. Conforme Antunes:

Segundo a visão dos economistas, o ser humano é considerado capital por possuir capacidade de gerar bens e serviços, por meio do emprego, de sua força de trabalho e do conhecimento, constituindo-se em importante fonte de acumulação de crescimento econômico²⁵.

²³ HUANG, Shuai. **O estudo de mudanças da estrutura da educação superior chinesa**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Nordeste, Shenyang, 2010.

²⁴ ALMEIDA, Allison; GOBI, André. **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CHINA: a nova jornada ao oeste**. 2018. Disponível em: <https://www.comciencia.br/ciencia-tecnologia-e-inovacao-nova-jornada-ao-oeste-chinesa/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

²⁵ ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital Intelectual** São Paulo: Atlas, 2000. p. 82.

Via de regra então, temos na educação a pedra angular para o sucesso ou o insucesso de uma nação, ou de um projeto nacional, e cada vez mais, a Administração de Empresas, enquanto ciência, tem se desenvolvido e ampliado no sentido de aumentar a compreensão do ser humano e de seu lugar no sistema de produção e de geração de riquezas, acompanhando a tendência global de desenvolvimento do modelo capitalista de produção, de consumo e de mercado.

O Papel das Empresas Privadas

É um tanto óbvio imaginar que são as empresas privadas as maiores beneficiárias de um sistema de educação de qualidade. Por mais que estejamos falando acerca da educação como meio de se planejar e se dirigir os negócios do Estado, essa dinâmica ocorre dentro do capitalismo, e como tal, com grande participação das empresas privadas.

Note-se que o que se pretende com a educação é justamente suprir o mercado privado de talentos que possam produzir e gerar as riquezas que irão compor o faturamento de um Estado.

É dessa maneira um ciclo que vai de cima para baixo e que depois se realimenta.

Alocamos todo este processo de desenvolvimento de capital intelectual por meio de uma educação robusta, inserida num projeto de desenvolvimento estatal, por dois motivos, primeiro que já vem sendo feito há algum tempo pelos grandes países do mundo, e segundo porque é um processo longo e que só é possível colher frutos no decurso de décadas, e por sua própria natureza empresarial, de obter lucro, se tornaria dispendioso e até, em muitos casos inaplicável para o setor privado investir na educação e na promoção de talentos.

O que uma empresa pode fazer e não é raro que faça, é promover redes de bolsas de estudo ou ainda criando centros educacionais voltados ao desenvolvimento de seus próprios profissionais, mas mesmo nesse tipo de atuação, mais reduzida se comparada a atuação de um Estado, é necessário o compromisso de um pensamento estratégico de longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado, as novas dinâmicas da Economia Capitalista Global exigem maior participação do Estado, fazendo inclusive confundir muitas vezes o papel do Estado e o papel das grandes indústrias de tecnologia, a Educação figura como elemento definidor para o sucesso ou o insucesso de um projeto de desenvolvimento e crescimento.

Claro que as indústrias, desde sempre precisaram de mão de obra especializada e o fornecimento de uma educação formal e compulsória tem sido o fator diferencial para o desenvolvimento de um parque competitivo de qualquer nação, entretanto, com o advento das novas tecnologias e principalmente das novas dinâmicas de consumo e de relações humanas, o

que se busca não é mais o aprendizado didático ou técnico, e sim o desenvolvimento de competências mais elevadas.

Daí a necessidade premente da valorização cada vez mais constante da pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico para elevar a taxa de riqueza de uma nação ou mesmo empresa no difícil cenário competitivo estabelecido por uma economia globalizada e cada vez mais dominada pela big data.

A riqueza de uma nação, desde há muito não pode ser definida apenas pelo seu produto interno bruto, e também não mais pela divisão dos recursos naturais ou acesso a bens e serviços pelo grosso da população.

Nos dias atuais, a riqueza de uma nação é dada antes de qualquer coisa por sua capacidade de criar cérebros desenvolvidos e capazes de lidar com as rápidas mudanças tecno científicas e a habilidade de não perder estes mesmos cérebros para países que ofereçam melhores condições de abrigar e de remunerar a estes cérebros.

A geração de riquezas, em um mundo onde tudo está a mudar de minuto a minuto, se vincula diretamente à capacidade de uma sociedade em produzir capital intelectual e acima disso de não o perder, porque a economia diluída em indivíduos, ou a cada dia mais diversificada, prioriza o capital intangível, aquele que não pode se perder ou que não esteja atrelado as inconsistências de especulações, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Allison; GOBI, André. **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CHINA:** a nova jornada ao oeste. 2018. Disponível em: <https://www.comciencia.br/ciencia-tecnologia-e-inovacao-nova-jornada-ao-oeste-chinesa/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital Intelectual** São Paulo: Atlas, 2000.

BORRELLI, Isabela. **Vale do Silício:** tudo o que você precisa saber sobre o maior polo de inovação do mundo. tudo o que você precisa saber sobre o maior polo de inovação do mundo. 2018. Disponível em: <https://www.startse.com/artigos/vale-do-silicio/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CARVALHEIRO, N. Fundamentos da Intervenção do Estado: Algumas Concepções em Keynes e Kalecki. **Revista de Economia Política**, São Paulo - SP, v. 7, n. 2, p. 105-122, 1987.

CARVALHO, F. J. C. Mercado, Estado e teoria econômica: uma breve reflexão. **Revista Econômica**, Niterói – RJ, v.1, n.1, junho, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC,

2002. Apostila.

GARÓFALO, G. L.; CARVALHO, L. C. P. **Teoria Microeconômica**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 34.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas: RAE**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. p. 23.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p 2. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/ADORNO.pdf?134956850>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HUANG, Shuai. **O estudo de mudanças da estrutura da educação superior chinesa**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Nordeste, Shenyang, 2010.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

NEVES, Joana. **História Geral: A construção de um mundo globalizado**. 1º Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTAELLA, Lúcia. O homem e as máquinas. In: DOMINGUES, Diana (comp.). **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 33-44.

SMITH, Adam. **A RIQUEZA DAS NAÇÕES**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 1 v. (OS ECONOMISTAS). Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Adam-Smith-2.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, [S.l.], v. 20, n. 43, p. 64-83. 2021.

SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. **Dicionário de Política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

Weider Silva Pinheiro

Doutorado em andamento em Business Administration pelo
LOGOS University International – UNILOGOS.

Mestrado em Master in Legal Sciences pela
Universidad Martin Lutero – UML.

Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela
UNIAO BRASILEIRA DE FACULDADES - UNIBF.

Jhonata Jankowitsch

Doutorado em Doctor of Business Administration pelo
LOGOS University International – UNILOGOS.

Mestrado profissional em Master Of Science In
Internacional Business – Negocios Internacionais pelo
Must University – MUST.

Graduação em Ciências Contábeis pela
Faculdade Paraíso do Norte – UNIBF.

RESUMO

As mudanças geopolíticas globais, mercadológicas e tecnológicas experienciadas pelas organizações desde os primórdios da administração de empresas, aceleradas pela globalização e pela era da ultra informação, demandaram mudanças nas estratégias e estrutura das empresas no decorrer dos anos. Com a gestão de pessoas, o mesmo ocorreu, evoluindo de um mero departamento burocrático e operacional à moderna gestão de pessoas, tornando-se um setor estratégico e capaz de trazer diferenciais competitivos às organizações por meio de uma aplicação eficaz de pessoal. O conceito de competências e de gestão por competências surgem como um meio de basear a gestão nas relações entre pessoas e empresas, e não mais no modelo taylorista que se resume em encontrar a pessoa certa para o lugar certo. Ao invés de se focar em cargos a serem preenchidos, o foco passa a ser na captação, retenção e desenvolvimento das competências críticas da Organização. Uma gestão por competências é voltada para o desenvolvimento de competências individuais e organizacionais, objetivando geração de valor para o mercado e para o cliente, ao mesmo tempo que gera valor social ao colaborador e valor econômico para o negócio. O empregado é um ativo imprescindível, pois sem ele não a atividade empresarial sequer seria possível, e deve-se enxergar e utilizar suas habilidades individuais no processo de gestão, contribuindo assim para o aprimoramento do capital intelectual da empresa.

Palavras-chave: competências; gestão por competências; valor social e econômico; desenvolvimento de pessoal; capital intelectual.

INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, desde os primórdios das teorias de administração, iniciadas com os estudos de Taylor¹ e Fayol², a gestão empresarial vem sofrendo diversas mudanças, sejam estas afim de acompanhar as evoluções da geopolítica global, evoluções mercadológicas ou mesmo tecnológicas, vistas principalmente no contexto estadunidense pós-guerra³ — cujo mercado é uma das principais fontes das teorias da administração moderna.

Estas mudanças, especialmente aquelas que marcam as grandes eras da industrialização ocorridas nos séculos XX e XXI (Industrialização Clássica, Neoclássica e a Era da Ultra Informação), tornaram os mercados consumidores mais complexos, com uma demanda crescente e diversificada, fazendo assim surgirem formas mais eficazes de se gerir negócios, necessitando-se de novos métodos de planejamento, de produção, de comunicação, de diferenciação comercial e de satisfação das necessidades desses mercados e demandas.

Assim sendo, as próprias organizações se tornaram mais complexas⁴, aperfeiçoando seus processos produtivos por meio de, inicialmente, uma maior mecanização de suas atividades, seguida pelo emprego de cada vez mais tecnologia na produção, bem como no surgimento de novos setores. É nesse contexto que surgem os setores especializados de logística⁵ e marketing⁶, por exemplo.

A gestão de recursos humanos, por sua vez, está presente nas organizações desde o início da industrialização, ainda no século XVIII, em que se era necessário alocar os trabalhadores nas máquinas onde deveriam trabalhar, remunerá-lo pelo trabalho realizado e ainda inspecionar o resultado entregue, o que era realizado pelos antiquados departamentos de relações industriais e pelos contramestres de chão de fábrica.

Na medida em que as organizações se tornaram mais complexas, as relações de trabalho também se transformavam, e assim como os mais diversos setores das empresas se modificavam no decorrer dos anos, de forma a seguir os novos rumos que os ambientes externos e internos das organizações tomavam, e considerando-se que toda organização precisa e é feita de pessoas, a gestão de pessoal também se alterou⁷.

¹ TAYLOR, Frederick. **Princípios de Administração Científica** (1911). São Paulo: Atlas, 1995.

² FAYOL, Henri. **Administração Industrial E Geral**: previsão, organização, comando, coordenação e controle. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1900.

³ URDAN, André Torres; URDAN, Flávio Torres. **Marketing Estratégico no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2010. 447 p.

⁴ CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

⁵ ALMEIDA, Célio Mauro Placer Rodrigues de; SCHLUTER, Mauro Roberto. **Estratégia Logística**. Curitiba: Iesde, 2009. 316 p.

⁶ URDAN, André Torres; URDAN, Flávio Torres. **Marketing Estratégico no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2010. 447 p.

⁷ PANTOJA, Maria Júlia. **Gestão por competências**. Brasília: Enap, 2015. 189 p.

A administração de pessoas deixou de ser apenas um departamento de administração da remuneração de operários, que não passavam de uma extensão da máquina que operavam, sendo um departamento totalmente operacional, para se tornar um setor estratégico e de grande importância nas empresas, capaz de trazer diferenciais competitivos por meio de uma aplicação eficaz de pessoal. Passou-se a enxergar o trabalhador como fator chave para se conquistar esses diferenciais, tornando este parceiro da organização⁸ — não sendo mais visto como simples peça de reposição.

Novas abordagens de como lidar com as pessoas foram sendo desenvolvidas na medida em que os contextos empresariais evoluíam, mas estas abordagens não se resumiam apenas a formas mais humanizadas de se enxergar ou tratar o trabalhador, mas sim novas formas, técnicas e estratégias de recrutamento e seleção de pessoas, de treinamento, alocação, remuneração e premiação, bem como de motivação dos trabalhadores.

O conceito de competências nas organizações, as chamadas *Core Competence*⁹, é uma dessas novas abordagens e teorias que surgiram no decorrer dos anos, e que, apesar de não ser um conceito novo¹⁰, se tornou muito relevante nos últimos vinte anos, em especial quando se fala em gestão empresarial por competências.

A gestão por competências permite uma maior valorização do indivíduo e de suas habilidades. Ao se considerar as habilidades individuais no processo de gestão, pode-se obter uma forma muito eficiente de se alocar cada colaborador, beneficiando-se a organização do melhor que este colaborador pode entregar como resultado, e também cooperando com sua motivação, produtividade e engajamento, beneficiando o próprio colaborador, seus parceiros de trabalho, subordinados e clientes¹¹.

É preciso considerar ainda que, em especial na Era da Ultrainformação e com a globalização, as mudanças que o mundo empresarial experenciou desde o pós-guerra, vêm se intensificando no que diz respeito ao enfrentamento de novas complexidades de mercado ou com o surgimento de novos modelos de negócio — como por exemplo a rápida

⁸ GUIMARÃES, Marilda Ferreira e ARIEIRA, Jailson de Oliveira. O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão. **Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005.

⁹ PRAHALAD, C.K., HAMEL, Gary. The Core Competence of the Corporation. **Harvard Business Review**, United States, n° 3, p.79-91, may/june, 1990.

¹⁰ De acordo com Fleury e Fleury e com Fernandes e Fleury (FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o Conceito de Competência Construindo o Conceito de Competência. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l], p. 183-196, jan. 2001 / FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; FLEURY, Maria Tereza. MODELOS DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA: evolução e teste de um sistema. **Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 103-122, jul./dez. 2007.), o psicólogo McClelland teria sido um dos primeiros teóricos a tratar o conceito de competências em seu paper *Testing for Competence rather than Intelligence*, sendo “uma característica subjacente a uma pessoa que é casualmente relacionada com desempenho superior na realização de uma tarefa ou em determinada situação” (FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o Conceito de Competência Construindo o Conceito de Competência. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l], p. 183-196, jan. 2001. p. 184). O autor propõe o uso de “testes de competências” em vez de testes de QI na seleção de pessoal.

¹¹ CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

necessidade de adaptação devido à pandemia e o surgimento das chamadas *Big Techs*, respectivamente.

Assim sendo, o objetivo deste estudo é discutir sobre os conceitos de competências e a gestão por competências, verificando se estes podem se tornar fatores de suporte à moderna administração de empresas, no sentido de auxiliar as organizações no processo de adaptação às rápidas e inevitáveis mudanças pelas quais seus mercados competitivos passam.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, que de acordo com Richardson¹², busca entender e interpretar significados e características descobertos por meio da pesquisa, possibilitando uma maior exploração de possíveis contradições e paradoxos¹³ ao não se apresentar como uma proposta rigidamente estruturada, permitindo que os pesquisadores explorem diferentes enfoques¹⁴.

Quanto a seus objetivos, trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, pois visa descrever o fenômeno a ser estudado, bem como descrever suas características¹⁵. Trata-se ainda de uma pesquisa do tipo exploratória, que para Gil¹⁶, se mostra a mais adequada quando se pretende aprimorar hipóteses, desenvolvendo conceitos ou ideias acerca do tema em estudo.

Para a coleta de dados, optou-se pelo método de pesquisa bibliográfica, em que se utiliza de fontes publicadas e anteriormente analisadas por outros autores¹⁷, tais como livros e artigos científicos, cuja finalidade é aprimorar e atualizar o conhecimento¹⁸.

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS

A palavra competência, dentro do contexto organizacional, deriva do conceito de *Core Competence* elaborado por Prahalad e Hamel em 1990¹⁹ e que pode ser traduzida como competências essenciais.

As competências essenciais são conhecimentos técnicos,

¹² RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

¹³ ARAÚJO, Richard Medeiros de; GOMES, Fabrício Pereira; LOPES, Alba de Oliveira Barbosa. PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO: qualitativa ou quantitativa?. **Vianna Sapiens: Revista das Faculdades**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 151-175, jan./jun. 2012.

¹⁴ GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**: RAE, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

¹⁵ RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2002.

¹⁶ GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

¹⁷ FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

¹⁸ SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, [S.l.], v. 20, n. 43, p. 64-83. 2021.

¹⁹ PRAHALAD, C.K., HAMEL, Gary. The Core Competence of the Corporation. **Harvard Business Review**, United States, n° 3, p.79-91, may/june, 1990.

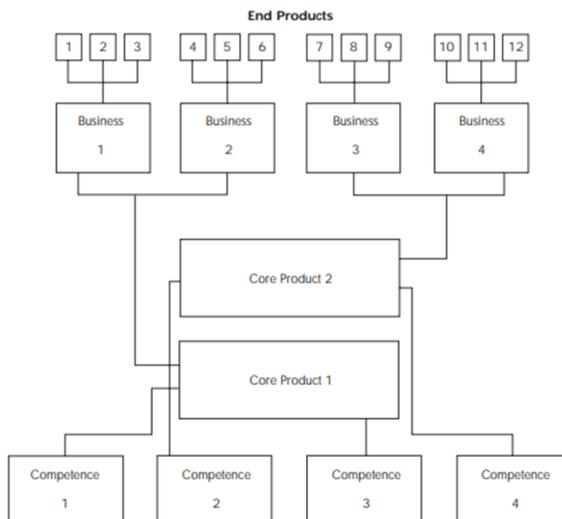
habilidades, tecnologias e o aprendizado coletivo de uma organização, especialmente aquelas que envolvem a coordenação dessas habilidades e a integração dos fluxos de tecnologia na organização de forma harmônica²⁰ e que vão impactar os produtos e serviços por ela ofertados, sendo difíceis de serem reproduzidas ou copiadas por empresas concorrentes.

Em outras palavras, as competências essenciais são as habilidades coletivas que compõem a organização e que, quando desenvolvidas e aplicadas, criam um diferencial competitivo. Assim versam os autores:

Competência essencial é comunicação, envolvimento e um profundo compromisso de trabalhar além dos limites organizacionais. Envolve muitos níveis de pessoas e todas as funções²¹.

Para eles, a empresa funciona como uma árvore, que cresce a partir de suas raízes. As competências essenciais da organização são essas raízes, que precisam nutrir e sustentar a produção dos *Core Products* da organização, seus produtos essenciais, de forma a obter estabilidade e fornecer benefício aos clientes. A figura abaixo resume este raciocínio:

Figura 1: Competências: As Raízes da Competitividade²²



Com o passar dos anos, o conceito de competências, bem como seu uso nas organizações, foi sendo aperfeiçoado, deixando de ser uma ideia

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem, p. 5. Tradução nossa.

²² PRAHALAD, C.K., HAMEL, Gary. The Core Competence of the Corporation. **Harvard Business Review**, United States, n° 3, p.79-91, may/june, 1990. p. 5.

apenas voltada a produção de conhecimento e habilidades coletivas, e passando a ser focado nas habilidades do indivíduo que, quando aplicadas e desenvolvidas, é o que produz habilidades e conhecimentos coletivos.

Competências são então o agrupamento de habilidades, conhecimentos, interesses, experiências e aptidões de um indivíduo, que podem ser aplicadas em conjunto para promover algum tipo de resultado²³.

Tais competências permitem que o indivíduo realize determinada tarefa com maior eficácia, e podem ser melhoradas por meio de treinamento, fomento e desenvolvimento²⁴.

[...] o conceito de competência é pensado como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos, que o indivíduo detém. Embora o foco de análise seja o indivíduo, a maioria dos autores americanos sinalizam a importância de se alinharem as competências às necessidades estabelecidas pelos cargos, ou posições existentes nas organizações²⁵.

Pode-se dividir o conceito de competências entre competências individuais, ou seja, do indivíduo, e competências organizacionais, as *Core Competences* de Prahalad e Hamel, que compõem o capital intelectual da empresa²⁶ ²⁷. As competências individuais precisam ser decorrentes das *Core Competences*²⁸.

Fernandes e Fleury²⁹ complementam:

a) a competência individual é conceito com duas dimensões: estoque de conhecimentos, habilidades e

²³ RESENDE, Enio. O Livro das Competências – Desenvolvimento das Competências: a Melhor Auto Ajuda para Pessoas, Organizações e Sociedade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

²⁴ PARRY, Scott B. The Quest for Competencies. **Training**, [S.l.], v. 33, n. 7, p. 48-54, jul. 1996.

²⁵ FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o Conceito de Competência. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], p. 183-196, jan. 2001. Edição especial. p. 185.

²⁶ FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; FLEURY, Maria Tereza. MODELOS DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA: evolução e teste de um sistema. **Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 103-122, jul./dez. 2007.

²⁷ PRAHALAD, C.K., HAMEL, Gary. The Core Competence of the Corporation. **Harvard Business Review**, United States, n° 3, p.79-91, may/june, 1990.

²⁸ BAPTISTA, Jorge Luiz de Paula. **GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS**: uma proposta para empresa de capital intelectual intensivo. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

²⁹ FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; FLEURY, Maria Tereza. MODELOS DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA: evolução e teste de um sistema. **Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 103-122, jul./dez. 2007. p. 108.

- atitudes à montante, e entrega do estoque à jusante;
- b) o desenvolvimento da competência está associado a crescimento em termos de complexidade: profissionais atuando em posições de maior complexidade necessitam exercitar competências em grau mais pleno;
- c) o aumento de complexidade – e de competências – relaciona-se a demandas organizacionais, de modo tal que trabalhos mais sofisticados requerem indivíduos de maior competência;
- d) o nível de competência exigido do profissional varia segundo o grau de formalização ou explicitação do conhecimento requerido ao exercício da atividade, de forma tal que atividades nas quais o conhecimento está mais formalizado necessitam de indivíduos atuando em menor grau de complexidade;
- e) maior complexidade da entrega e exercício de competências é diretamente proporcional ao valor que o profissional agrega ao negócio.

Se um indivíduo possui determinada competência, diz-se que ele é competente a realizar alguma tarefa que se relacione com esta competência, porém Resende³⁰ ressalta que, se um este indivíduo possui um agrupamento de habilidades, conhecimentos, interesses, experiências e aptidões, porém não é capaz de aplicá-las na obtenção de resultados, ele não é competente.

A figura 2 relaciona as competências, individuais e organizacionais, como fonte de valor tanto para o indivíduo quanto para a própria organização, onde as competências agregam valor econômico à organização e valor social ao indivíduo, pois este pode se desenvolver por meio de sua atuação na organização³¹.

Figura 2: Competências como Fonte de Valor para o Indivíduo e para a Organização³²



³⁰ RESENDE, Enio. **O Livro das Competências** – Desenvolvimento das Competências: a Melhor Auto Ajuda para Pessoas, Organizações e Sociedade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

³¹ “É importante destacar que a expressão das competências é fortemente afetada pelo contexto em que o indivíduo está inserido e suas interações sociais. Chamamos essa dimensão de PODER FAZER, que representa as condições que a organização oferece para a aplicação das competências” (PANTOJA, Maria Júlia. **Gestão por competências**. Brasília: Enap, 2015, p. 18).

³² FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o Conceito de Competência. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], p. 183-196, jan. 2001. Edição especial. p. 188.

A Gestão por Competências

A gestão de pessoal, historicamente, se baseia na divisão do trabalho em cargos pré-definidos, e esses cargos orientam o recrutamento, a seleção, o treinamento, a alocação, as promoções e remuneração dos colaboradores, baseando-se o recrutamento, a seleção e a alocação de pessoal naquilo que já propunha Taylor³³: buscar a pessoa mais adequada para aquela determinada função.

Numa gestão de pessoal baseada em cargos, estes são desenhados, elencando todas as atividades inerentes à cada cargo e sua remuneração, ou seja, a empresa lista quais atividades ela espera que o ocupante daquele cargo execute e quanto pagará por sua execução.

O trabalhador, quando se candidata a ocupar determinada vaga de trabalho, já está ciente de quais atividades precisará executar, e a organização, durante a seleção de pessoal, verifica os conhecimentos e experiências, profissionais e educacionais, que o candidato possui, afim de verificar por meio dessa análise se o candidato se enquadra nas exigências do cargo.

Fernandes e Fleury³⁴ apontam que as organizações — desde os anos 1990 no contexto internacional e, no caso brasileiro, nos idos dos anos 2000 — buscavam por um novo modelo de gestão que fosse baseado em suas relações com as pessoas, e não apenas em encontrar a pessoa certa para o lugar certo.

Sobre isso, os autores comentam:

Nesta busca, a noção de competências surge como alternativa. Em vez do desenho de cargos, recortes de atribuições de viés notadamente taylorista, autores proponentes da nova abordagem sugerem que gestores assumam o conceito de competências, que privilegia o indivíduo e seu desenvolvimento. Na nova ordem, elege-se o termo competências como novo centro das práticas de gestão de pessoas, os chamados modelos de gestão por competências³⁵

Trabalhar com habilidades e requisitos definidos por meio do desenho de cargos não mais se encaixa nas organizações modernas, mais complexas e mutáveis, próprias do mundo globalizado³⁶, e especialmente na Era da Ultra Informação, onde tais mudanças se dão de maneira ainda mais

³³ TAYLOR, Frederick. **Princípios de Administração Científica (1911)**. São Paulo: Atlas, 1995.

³⁴ FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; FLEURY, Maria Tereza. **MODELOS DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA: evolução e teste de um sistema. Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 103-122, jul./dez. 2007.

³⁵ *Ibidem*, p. 104.

³⁶ FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. **Construindo o Conceito de Competência. Revista de Administração de Empresas**, [s. l], p. 183-196, jan. 2001. Edição especial.

acelerada.

As organizações não podem mais competir apenas por meio de seus produtos e serviços, “mas por meio de competências, buscando atrair e desenvolver pessoas com combinações de capacidades complexas, para atender às suas *core competences*”³⁷.

Para Pantoja³⁸, o desenvolvimento de modelos de gestão por competências tem como objetivo a melhoria dos serviços — ou produtos — prestados à sociedade. Esta autora afirma que:

[...] além da necessidade de reconfiguração das estruturas e dos processos, a exigência por um novo patamar de desempenho só pode ser alcançada por meio da atuação das pessoas [...]. Por isso a gestão por competências pode ser considerada uma boa ferramenta para a interação entre os modelos de orientação para resultados, estratégia institucional e as pessoas que compõem a organização³⁹.

Já Carbone conceitua a gestão por competências como:

A Gestão por Competências surgiu para responder a questões particulares do cenário empresarial. Essa metodologia de gestão representa diversas tentativas de resposta: à necessidade de superação da concorrência num mercado globalizado; às exigências por agilidade, diferenciação e inovação contínua; às demandas de aprendizagem e de criação do conhecimento, para lidar com questões inéditas e surpreendentes que surgem a cada dia no contexto organizacional. Seu foco principal está orientado para o desenvolvimento de competências e novos conhecimentos, fontes por excelência para a conquista de vantagem competitiva sustentável. O modelo pressupõe que a posse de recursos raros, valiosos e de difícil imitação confere à organização vantagem competitiva. Tais recursos, por sua vez, são representados sobretudo pelos conhecimentos e pelas competências das pessoas que trabalham na organização.

Pode-se, então, definir a gestão por competências como uma metodologia de orientação empresarial para o mercado e para o cliente, voltada para o desenvolvimento sistemático das competências profissionais das equipes e dos funcionários. Ou seja, a gestão por competência representa um importante sistema de informação estratégica que orienta as ações de desenvolvimento

³⁷ *Ibidem*, p. 185.

³⁸ PANTOJA, Maria Júlia. **Gestão por competências**. Brasília: Enap, 2015. 189 p.

³⁹ *Ibidem*, p. 10.

profissional e organizacional na direção correta⁴⁰.

Para instaurar um modelo de gestão por competências, a primeira coisa a ser realizada é a definição e detalhamento da estratégia organizacional, seguido da identificação das competências organizacionais (*Core Competences*) e individuais que irão adicionar valor à essas estratégias⁴¹. “Diante de informações como essas, pode-se construir um modelo que transforme necessidades de mercado em respostas para o mercado, gerindo recursos humanos de maneira competitiva”⁴².

Após este levantamento, das competências organizacionais e individuais alinhadas à estratégia empresarial do negócio, elabora-se níveis de complexidade do trabalho alinhados às competências individuais, e assim inicia-se a elaboração do modelo de competências a ser adotado, bem como as ferramentas de gestão, como recrutamento e seleção, remuneração, avaliação de desempenho, premiação, treinamento, programas de carreira e outros⁴³.

Uma vez implementado um sistema de gestão por competências que abrigue todas as ferramentas de Recursos Humanos, ele deve ser de fácil acesso a todos os funcionários. Quanto às ferramentas desenvolvidas, a gestão por competências modifica os sistemas tradicionais de RH desde o seu conceito básico. **Ao invés de focarem o cargo, esses sistemas passam a focar a captação, retenção e desenvolvimento das competências críticas da Organização**⁴⁴.

Em complemento, pode-se dizer que a gestão por competências irá atingir a gestão todos os setores da empresa no que diz respeito à tratativa e desenvolvimento de pessoal, não se limitando apenas à atuação dos setores de gestão de pessoas e aplicação de ferramentas gerenciais.

Em se tratando de avaliação de desempenho por competências, por exemplo, a tabela a seguir traz um exemplo com duas competências (Orientação para Resultados e Trabalho em Equipe), e seus desdobramentos em referenciais de desempenho, permitindo-se medir o desempenho de cada indivíduo no ambiente de trabalho a partir desses referenciais.

⁴⁰ CARBONE, Pedro Paulo. Gestão por Competências: uma nova metodologia de gerenciamento do capital humano. *Revista Mundo*, Curitiba, v. 11, p. 18-22, 2005. p. 18.

⁴¹ BAPTISTA, Jorge Luiz de Paula. **GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS**: uma proposta para empresa de capital intelectual intensivo. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁴² *Ibidem*, p. 17.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 18. Grifo nosso.

Tabela 1: Exemplos de descrição de competências sob a forma de referenciais de desempenho⁴⁵

Competência	Descrição (referenciais de desempenho)
Orientação para Resultados	Implementa ações para incrementar o volume de negócios. Avalia com precisão os custos e benefícios das oportunidades negociais. Utiliza indicadores de desempenho para avaliar os resultados alcançados. Elabora planos para atingir as metas definidas.
Trabalho em Equipe	Compartilha com seu grupo os desafios a enfrentar. Mantém relacionamento interpessoal amigável e cordial com os membros de sua equipe. Estimula a busca conjunta de soluções para os problemas enfrentados pela equipe. Compartilha seus conhecimentos com os membros da equipe.

Já no processo de recrutamento e seleção, citando aqui um outro exemplo da utilização da gestão por competências em setores da empresa, esteja este processo de recrutamento e seleção realizado para incorporação de novos profissionais ao corpo de funcionários da organização ou para recrutamentos internos, deve ter como objetivo identificar dentre os candidatos aqueles que possuem as competências necessárias para assumir o cargo em aberto.

Em outras palavras, além das atribuições inerentes ao cargo, das experiências profissionais e conhecimentos do candidato, verifica-se se este possui a capacidade de saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, saber engajar-se, assumir responsabilidades e ter visão estratégica⁴⁶ ainda na fase de recrutamento, assim minimizando riscos de o candidato selecionado não se encaixar no cargo ou na cultura da empresa⁴⁷.

Esse tipo de modelo de gestão possibilita o melhor aproveitamento de talentos e a elaboração de planos de carreira que não vise apenas a progressão vertical dos funcionários, em que os únicos caminhos possíveis aos colaboradores é sua manutenção no cargo, demissão ou alçada a níveis superiores, mas também possibilita a progressão horizontal, permitindo uma melhor alocação de pessoal entre cargos de mesmo nível com o objetivo de promover um melhor aproveitamento das competências do colaborador, permitindo e facilitando seu desenvolvimento, e assim gerando maior valor social e econômico, para indivíduo e organização respectivamente.

⁴⁵ PANTOJA, Maria Júlia. **Gestão por competências**. Brasília: Enap, 2015, p. 18.

⁴⁶ FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o Conceito de Competência. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], p. 183-196, jan. 2001. Edição especial.

⁴⁷ GUIMARÃES, Marilda Ferreira e ARIEIRA, Jailson de Oliveira. O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão. **Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005.

Possibilitar o desenvolvimento dos colaboradores, não apenas alocando-os em cargos que permitam a melhor aplicação de suas competências individuais, mas também oferecendo condições para essa aplicação, seja com apoio gerencial ou material adequados para a mobilização dessas competências, é fator essencial para que o indivíduo seja capaz de aplicar suas habilidades, conhecimentos e atitudes em prol do trabalho⁴⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que se deixou de falar em departamento de pessoal ou em setores de recursos humanos, historicamente conhecidos meros executores da burocracia inerente à contratação de pessoal, passando a adotar os conceitos de uma gestão de pessoas integrativa, começou-se a considerar o ser humano como pessoa e não apenas um recurso da organização.

Essa mudança de percepção sobre a relevância das pessoas dentro de uma empresa é a principal característica da administração moderna, onde se entende o colaborador como um ativo, e não um custo. O empregado é um ativo imprescindível, pois sem ele não a atividade empresarial sequer seria possível, e deve-se enxergar e utilizar suas habilidades individuais no processo de gestão.

Sabendo que o ser humano é um ser inteligente e que consegue estar em constante evolução por meio da busca por conhecimento, aperfeiçoamento e treinamento, alocar suas competências corretamente e investir no desenvolvimento contínuo dessas competências, é o motor que contribui para o aprimoramento do capital intelectual da empresa.

Quando uma organização é capaz de desenvolver as competências que seus colaboradores têm ou possuem capacidade de adquirir, investindo em seus talentos, tem como resultado não apenas um capital humano motivado e dedicado, mas sim a melhoria contínua de seus processos internos devido à participação desses colaboradores, alavancando resultados e beneficiando a toda a organização.

Para além disso, a gestão por competências permite tomadas de decisão mais eficazes quanto a recompensas, adequação de pessoal em cargos que auxiliem o colaborador a desenvolver melhor suas competências, auxiliando também na verificação da necessidade de treinamento, mostrando ser uma forma estratégica de gestão de pessoal.

A gestão por competências se mostra como um possível fator determinante em uma adaptação organizacional eficiente frente às mudanças do ambiente externo, considerando que cria um capital intelectual engajado e motivado, com conhecimento amplo acerca do negócio, do mercado em que se insere e da importância da própria atuação e atividade, ao, como já foi tratado, buscar a captação, a retenção e principalmente no desenvolvimento de suas Core Competences.

⁴⁸ PANTOJA, Maria Júlia. **Gestão por competências**. Brasília: Enap, 2015. 189 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Célio Mauro Placer Rodrigues de; SCHLUTER, Mauro Roberto. **Estratégia Logística**. Curitiba: Iesde, 2009. 316 p.

ARAÚJO FILHO, Gilberto Carlos De. Influências do capital intelectual nas organizações: A correta gestão dos recursos intangíveis. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 10, Vol. 18, pp. 77-91. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/intelectual-nas-organizacoes

ARAÚJO, Richard Medeiros de; GOMES, Fabrício Pereira; LOPES, Alba de Oliveira Barbosa. PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO: qualitativa ou quantitativa?. **Vianna Sapiens: Revista das Faculdades**, [s. l], v. 1, n. 3, p. 151-175, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/download/67/54/107>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BAPTISTA, Jorge Luiz de Paula. **GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS**: uma proposta para empresa de capital intelectual intensivo. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/1171/1/GESTAO%20DE%20PESSOAS%20POR%20COMPETENCIAS.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CARBONE, Pedro Paulo. Gestão por Competências: uma nova metodologia de gerenciamento do capital humano. **Revista Mundo**, Curitiba, v. 11, p. 18-22, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FAYOL, Henri. **Administração Industrial E Geral**: previsão, organização, comando, coordenação e controle. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1900.

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; FLEURY, Maria Tereza. MODELOS DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA: evolução e teste de um sistema. **Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 103-122, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/2676>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o Conceito de Competência. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l], p. 183-196, jan. 2001. Edição especial. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rac/a/C5TyphygpYbyWmdqKJCTMkN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**: RAE, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GUIMARÃES, Marilda Ferreira e ARIEIRA, Jailson de Oliveira. O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão. **Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/309>. Acesso em: 07 dez. 2022.

PANTOJA, Maria Júlia. **Gestão por competências**. Brasília: Enap, 2015. 189 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2522/1/Gcomp%20-%20ApostilaCE.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PARRY, Scott B. The Quest for Competencies. **Training**, [S.l.], v. 33, n. 7, p. 48-54, jul. 1996.

PRAHALAD, C.K., HAMEL, Gary. The Core Competence of the Corporation. **Harvard Business Review**, United States, n° 3, p.79-91, may/june, 1990.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2002.

RESENDE, Enio. **O Livro das Competências** – Desenvolvimento das Competências: a Melhor Auto Ajuda para Pessoas, Organizações e Sociedade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, [S.l.], v. 20, n. 43, p. 64-83. 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/233>

Weider Silva Pinheiro

Doutorado em andamento em Business Administration pelo
LOGOS University International – UNILOGOS.
Mestrado em Master in Legal Sciences pela
Universidad Martin Lutero – UML.
Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela
UNIAO BRASILEIRA DE FACULDADES - UNIBF.

Jhonata Jankowitsch

Doutorado em Doctor of Business Administration pelo
LOGOS University International – UNILOGOS.
Mestrado profissional em Master Of Science In
Internacional Business – Negocios Internacionais pelo
Must University – MUST.
Graduação em Ciências Contábeis pela
Faculdade Paraíso do Norte – UNIBF.

RESUMO

Controle, transparência e segurança jurídica são temas indispensáveis para o estabelecimento de ambiente propício tanto para negócios quanto para a promoção do bem estar social. Os tribunais de contas são órgãos de controle que objetivam justamente garantir o controle, transparência e segurança jurídica nas relações governamentais, fazendo parte da organização do poder Legislativo e demais poderes da República, sendo o Tribunal de Contas da União um órgão de controle externo do poder executivo subordinado ao poder legislativo, um fiscalizador das atividades dos poderes constituídos e um agente da manutenção do caráter e princípios republicanos da organização estatal. A importância dos Tribunais de Contas reside justamente em sua posição no espectro organizacional da república e na sua missão constitucional de servir de baluarte contra eventuais malfeitos praticados por agentes e por órgãos públicos, tendo se tornado essenciais para a manutenção do Estado Democrático de Direito, ao passo que auxilia os três poderes na realização de suas competências constitucionais e assumem ainda, a tarefa de ao exercer o controle das contas públicas, representar o controle social do povo, compreendido como real detentor dos poderes do Estado e destinatário de suas atuações, não importando para tanto qual seja a disposição dos mandatários de momento.

Palavras-chave: tribunal de contas; estado democrático de direito; transparência e controle; combate à corrupção; segurança jurídica.

INTRODUÇÃO

Independente da forma de governo que esteja estabelecida, temas como controle, transparência e segurança jurídica são indispensáveis para o estabelecimento de um ambiente propício para os negócios e para a promoção do bem estar social. Dessa maneira, os órgãos de controle fazem parte da organização do poder Legislativo e demais poderes da República.

Funcionando de forma independente, a história do Tribunal de Contas da União do Brasil remonta às Juntas das Fazendas, concebidas no ano de 1680 e criadas para fiscalizar as Capitânicas junto à Fazenda do Rio de Janeiro e subordinada à Coroa Portuguesa.

Já nos primeiros anos do Império, por iniciativa do Visconde de Barbacena Felisberto Caldeira Brandt e do jurista José Inácio Borges, ambos Senadores Imperiais, a proposta do Tribunal de Contas da União foi apresentada ao Senado Imperial, ao que imediatamente se apresentou a celeuma técnica se as contas públicas deveriam ser controladas por um órgão externo ou se os próprios executores do orçamento é que deveriam fiscalizar suas pastas e orçamentos.

O Tribunal foi finalmente instituído por meio do decreto nº 966-A de 1890¹, já no período Republicano, por iniciativa do então ministro da Fazenda, o jurista Rui Barbosa, que assim disse acerca do órgão:

O primeiro dos requisitos para a estabilidade de qualquer forma de governo constitucional está em que o orçamento deixe de ser uma simples combinação especiosa como mais ou menos tem sido sempre entre nós, e revista o caráter de realidade segura, solene, inacessível a transgressões impunes. [...]

É, entre nós, o sistema de contabilidade orçamentária defeituoso no seu mecanismo e fraco na sua execução. O Governo Provisório reconheceu a urgência inevitável de reorganizá-lo; e acreditar haver lançado os fundamentos para essa reforma radical com a criação de um Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônomo, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem riscos de converte-se em instituição de ornato aparatoso e inútil².

Na Constituição de 1988, em seus artigos 70 e 71, está consagrado

¹ BRASIL. **Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1980**. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-966-a-7-novembro-1890-553450-publicacaooriginal-71409-pe.html>. Acesso em: 07 dez. 2022.

² BARBOSA, Rui. Tribunal de Contas. In: BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa (OCRB)**: tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1891. Volume 18. p. 361.

o Tribunal de Contas da União. O texto constitucional o estabelece como órgão de controle externo do poder executivo subordinado ao poder legislativo. No texto da lei:

Art. 70.

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.

Art. 71.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (...)³.

Os tribunais de contas coadunam com a própria estrutura organizacional do atual modelo de Estado, profundamente marcado pelo conceito de bem estar social e em que o cidadão é visto e compreendido como sujeito destinatário de direitos e de garantias fundamentais, para Motta:

A separação de poderes sofreu considerável mudança com o novo constitucionalismo pautado, entre outras características, pelo primado dos direitos fundamentais, de forma que permaneceu o sentido original da limitação ao poder, embora não como um fim em si mesmo ou como uma luz para o brilho da lei. Ao contrário, a dimensão instrumental do princípio deve prevalecer como esteio para a realização dos direitos fundamentais e dos objetivos de cada Estado. Isto exige que as concepções originais do princípio sejam confrontadas com o ordenamento de cada Estado, não mais prevalecendo com valor dogmático e receita universal⁴.

³ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 nov. 2022. Art. 70 e 71.

⁴ MOTTA, Fabrício. **Função normativa da Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2007. p. 57.

Nasce, dessa maneira, não necessariamente sua existência, mas seus princípios ordenadores, de uma noção tripartida dos poderes do Estado de forma que se possa não restringir, mas limitar os poderes constituídos da República e ampliar o modelo de pesos e contrapesos⁵.

Nesse sentido, a instituição de Tribunais de contas serve para fiscalizar a atuação dos entes federativos no destinamento da Rês Pública, exercendo o controle externo com vistas a obter a transparência da atuação estatal e otimizar os gastos públicos para melhor suprir as necessidades e demandas sociais.

Este trabalho tem como objetivo discorrer acerca da importância dos Tribunais de Contas, segundo teóricos brasileiros e de acordo com a legislação nacional, especialmente no que tange os temas transparência e controle.

METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa do tipo exploratória quanto a seus objetivos. A pesquisa exploratória permite ao pesquisador conhecer mais acerca de determinado assunto, sendo indicado para situações em que se pretende explorar a área de conhecimento em que se insere o tema em comento, quando se deseja aprimorar hipóteses, ou mesmo desenvolver conceitos e elaborar ideias ante a discussão proposta⁶.

Trata-se ainda de uma pesquisa do tipo descritiva, pois visa a descrição do fenômeno estudado e de suas características⁷.

Quanto aos procedimentos utilizados para coleta de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que se baseia em textos já publicados, anteriormente analisados por outros autores, tais como livros e artigos científicos⁸. Sua finalidade, para Sousa, Oliveira e Alves⁹, é o aprimoramento do conhecimento.

Utilizou-se também o método de pesquisa documental, que de acordo com Kripka, Schelle e Bonotto¹⁰:

⁵ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 10. Ed. São Paulo: Malheiros, 1988.

⁶ GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

⁷ RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2002.

⁸ FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

⁹ SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, [S.l.], v. 20, n. 43, p. 64-83. 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441#:~:text=A%20pesquisa%20bibliogr%C3%A1fica%20est%C3%A1%20inserida,cient%C3%ADfica%20de%20obras%20%C3%A1%20publicadas..> Acesso em: 30 mar. 2022.

¹⁰ KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLE, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 14, p. 55-73, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771>. Acesso em: 13 dez. 2022..

[...] consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos.

Assim sendo, adotou-se uma abordagem qualitativa, uma vez que, ao não se tratar de uma abordagem rigidamente estruturada, permite aos pesquisadores a exploração de enfoques variados¹¹, se mostrando como um tipo de pesquisa ideal na busca pela interpretação de significados e características demonstrados pela pesquisa¹². Uma pesquisa com abordagem qualitativa permite ainda uma melhor exploração de possíveis contradições e paradoxos que porventura surjam durante sua execução¹³.

DA CONCEITUALIZAÇÃO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

No contexto da administração pública, podemos definir o controle como sendo a faculdade e o dever que um poder da República possui de fiscalizar, orientar e corrigir a conduta funcional de um outro poder, tanto de forma direta quanto através de órgão especializados¹⁴.

A fiscalização da atividade dos poderes constituídos figura como sendo responsabilidade de todo o conjunto da administração pública direta e indireta quanto da atuação dos próprios órgãos em si quanto da atuação de seus agentes para manter tais condutas em observância estrita da lei e da legitimidade de seus atos, de forma que, na atuação estatal dos poderes da União, não se verifique a intromissão de um poder sobre o outro.

Embora as condutas exigidas pelos órgãos e agentes públicos não tenham uma definição específica na Constituição Federal, através de um capítulo ou seção, seus requisitos gerais encontram-se defesos no artigo 37, que versa sobre a administração pública:

Art. 37.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e**

¹¹ ARAÚJO FILHO, Gilberto Carlos De. Influências do capital intelectual nas organizações: A correta gestão dos recursos intangíveis. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 10, Vol. 18, pp. 77-91. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/intelectual-nas-organizacoes.

¹² RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

eficiência¹⁵.

Existem, portanto, diversos tipos de controle da administração pública que variam conforme o Poder, órgão ou autoridade que o execute. Sua classificação se dá conforme a origem, o momento e a amplitude do exercício.

O primeiro controle que encontramos e aquele exercido pelo próprio órgão que pratica o ato administrativo, o chamado controle externo estipulado no artigo 74 da Constituição Federal:

Art. 74.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União¹⁶.

Interessante ressaltar o que traz o parágrafo primeiro, no entanto, que expressamente traz o comando de que os responsáveis pelo controle interno, tão logo tomem ciência de irregularidade ou ilegalidade comunicarão ao Tribunal de Contas da União, o que, de certa maneira, impõe à administração

¹⁵ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 nov. 2022. Art. 37. Grifo nosso.

¹⁶ Ibidem, art. 74.

pública o controle interno submetido ao controle externo, e ainda, conquanto o que vemos no parágrafo 2º, podemos constatar que a função de fiscalizar a atuação dos poderes públicos cabe a todo cidadão ou entidade.

Quanto ao controle externo, é aquele realizado por órgão estranho ao órgão que realizou o ato controlado, como por exemplo o controle realizado das contas dos poderes Executivo e Judiciário pelo poder Legislativo, ou ainda a anulação de um ato do poder Executivo pelo poder Judiciário; ou ainda a imposição normativa constitucional da publicização para apreciação popular das contas municipais, defeso no artigo 31 da CRFB/88:

Art. 31.

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º - As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais¹⁷.

O controle é dessa forma todo aquele rol de ações que os órgãos e agentes públicos tomam conquanto as verificações dos atos praticados tanto em âmbito interno quanto em âmbito externo dos órgãos e entidades que lidem com a coisa pública, podendo ser realizado à priori, ou seja, antes do ato em si, ou em sua forma concomitante, enquanto o ato esteja a se realizar, ou em sua modalidade corretiva, depois do ato já ter sido tornado efetivo, quer seja acerca da legitimidade ou legalidade do ato ou ainda acerca do mérito do ato em si.

Da Transparência

O próprio conceito de transparência dos atos praticados pela

¹⁷ Ibidem, art. 31.

administração pública nos conduz ao entendimento de que a coisa pública deve ser gerida de maneira que consiga transferir aos reais titulares do poder público a destinação das receitas e feitos estatais, desta forma conferindo aos órgãos, entidades e agentes públicos seu caráter meramente representativo da população civil brasileira e de suas vontades.

Tal princípio, ao ser levado à administração pública, evidencia o mandamento constitucional definidor da formulação do Estado de Direito Democrático, estabelecido no Parágrafo único do 1º artigo da Constituição Federal, que versa: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”¹⁸.

É o princípio republicano por excelência, visto que, na ausência da transparência dos atos dos poderes constituídos, o que se verificaria seria um Estado policial e desprovido assim de qualquer tipo de legalidade ou segurança jurídica, visto que os atos praticados, não sendo publicizados com total transparência, implicaria na realização das vontades de seus agentes ou órgãos¹⁹.

DAS FUNÇÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Os Tribunais de Contas surgiram exatamente das discussões acerca da publicidade dos atos administrativos e de seu controle, amplamente marcado pelo princípio republicano e servindo como baliza para a efetivação da separação dos poderes e ainda de seu convívio harmonioso.

Muito se discutiu acerca das decisões dos Tribunais de Contas, visto que, integrando o Poder Legislativo, suas decisões só poderiam gerar coisa julgada em âmbito administrativo, ficando dessa forma possível uma reapreciação pelo poder Judiciário, em que pese o mandamento do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, em que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”²⁰.

Dessa maneira, ao conferir as decisões dos Tribunais de Contas poder de fazer coisa julgada, se poderia estar interferindo justamente na harmonia dos demais poderes.

Entretanto, ainda que o argumento de que a coisa julgada seja um atributo de competência exclusiva do poder Judiciário, a Suprema Corte tem entendido de forma pacífica que as decisões dos Tribunais de Contas, conquanto alinhadas a sua competência específica, ou seja, em relação a sua posição jurídica, é capaz de produzir coisa julgada, visto que, em contrário, suas decisões estariam esvaziadas de propósito e sua atuação seria a de um mero emissor de pareceres.

¹⁸ *Ibidem*, art. 1º caput.

¹⁹ BOBBIO, Norberto. **Estado governo**: por uma teoria geral da política. 14.ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁰ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 nov. 2022. Art. 5º, Inciso XXXV.

Este fato pode ser observado no caso julgado pelo STF nos autos do MS nº 5.490, em que restou decidido in verbis: o Tribunal de Contas “exerce a sua competência jurisdicional, livremente, à maneira de um órgão do Poder Judiciário, dizendo o direito como o interpreta”²¹.

Tal decisão corrobora com o texto constitucional e torna claro a não invasão de competências entre os poderes da República ao igualar o poder jurisdicional dos Tribunais de Contas ao poder jurisdicional do Senado Federal em relação aos crimes de responsabilidade, no artigo 52 da Lei 1079/50²² e no artigo 85 da CRFB/88²³, afastando, dessa maneira, da apreciação do Poder Judiciário matéria judicial a que órgão de controle ficou competente.

Assim ensina o Ayres Britto:

[...] nenhum Tribunal de Contas é tribunal singelamente administrativo (ao contrário do que se tem afirmado, amiudadamente). Não pode ser tribunal tão somente administrativo um órgão cujo regime jurídico é centralmente constitucional. É dizer: os Tribunais de Contas têm quase todo o seu arcabouço normativo montado pelo próprio Poder Constituinte. Assim, no plano de sua função, como respeitadamente às suas competências e atribuições e ainda quanto ao regime jurídico dos agentes que o formam²⁴.

A atribuição, portanto, dos Tribunais de Contas como órgãos autônomos na sua atuação e vinculado ao Poder Legislativo, é justamente exercer o controle dos atos administrativos de maneira permanente e técnica, não vinculada a uma magistratura ou governo de ocasião.

Assim define O'Donnell²⁵:

É a realização empreendida por uma instituição estatal com o propósito explícito de prevenir, cancelar, reparar

²¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Segurança n. 5.490** RJ. Relator: Ministro Antônio Villas Boas. Brasília, 20 de agosto de 1958. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

²² BRASIL. **Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950**. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1079-10-abril-1950-363423-normaatuizada-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.

²³ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

²⁴ BRITTO, Carlos Ayres. **O regime constitucional dos Tribunais de Contas**. Interesse Público, Porto Alegre, n. 13, 2002. p. 184-185.

²⁵ O'DONNELL, Guilherme. **Disonâncias: críticas democráticas a la democracia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. p. 114. Tradução nossa.

e/ou punir ações (ou, eventualmente, inações) de outra instituição estatal (ou funcionário individual) que se presumem ilegais, tanto baseados em atos de suposta transgressão como de corrupção. Este conceito de accountability horizontal delimita um tipo específico de interação entre instituições estatais, mais estreito que o vasto conjunto de intercâmbios entre elas. Em todos os casos de accountability horizontal, uma instituição estatal, diretamente, ou através da mobilização de outra instituição (frequentemente um tribunal), se dirige a outra instituição estatal, com base em argumentos legais, a respeito de ações (ou inações) presumidamente ilegais por parte desta.

A questão da atuação do Tribunal de Contas é justamente o controle exercido pela sociedade aos entes e órgãos estatais, conferindo a estes órgãos a função de um controle permanente (accountability horizontal), enquanto cabe à própria sociedade realizar o controle ocasional através das eleições diretas, validando ou não o desempenho de determinado agente em sua atuação no órgão para o qual fora eleito anteriormente (accountability vertical).

Neste entendimento, inserindo os Tribunais de Contas no âmbito da própria manutenção do caráter e princípios republicanos da organização estatal, podemos afirmar que os Tribunais figurem como auxiliares dos poderes constituídos para a efetivação dos objetivos constitucionais pregados pela Carta Magna, nas palavras de Moreira Neto:

Por ser órgão garantidor dos valores político-constitucionais do Estado Democrático de Direito, ou seja, porque exerce funções indispensáveis ao funcionamento dos princípios republicano e democrático, no tocante a um dos mais delicados aspectos de qualquer complexo juspolítico, que é, desde a Magna Carta, a gestão fiscal, como a disposição político-administrativa dos recursos retirados impositivamente dos contribuintes²⁶.

Por outro lado, mesmo que componha o Poder Legislativo, nota-se, por sua atuação propriamente dita, o caráter autônomo que possui, porque seria de todo ilógico pensar que um órgão subordinado pudesse julgar os atos do órgão subordinante. Encontra-se assim sua vinculação ao Poder Legislativo apenas em regime de cooperação, e não de atuação, visto que sua função constitucional é a de julgar e não de legislar, ainda que sendo órgão do Poder Legislativo.

²⁶ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. O parlamento e a sociedade como destinatários do trabalho dos Tribunais de Contas. In: SOUZA, Alfredo José de et al. **O novo Tribunal de Contas: órgão protetor dos direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Fórum, 2003. p. 60.

A Importância dos Tribunais de Contas no Combate à Corrupção

Poucos temas levantam mais paixões do que o combate à corrupção, isso porque envolve não apenas os possíveis e eventuais agentes públicos envolvidos, mas também porque nos remete a uma situação governamental de caráter personalíssimo, em que o mandatário do poder age segundo seus próprios interesses e privilegia seus grupos políticos.

Antes de qualquer de coisa, é preciso salientar que o tema Corrupção, por si mesmo, não se trata apenas de desvio de dinheiro público, ou ainda da apropriação dos bens do Estado para interesses particulares, indo muito além disso.

Atos corruptos passam desde tráfico de influência até a má gestão, estando deliberada ou não dos recursos disponíveis ao Estado e seus eventuais desperdícios, como por exemplo o deslocamento de um mandatário sem necessidade pelo território nacional.

A corrupção, em sua acepção ampla, diz respeito do mal uso ou uso indevido dos recursos nacionais, que, por sua própria natureza, são escassos, devido sua origem principal ser justamente o recolhimento de impostos.

Para se ter clareza dos impactos que a corrupção direta e indireta (má utilização dos recursos) gera para a totalidade da sociedade, é preciso que entendamos o Estado como o Ente, em acordo com o texto constitucional, responsável por dirimir questões como saneamento básico, acesso à justiça e ainda temas que necessitam de políticas afirmativas como a redução da discriminação racial, social ou de qualquer tipo²⁷.

O Estado tem o dever de fornecer à população os serviços que a ela cabe conquanto cidadãos componentes e acima disso, proponentes do pacto social anteriormente estabelecido.

Quando nos deparamos, quer seja com o desperdício de recursos ou seu real desvio, por óbvio que estamos a falar de falta de recursos justamente para a implantação das normativas e mandamentos constitucionais, ou seja, é objetivamente uma distorção do pacto social estabelecido.

Tendo isso em mente, é preciso atacar frontalmente a atuação dos Tribunais de Contas e as consequências diretas dessa atuação, pois com frequência, o resultado prático de sua operação é justamente a interrupção de alguma atividade, projeto, ou construção que esteja sendo levado a cabo por parte dos Poderes Executivo ou Legislativo e, não raro, levanta questionamentos e até mesmo críticas por parte da população contra o órgão fiscalizador, muitas vezes colocado sob uma dinâmica de disputas de poderes políticos.

Daí a necessidade de uma atuação, por parte destes órgãos, total e eficazmente autônoma dos poderes de ocasião. É certo que, como qualquer outro órgão ou instituição de Estado, também os Tribunais de Contas sejam

²⁷ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

constituídos por pessoas, e dessa maneira é impossível que não seja, de alguma forma, impactado por preceitos, preconceitos e até mesmo orientações doutrinárias e ideológicas que acompanhem aqueles sujeitos integrantes aos órgãos.

No entanto, ainda que possa haver, aqui e ali, utilizações desses mecanismos de controle de forma aquém de sua real atribuição constitucional, os Tribunais, bem como todas as engrenagens de fiscalização e controle externos dos poderes constituídos da República, figuram como os meios mais eficazes para garantir o cumprimento e o funcionamento da lógica dos freios e contrapesos, tão essencial ao bom funcionamento da tripartição de poderes e ao fortalecimento do Estado de Direito Democrático.

As auditorias dos Tribunais de Contas visam garantir a observância da ordem legal e a regular aplicação dos recursos públicos, não como ente regulador ou destinador, mas sim como instrumento público de controle social, visto que sua atuação serve para que os representantes eleitos, independentemente de suas posições políticas, doutrinárias ou ideológicas façam cumprir os termos da Constituição que deu, por sua vez, origem ao Estado e ao poder que de momento ocupa.

Essa natureza fiscalizadora, ficou ainda mais fortalecida no Brasil, com o advento das leis nº131/2009 (Lei da Transparência)²⁸ e nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)²⁹, posto que se tornaram importante recurso de controle social externo das contas públicas, que acabam por consubstanciar a atuação dos Tribunais de Contas.

Por fim, quanto ao tempo em que essa fiscalização deva ser realizada, de certo que o ideal seria, com vistas a ser mais efetiva, feita de forma prévia ou concomitante ao ato administrativo que gera repercussão financeira ou alterações no erário público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a importância dos Tribunais de Contas reside justamente em sua posição no espectro organizacional da república e na sua missão constitucional de servir de baluarte contra eventuais malfeitos praticados por agentes e por órgãos públicos.

Mesmo sendo um órgão atrelado ao Poder Legislativo em sua

²⁸ BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Lei da Transparência**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

²⁹ BRASIL. Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Lei de Acesso à Informação. Brasília**, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 09 dez. 2022.

estrutura, os Tribunais possuem autonomia quanto de sua atuação constitucional e ainda possuem o poder/dever de julgar dentro dos limites aos órgãos impostos pela carta constitucional.

Apesar de gerar certa celeuma, o caráter jurisdicional dos Tribunais de Contas, ao fazerem coisa julgada, não entram em conflito com o Poder Judiciário, visto que sua competência reside afirmada no texto constitucional e ainda não afasta do Poder Judiciário eventual apreciação dos temas em comento, não quanto ao mérito propriamente dito, mas em relação ao cumprimento do devido processo legal e às demais garantias Constitucionais, como o princípio do contraditório e da paridade de armas.

Outro modo, os Tribunais de Contas são essenciais para a manutenção do Estado Democrático de Direito, ao passo que auxilia os três poderes na realização de suas competências constitucionais e assumem ainda, a tarefa de ao exercer o controle das contas públicas, representar o controle social do povo, compreendido como real detentor dos poderes do Estado e destinatário de suas atuações, não importando para tanto qual seja a disposição dos mandatários de momento.

Em linhas gerais, podemos dizer que os Tribunais de Contas exercem fundamental participação para o fomento e criação de uma sociedade republicana ao ensejar o cuidado do patrimônio público e sua utilização a bem dos interesses públicos estabelecidos pelo texto constitucional através de seus princípios basilares e não desconsiderando o papel do Supremo Tribunal Federal enquanto intérprete deste mesmo texto constitucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

ARAÚJO FILHO, Gilberto Carlos De. Influências do capital intelectual nas organizações: A correta gestão dos recursos intangíveis. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 10, Vol. 18, pp. 77-91. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/intelectual-nas-organizacoes.

BARBOSA, Rui. Tribunal de Contas. In: BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa (OCRB)**: tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1891. Volume 18.

BOBBIO, Norberto. **Estado governo**: por uma teoria geral da política. 14.ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 10. Ed. São Paulo: Malheiros, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1980**. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-966-a-7-novembro-1890-553450-publicacaooriginal-71409-pe.html>. Acesso em: 07 dez. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Lei da Transparência**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950**. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1079-10-abril-1950-363423-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 12527, de 18 de novembro de 11. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Lei de Acesso À Informação**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 09 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Segurança n. 5.490 RJ**. Relator: Ministro Antônio Villas Boas. Brasília, 20 de agosto de 1958. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRITTO, Carlos Ayres. **O regime constitucional dos Tribunais de Contas**. Interesse Público, Porto Alegre, n. 13, 2002

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLE, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 14, p. 55-73, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. O parlamento e a sociedade como destinatários do trabalho dos Tribunais de Contas. In: SOUZA, Alfredo José de et al. **O novo Tribunal de Contas: órgão protetor dos direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Fórum, 2003

MOTTA, Fabrício. **Função normativa da Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

O'DONNELL, Guillermo. **Disonancias: críticas democráticas a la democracia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Patrícia Maria Brito Silva

Graduanda em Pedagogia pelo
Instituto de Evolução Funcional Educacional – IEFE.
Servidora da Rede Estadual em Saúde da Cidade de Santos.
São Paulo-SP.

RESUMO

No trabalho pedagógico a utilização dos instrumentos e ferramentas como as Histórias em Quadrinhos (HQs) vem contribuir por suas variadas características literárias como a utilização de imagens, palavras, símbolos que concomitantemente com uma estória corrobora em muito para diagnósticos e tratamentos nas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. No contexto nacional, reportando o surgimento dos quadrinhos brasileiro no âmbito mundial à Mauricio de Souza. E por fim, a literatura quadrinizada como amparo didático, multidisciplinar, para todos os níveis de ensino, em especial na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A criatividade, imaginação e eficiência do educador, fazem toda diferença no uso das HQs na sala de aula. O presente estudo tem como recurso metodológico o levantamento bibliográfico, documental e levantamento de campo junto aos profissionais em escolas, consultórios e hospitais. Diante do pouco uso deste recurso e dos desafios do profissional da educação, o presente projeto de pesquisa apresenta a seguinte questão a ser respondida: Como utilizar as HQs no processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: quadrinhos; educação; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Nossos ancestrais quando ainda não faziam uso da linguagem escrita, utilizavam como meio de comunicação desenhos e símbolos. Quando queriam registrar um acontecimento, desenhavam em cavernas e grutas cenas em sequência, que é uma das características das Histórias em Quadrinhos, a mais antiga forma de comunicação documentada.

Tornar-se á como ponto de partida o gênero quadrinizado a partir da utilização do texto para “descrever e comentar a ação ilustrada”.

Ao longo da história, com o surgimento da escrita, a arte sequenciada ganha técnica, estilo e características próprias e imutáveis, são as Histórias em Quadrinhos como conhecemos hoje. As Histórias em Quadrinhos caracterizam-se como “arte narrativa figurada”, desde a antiguidade com frisos, tapeçarias, filatérios, pinturas nas cavernas; na modernidade com o

cinema, fotonovela, desenho animado, ilustração, charge, desenho humorístico e outros.

No Brasil, as publicações de história em quadrinhos eram essencialmente estrangeiras, apenas em 1869 tivemos os primeiros personagens brasileiros na revista carioca “Vida fluminense”.

Veremos um breve esboço histórico das HQs, atentando para o contexto nacional, reportando o surgimento dos quadrinhos brasileiro no âmbito mundial à Mauricio de Souza. E por fim, a literatura quadrinizada como amparo didático, multidisciplinar, para todos os níveis de ensino, em especial na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A criatividade, imaginação e eficiência do educador, fazem toda diferença no uso das HQs na sala de aula.

O mundo das Histórias em Quadrinhos (HQs) veio como uma porta lúdica e artística como colaboração ao processo educativo. As HQs perpassaram o tempo vencendo as barreiras do preconceito literário e hoje vem sendo utilizado moderadamente, porém eficazmente como recurso no processo de ensino-aprendizagem.

O Ministério da Educação (MEC, 2007) recomendou em seus instrumentos de referência para a Educação, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais, a utilização das Histórias em Quadrinhos como ferramenta de alfabetização. Contudo, esta literatura não deixa de ser utilizada no ensino com os adolescentes, adultos e nos diversos níveis de formação desde a Educação infantil até o ensino Universitário.

De acordo com a Revista “Educar para Crescer” (2012), um fator que torna os quadrinhos atraentes para as crianças é o envolvimento emocional do leitor com os personagens. Ou seja, o aparato do recurso da literatura em quadrinhos, abarca em sua característica literária diversas possibilidades de intervenções devido às alternativas interdisciplinares contidas nas HQs.

O profissional pedagogo tem como objeto de seu trabalho a aprendizagem e a construção do conhecimento; atua na intervenção no processo de ensino e aprendizagem de forma a direcionar para um aprender eficaz e corroborar na mudança do olhar do indivíduo aprendente em relação ao seu objeto de aprendizagem.

No trabalho pedagógico a utilização dos instrumentos pedagógicos como as HQs que vem contribuir por suas variadas características literárias como a utilização de imagens, palavras, símbolos que concomitantemente com uma estória corrobora em muito para diagnósticos e tratamentos nas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Diante do pouco uso deste recurso e dos desafios do profissional pedagogo, o presente projeto de pesquisa apresenta a seguinte questão a ser respondida: Como utilizar com eficácia as HQs no processo de ensino aprendizagem.

CAMINHOS E HISTÓRIA DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Os quadrinhos, no contexto mundial, surgiram juntamente com o cinema, considerando-se como marco inicial da história em quadrinhos o aparecimento do Yellow Kid (O garoto amarelo, de 1896), criação do desenhista norte-americano Richard F. Outcoul, para o jornal New York Word. O garoto amarelo era um menino pobre das favelas de Nova York que usava um camisolão amarelo no qual era escrito o texto.

Em 1896, surgiram os quadrinhos com balões como conhecemos hoje com Rodolph Dirks nos quadrinhos Os sobrinhos do Capitão. Seguindo esta metodologia surgiram heróis protagonistas como Tarzan (1914), de Edgar R. Burroughs; no gênero ficção científica o herói Flash Gordon (1934), de Alexander Raymond, e no passado medieval o Príncipe Valente (1937), de Harold Foster.

Muitos personagens de sucesso foram criados, dentre eles: Popeye (1929), de Elzier Segar; Luluzinha e Bolinha (1935), de Marjorie; Mafalda (1951), de Quino, Tom e Jerry (1950), Os Flintstones (1959), Os Jetsons (1962), de William Hanna e Joseph Barbera; Fantasma (1949), de Ray Moore, Batman (1930), de Bob Kane etc.

Hergé (George Remi), desenhista europeu, criou Tintim (1929); René Goscinny e Albert Uderzo criaram Asterix (1959).

No Brasil, as publicações de história em quadrinhos eram essencialmente estrangeiras. Porém, é importante recordar que em 30 de janeiro de 1869, surgiu o personagem Nhô Quim, de Ângelo Agostini, na revista “Vida Fluminense”, no Rio de Janeiro. Muito antes do aparecimento do Yellow Kid (1896). Por isso, em 30 de janeiro é comemorado o “Dia do Quadrinho Brasileiro”.

O verdadeiro ponto de partida da nossa literatura em quadrinhos, no entanto, foi com a revista dedicada às crianças: “O Tico-Tico”, que teve seu primeiro número publicado em 11 de outubro de 1905, pela empresa de publicações jornalísticas “O Malho”. Seus criadores foram Renato de Castro e Manuel Bonfim. O nome da revista foi inspirado na Escola “Migalhas do Saber” conhecida como Escola “Tico Tico”, que era um jardim de infância. A editora “S. A. O Malho” publicou a revista em especial para crianças, depois de sucessos alcançados por publicações similares na Europa, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Buster Brow foi um dos principais personagens da revista, desenhado por Richard F. Oulcoul. Na versão nacional Buster Brow recebeu o nome de Chiquinho. Com o fim das versões de Buster Brow nos EUA, o personagem Chiquinho ainda permaneceu nos quadrinhos, agora, porém desenhada por artistas nacionais, dentre eles, J. Carvalho, um dos grandes desenhistas da época. Trabalhou desenhando “Chiquinho” entre 1905 e 1907, tornando-se mais tarde o diretor de “O Malho” (1922-1938). Além da adaptação de personagens norte-americanos a Revista Tico-Tico incentivou muitos desenhistas brasileiros a produzir suas próprias criações. Nasceram daí: Lamparina, uma esperta empregada negra, de J. Carvalho; Réco-Réco,

Bolão e Azeitona, de Luís de Sá; Zé Macaco e Faustina, de Osvaldo Storni; Pernambuco, o marujo, criação de Belmont; Barão de Rappé ou Chico Muque, produção de M. Yantok; Bolinha e Bolonha são de Nilo Borges etc.

O “Polichinelo”, lançado em 1917, foi um jornalzinho para crianças, que dentre outras coisas, continha histórias em quadrinhos, porém teve curta duração.

A “Gazeta”, um jornal paulista, lança em 5 de setembro de 1929 “A Gazetinha” com algumas histórias brasileiras quadrinizadas como: A Garra Cinzenta de Renato Silva e Francisco Armond.

Em março de 1934, Adolfo Aizen, lança o “Suplemento Juvenil” do Jornal “A Nação”. A partir da 15ª edição o Suplemento desliga-se do Jornal, passando a ser publicado três vezes por semana, em cores e com tamanho maior. Lançando no Brasil Flash Gordon, Agente Secreto X-9, Jim das Selvas, todas produções de Alexander Raymond; Tarzan, Mandrake, Dick Tracy, Príncipe Valente, Terry etc. Inclui também histórias nacionais como Roberto Sorocaba, de Monteiro Filho; A Garra Cinzenta de Renato Silva e Francisco Armond e as edições infantis Mirim e Lobinho, que em 1940 passa a ser publicada em comic books.

O Jornal “O Globo” de Roberto Marinho, lança o “Globo juvenil”, logo após a criação do Suplemento Juvenil, com a publicação de Lil’Abner (conhecido como Ferdinando); Brucutu, Zé Mulambo e Don Dixon etc.

“O Globo” lança o “Gibi” – uma imitação do “Mirim” – que na década de 40 passa a ser publicado mensalmente no tipo comic books, com aventuras de: Capitão Marvel, Príncipe Submarino, Tocha Humana. O termo Gibi passa a ser dirigido a qualquer revista em quadrinhos. Gibi significa “moleque negrinho”, eram os meninos que vendiam os jornais com as histórias em quadrinhos.

Em abril de 1940, Vicente Guimarães, funda em Belo Horizonte o “Suplemento Juvenil” do Jornal “O Diário”. Criou na mesma época a revista Era uma vez..., que atingiu grande sucesso, porém durou até agosto de 1947. No mesmo ano Guimarães mudou-se para o Rio de Janeiro e passa ao cargo de diretor da revista Sesinho, publicada pelo “Sesi”.

A “Editora Brasil América”, iniciada em 18 de maio de 1945, recebe a transferência do “velho” Suplemento, que se encerrava, de Adolfo Aizen. A primeira publicação da EBAL - Editora Brasil América, designada como a célula-máter foi “O Herói”. A editora inicia um projeto pioneiro, tendo como objetivo publicar os mais importantes livros da Literatura Brasileira, na linguagem quadrinizada, iniciando com a obra de José de Alencar “O Guarani”, com ilustração de André le Blanc, haitiano, radicado no Brasil. Dentre as publicações, estão as obras de Dinah Silveira de Queiros, Herberto Salles, Maria José Dupre e outros, com a colaboração de vários ilustradores brasileiros e estrangeiros radicados no Brasil: Antonio Euzébio, Ramón Llampayas, Gutemberg Monteiro, Nico Rosso, José Geraldo, Gil Coimbra etc. O projeto foi bem aproveitado pelas escolas cariocas da época. Surgiu a EBAL Especial em Quadrinhos, especializada nessa arte de quadrinização, incluiu títulos como: Os Três Mosqueteiros, Oliver Twist, O Médico e o

Monstro, Os filhos do capitão Grant etc.

Jerônimo Monteiro, usando o pseudônimo de Ronnie Wells, criou o personagem Dick Peter, que era desenhado por Abílio Correa em 1947, no Diário da Noite (SP). Na mesma época é publicada Morena Flor, uma selvagem amazônica, criação de André le Blanc, com distribuição da ICA na Argentina, Chile e até nos Estados Unidos.

As revistinhas infanto-juvenis de sucesso da época eram: Guri, Mirim, Sextaferino, Correio Universal, Lobinho (Standard), Lobinho (Comic Books), Sesinho, Jornalzinho, Vida Infantil, Biriba etc. Havia pequenas editoras na década de 40 com especialidade em historietas policiais, de guerra e aventura; Capitão Atlas (1944) resultando do sucesso radiofônico de Péricles do Amaral; Vingador (1943) edição de responsabilidade de P. Amaral, sua distribuição era como propaganda da Palmolive; Jerônimo também resultou do êxito radiofônico de Moysés Weltmam, da Rádio Nacional; com desenhos de Edmundo Rodrigues e editada pela empresa de Roberto Marinho a Rio Gráfica, e a revista Raimundo, o cangaceiro de José Lanzelloti, todas com curta duração.

A Editora Abril entra no mercado a partir de 1950, editando a revista em quadrinhos: Pato Donald, distribuída em todo o país. A partir daí as portas estavam abertas para as produções de Walt Disney, que obteve grande sucesso, pois os desenhos tinham grande amparo publicitário da TV e cinema, com os desenhos animados, cativando pessoas de todas as idades. É nesse tempo que houve grande repercussão da literatura de terror, muito lida pelos adultos.

O Terror Negro foi a primeira revista do gênero terror, em 1951 com edição de Jacomo e Paschoal La Silva. Surgiram a partir daí muitas outras revistas de terror: Histórias Macabras de Thomas Morgan; O Homem Invisível de Tiradez etc. Eram títulos de grande repercussão, porém sem superar o sucesso dos super-heróis que tiveram um destaque no pós-guerra, no entanto, voltaram mais tarde com força total.

As histórias de terror eram cópias norte-americanas, que diminuíram sua produção, restando às editoras o apelo à artistas nacionais ou estrangeiros radicados como Rodolfo Zall, Eugênio Colonese, Gedeone Malagola, Rico Rosso, ilustrador de Zé do Caixão, Sergio Lima, Alain Voss, J. Shimamoto etc.

Em 18 de junho de 1951, foi realizada a Primeira Exposição Internacional das Histórias em Quadrinhos como ato pioneiro organizado por Jayme Cortez Martins, Syllas Roberg, Miguel Penteado, Reinaldo de Oliveira e Álvaro de Moya, intitulado “Studioarte”, realizado no Centro Cultura e Progresso em São Paulo. Nesse evento foi mostrado o desenvolvimento histórico e artístico dos comics. Houve análises e críticas às editoras, às imitações dos desenhos e até debates sobre a má influência dos quadrinhos na educação das

crianças. Nesse embate fundaram a “Associação Paulista de Desenhistas”, que tinha como objetivo aventajar a produção brasileira de quadrinhos com a liderança de seu presidente Romeu Cozzi, posteriormente foram realizados vários congressos internacionais nos quais o Brasil teve tímidas participações.

A partir da década de 60, as produções brasileiras ganharam grandes personagens como O Pererê e O Menino Maluquinho, criação de Ziraldo, Bidu, Cebolinha, Piteco, e enfim a Turma da Mônica, do desenhista Mauricio de Souza.

Os quadrinhos têm um nome diferente em cada parte do mundo, nos Estados Unidos são conhecidos como comic strips, tiras cômicas; na França, bandes dessinées, bandas ou tiras desenhadas; na Itália, fumetti, fumacinha, referência aos balões que saem da boca das personagens; na Espanha, tabeó; em Portugal, história aos quadrinhos; no Japão, mangá; e no Brasil a revista em quadrinhos é conhecida como gibi que eram os moleques que vendiam os jornais de mão em mão com o suplemento de HQ.

As produções de mangás alcançaram um grande sucesso no Brasil, com os personagens dos Cavaleiros do Zodíaco, Dragon Ball Z etc. Há cursos e concursos de desenhos japoneses, instigando a produção de histórias por novos desenhistas brasileiros.

Em São Paulo encontra-se a maior gibiteca do país: a Henfil, localizada no Centro Cultural São Paulo, o local possui um acervo riquíssimo com acesso gratuito à comunidade. A Universidade de São Paulo conta com o apoio do Observatório de Histórias em Quadrinhos, coordenada pelo professor Waldomiro Vergueiro. No observatório são feitos estudos de pesquisa científica da arte e literatura quadrinizada como forma de estimular estudos, a fim de utilizar com metodologia científica, pois no observatório, também são desenvolvidas a análise e produção de histórias em quadrinhos nacional e internacional. A equipe de professores do observatório realizam atividades para fomentar a produção de pesquisas na área, pois os estudos da literatura quadrinizada são escassos, porém criaram as “Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos”, no intuito de reunir os estudiosos da área com apresentação de trabalhos e mesas de discussão. Em 2020, devido a pandemia de Covid-19, os encontros passaram a se intitular Cyberjornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos, pois o evento passou a ser virtual. As HQs invadem o espaço virtual, pois teve um site voltado para as histórias em quadrinhos, chamava-se Máquina de Quadrinhos da Turma da Mônica, tratava-se de um site de entretenimento e desenhos, por meio do qual, o desenhista Maurício de Souza fez uma parceria com a empresa Lector.com e desenvolveu a literatura quadrinizada no ambiente virtual, onde os usuários poderiam criar suas próprias histórias. Foi inaugurado em setembro de 2009 e encerrou as atividades em abril de 2013. Atualmente temos no site Calameo no endereço <https://www.calameo.com/accounts/2722857> encontra-se acesso às produções em quadrinhos no formato virtual.

A LINGUAGEM DOS QUADRINHOS

A linguagem é a forma de transmissão, comunicação entre os indivíduos. Para representá-la usamos sinais, símbolos, por meio da escrita, fala, imagem, códigos etc.

Nos quadrinhos a linguagem verbal, representada pela escrita e visual representada por imagem, estão associadas, formando a característica primordial desta literatura. A linguagem verbal aparece nos balões, legendas, onomatopeias e interjeições. Os textos, sinais de pontuação, símbolos e até imagens, são linguagens que podem estar contida nos balões. Por meio deles, percebemos os pensamentos, emoções e obviamente a fala das personagens. Pois os balões mudam de formato quando se deseja expressar: raiva, medo, pensamentos e sonhos.



Figura 1 balão- fala



Figura 2 balão-pensamento



Figura 3 balão-cochicho



Figura 4 balão-sonho



Figura 5 balão-imagem



Figura 6 balão-grito

As letras usadas no texto dos balões geralmente são de fôrma, maiúscula e desenhada à mão. Mas, podem variar conforme as expressões ou situações que o desenhista queira traduzir como fora do normal, como um tom de voz mais alto, uma ênfase verbal, raiva etc.



Figura 7 alegria



Figura 8 tom alto de voz



Figura 9 susto

É de acordo com a imagem que o tempo e o lugar que se passam as histórias são indicados. Por exemplo, um quadro com cor alaranjada representa o fim da tarde, e outro com cor escura do quadrinho mostra que é noite.

A legenda é um texto, geralmente pequeno que informa e descreve algum fato relacionado com a história. É uma narração, não obrigatória, pois nem todas as histórias apresentam legendas.



Figura 10 legenda 01



Figura 11 legenda 02

As onomatopeias são palavras que descrevem o ruído ou som de animais, objetos, fenômenos da natureza etc. Nas histórias em quadrinhos é muito comum o uso de onomatopéias, pois atribuem sonoridade às imagens. Para o ruído de um mesmo fenômeno, podem ser utilizadas várias onomatopeias, ex.: Cabrum!, Barummm!, Brrrbum! (trovão). Como também uma única onomatopeia para sonorizar várias coisas, ex.: Pam! (porta que bate, tiro, batida de carro). As interjeições são palavras que expressam emoções. Elas aparecem com grande frequência nas histórias em quadrinhos.

Pois, as personagens estão constantemente expressando emoções como: dor (ai! ui!), satisfação (oba! opa!), admiração (ah! oh!).



Figura 12 onomatopéia 01



Figura 13 onomatopéia 02



Figura 14 onomatopéia 03

A linguagem dos quadrinhos é muito singular e universal, corroborando com a eficaz interpretação e leitura.

PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS

Para se fazer uma história em quadrinhos é preciso pensar em primeira instância nas personagens, criar um título, a partir da história, que passa por algumas etapas de produção como o argumento, esboço e acabamento.

É importante identificar as personagens e caracterizá-las; estabelecer o protagonista, se ele é fixo ou se muda a cada quadrinho; subdividir a história em cenas ou quadros, definindo os gestos, diálogos e ambientes, e enquadrar a história; subdividir a estrutura e o comprimento da história, que pode ter poucos ou muitos quadros; episódios completos ou incompletos, para imaginar o final; escolher a técnica, branco e preto ou cores; programar a paginação, realizada segundo técnicas cinematográficas, com personagens vistas do alto, de baixo, ao longo dos campos, em primeiro plano; conservar certa unidade cromática e gráfica, além de uma sequência lógica.

A personagem é a fonte de criação das histórias, pois é por meio das características psicofísicas que as percebemos em qualquer história. As características psicológicas são expressas por intermédio das ações, gestos, comportamento, o modo de se vestir, de falar etc.

Enquanto as características físicas são notadas nas imagens dos desenhos; define-se tamanho, peso, cor, ou seja, o tipo físico de cada um, sendo estas sempre as mesmas em todas as histórias que a personagem participa.

O título é escrito com letras maiúsculas em formatos variados, às vezes algumas letras são substituídas por desenhos que se relacionam com o conteúdo da história. Pode ser colocado antes do primeiro quadrinho, acima do quadrinho, com o nome da personagem seguido do título e quando não há título aparece no primeiro quadrinho apenas o nome da personagem.



Figura 15 título



Figura16 título personagem

Uma história em quadrinhos apresenta trechos hilários, mas é no último quadrinho que se desfêcha a história, e este é o ponto alto, o mais engraçado. É neste quadrinho que vem a palavra FIM, indicando o final da história.

Numa história em quadrinhos nem sempre o desenhista é o escritor. Mas, há um argumentista que pode ser o desenhista ou escritor, que faz um texto chamado argumento, ou seja, um resumo, da história. O argumentista divide a história na sequência que será apresentada, junto com os rabiscos das personagens, legendas, suas falas e pensamentos, caracterizando-se assim, o argumento. Esse material é entregue ao desenhista que apenas com o lápis desenha os quadrinhos e as personagens, colocando os balões e as onomatopeias. O desenho é feito a lápis para poder ser corrigido na próxima etapa, caso haja necessidade. Este trabalho é chamado de esboço.



Figura 17 argumento

O esboço é encaminhado para o arte-finalista, o colorista dá a finalização, preenchendo os desenhos com cores. Chamamos essa etapa de acabamento.



Figura 18 esboço



Figura 19 acabamento

MAURICIO DE SOUZA E A CONQUISTA BEM-SUCEDIDA DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS BRASILEIRA

O brasileiro Mauricio de Souza nasceu em Santa Isabel cidade do estado de São Paulo em outubro de 1935. Viveu parte da infância em Mogi das Cruzes, outra parte foi vivida na grande São Paulo onde o seu pai, o poeta e barbeiro Antônio Mauricio de Souza, começou a trabalhar em estações de rádio. Estudou no externato São Francisco, no centro de São Paulo, continuou o primário e o ginásio dividido entre Mogi e São Paulo. Nos tempos de estudante trabalhou numa rádio. Era excelente cantor e dançarino. Mas, seu sonho sempre foi ser desenhista profissional. Fez ilustrações para os jornais em Mogi para ajudar no orçamento familiar, desenhava também cartazes e pôsteres.

Mauricio tinha um forte ímpeto para a vida artística, herança hereditária, Petronilha Araújo de Souza, sua mãe, era poetisa e seu pai poeta. Seguindo seus instintos e desejos pegou amostras de seus trabalhos e partiu para São Paulo em busca de emprego em editoras e jornais, porém nada conseguiu.

Foi, no entanto no jornal “Folha da Manhã” que conseguiu um emprego, não como desenhista, mas como repórter policial, após a aprovação num teste. Ficou meia década escrevendo reportagens policiais, no entanto, em 1959 criou uma série de tiras em quadrinhos, cujos

personagens eram Bidu, um cãozinho e Franjinha, um garoto; ofereceu seu trabalho para os redatores do jornal em que trabalhava, a idéia agradou e foi aceita, passou de repórter policial à desenhista. Passou algum tempo escrevendo pela manhã, desenhando à tarde e vendendo seus desenhos à noite. Criou outros personagens como o Cebolinha, o Piteco e a Turma da Mônica. Em 1963, inicia a publicação de novos personagens: Chico Bento, Penadinho, Astronauta e Boa Bola no Jornal “Diário da Noite”. Tudo ia bem, quando perguntaram a Mauricio o porquê de seus personagens serem apenas masculinos. Foi quando trabalhava no estúdio em sua casa rodeado por suas filhas Mariângela, Mônica e Magali que fez uma caricatura plástica e psicológica da menina Mônica, nasceu então a personagem. Mônica era uma criança que vivia enfrentando crianças mais velhas e tentando carregar objetos pesados e grandes, surgiu assim a idéia da força. A Magali surgiu pelo mesmo motivo da Mônica, seguindo as mesmas condições: precisava de mais figuras femininas nas histórias e caracterizou a outra filha que dava os primeiros passos, comilona, mas, magrinha.

Todas as personagens de Mauricio de Souza foram inspiradas em pessoas reais. O Cebolinha era um coleguinha de Mogi que trocava as letras e falava errado, o Cascão, colega de futebol de seu irmão Márcio; Cascão gostava muito de futebol e das brincadeiras na rua, e para não perder tempo não ia para casa tomar banho e ficava com suas roupas sujas; o Bidu era seu cachorro, só que seu nome verdadeiro era Cuíca.

Segundo, Souza apud Goidanich, 1990, p.2390-1, *“Atribuo o sucesso das minhas histórias à sua humanidade. Mesmo os bichos ou objetos que eventualmente pintam neles, falando ou representando, são muito humanos.”*

Mauricio criou outras tiras de jornal e tablóides com publicações semanais, para isso surgiu o serviço de distribuição. A distribuidora Mauricio de Souza LTDA, alcançou jornais de todo o país em 1966, adentrando no âmbito do merchandising, com o lançamento de produtos infantis da Turma da Mônica. A Editora Abril lançou em 1970 a revista Mônica, com tiragem de 200 mil exemplares, o sucesso foi imediato transpondo as fronteiras do país.

Em 1971, no Congresso Internacional de Lucca, na Itália, Mauricio ganha o prêmio máximo, o troféu “Yellow Kid”. A revista Cebolinha foi lançada em 1972 e nos anos seguintes foram publicadas as revistas do Chico Bento, Cascão, Magali, Pelezinho etc.

Trabalhando sempre em equipe, Mauricio conquistou o licenciamento dos produtos da turminha. Seus trabalhos foram reconhecidos internacionalmente em Luxemburgo, Alemanha, Bolívia, Áustria, Bélgica, Itália, Holanda, Dinamarca, Espanha, Portugal, México, Porto Rico, Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Peru, Noruega, Inglaterra, e no Japão onde o personagem Horácio é o super-herói das crianças. Na década de 80 houve a invasão de desenhos animados japoneses, como não tinha desenhos para televisão, Mauricio fica em desvantagem mercadológica. Abriu a Black & White, estúdio de animação, realizando longas metragens. Porém, sua investida foi interrompida pela crise econômica e social da época, a inflação e a falta de acesso a tecnologias de ponta sufocaram os projetos a longo

prazo. Mauricio se concentrou apenas nas histórias em quadrinhos, até que a situação ficasse estável. Passada a crise, os projetos de animação foram postos em ação, dando vez a outros projetos como o primeiro parque temático, o Parque da Mônica, no Shopping Eldorado, em São Paulo, seguido do Parque em Curitiba. Projetos educacionais são lançados com sucesso, levando a alfabetização, informação e cultura para as crianças. Os bonecos da Turma da Mônica fazem tournês no mundo a fora. Hoje, Mauricio de Souza, Giovani de Souza, Marco Possiede e José Augustinho, dirigem o “Instituto Mauricio de Souza”, no Paraná. No instituto são ministrados cursos, palestras, seminários, consultorias personalizadas e outras atividades culturais. Conta com o apoio da tecnologia com a criação do Portal da Turma da Mônica, totalmente inovador, bastante colorido, bem elaborado; sempre com novidades para crianças e adultos que gostam e nunca esqueceram a paixão pela turminha. No portal estão disponíveis revistas em 3D Virtual, diversão, jogos, chat, quadrinhos, passatempos, novidades, filmes e o Instituto Cultural, que desenvolve programas sociais na área de saúde, educação, meio ambiente e cultura.

As revistinhas, os gibis da turma, circulam nas mãos de crianças, jovens e adultos; as personagens falam várias línguas, pois foram exportadas e fazem sucesso no exterior. Enfim, um brasileiro levou as histórias em quadrinhos do país ao reconhecimento, por meio de um trabalho grandioso e bem-sucedido. Outros desenhistas estão perseguindo o mesmo instinto e levando a nossa arte quadrinizada ao conhecimento do mundo.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA SALA DE AULA

A literatura quadrinizada tornou-se um grande investimento cultural. A mistura de texto e imagem desperta o interesse pela leitura, notadamente em crianças. Esse tipo de literatura, fora muito criticada nas décadas passadas, julgava-se “prejudicial a cognição infantil”, por instigar a falta de leitura clássica e produtiva. Hoje, porém, os críticos de literatura ressaltam que as crianças que têm contato com quadrinhos, apresentam facilidade na alfabetização e pouca resistência à leitura de outros tipos de literatura.

Os quadrinhos devem ser usados como meio e não como fim didático. Cabe ao professor escolher critérios de avaliações críticas a partir do conteúdo dos quadrinhos, que serão utilizados em sala de aula. As HQs podem ser utilizadas em todos os níveis de ensino e em qualquer disciplina como recurso didático.

Segundo o autor e pesquisador de HQ, Flavio Calazans uma produção quadrinizada bem pesquisada, séria e detalhada, torna-se tão ou mais útil que um filme ou documentário.

O uso de HQ na escola foi recomendado pelo MEC em 1997, constando na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), como recurso didático, sugerindo mudanças nos conteúdos programáticos do ensino fundamental. Porém, existem muitos professores que oferecem resistência quanto ao uso das HQs, e deixam de

trabalhar amparados por recursos que não são encarados como trabalho obrigatório e forçado pelos alunos; são vistos apenas como diversão.

COMO COLETAR MATERIAL

É relevante o professor solicitar aos alunos que tragam o material que gostem e tenham curiosidade de ler; quadrinhos que alguém da família, amigo ou ele mesmo indique. Essa relação de buscar o que precisa de maneira que envolva pessoas ou hábitos do seu cotidiano é muito eficaz, instiga a valorização pelo material, além de promover a convivência e habilidades para pesquisa.

Após a coleta o professor pode criar um cantinho na própria sala de aula, para uma minigibiteca, catalogando junto com os alunos, separando o material conforme suas características, que podem ser: tiras humorísticas, de jornais, revistas e panfletos, propaganda eleitoral, informativos etc.; revistinhas gibis, de desenhos animados como Cavaleiros do Zodíaco, Pokémon, de personagens e histórias cinematográficas nos moldes de Star Wars, Robocop e subprodutos de jogos de videogame, como Mortal Kombat, Street Fighter; subprodutos de apresentadores ou esportistas, como Seninha, Pelezinho, Xuxa, Os trapalhões; gibis clássicos, como Tarzan, Super-Homem, Flash Gordon, Tio Patinhas, além de HQs religiosas e temáticas.

Os alunos podem trocar revistas em desuso, por revistinhas em quadrinhos no sebo ou mesmo comprar em bancas de jornal e doar para a escola.

O uso virtual das histórias em quadrinhos também pode ser utilizado, pois o uso da tecnologia da informação e da comunicação é diretriz da Base Nacional Comum Curricular. O aluno poderá pesquisar no ambiente virtual as edições e produções de HQs. Há sites que disponibilizam as histórias em quadrinhos de modo virtual como o Camaleão no endereço eletrônico a seguir, <https://www.calameo.com/accounts/2722857> que contribuem para a leitura utilizando ferramentas digitais.

COMO UTILIZAR O MATERIAL COLETADO

O material pode ser utilizado de várias maneiras, porém é importante realizar uma discussão informal sobre a origem do material lido, pois induzira à curiosidade, podendo dar início a um trabalho de pesquisa sobre a história da evolução das personagens, quem é o desenhista entre outras.

A leitura é o principal objetivo do recurso dos quadrinhos na sala de aula. O incentivo vem do próprio grupo-classe, que além de indicar a leitura um para o outro, comentam e discutem sobre as historinhas, estimulando o senso crítico e o respeito aos diferentes apreços.

A estratégia precisa ser objetiva para atingir as propostas pedagógicas com a utilização da literatura quadrinizada. Se o professor, não tiver um foco pedagógico, a leitura dos quadrinhos perde a eficácia, e torna-se algo banal, sem utilidade.

A interdisciplinaridade permeia o uso de HQ pois, por meio do conteúdo de estórias como X-man, Hulk, podemos estudar ciências abordando a radioatividade, o uso de tecnologias avançadas que vemos em Batman. A sexualidade e a formação de famílias estereotipadas podem ser trabalhadas nas estórias do Tio Patinhas e outras em que a família aparece composta apenas por tio e sobrinhos; cidadania e as questões sociais também podem ser abordadas, como: é certo apenas o Tio Patinhas ficar com todo o dinheiro da cidade?

Reflexões sobre a violência podem ser trabalhadas nos quadrinhos de Street Fighter, Mortal Kombat, assim como, solidariedade, cidadania, entre outras coisas, que podem ser abordadas através das HQs. Nas personagens da Turma da Mônica permeiam várias questões, desde abordagens geográficas, como regionalismo, zona urbana, zona rural; alguns personagens moram na cidade, outros no campo e até em matas. O Chico Bento é um ótimo personagem para se trabalhar a fala regional, linguagem culta e linguagem informal, popular. Os alunos podem corrigir a fala do Chico Bento de acordo com a norma culta da língua portuguesa. As questões políticas, sociais também podem ser exploradas nos quadrinhos da turminha; a higiene e saúde é facilmente discutida com o personagem Cascão; o meio ambiente, matemática e interpretação de texto, podem ser trabalhadas em variadas histórias em quadrinhos.

Para os que se dedicam ao estudo, criação ou transmissão do fenômeno literário, há, no universo das estórias-em-quadrinhos, um imenso campo aberto para pesquisa e aproveitamento, em benefício da literatura escrita que precisa, urgentemente, ser estimulada (COELHO, 1981, P. 136).

Com o desenvolvimento da tecnologia da informação, as histórias em quadrinhos também permeiam o âmbito cibernético e o educador poderá utilizar de forma multidisciplinar no ambiente virtual o trabalho de leitura, de informação com histórias ou explicações contadas por meio das HQs.

O educador tem a sua disposição HQ paradigmáticas, que são transcrições de literaturas clássicas como O Guarani de José de Alencar, Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire etc. A utilização desse recurso instiga a leitura dos livros originais. Conforme afirmação do autor Flávio Calazans, o uso de HQ na sala de aula, só é limitada com a limitação da imaginação e criatividade do professor.

PRODUZINDO QUADRINHOS NA SALA DE AULA

O psicólogo Levin Vygotsky afirma que, a imaginação, criatividade e a produção são processos relevantes no desenvolvimento cognitivo da criança. Produzir quadrinhos passa a ser uma satisfação para o aluno, quando ele se familiariza com esse tipo de arte. O professor poderá, num primeiro momento, fazer pesquisas junto com o aluno, ou trazer material

informativo sobre as etapas de produção dos quadrinhos, solicitando que produzam suas próprias historinhas. Não se esquecendo de trabalhar as características principais das HQs: sequência em quadros, o uso da linguagem cotidiana, o uso de balões e onomatopeias.

Fazendo uso de um projeto envolvendo HQs, os educadores podem trabalhar na criação de personagens fixos em histórias diferentes. O projeto pode envolver a família, a comunidade, os amigos, a sociedade e a escola a produzir as revistinhas manuais ou virtuais, podendo após expor na biblioteca, no pátio da escola, numa mostra à comunidade; assim como um painel sobre a evolução das HQs pesquisadas por eles.

Os temas podem ser sugeridos pelo professor, sobre os mais diferentes aspectos; ambientais, sociais, políticos, informativos etc. Os assuntos abordados nas historinhas podem ser pesquisados pelo aluno antes da produção e as etapas de produção orientadas pelo professor ou líder do grupo.

A elaboração de um projeto para o ano que envolva todos os componentes curriculares e disciplinares em uma aposta multidisciplinar. Nesse projeto os alunos que têm habilidades para desenhar poderão registrar o que vai sendo aprendido e apresentado ao longo do ano, outros alunos escrevem, outros colorem e ainda outros com a mediação do professor esboçam o conteúdo e todos participam da finalização.

A leitura, escrita e habilidade motora são exercitadas num projeto como este. Um clube de admiradores de HQs pode ser criado, com acesso a todos da comunidade, para isso, uma gibiteca pode ser montada, contando com a participação de produções dos alunos; essas produções podem ser reproduzidas e sorteadas na classe com o autógrafo do autor.

Enfim, quando a criatividade é estimulada, o professor realiza um trabalho pedagógico eficaz e os alunos atingem um novo grau de desenvolvimento cognitivo, intelectual, afetivo e cultural. Estando estimulados e preparados para serem grandes escritores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História em Quadrinhos brasileira sobreviveu ao tempo despercebida, foi sufocada pela importação de quadrinhos, em especial, norte-americanos. A conquista nacional em âmbito mundial chegou com a realização do sonho e trabalho de uma das figuras mais respeitadas do mundo quadrinado: Mauricio de Souza, competindo lado a lado com os quadrinhos de sucesso mundial. Porém, a saga não pode parar por aí, outros escritores/desenhistas precisam entrar em ação, com perspicácia. Pois, a literatura em quadrinhos comunga a qualidade da universalidade, quando bem apresentadas, quando são as melhores e bem escritas, concordando com SILVA, 1976.

A literatura quadrinizada deve ser usada como amparo didático, multidisciplinar, para todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil, pois por meio desta literatura pode-se instigar e desenvolver a criatividade,

imaginação, gosto pela leitura, que aliados a eficiência do educador, traz um conjunto de resultados positivos na aprendizagem, conforme CALAZANS, 2004.

Os professores estudam, pesquisam todo tipo de literatura, mas limitam-se quando a literatura é quadrinizada. O conhecimento e estudo sobre quadrinhos devem ser priorizados pelo educador que, com um novo olhar, abrirá o leque estratégico ao desenvolvimento do ensino em sala de aula. Estimular a leitura é um objetivo, os meios: a diversão, a meta: o prazer pelo conhecer, fazer, conviver e ser. A HQ é um recurso divertido, prático, com baixo custo e eficaz; o professor não só pode, mas deve usá-lo com interesse, imaginação e seriedade, pois é recomendado nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A utilização das HQs como ferramenta da aprendizagem, possibilita um universo de multidisciplinaridade no processo de ensino e avaliação. A leitura da imagem associada ao texto e contexto do que se pretende mediar como conhecimento tem se mostrado eficaz na sala de aula e muito utilizado em provas e exames de concursos e processo seletivos. Quando o professor pode até criar um projeto de montagem de uma história em quadrinhos em que o aluno construa em conjunto com os colegas e com o professor o registro dos conteúdos e aprendizagens ao longo do ano escolar, sempre valorizando as habilidades dos alunos e direcionando cada um ao que mais consegue fazer com facilidade, tornando a atividade prazerosa. E, ainda estimular outros alunos ao exercício do que não tem tanta habilidade, sempre dentro do projeto de registro multidisciplinar.

O olhar pedagógico eficaz sempre parte do educador que está atento às suas práticas, avaliando e modificando conforme a reflexão de diversos momentos e ferramentas que compõe o fazer pedagógico durante todo o processo de ensino-aprendizagem. O educador e o educando são sujeitos do processo e devem juntos participar ativamente da construção dos projetos que farão parte de suas ações. Nesse sentido, a HQ vem contribuir, visto que comporta a contribuição dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem na composição dos trabalhos.

O educador ao apresentar a arte quadrinizada levando em consideração todos os seus aspectos de construção, corrobora no processo de ensino-aprendizagem multidisciplinar, pois o educar dispõe de uma ferramenta explorada em dois lados, um para captação de informações, quando as histórias contam ou discorrem em uma exposição de conteúdo e outra quando o educando constrói a arte direcionada para o exercício de uma aprendizagem, bem como exercita a criatividade nas habilidades manuais e também com as ferramentas virtuais ao se utilizar das HQs no ambiente virtual. A História em Quadrinhos é uma literatura, precisando, portanto, ser estudada, valorizada, discutida e utilizada com criticidade e bom senso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALAZANS, Flávio. **As histórias em quadrinhos no Brasil: teoria e prática.** São Paulo: Intercon, 1997.

CALAZANS, Flávio. **História em quadrinhos na escola.** São Paulo: Paulus, 2004. CALAMEO. Site de books em quadrinhos. Disponível em:

<<https://pt.calameo.com/search#search-historias%20em%20quadrinhos/books>> Acesso em: 04 de dezembro de 2022.

CANTELE, R. Bruna. **Arte etc e tal: ensino básico de educação artística,** Vol. 2. São Paulo: Ibec.

CIRNE, Moacy. **A linguagem dos quadrinhos: o universo estrutural de Ziraldo e Mauricio de Souza.** Petrópolis: Vozes, 1971.

CIRNE, Moacy. **A explosão criativa dos quadrinhos.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1975. CIRNE, Moacy. Para ler os quadrinhos: da narrativa cinematográfica à narrativa quadrinizada. Petrópolis: Vozes, 1975.

COELHO, Nelly. **A literatura infantil: história, teoria, análise das origens orientais ao Brasil de hoje.** São Paulo: Quíron, 1981.

GOIDANICH, Hiron. **Enciclopédia dos quadrinhos.** Porto Alegre: L & PM, 1990. GUBERN, Roman. Literatura da imagem. Rio de Janeiro: Salvat do Brasil, 1979. MAGALHÃES, T; CEREJA, R. Português: linguagens, 5ª Série. 2 ed. São Paulo: Atual, 2002.

MAYA, Álvaro. **Debates comunicação:** Shazam. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RAMA, A; VERGUEIRO, W. (org.) **Como usar as Histórias em Quadrinhos na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Diamantino. **Quadrinhos para quadrados.** Porto Alegre: Bels, 1976.

USP, Universidade de São Paulo. **Trajatória da pesquisa em HQs no Brasil é tema de lançamento da ECA.** Disponível em: <<https://www5.usp.br/uspdestaque/trajetoria-da-pesquisa-em-hqs-no-brasil-e-tema-de-lancamentos-da-eca/>> Acesso em 05 de dezembro de 2022.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Máquina de Quadrinhos da Turma da Mônica.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1quina_de_Quadrinhos_da_Turma_da_a_M%C3%B4nica> Acesso em 05 de dezembro de 2022.

Milena do Carmo Pantrigo França

Pós-graduada em Dança Terapia pelo
Faculdade Serra Geral – FSG
Timóteo – MG

RESUMO

O presente trabalho comenta as várias danças ciganas pelo mundo afora e delas temos muito que aprender, uma vez que a cultura cigana tem uma diversidade de danças e uma cultura peculiar a ser estudada e os elementos de dança cigana seus significados e como utilizá-los nas aulas de dança terapia. Destacar que a dança cigana pode sim ajudar na dança terapia envolvendo-se nas mais diversas danças e ajudar homens e mulheres a se encontrar e ter mais sensibilidade a vida.

Palavras-chave: elementos de dança cigana; danças ciganas; costumes; dança terapia.

INTRODUÇÃO

Com todas as evoluções na vida, e grandes tecnologias e muitas informações correndo de forma ágil e enlouquecida, ainda há permanência da cultura cigana, claro existem ciganos que se afastaram e que escondem a sua origem, mas, contudo, eles tentam permanecer dentro do foi ensinado, a cultura cigana é repleta de histórias, porém não vemos muita coisa escrita, isso porque isso e passado de pai para filho de forma oral.

As danças ciganas possuem uma variedade muito grande, e temos muito que aprender com todas elas, sempre há algo novo a ser estudado, mesmo de forma oral os ciganos trazem a cultura, a dança de forma mágica que encanta a todos por onde passam.

Aqui veremos as variações de danças ciganas, o uso de acessórios, os estilos de dança, seguiremos para a relação a dança terapia, uma vez que os acessórios usados na dança cigana têm muitos significados e porque não usar na dança terapia e unir o conteúdo na dança cigana e deixar mais aflorado na dança terapia, e com esta proposta que desenvolverei este texto relacionado a dançaterapia.

Tudo isso colocando a dançaterapia como alvo assim a utilização do método o tema a ser dançado se torna prática e intensa, não apenas para quem dança, mas para aqueles que o prestigiam, isso torna um estudo que passa muito além de passos, levando emoção e sensibilidade para quem o

vê ou sentem.

Rumbas

Há um notável crescimento na arte Flamenca no ocidente, sobretudo no Brasil, onde se pode encontrar uma grande quantidade de escolas de danças deste estilo. O mesmo acontece em países como Alemanha, França e Estados Unidos, mostrando assim que este tipo de dança desperta o interesse de muitas pessoas.

A Rumba Flamenca/rumba catalana é um estilo musical considerado um ramo do flamenco e emprega vozes tanto masculinas como femininas, bem como execuções puramente instrumentais.

Este estilo de música se originou a partir da rumba cubana que por sua vez é bastante intensa, seus instrumentos da rumba flamenca são as palmas, o violão flamenco e as castanholas, acessórios de dança para este estilo são: leque, rosa, xale.

Dança Cigana Russa

Antes da primeira guerra mundial houve uma grande imigração dos ciganos da Polônia para Rússia, após a guerra houve muita distinção de pessoas, ou seja, os ciganos começaram a ser tratados como a escória (HILKNER, 2008). Na dança cigana russa podemos utilizar o pandeiro, enfeitado com fitas coloridas, acompanhando o ritmo musical, durante a execução da dança este acessório pode ficar no chão enquanto a bailarina realiza a sua dança e posteriormente voltar a pega-lo para finalizar a sua dança.

Ruska Roma é chamado para a dança cigana Russa, essa dança foi inspirada no ballet Russo com alguns movimentos corporais. As saias são bem rodadas, faz uso de mangas, algumas bailarinas mostram um pouco da barriga, seu olhar é mais altivos porém com movimentos delicados, nesta dança as mulheres usam pandeiro e xale, em sua cabeça é usado uma espécie de fita, podendo ser usada rosas na cabeça, já a dança masculina é bem parecida com a dança tradicional russa, e suas vestimentas são simples. O passo principal da dança cigana russa seria a dança rom 1-2-3-1, passo usado na dança romanês, conhecido como passo cigano, não apenas usado na dança cigana russa, mas usado nas danças húngaras e é claro na dança romani, quanto as músicas o violino e sempre o principal instrumento.

Dança Cigana Hungara ou çinderica

Hungria e Romênia são os dois países que a discriminação contra os ciganos é bem mais latente, isso porque os ciganos sempre foram perseguidos e expulsos de onde ficavam que por sua vez absorviam a cultura local, por este motivo a dança cigana contém muitas faces, mas voltando a perseguição em 1492 no descobrimento da América.

Havia muitos ciganos onde foram perseguidos e escravizados e levados para outros países, como por exemplo no descobrimento do Brasil, portugueses trariam alguns ciganos para o Brasil. Então a perseguição contra ciganos não é algo novo, e a Europa geral tem ainda tem perseguições grosseiras contra ciganos.

Na Hungria existem dois tipos de dança cigana a tradicional e as de missia como se fossem uma espécie de restaurante. Na música húngara há o tocar do violino que foi incluído no século XIX antes a música era apenas percussão e voz, contém o som do jarro e o som das colheres que por sua vez é destaque na música cigana húngara, as colheres usadas na dança são de madeira e soam um som diferente das colheres convencionais, as colheres não são apenas usados pelo

instrumentista mas também é usado na mão da bailarina que por sua vez dança e toca no ritmo da música.

O ritmo musical neste estilo de dança é o TÁ TUM TÁ TUM. As Csárdás na grafia colocam-se czardas/ taberna geralmente são tocadas com mais de um violino, são músicas de origem húngara, são músicas alegres popularizados pelos ciganos, há países próximos da Hungria que tocam este tipo de música, alguns países que tocam este tipo de canção são: Sérvia, Eslovênia, Ucrânia, Transilvânia, Croácia, Eslovênia

O principal passo na dança cigana húngara também é o passo 1,2,3,1 que chamamos de passo romani.

As roupas femininas são simples podem ser usados com duas peças ou um vestido como se fosse roupas de senhoras tradicionais, usam na cabeça o lenço com um coque ou duas tranças, sempre usam avental simples avental. Seu olhar é reto, mas com um ar de timidez e não há o uso de maquiagem ou pouquíssima maquiagem e acessórios nesta dança menos e mais em caráter de roupas e acessórios, já os homens as roupas são simples e se assemelham com a dança russa, porém a dança masculina na dança húngara é mais altiva, geralmente eles batem as mãos no corpo como se deles saíssem o som percussivo, bater com a mão no peito, pernas, pés, braços e mãos diferente da dança cigana feminina os homens pulam, descem ao chão com muito estilo abrem braços e até cantam junto.

Dança Cigana Manea

Podemos chamar a dança Manea de Mahala ou Maneli, considerada uma dança Balcã com influências Turcas, vinda do Sul da Romênia.

Maneli significa comerciante de rua, para se dançar a dança cigana Maneli precisa de um lenço na cabeça, saia não rodada, camisa com gola arredondada avental drapeado com bastante roda, que as vezes este avental é confundido com uma saia devido a sua roda, utilizam sapatos para dançar, mas pode se dançar descalço, seus movimentos são mais sensuais, pois existem deslocamentos pélvicos(como encaixe e desencaixe de quadril), esta transferência sempre é marcada na dança, com estalar de dedos e batidas no quadril com a mão fechada lembrando até mesmo a dança turca, há

também movimentos delicados com a mão aberta, existem poucos giros e a mão geralmente em movimentos circulares, é uma dança que não vemos uma coreografia marcada o que tem denotação livre.

A música manea é muito tocada em restaurantes tem influência do hip hop, com músicas balcânicas e orientais, suas letras geralmente falam de amor, alcoolismo, dificuldades da vida também tem há composições para casamentos. Segue alguns cantores: Adrian Minune conhecido como menino maravilha, Florin Fermecatorul, Jean de la Craiova, Prinesa de Aur, Sorin Copilul de Aur.

Estes estilos de músicas são tocados nas rádios piratas e em pequenas rádios, em algumas tvs como ProTV, Prima TV e Antena 1, aparecem com frequência cantores de manea.

Dança Cigana Balcãs

De acordo com Maia (2013), na Península Balcânica, todas as músicas da Romênia são consideradas Balcãs, mas são diferentes Cocek ou Chocek é um dança de roda não considerada uma dança cigana, popular entre os ciganos, principalmente na região dos balcãs, ritmo preservado de gerações e preservada pelos ciganos, muito usada em casamentos e festas, dançado no compasso 9/8, pode ser dançada em grupos ou em solo com movimentos pequenos, pode ter ou não uma coreografia marcada.

O Kolo é uma dança em linha que lembra o Dabik (dança folclórica oriental Árabe). Dança da região dos balcãs, tradicional de grupo, parte superior imóvel, pode ser feita com circula fechado ou duas linhas paralelas.

As roupas femininas são bem diferentes usa -se saia ou uma calça "Aladin", uma espécie de e-charpe amarrada na cintura, blusinha um pouco mais colada e um colete, podendo usar lenço na cabeça. *A dança e bem parecida com a dança Manea, muda mais as vestimentas (SIMÕES, 2007).*

A música Balcã tem influência Turca devido a ocupação turca na região que se deu por volta de 500 anos, antigamente era tocado com uma zurca que é uma espécie de flauta de madeira hoje é substituído com saxofone/clarinetes.

Dança cigana Turca ou Roma Havasi

Para Maia (2013), a dança cigana Turca tem influência Árabe, chama se roma Havaz ou Turkish roma dance, é considerada também uma dança Balcã. Esta dança representa o cotidiano, exemplo dançar limpando casa, lavando roupa, indo para uma festa, tocando algum instrumento musical, representando algum sentimento alegria ou tristeza, sua música é 9/8, porém necessita respeitar mesmo os dois primeiros toques mais altos DUM DUM, DUM, TA, TA ,ou seja uma dança extremamente marcada, necessita o conhecimento da melodia para dança-la.

O figurino da dança turca é bem simples, saia sem roda com duas marcações, lenço de quadril amarrado na frente, pode usar um lenço de

moedas e um sem moedas juntar os dois e colocar na cintura amarrado na frente para dar ênfase ao movimento, lenço de cabelo amarrado de lado, bolero manga longa ou curta, camiseta de alcinha de algodão para não marcar, brincos maquiagem simples, no lugar da saia pode usar a calça gênio da lâmpada, a vestimenta será parecida com dança balcã, a diferença entre uma e a outra serão o uso de alguns acessórios.

Kalbelia

Rajastão fica no norte da Índia, próximo ao Paquistão é uma região desértica, a região de Japur-Capital moram mais de três milhões de habitantes, e bem abastada, faz parte do deserto de Thali. Criada pelo governante da Umer 1728, sua moeda é a Rupia Japur é considerada a cidade rosa, não necessariamente rosa, tem cor salmão e é regularmente pintada dessa cor, desde 1876 devido a um decreto do marajá Sawai Ram Singh, para receber o príncipe Albert.

Kalbelia foi considerada patrimônio desde 2010 pela UNESCO da humanidade é uma dança que lembra o movimento das serpentes, região muito conhecida pelos encantadores de serpentes que por sua vez a serpente é negra (HILKNER, 2008).

A dança Kalbelia contém uma variedade de giros as de mãos são delicadas e parecem uma serpente, os quadris se movimentam sempre para baixo, as pernas estão ligeiramente flexionadas, esta dança fascinante faz uso de cambres e quedas turcas, nesta dança não se usa snujs, e suas músicas não envolvem questões políticas ou algo do gênero.

As roupas tem tecido de fundo preto para se parecem com as serpentes do deserto em suas saís e blusas são costuradas bastante fitas coloridas, saia rodada, blusa simples, e adereços costurados como pom pom , não se usa moedas na testa, tem uma calça por baixo muitas pulseiras e para marcar o som da música nos tornozelos são amarrados os gungrus ou guizos, fazem uso de muita maquiagem, também é necessário o uso do véu, pode ser usado o pirceng indiano que vai do nariz a orelha, muitas bailarinas usam o bindi para enfeitar a testa.

O Ghoomar é outra dança cigana indiana feita por mulheres do povo nômade a diferença das roupas para Kalbélia e que o fundo dos tecidos a roupa geralmente são bem coloridas é uma dança circular, que na primavera dançam em homenagem a deusa Saravasti deusa hindu da sabedoria, é uma dança de festa a utilização do véu é bem maior, dançada geralmente em palacetes é associado a riqueza.

Ghawaze

Grande parte das pessoas que tem interesse pela cultura árabe conhecem sobre a dança ghawazee. Os ghawazee são um povo cigano que passou a morar de modo sedentário no Egito, depois de viverem como nômades por uma pequena parte da África. *A palavra ghawazee pode ser*

traduzida como “cigana” de forma literal, e como “invasoras de coração”, em sua forma poética, devido a maneira sedutora e delidada de seduzir o seu público (ALFAYA, 2016).

As mulheres normalmente são muito exóticas, mantendo os pés e as mãos pintados com hena e utilizando muitos colares, pulseiras, anéis e tornozeleiras. Muitas vezes elas dançavam em eventos como celebrações de casamentos e outras ocasiões alegres, além de lerem a sorte, realizarem partos e tocavam uma infinidade de instrumentos com o objetivo de ganharem dinheiro e sustentarem as suas famílias.

Ghawazee significa invasora de corações ou cigana, estes ciganos ficam na região da Síria, Palestina e Egito. A primeira aparição das Ghawazee foi em 1835 no Egito. Antes da invasão inglesa no Egito existiam mais ou menos sete mil ciganos, após esta invasão não ficam mais de quatrocentos. As Ghawazees dançavam na rua e com isso não tinham boa reputação devido sua exposição, elas dançavam para o povo é uma dança de resistência, mas até hoje é uma dança marginalizada infelizmente.

De acordo com Assunção (2016), as dançarinas do Ghawazee por volta de 1798, foram proibidas de se aproximarem do exército de Napoleão Bonaparte, pois esse imperador encarava a atividade delas como perigosa para os soldados, com medo de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. Napoleão também temia pela miscigenação racial.

Alfaya (2016, p. s/n), menciona que:

No ano seguinte, em 1799, o ditador de origem albanesa Mohammad Ali é nomeado vice-rei do Egito com o apoio das autoridades europeias e com a promessa de modernizar o país. Em 1834, por conta de pressões religiosas e políticas, Mohammad baixa um decreto que bane as ghawazee do Cairo e elas são obrigadas a migrar para a Região Sa'idi (também chamada de Alto Egito, ao sul do país). No tempo em que estiveram na região sul do Egito a cultura ghawazee, como é característico das culturas ciganas, se adaptou e incorporou a musicalidade local e é por isso que se pode ver tantas músicas para dança ghawazee com o ritmo sa'idi e dançadas com bastão ou bengala.

Posteriormente em 1866 foi revogado o decreto de banimento para as ghawazee que puderam retornar à cidade do Cairo para exercerem as suas atividades, desde que recolhessem os devidos tributos. Embora se fale muito da linhagem de Ghawazee relacionando-os a mulheres e dançarinas. Essas pessoas comuns nasceram e se criaram nas famílias Mazzin e El Ghazay. Ghawazee é uma dança alegre, espontânea, muito animada e carismática.

Normalmente marcada por movimentos amplos, ondulações de abdômen, marcações de quadril, travadas, encaixes e desencaixes de quadril,

batidas de pés, cambres e trabalhos de chão. O objetivo principal é chamar a atenção do público, e um aspecto interessante é que a dança com candelabros (Raks el Shamadam) se originou com uma ghawazee.

Alguns ritmos podem ser apreciados nas músicas próprias para dança, nas quais as principais são o maksum, o fallahi e o sa'idi, para a bailarina e escritora Márcia Dib “quando for dançar said seja mais ghawazee”, contendo força e expressão que é necessária.

Suas roupas são: saia longa levantada aos lados ou não, pode ser usada por baixo uma calça de “Aladim”, uma bata comprida com mangas, na cabeça lenço até metade da cabeça e moedas, cinturão de moedas ou outros cinturões que são de suma importância para trazer o foco para o quadril, elas não usam flores na cabeça, acessórios brincos pulseiras. Em sua dança há bastante deslocamento com muita movimentação de quadril, podem usar pandeiro egípcio.

Os snujs são instrumentos que marcam o ritmo da música, além de ser um adereço para a bailarina usar em sua performance, dançar e tocar ao mesmo tempo.

Zambra

A zambra, conhecida também como mora ou moura é uma dança flamenca, feita geralmente pelos ciganos de Granada, Espanha. Há uma possibilidade desta dança ser o resultado da evolução de antigas danças dos mouriscos ou espanhóis muçulmanos forçados a converterem-se ao cristianismo em 1502.

Conforme Bourguetti (2004, p. 131):

A zambra é a dança típica das cerimônias nupciais ciganas e nas últimas décadas foi transformada em atração turística. Os espetáculos para turistas decorrem nas cuevas (grutas, ou seja, casas escavadas nas encostas) do Sacromonte, o bairro cigano de Granada. Durante algum tempo a zambra esteve proibida em Espanha por se considerar uma dança pecadora, devido à sensualidade que envolve. Em tempos mais recentes foi adotada por dançarinas como Carmen Amaya (1917–1963),

La Chunga (n. 1938) e Pilar López Júlvez (1912–2008 e foi popularizada pela dançarina Lola Flores e pelo cantor e compositor Manolo Caracol nos anos 1940 e 1950.

Bourguetti (2004, p. 120), menciona que a “zambra é composta por três subgéneros, correspondentes às partes em que se divide o ritual nupcial originalmente associado à dança: a alboreá, a cachucha, a mosca e a zambra propriamente dita”. Assim, pode-se dizer que a zambra tem algumas semelhanças com a dança do ventre do Médio Oriente.

Esta dança é extremamente forte contém deslocamentos, há algumas ondulações e redondos da dança árabe, juntamente com a dança flamenca, batida dos pés, giros das mãos, fazem a junção e que ao final dará a zambra.

O figurino para esta dança é uma saia não necessita muita roda, camiseta, um bolero de mangas curtas ou longas, pode ser usado um xale na cintura, pode colocar cinturão de moedas para representar a parte árabe que há na música, flores na cabeça é muito bem-vindo, é necessário que se dance descalço este estilo de dança, uma vez que se dança calçado terá de seguir as normas da dança flamenca a risca.

Aos acessórios para esta dança são leque, xale, castanholas. O melhor desta dança é a sua simplicidade.

Flamenco Árabe, as músicas são de origem espanhola, com bastante acompanhamento do derbake, ou não, pode haver algumas músicas que são puramente flamencas e então a bailarina vai misturar movimentos do flamenco com a dança árabe.

Kawleya

A dança qawliya não é bem vista uma vez que as ciganas sofrem intensa discriminação e uma vez que o país tem a religião muçumana que tem muitas regras e proibições para todos. Muitos Iraquianos associam a dança com prostituição ou simplesmente pessoas desqualificadas. A dança considerada pelos Iraquianos se chama Chobi ou Dake iraquiano.

O ponto forte desta dança são os movimentos de ombro, peito e quadril, giros de cabeça, jogadas de cabelo e estalar dos dedos. Todos esses movimentos retratam muita sensualidade, por isso, as mulheres que a dançavam não eram bem vistas pela sociedade, uma vez que se expunham demais através da dança.

De acordo com Salgueiro (2012), quando o exército de Napoleão invadiu o Egito, havia ali bailarinas que dançava, qawliya, conhecidas como ghawazee.

Dança terapia e a dança cigana

A dançaterapia ela tem o espelho da dança contemporânea uma vez que a mesma não se limita ao conjunto de técnicas, então podemos colocar a dança cigana junto com a dança terapia, porque as duas tem uma relação íntima entre o eu e os movimentos, liberdade e prazer, nos tópicos anteriores vemos as mais variadas características das danças ciganas seus costumes, agora vamos colocar a dança cigana juntamente coma dança terapia, sem precisar usar tantas técnicas, mas usar a sua alegria e seus acessórios na dança terapia, por exemplo podemos usar.

DANÇA CIGANA COM XALE

Ritmos como rumbas ou danças ciganas russas podem dançar com xale (inclusive deixa-lo no chão, costumes das ciganas russas).

Uma vez que os ciganos tinham hábitos nômades, o uso dos xales era comum entre as mulheres, inclusive nas festividades. E assim o xale passou a ser incorporado como acessório na dança cigana, trazendo encanto e maturidade, trazendo em seu seio os traços de sua ancestralidade e o seu sagrado interior, possibilitando a bailarina se transformar e trazer a sua dança algo tocante e chegar mais próximo ao público, uma vez que xales também foram usados por nossas avós e trás essa lembrança boa e envolvente com seus ancestrais.

Dançar com o xale representa agradecer todas as dádivas ao criador, a sua força, o poder de ser mãe, o poder de seduzir o seu amor, e também proteção e família. É usar toda poesia, força e magia. Nunca deixe outra pessoa pegar o xale, não derrubar, pois ele é a sua essência feminina. Enfim... Dançar com o xale é agradecer, exhibir e proteger suas estrelas, e podemos usar este significados tão lindos na dança terapia trazer o feminino de volta e sua alto estima para quem o manuseá-lo.

DANÇA CIGANA COM LEQUE

Na dança cigana os primeiros passos começam pela postura, caminhar, ombros, braços e giros; o leque passeia há séculos nas mãos das mulheres, mas seu uso prático pouco tem a ver com os aspectos valorizados pela cigana ao dançar. Da maneira que se abre pode representar as fases da lua e da mulher, seus reais desejos ou apenas o que quiser demonstrar; é um poderoso instrumento de limpeza energética, magia para a cura e sedução.

Sendo assim, está constantemente nas mãos espertas de uma cigana, atraindo a atenção para seu mistério e poder. O leque é mais característico nas danças kalóns (Espanha), mas pelo seu encanto as mulheres que gostam, usam sempre que podem na sua dança. Podendo usar na dançaterapia como forma de engrandecer o feminino.

DANÇA CIGANA COM LENÇO E ECHARPE

O lenço ou echarpe são encantadores segurado delicadamente nos dedos da cigana, envolvendo-a de mistério e aos poucos revelando sua beleza e poder.

Ao dançar com o lenço, seus desejos, sentimentos e sonhos são movidos pelo deslizar do lenço pelo ar, no transe da música, livre como o vento e infinito como o céu. O lenço também transforma e limpa o ambiente, pode representar pedidos ou coisas da vida que queremos mudar ao dançar. É uma das danças ciganas femininas mais belas, por isso pode ser encontrada de várias formas nas danças de todos os grupos ciganos. Representa união, casamento e amor. O lenço também é utilizado para a

prova da virgindade.

DANÇA CIGANA COM FITAS

Dançar com fitas é quase uma brincadeira de criança, alegre qualquer tipo de ambiente, festejam os nascimentos e casamentos, os movimentos das fitas rodopiantes manifestam o ritmo da vida e a alegria de fazer parte dela. As Fitas são mais utilizadas nos ritmos Rons, porém conforme o que se quer passar a dança se adéqua a qualquer ritmo alegre. Inserir as fitas na dança terapia e voltar a ser criança trazendo a inocência e a alegria ao participantes.

DANÇA COM PANDEIRO

Os sons do pandeiro, juntamente com a dança exercida por meio dele, têm um simbolismo rítmico de grande importância na vida das pessoas que buscam harmonizar o corpo e a mente. Em algumas culturas a percussão é fundamental para fazer um elo entre o homem e sua própria consciência, ou entre o homem e a divindade; devido aos movimentos cadenciados despertarem os estímulos não apenas corporais, mas também emocionais e espirituais.

DANÇA CIGANA COM ROSAS

Elemento terra. Representa o amor, a beleza, a conquista, sedução e a sensualidade. A rosa é a beleza interior e a beleza exterior. A rosa vermelha na boca que os ciganos costumam levar em suas danças – presa entre os dentes – levam para presentear a mulher que está envolvida na dança. As alianças para os ciganos são simbolizadas por duas rosas vermelhas, em seus casamentos.

Rosa: Representa conquista, sedução, amor, com essa representatividade podemos deixar a dançaterapia além de mais cheirosa, podemos fazer com que além de dançarmos com as rosas podemos entregar e receber rosas ao mesmo tempo transformando a dança o ato de dar e receber sem a mentalidade de dizer que a rosa que estou dançando é apenas minha.

OUTROS ELEMENTOS E ACESSÓRIOS USADOS NA DANÇA CIGANA.

Saia: Representa toda a força cigana, a sedução, respeito e alegria e quanto mais rodada a saia, maior é a sua força. Bater a saia é limpar, ordenar ou mesmo harmonizar as energias que estão equilibradas. A saia guarda o nosso útero que ser mãe é uma dádiva divina dançar balançando a saia traz não apenas a terapia para dança mas também seus sentimentos infantis a tona.

Pulseiras: Representa o poder material que a cigana tem.
Cestas de flores, frutas e pães: Oferendas e presentes.
Castanholas e snujs: Ritmo e musicalidade.

Segundo Strazzacappa (2011, p.5), “a dança é a arte do espetáculo vivo”. Para se apreciar a dança é necessária uma familiarização com o universo da dança, com seus símbolos, seus códigos implícitos em cada linha de dança e, para isso acontecer, por sua vez, torna-se basilar que haja certa frequência de contato que trará aos indivíduos a aproximação com suas linguagens específicas e expressivas de movimento.

Desse modo podemos e devemos colocar a dança cigana com a dança terapia pior que dela podemos tirar proveito do seu melhor e assim melhor quem necessita dela sem distinção de idade credo, ou religião, aliança da dança cigana com movimentos terapêuticos trás a força, leveza e clareza.

A dança como atividade física melhora a disposição para as atividades do dia-a-dia podendo proporcionar ao indivíduo que a pratica, força muscular, estética corporal e autoestima, através dos movimentos realizados pela atividade. (HASS e GARCIA, 2006).

Dentro da dança cigana encontram-se inúmeros benefícios, que podem ser sentidos logo no início da dança, A saúde é o nosso mais completo bem-estar seja mental, físico ou social (VILARTA e GONÇALVES, 2004).

Podemos mencionar os seguintes benefícios:

Alinhamento postural- é primordial para ter uma boa experiência, a dança em geral nos cobra postura para a realização dos movimentos de maneira sincronizada e correta.

Percepção e Ritmo-Deve sempre se atentar ao ritmo e melodia da música, normalmente são músicas carregadas de boas energias. É importante se atentar ao ritmo para ter um melhor aproveitamento na execução dos passos.

Boas energias-Como já dito anteriormente, as boas energias presentes em uma apresentação de dança cigana, carregada de alegria e felicidade.

É claro que cada corpo possui suas particularidades e restrições, a dança cigana proporciona uma experiência para todos os tipos de corpos, idades e gostos.

Interação social-Existe uma grande interação entre os alunos da dança, onde os mesmos se ajudam nos passos e até mesmo dançam de maneira conjunta.

Fazendo assim da dança cigana uma possibilidade de interação entre diversas pessoas.

Melhora a concentração - A concentração dos integrantes consequentemente passa por uma melhora, visto que é necessário concentrar para a realização correta dos movimentos passados. Com isso, a concentração dos participantes é melhorada.

Ajuda a emagrecer - Dançar é sem sombra de dúvidas uma grande

forma de perder calorias, é estimado que aproximadamente gasto calórico de 600 calorias em 1 hora de dança.

A dança com certeza é uma excelente maneira de perder peso e até mesmo definir músculos por todo o corpo.

Amplia a criatividade - A criatividade dos participantes é sempre estimulada nas danças terapêuticas e danças ciganas, como forma de sair da mesmice e colocar algo autoral em seus movimentos

De forma que os alunos devem improvisar em alguns momentos, tendo liberdade na execução dos movimentos, fazendo assim com que a criatividade dos integrantes prevaleça.

Aumenta a coordenação motora - A coordenação motora dos integrantes também é sempre testada e estimulada durante os movimentos que devem ser realizados, é necessário equilíbrio e coordenação.

Mas não se preocupe, são duas coisas que são estimuladas com a prática constante.

Enaltece a feminilidade - Com toda certeza é uma dança que enaltece a feminilidade da mulher.

Onde os adornos e cores, seguidos de passos que enaltecem o corpo e a feminilidade das praticantes da dança cigana. A figura feminina é enaltecida e vista com admiração por aqueles que assistem o espetáculo.

Proporciona desenvoltura - A desenvoltura dos participantes claramente é melhorada, as pessoas vão se tornando mais desinibidas e desenvoltas. Onde melhoram a performance ao lado de outras com naturalidade.

É importante ressaltar que pessoas com maior timidez utilizam da dança para perder um pouco do receio ao público e afins.

A dança é uma expressão genuína de sentimentos, costumes, artística dentre outras. Szuster (2011) ainda assegura que a dança é um tipo de atividade física que permite ao indivíduo melhorar sua função física, sua saúde e seu bem-estar.

Bailando segundo as batidas do coração envolvendo nos com o corpo, alma na dança conquistando a tão sonhada liberdade interior.

Transmitindo a dança de um povo através da liberdade, alegria e tradição: é considerada uma dança étnica. Absorve influências de diversos países, agregando a cultura local, com utilização de vários instrumentos e acessórios. Rica em seu repertório musical e mescla cultural, sua movimentação corporal vai depender da região e do clã de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como é uma vida cigana, que muitas vezes enfrentam muitos preconceitos, e necessitam por questões de sobrevivência negar a sua ancestralidade para viver em paz. Além disso, também permitiu uma pesquisa de campo para obter dados mais consistentes formas de dançar e respeitar o povo cigano, uma vez que está dentro de uma cultura e quer dar aulas nada melhor que

estudar para que dessa forma não envergonhe um povo e que é necessário estudar e se aprofundar ainda mais uma vez que quase não temos vestígios históricos escritos e sim falados por ciganos .

Ao estudar com mais profundidade das danças ciganas vemos que há muito que aprender que sempre encontramos formas para um novo aprendizado, quando ouvimos as músicas Turcas, Balcãs e do sul do Romênia por exemplo verificamos que há muitas semelhanças, mas que encontramos em pequenos detalhes suas diferenças, isso fortalece e enriquece os nossos estudos.

Dada à importância do assunto, tornou se mais importante escolher o tema a ser desenvolvido que através do tema Raqs el Qwaliya pude perceber o quanto é forte a dança cigana mesmo que vista por muitos como uma dança com mulheres fáceis podemos ver a garra e a determinação que esta dança predomina, que mostrar que através de muito pouco ou de nada ainda encontram forças para dançar, digo que uma vez o Iraque é um país que não tem uma evolução política e

também sofre com o terrorismo. Uma outra parte que vale a pena ser contada que a dança livre também nos dá passagem para abrimos e mostrar o que somos capazes de fazer de forma e aprendemos a nos descobrir e ainda mais colocar em prática aquilo que desejamos e colocamos em prática.

Podemos usar a dança cigana na terapia uma vez que ambas estão conectadas no ser humano, tanto no sagrado feminino quanto na força do masculino, revelando o nosso ser divino na mais completa perfeição.

Liberta-nos do medo, ensina a valorizar o corpo e sentir prazer em nossa totalidade, coma dança podemos trabalhar com os acessórios usados dentro da dança cigana e conectarmos com o nosso verdadeiro sagrado.

Nesse sentido, as aulas além de mostrar essa cultura tão rico nos proporcionou o encontro de nós mesmas e através disso que somos capazes de fazermos mais e estudar ainda mais para uma dança com emoção e com princípios de estudo”

Mas cabe colocar que o povo cigano prioriza a inteligência, que ensina a força interior que tem dentro de si; são a luz, inspiração, energia e amor. Povo que aprende desde cedo os dons mágicos das palavras e do respeito, é místico, alegre, íntegro e, sobretudo fiel às suas tradições, com fortes pontos em comum entre todas as partes do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFAYA, N. **Ghawazee**: o povo, a dançarina e a dança. Disponível em: <https://www.revistaprosaveroearte.com/ghawazee-o-povo-a-dancarina-e-a-danca-nati-alfaya/> Acesso em: 19/04/2019.

ASSUNÇÃO, N. M. R. G. Entre Ghawazee, Awalim e Khawals: Viajantes inglesas da Era Vitoriana e a “Dança do Ventre”. **Dissertação de mestrado**.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2016.

BORGUETTI, Cadica. **RESGATE DA IDENTIDADE DA DANÇA FLAMENCA**, 2004.

Monografia (Curso de Especialização em Dança) Faculdade de Educação Física e Ciências do Desporto- Puc/RS.

CASERTA, R. A. N. **Expressividade e energia vital na dança Flamenca**. Campinas: Unesp, 2008.

EL CAMERINO. **Show de dança catalana**. Disponível em: <<http://www.elcamerino.net/news/2014/10/7/more-news>> Acesso em 11 de fev. de 2019.

HILKNER, R. R. **Ciganos**: Peregrinos do Tempo. Campinas: Unicamp, 2008.

MAIA, S. B. **A dança cigana como prática artística e pedagógica**. Natal: UFRN, 2013.

Moya Leisi Fernanda (Autor) **Danças circulares sagradas**: a sobrevivência das danças circulares a partir da imagem do corpo-dançante e o trabalho de Bernhard e Maria Gabriela Appris Editora; 1ª edição (31 março 2021)

NAPOLITANO, M. **História e música**: História cultural da música popular. Belor Horizonte: Autêntica, 2002.

NICOLAY, Ricardo. **Representação e memória do fado e do samba no cotidiano da cidade**. Revista do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 2, p. 120-140, jul.-dez. 2010.

NUT, M. kawliyakawleeya. Disponível em: <<http://marcia-nut.blogspot.com/2016/09/danca-iraquiana-kawliya.html>> Acesso em 15 de jul. 2019.

SAADAWI, N. E. **A face oculta de Eva**: as mulheres do mundo árabe. São Paulo: Global, 2002.

SARRÁ, D. S. **El rumb de la rumba**. São Paulo: Didac, 2013.

SALGUEIRO, R. R. **Um longo arabesco**: corpo, subjetividade e transnacionalismo a partir da dança do ventre. Brasília: UB, 2012.

SIMÕES, S. R. F. **Educação Cigana**: Entre lugares, escolas e comunidade étnica. Florianópolis: UFSC, 2007.

SOARES, A. C. M. **Raqs el Jaci**. (Dança de Jaci). Porto Alegre: UFRGS, 2014. THEODORO, Helena. Rainha dos tempos e das tempestades. Pallas, 2009.

STRAZZACAPPA, Márcia. Dança: um outro aspecto da/na formação dos indivíduos. A dimensão na formação e atuação docente. UNICAMP. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/sesoes_especiais/sessaoespecialmarciastrazzacappa-int.pdf. Acesso em: 23 dez 2021

.HASS, Aline Nogueira e GARCIA, Ângela. **Ritmo e dança**. Canoas. Ed. ULBRA, 2006.

SZUSTER. **Estudo qualitativo sobre a dança como atividade física em mulheres acima 50 anos**.69 f. (Monografia de Bacharel em Educação Física)Porto Alegre - RS.2011. Disponível em:<www.lume.ufrgs.br/distraem/handle.> Acessoem: 23 de Novembro de 2020.

XAVIER, C. N. **5,6,7.do oito ao infinito: por uma dança sem ventre, performática, híbrida e impertinente**. Brasília, UB, 2006.

ZANIN, F. C. **Aspectos gerais da música flamenca**. Dissertação de mestrado, Curso de Musicologia, Departamento de Música da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2005.

Ana Claudia dos Santos Ferreira

Doutora em Ciências da Educação;
Mestra em Ciências da Educação;
Pós-graduada em Psicopedagogia pela
Universidade Federal do Amazonas (UFAM);
Pós-graduada em Ensino da geografia da Amazônia Brasileira
pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
Licenciatura Plena em Geografia pela
Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Ana Kyssia Ferreira Filatoff

Mestra em Ciência da Educação
pela Universidade Del Sol (UNADES);
Pós-graduada em gestão Ambiental pela
Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI);
Graduada em Ciências Biológicas
pela Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo verificar os mecanismos que possibilitem à articulação associativista na construção e preservação socioambiental no conjunto Habitacional Nova Cidade nos anos de 2006 a 2019. Foram realizados estudos de caso no ano de 2006 com base nos métodos qualitativo-quantitativo, exploratório e sequencial, em que o desenvolvimento da investigação se deu em duas etapas distintas: A primeira, concentrou-se na avaliação dos instrumentos utilizados na gestão ambiental das áreas selecionadas através de técnicas de sondagem (entrevistas e/ou formulários de observação) junto às instituições e/ou responsáveis pela sua administração. A segunda fase procurou aferir o nível de empenho e participação dos residentes destas áreas através de técnicas de sondagem (aplicação de questionários de percepção ambiental), com os seguintes objetivos específicos: 1- avaliar o desenvolvimento socioeconômico da região utilizada para a construção do conjunto habitacional Nova Cidade, 2- Demonstrar há quem cabe à responsabilidade da proteção ambiental do empreendimento habitacional, bem como, 3- especificar como a participação da comunidade residente, contribui para a defesa socioambiental do lugar. Considerando os resultados, é possível inferir que em 2006 os níveis de participação dos moradores na gestão associativista era discreta, com poucos grupos demonstrando o desejo de participação efetiva da comunidade em visar uma qualidade de vida socioeconômica. Todavia, no decorrer dos anos, atualmente, a organização social sofreu transformações positivas e negativas em que houve um favorável crescimento econômico para a população com o aumento do comércio na região, não sendo o mesmo

resultado para o desenvolvimento social, onde houve uma crescente base populacional em situação de pobreza, violência, urbanização precária e segregação residencial.

Palavras-chave: urbanização; segregação residencial; gestão ambiental.

INTRODUÇÃO

Dentre os diversos acontecimentos históricos ocorridos no Estado do Amazonas, quatro marcam, de forma significativa, o processo de ocupação e estruturação da cidade de Manaus: 1) A ocupação por meio das fortificações, onde os espaços amazônicos foram ocupados pelos portugueses num impulso geopolítico de expansão e segurança de fronteiras e pontos estratégicos; 2) O Ciclo da Borracha, período que marca uma fase de intensa dinamização e interiorização socioeconômica na região; 3) O período de estagnação socioeconômica da região, iniciada por volta de 1913 com o declínio da comercialização da borracha amazônica em decorrência da entrada no mercado da produção asiática; 4) O Ciclo da Zona Franca, estabelecido após o golpe militar, quando a Amazônia passa a ocupar espaço nos grandes discursos e preocupações nacionais.

É importante ressaltar que a urbanização e meio ambiente estão diretamente ligados. Os impactos gerados na construção de conjuntos habitacionais, envolvem crescente desmatamento, influenciando também em outras atividades, como a agricultura, a pecuária, a mineração e a geração de energia. A semelhança em meio a dinâmica urbanística da cidade de Manaus e a criação de grandes conjuntos residenciais populares, em particular o Nova Cidade, mostra-se de forma mais significativa através do período, marcado pelo advento da implantação da Zona Franca em Manaus, por ser este um dos principais, senão, o principal fator de explicação do processo de urbanização da cidade, estabelecida por meio das mudanças ocorridas tanto na estrutura espacial como no seu crescimento demográfico.

Estas ações concorrem para a existência de um segundo surto econômico no Amazonas, marcado por um grande arranque no processo de desenvolvimento industrial e comercial. Cumpriram-se propósitos nessas duas atividades, porém, não se estabeleceu uma total integração entre os setores da economia, na medida em que se excluíram as verdadeiras riquezas da região e o homem da terra, vitimado por uma urbanização anômala. O que trataremos no item a seguir.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Na busca de mecanismos de inclusão do ser humano no contexto socioambiental a moradia surge como um dos problemas cruciais da cidade hoje é o problema da moradia. Entretanto, antes de discutirmos este problema, abordaremos a produção da cidade na sociedade desigual ou produção da cidade no capitalismo.

O ritmo acelerado de crescimento da população urbana e a superconcentração do capital nacional e internacional nas metrópoles para criar a infraestrutura necessária à reprodução capitalista tem contribuído para um número crescente de desempregados que se hospedam em vez de morar nos grandes centros urbanos (SPOSITO, 1997, p.70).

Compreender as diferenças conceituais entre as cidades é crucial para analisar todo o processo de urbanização que o homem experimentou. Segundo Milton Santos, as cidades tratam de decisões subjetivas, de modos de vida, enquanto as cidades são concretas, dimensionais e visíveis.

A cidade hoje é o resultado da sucessão de momentos históricos. Sua produção não se dá de forma definitiva e acabada, pois a cada momento ela se renova, de conformidade com as realizações humanas, assumindo novas formas e funções.

A cidade enquanto produto histórico ou social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com sua história. Portanto, ele vai ser transformado à medida que a sociedade como um todo se modifica (CARLOS, 1992, p. 68).

Visto por essa perspectiva, o capitalismo torna as cidades não apenas “aglomerados” de meios de produção, mas também de pessoas que participam direta ou indiretamente desse processo produtivo, fortalecendo a hierarquização e a socialização por meio da globalização dos meios produtivos. Regiões economicamente mais desenvolvidas em detrimento das regiões menos desenvolvidas.

Essa ligação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é o alicerce para o aumento do capitalismo monopolista, movimento em que os desenvolvidos subordinam os subdesenvolvidos, estabelecendo o que Castells chamou de desenvolvimento dependente (SPOSITO, 1991. P. 69)

A relação de dependência existe entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos promove níveis de urbanização diferentes onde há não apenas separação espacial, no que tange as estruturas físicas, mas, principalmente, segregação social, materializada nas áreas residenciais pelo padrão habitacional, traçados das ruas, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, evidenciado, desta forma, o processo desigual de formação da cidade. É nesta produção desigual que surgem as mais diversas formas de moradias.

Nesta perspectiva, apresenta-se a pesquisa acerca do Conjunto Habitacional Nova Cidade, localizado na Zona Norte da cidade de Manaus, teve início em 1998, mediante ações implementadas pelo Governo do Estado do Amazonas, como parte da política habitacional, visando atender, os servidores públicos estaduais com renda mensal entre três e dez salários

mínimos, através do “Programa de melhoria da Habitação Popular”, (<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=22256>)

Nos termos do Decreto Municipal nº 4.714, de 18 de outubro de 1999, atendendo ao disposto no Procedimento Administrativo nº 5.911/98-URBAM.

O então prefeito de Manaus, Alfredo Pereira do Nascimento, aprovou o traçado do arruamento e o loteamento da área específica e as destinações de áreas específicas de propriedade da SUHAB. (<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-manaus-am>).

Segundo os técnicos da SUHAB, o projeto final do Conjunto Nova Cidade prevê a construção de 12.617 unidades residenciais, com sala de estar, jantar e cozinha, hall, banheiro e dois quartos, com área total de construção de 36,03 metros quadrados (5,46 metros x 6,60 metros), em um lote separado de 128m² (8,00m x 16,00m), geralmente 21,97% da área residencial reservada do loteamento, beneficiando aproximadamente 63.085 pessoas. (<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2276/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Telamon%20Barbosa%20Firmino%20Neto.pdf>).

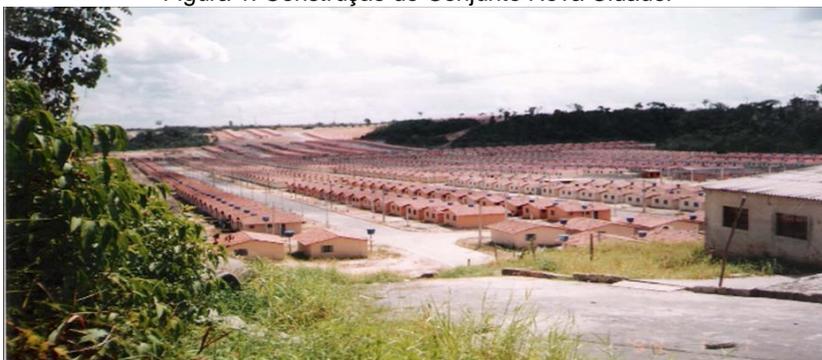
As casas foram financiadas com recurso estadual e designadas ao funcionalismo público estadual sem bens imóveis ou financiados pelo sistema de financiamento habitacional, com renda mensal entre R\$ 600,00 e R\$ 2.500,00 pelo período de até 140 prestações mensais, as parcelas são deduzidas diretamente no holerite.

Um ponto de preocupação generalizada tem a ver com a localização. Vilaça (2001) observa que a grande maioria dos empreendimentos imobiliários populares está localizada do outro lado da cidade, ou seja, em periferias distantes. A distância é gerada por diversos processos, como a dificuldade de acesso a um sistema de transporte satisfatório, o aumento da distância no tempo e em quilômetros, o deslocamento de centros de empregos terciários e subempregos em sentido contrário a esses bairros residenciais.

Segundo Maricato (1997), a política habitacional urbana tem sido relegada a um estado desarticulado do conceito da palavra cidade. Portanto, a habitação urbana em sentido geral deve fazer parte do sistema macro de infraestrutura e serviços urbanos, no caso de inviabilizar a função residencial, pois causa danos ambientais e exige sacrifícios adicionais dos moradores. .

Pelas fotos abaixo é possível verificar como o complexo foi construído, tratando com indiferença os projetos de infraestrutura para moradias saudáveis. (<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2276/1/Dissertation%C3%A7%C3%A3o%20-%20Telamon%20Barbosa%20Firmino%20Neto.pdf>).

Figura 1: Construção do Conjunto Nova Cidade.



Fonte: A.C. Ferreira (2001).

Analisando as funções urbanas no projeto urbanístico do Conjunto habitacional Nova Cidade percebeu-se que há distorção na distribuição de áreas, em particular das que compõe o sistema de lazer em área verde (proteção) bem como a falta de uma fiscalização por parte dos órgãos competentes no resguardo das mesmas. É o caso de apropriação de áreas verdes reservadas pela SUHAB, entendidas como áreas de preservação e áreas que fazem limites com a Reserva Ducke, ocasionado a ocupação desordenada e ilegal através de acréscimo irregulares das dimensões dos lotes além dos limites reservados para o uso residencial. Esse problema foi noticiado pela imprensa local chamando atenção para a “invasão das áreas verdes do Conjunto Nova Cidade”. Observe a Figura 2 abaixo.

Figura 2: Conjunto Habitacional Nova Cidade: Descaracterização das Funções Urbanas.



Fonte: G. Oliveira (2001).

Meffe & Carroll (1997), organizaram um tratado sobre os Princípios da Conservação Biológica e, segundo os autores, a gestão ambiental é regulada pela atenção a alguns princípios básicos ou também chamados de preceitos ético-ecológicos: conservação dos processos

evolutivos, manutenção das dinâmicas ecológicas, integração da presença humana, minimização das ameaças e maximização dos benefícios e, por último, a adoção de uma gestão adaptativa e não totalmente intrusa.

Nesse sentido, a sociedade é chamada a participar do processo de cogestão entre o Estado e seus cidadãos. Num determinado momento histórico e contexto social, a formulação de políticas públicas é amplamente influenciada pela percepção e grau de consciência dos membros da sociedade sobre suas realidades sociais, culturais, políticas, ecológicas e econômicas. Sob esse ponto de vista, cabe abordar os objetivos da Lei 9.790/991999. Regula a habilitação das pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. (<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/7840-pessoas-juridicas-dedireito-privado>).

Esta parceria preconizada na lei, no sentido de reunião de indivíduos para alcançar um objetivo comum dentro de uma sociedade, foi quase imperceptível no Conjunto Nova Cidade.

Segundo Maricato (1997), a política de habitação urbana sempre esteve relegada a uma condição simplista e desarticulada do conceito da palavra urbana. Assim, a habitação urbana, em seu sentido genérico, necessariamente deve fazer parte de um sistema macro de infraestrutura e serviços urbanos, sob a condição de tornar inviável a função de morar, uma vez que acarreta danos ambientais e exige sacrifício extra de seus moradores.

A partir das fotografias apresentadas abaixo é possível verificar de que forma se deu a construção do conjunto, tratando de forma irrelevante os projetos de infraestrutura básica para uma moradia saudável.

Os procedimentos metodológicos utilizados nos processos da educação não-formal e na participação cidadã são estruturados a partir da linguagem. As vozes que ecoam dos participantes estão sistematizadas ao redor da fala e raramente presente na escrita, trazem emoções, pensamentos, e desejos subjacentes. São vozes que estiveram caladas e por algum motivo impulsionador como (carência socioeconômica, direito individual ou coletivo negado, demanda não atendida etc.), manifestam-se através de atores sociais, dentro de um processo dinâmico de aprendizagem/participação articulam os saberes disponíveis relacionando passados e presente, no sentido de pensar e repaginar os cenários que os permeiam, fato este bastante evidenciado nas escolas através da manifestação da classe discente.

O Projeto Voçoroca implantado nas escolas do Conjunto Nova Cidade vem desenvolvendo atividades voltadas para a preservação ambiental. Os estudantes aprendem a cuidar do ambiente com tarefas simples como compartimentar o lixo em local adequado evitando assim, a contaminação dos diversos ecossistemas que compõe o cenário biótico da região, bem como evitar o surgimento de possíveis patógenos causadores de moléstias.

Envolvidos no projeto, os alunos se voltaram para uma realidade local

preocupante: as áreas verdes do conjunto já sofrem as consequências do desmatamento, que está provocando a erosão de parte dos terrenos, eles também observaram que a falta de árvores no conjunto tem causado prejuízos, a cada tempestade, com ventos mais fortes, que destruíram os telhados das casas.

Figura 3: Casas destelhadas do Conjunto Nova Cidade.



Fonte: G. Oliveira (2001).

Segundo Silva e Santana (2010), a zona norte de Manaus possuía 282.083 habitantes no ano de 2000, tendo sua maioria considerada de classe baixa, embora não haja homogeneidade em termos socioeconômicos. Em 2019 a base populacional encontra-se aproximadamente em 606.924, com renda média de R\$ 891,40 (IBGE, 2010).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta etapa, o levantamento foi dividido em duas fases, sendo que a primeira teve como foco avaliar os instrumentos utilizados para a gestão ambiental de áreas e paisagens selecionadas por meio de técnicas de sondagem, bem como das instituições e/ou responsáveis por sua gestão. Na segunda, além de avaliar o compromisso da comunidade com a proteção dessas áreas por meio de técnicas de levantamento, tentou-se avaliar a participação das populações que vivem no entorno dessas áreas.

Um volume de 600 questionários de percepção ambiental foi distribuído para membros de associações de bairros, estudantes do ensino fundamental e médio, corpo docente e funcionários das Escolas Públicas Raio de Sol e Ruy Alencar lotadas no Conjunto Habitacional Nova Cidade.

Na elaboração do questionário foram utilizadas perguntas estruturadas e não estruturadas; optou-se então pelo método da representação social na seleção dos participantes, que segundo Moscovici (2003), é o cenário mais convincente para abordar de forma definida os aspectos psicológicos e sociológicos dos participantes. O questionário foi

direcionado a membros e/ou moradores de associações comunitárias, docentes e discentes de duas escolas públicas situadas no Conjunto Habitacional Nova Cidade.

Para que a pesquisa fosse devidamente estruturada, fez-se uso dos seguintes elementos: Bibliografia geral, imagens de satélite e produtos cartográficos, formulários e questionários. Segundo Lakatos, os dados podem ser interpretados através da depuração durante a investigação e a exploração, além disso, conforme Marconi (2001), através dessa metodologia científica, é realizada a aplicação da lógica dedutiva e indutiva à própria pesquisa.

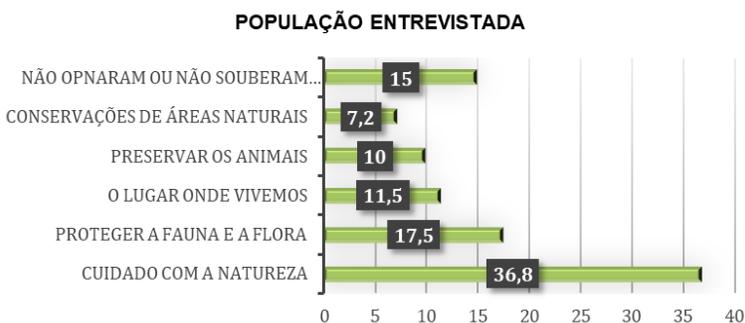
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão discutidos os resultados e discussões da participação dos moradores do conjunto residencial Nova Cidade, a fim de buscar a instrumentalização da gestão conjunta para lidar com os problemas socioambientais presentes no conjunto.

Ao se expressar, os atores/sujeitos dos processos de aprendizagem/participação articulam o universo de saberes disponíveis passados e presentes, o esforço de pensar, elaborar, reelaborar sobre a realidade em que vivem. Os códigos culturais são acionados e emanam emoções subjacentes em cada indivíduo. Estes são os resultados apresentados pela população entrevistada.

As informações obtidas nos 600 questionários aplicados foram quantificadas em forma de gráficos para melhor interpretação e discussão dos resultados.

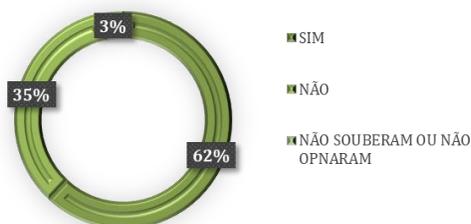
Figura 4: O que representa o Ambiente para a população entrevistada.



Nesta fase da pesquisa, buscou-se capturar o conhecimento local, através de perguntas não estruturadas ou livres. Dentre os 600 respondentes, (36,8%) afirmaram ou escreveram que meio ambiente representa "zelar à natureza"; (17,5%) dos entrevistados, significa "proteger animais e a vegetação"; (16,1%), constitui o "conjunto de tudo que possui vida"; (11,5%) disseram ou escreveram que é o "lugar onde vivemos"; (10%) significou apenas "preservar a "fauna", (7,2%) responderam que está relacionado com

a “conservação de áreas naturais”; e, (15%), “não opinaram ou não souberam responder”.

Figura 5: Opiniões dos entrevistados sobre como tornar os seres humanos parte integrante do meio ambiente.



Mediante as respostas coletadas, observou-se que a representação social (83%) tendia a ser atribuída à territorialidade (espaço físico natural), sua organização (bióticos e abióticos) e ao protecionismo. Excluir completamente as pessoas do conceito de meio ambiente ainda é muito expressivo. Isso é facilmente demonstrado ao refletir o valor intrínseco de cada cidadão.

Entretanto, na questão posterior, o quadro se inverteu, pois quando questionados se todos os entrevistados concordam que o ser humano é parte complementar do meio ambiente, 372 (62%) responderam “sim” e 208 (35%) responderam “não”. Outros 20 (3%) “não opinaram ou não souberam responder” (Figura 4).

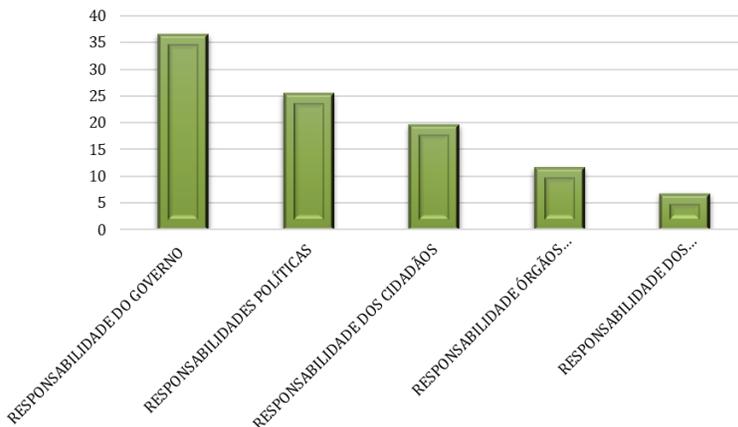
Evidentemente este atributo valorativo do ambiente natural e social é fortemente influenciado por fatores subjacentes (patrimônio histórico e patrimônio genético). Enquadramento sócio-político-econômico. De acordo com o aspecto "refere-se à representação de conteúdo concreto e limitado de imagens, Moscovici (1978) o campo conceitos de modelos sociais e proposições sobre aspectos precisos de objetos" (p. 67 páginas). Comportamento ou atitude "enfoca, em última análise, o posicionamento global em relação aos objetos de representação social" (p. 70).

Assim, neste caso em particular, conhecimento que esses indivíduos receberam por meio de processos educativos formais e/ou informais no decorrer de suas vidas, influenciou fortemente a reprodução e o valor atribuído a ele durante a pesquisa. Notavelmente, mais da metade dos entrevistados considerou os seres humanos como “partes” do todo (meio ambiente), em total contraste com a resposta à pergunta anterior. Isso se deve ao fato de que certos conceitos e valores muitas vezes estão latentes no subconsciente do ser humano, sendo suficiente qualquer indicação

(símbolos, imagens etc.) para se tornar presente nos conceitos adquiridos no decorrer do seu cotidiano.

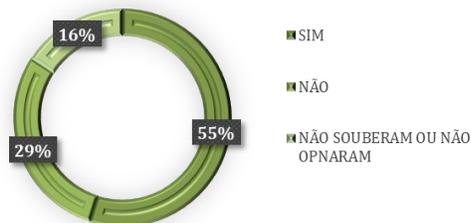
Nesta fase da pesquisa, buscamos entender a percepção pública sobre o nível de engajamento da população local entrevistada acerca da preservação ao meio ambiente, e a deliberação em conjunto entre sociedade e governo.

Figura 6: Opinião dos moradores do Conjunto Habitacional Nova Cidade sobre a responsabilidade da proteção do ambiente.



Quando questionados de quem é a responsabilidade da proteção ambiental, 219 pessoas (36,5%) responderam que responsabilidade pertence ao "governo"; 153 pessoas (25,5%) disseram corresponder às bancadas políticas "políticos"; 118 pessoas (19,7%) disseram que era atribuição dos "cidadãos"; 69 pessoas (11,6%) responderam que era de restrições dos "órgãos de proteção ao meio ambiente"; 40 pessoas (6,7%) acharam que era "adequado para pessoas ligadas à proteção do meio ambiente". Apenas (19,7%) dos respondentes confirmam que a responsabilidade cabe aos cidadãos. Os (79,3%) restantes delegaram suas responsabilidades às instituições governamentais.

Figura 7: Concepção dos moradores do Conjunto Residencial Nova Cidade acerca da relevância da participação social na defesa do meio ambiente.



Questionados sobre a importância da participação social, na defesa das Áreas Naturais do Conjunto Habitacional, entre o universo de 600 pessoas (55%) afirmaram “Sim, a participação civil é muito importante”; 176 respondentes (29%) responderam “Não, acreditam poder da sociedade é muito restrito, dependente do poder do governo”, e 95 pessoas (16%) “não opinaram ou não souberam responder”.

Este resultado, denota certo reconhecimento da importância da participação da sociedade na resolução de políticas públicas. No entanto, observou-se certo grau de comodismo por parte dos entrevistados, incumbindo suas responsabilidades a outros e isentando-se do exercício efetivo do seu direito de cidadania.

Essa resposta, quando confrontada sobre a responsabilidade de proteger o meio ambiente, confirma evidentemente que, na visão dos entrevistados, cabe somente ao poder público o dever de proteção ao meio ambiente.

A administração pública aliada aos anseios dos residentes, podem trazer benefícios não somente para áreas protegidas, mas também para as áreas não protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação apresentou como objetivo central: Explorar os mecanismos que contribuem na Gestão associativista para a construção e preservação socioambiental do Conjunto Habitacional Nova Cidade, Manaus-Am, no ano de 2006 a 2019. E mediante o exposto, é possível verificar uma tímida conduta dos moradores, acerca da instrumentalização da gestão associativista com vistas à preservação socioambiental do conjunto.

De acordo com o primeiro objetivo: Identificar mecanismos de inclusão do ser humano no ambiente do Conjunto Habitacional Nova Cidade. Evidencia-se a percepção distorcida do conceito de meio ambiente, haja vista,

a autoexclusão de 80% dos entrevistados do contexto ambiental. Todavia, ocorre uma inversão de percepção quando questionados da seguinte maneira: Se o homem faz parte do meio ambiente, mais da metade responderam que “sim”. Consideram pessoas como elementos integrantes do contexto ambiental. Isto decorre do fato de que certos conceitos e valores são subjacentes ao ser humano.

Ao que se refere ao terceiro objetivo: Especificar a participação social na defesa do ambiente. Mais de 50% dos respondentes consideraram que a participação civil se faz prioritária na dinâmica das mudanças sociais, inferindo-se, deste modo, uma certa consciência, mediante a importância da participação social nas tomadas de decisões das políticas públicas. Entretanto, é notório o estado letargia de uma significativa parcela de entrevistados que abdica do direito de exercer sua cidadania. Este tipo de resposta, quando contrastada com a pergunta sobre a “responsabilidade” da proteção do ambiente, afiança com clareza que, segundo os respondentes cabe apenas à autoridade administrativa a defesa ambiental.

Conclui-se, que o Conjunto Habitacional Nova Cidade foi construído com certa indiferença, em relação aos projetos de infraestrutura para moradias saudáveis. E que a política de habitação para baixa renda sempre esteve numa condição desarticulada do conceito próprio da palavra urbana, uma vez que acarretou danos ambientais e exige esforços extras de seus residentes. Neste sentido, A gestão, com a presença dos seus moradores, pode trazer benefícios não somente para áreas protegidas, mas também para as áreas não protegidas. A administração pública aliada aos anseios dos residentes locais, podem trazer benefícios não somente para áreas protegidas, mas também para as áreas não protegidas. A regulamentação das atividades humanas a serem propostas terão que ser de caráter consensual para contar com o respaldo público. Se a gestão de uma área é impopular, em primeiro lugar deverão ser feitas campanhas de educação e sensibilização para que a população possa internalizar a importância da gestão e da conservação dessa área.

Considerando os resultados, é possível inferir que em 2006 os níveis de participação dos moradores na gestão associativista era discreta, com poucos grupos demonstrando o desejo de participação efetiva da comunidade em visar uma qualidade de vida socioeconômica. No entanto, ao longo dos anos, atualmente, a organização social sofreu transformações positivas e negativas em que houve um favorável crescimento econômico para a população com o aumento do comércio na região, não sendo o mesmo resultado para o desenvolvimento social, onde houve uma crescente base populacional em situação de pobreza, violência, urbanização precária e segregação residencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Métodos nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2ª Edição. Pioneira Thomson Learnig Ltda, Brasil, 2001, p.203.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o Novo Código Florestal. In: Diário Oficial Federativa do Brasil. Brasília-DF, 16 de setembro de 1965.

_____. **Decreto Federal nº de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 2 de setembro de 1981.

_____. **Decreto Federal nº 88.351, de 1º de junho de 1983**. Regulamento as leis de Proteção à Fauna e da Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 3 de junho de 1983.

_____. **Constituição da República Federal do Brasil**, de outubro de 1988. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 5 de outubro de 1988.

_____. **Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990**. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 7 de junho de 1990.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS. **Plano Diretor**: reorganizado Manaus. Manaus Am: Uirapuru, 2003, p.273.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo-SP: Cultrix, 1997. p. 256.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001 – (Repensando a Geografia).

CASTRO, Gr. **Licenciamento ambiental e política pública**. São Paulo: Luzes, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro. Pais e Terra, 1999.

Código Ambiental do Município de Manaus. Lei nº. 605, de 24 de julho de 2001.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado meio ambiente:** uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas-SP: Millennium, 2002. p.560.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo. Atica, 2002

DIAS, Gebaldo Freire. **Educação Ambiental:** Princípios e Práticas. 6 ed. Ver. e ampl. Pelo autor. São Paulo-SP: Gauia, 2000, p.551.

KISIL, Marcos. **Comunidade:** Foco de Filantropia e Investimento Social Privado. São Paulo: Global, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recursos Vegetais.** Anuários Estatísticos de 1974 a 2002.

_____. **Geografia-Região Norte.** V. 3, 1991, p. 307.

LAKATOS, Eva Maria, ANDRADE, Marina de. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4 ed. rev. Ampl. São Paulo-SP: Atlas, 2001, p.228.

MANAUS. **Lei do Solo Criado.** Lei nº 279, de 05 de abril de 1995.

_____. **Plano Diretor da Cidade de Manaus.** Lei nº 1213, de 02 de maio de 1975. Prefeitura Municipal de Manaus: IMPLAN, 1996.

_____. **Código Ambiental do Município de Manaus.** Lei nº 605, de 24 de julho de 2001. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2001.

_____. **Código de Postura. Lei nº 988, de 17 de novembro de 1967.** Manaus: Divisão de informática, 1998.

_____. **Código Sanitário de Manaus.** Lei nº 392, de 27 de junho de 1997. Prefeitura Municipal de Manaus: Papyrus Industria Gráfica Ltda, 1997.

MARICATO, Maria Ermínia. **Habitação e cidade.** São Paulo. Atual, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOSCOVICI, Sergi. **A representação social da psicanálise.** Petrópolis-RJ: Zahar, 1978.

Larissa Cristina Menezes dos Anjos Praxedes

Graduada no Curso de Psicologia pelo
Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Marco Aurélio Guedes de Souza

Graduada no Curso de Psicologia pelo
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

Matheus Oliveira de Azevedo

Graduada no Curso de Psicologia pelo
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

Luana Ruff do Vale

Orientadora no Curso de Psicologia no
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre a patologia da depressão como sintoma social na contemporaneidade. Realizou-se um estudo teórico a partir da revisão de literatura com base em artigos e livros que tratam do tema em questão. Percebeu-se que a subjetividade humana tem como conceito um processo de construção de si. Ela é produzida ao longo da formação do indivíduo e é surpreendida por influências diversas de âmbito individual ou coletivo, tais como: Grupos sociais, experiências vividas, mídia, entre outros influentes que alteram ou não a produção subjetiva do indivíduo. Concluiu-se que a escuta clínica surge como uma alternativa à medicalização, a singularidade do sujeito no lugar do enfoque na patologia. Logo esse trabalho visa contribuir acerca da importância da escuta ao que se refere ao sujeito como biopsicossocial.

Palavras-chave: subjetividade; medicalização; mal-estar; contemporaneidade; escuta clínica.

INTRODUÇÃO

Este presente estudo é resultado do desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso intitulado “DEPRESSÃO: UM SINTOMA SOCIAL CARACTERIZADO COMO MAL DO SÉCULO”. A definição pelo tema da pesquisa deu-se pelo aumento da patologização de depressão, fato no qual nos despertou interesse para como esse diagnóstico vem sendo elaborado, além do fato de que a medicalização tem sido bastante utilizada na atualidade com o objetivo de um alívio imediato ao sofrimento do sujeito. Sendo assim, acendeu o interesse de analisar até que ponto a escuta clínica se presta como alternativa à medicalização, discutir sobre o lugar do mal-estar como sintoma

social na contemporaneidade.

A realização desse trabalho ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica sobre o índice do aumento das depressões e questões que afetam diretamente o sujeito, pois segundo a Organização Mundial da Saúde (2013), na última década, houve um aumento de 18,4% de pessoas com depressão, correspondendo a 322 milhões de indivíduos. No Brasil esses índices também parecem maiores, pois 5,8% dos habitantes sofrem com a desordem.

Atualmente, nota-se que o aumento dos diagnósticos de depressão está relacionado às características da contemporaneidade, tais como tristeza, desesperança, desamparo e desânimo, sentimentos estes presentes nos discursos dos indivíduos como expressão de mal-estar. A tristeza pode ser compreendida, por vezes, como sinônimo de depressão. Sendo assim é de extrema importância o entendimento desses fenômenos. (MAGALHÃES; AZEVEDO, 2016)

Segundo Kehl 2009 apud MAGALHÃES; AZEVEDO;2016; p.8:

A depressão é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social desta primeira década do século XXI. Por isso mesmo, os depressivos, além de se sentirem na contramão de seu tempo, veem sua solidão agravar-se em função do desprestígio social de sua tristeza.

Reconhece-se dessa forma que lidar com os mal-estares na sociedade contemporânea parece não ser tarefa fácil, levando os sujeitos a fazerem escolhas que aliviem o sofrimento de forma instantânea, na mesma rapidez do tempo no qual se vive. Roudinesco (2000) destaca que nos dias atuais o sofrimento psíquico manifesta-se sob a forma da depressão, causando no corpo e na alma uma mistura de tristeza e apatia, buscando a identidade e o culto de si mesmo, não acreditando, mas na veracidade das terapias. Logo, ele busca desvencilhar-se do vazio de seu desejo.

Vem à tona o tema da medicalização ao pensarmos na ideia de aliviar o sofrimento de forma rápida e a não credibilidade da veracidade das terapias. O conceito de medicalização é um tema recorrente do pensamento social e segue atualmente, sendo considerado de grande importância desde os anos 60 e 70, no Brasil. Esse debate também se fez presente, cabendo destacar aula proferida por Michel Foucault em 1975, na Uerj, em que o autor discute distintos aspectos da Medicina e da medicalização (FOUCAULT, 2010). O conceito se consagra a partir de estudos da década de 1970, que referenciava inicialmente as correntes marxistas e liberais humanistas. A medicalização denotava assim algo suspeito derivado da criação ou incorporação de um problema “não médico” ao aparato da Medicina, tornando-a um lugar da verdade, no qual juízos são sentenciados por especialistas que portam uma objetividade e uma moral neutra

aparentemente. Sendo assim, o enfrentamento das doenças assume um lugar de embate moral, essa retórica que imputa responsabilidade e culpabiliza ao indivíduo pelo seu próprio adoecimento.

Neste trabalho será abordado a depressão como sintoma social partindo de algumas características da contemporaneidade que podem ser disparadoras ou potencializadoras desse mal-estar. A evolução histórica de um social não acontece sem deixar certas marcas que a caracterizam e que estão relacionadas aos modos de constituição das subjetividades individuais e coletivas que surge nesse processo, já que “cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e a produz de sua própria maneira, inimitável” Bauman (2001). De acordo com o autor, consideremos a contemporaneidade como herdeira dos referenciais postos na Modernidade Líquida que se traduz na ideia de liquidez e de fluidez, sendo percebida no modo como as relações familiares, interpessoais, de trabalho, entre outras, são constituídas na atualidade, colocando à prova as certezas e os referenciais outrora construídos sob um modo de atadura social na Modernidade Sólida.

O CAMINHAR HISTÓRICO DA DEPRESSÃO

Visando compreender a origem da depressão, nos debruçamos a estudar suas matrizes históricas. Sabemos que o termo depressão é de conhecimento de todos tornando-se popular no final do século XX sendo ainda hoje muito discutida em meio científico, correlacionando com aspectos da sociedade. Mas para surpresa de muitos, esses sofrimentos psíquicos se assemelham as depressões vividas na antiguidade, porém eram chamadas de melancolia.

Como destaca Kolb (1977), no século VI a. C surge a primeira classificação dos distúrbios mentais. Fala-se pela primeira vez em melancolia e mania. Portanto, séculos antes de Cristo, a melancolia e suas diferentes formas eram expressas tanto nas artes trágicas quanto nas filosóficas. Seguindo em este mesmo caminhar histórico, Hipócrates, segundo Holmes (2001), descreveu que as ações comportamentais seriam governadas por quatro instancias básicas do humor (líquidos): bílis negra, bílis amarela, fleuma e sangue, sendo a causa da melancolia um desequilíbrio no cérebro gerada pela bílis negra.

Contrariando a ideologia de Hipócrates, Aristóteles discorre em uma de suas obras sobre melancolia. Para ele, “a melancolia é colocada como condição de genialidade, responsável por capacidades distintas” (Teixeira, 2005, p. 44). Logo, Aristóteles relaciona sofrimento melancólico com percepção e inteligência do homem. Ainda na antiguidade é possível encontrar casos de depressão como por exemplo: na Bíblia no Antigo Testamento século IX a.C, no I Livro de Samuel no qual refere-se ao rei Saul. Também é possível observar nos escritos de Homero, na obra *Iliada* a história do suicídio de Ajax (Finazzi, 2003; Kaplan, 2002). Estas histórias demonstram fortes sentimentos de fraqueza e culpa caminhando para fins trágicos.

Entretanto, os conceitos Aristotélicos e Hipocráticos são os alicerces que perpassam os tempos e chegam à modernidade.

Sendo assim, a melancolia perpassa a história e séculos desde a medicina Árabe, tanto quanto a idade das trevas, atravessando as reformas protestantes, renascença chegando aos avanços científicos rompendo com a ideologia e limites religiosos. No final do século XVIII a melancolia é traduzida como “o grande sintoma do tédio destilado pela velha sociedade” (ROUDINESCO, 1997, p. 506). Com a chegada do século XIX e o surgimento da medicina mental e o início das classificações categóricas e subcategóricas das doenças, com isso a melancolia é instaurada como verdadeira doença mental. Como nos aponta Teixeira (2005). O termo melancolia é substituído por depressão inicialmente na psiquiatria europeia, tendo sua consolidação mundial a respeito da subjetividade contemporânea no século XX.

Atualmente, a depressão é a alteração afetiva mais estudada. Conhecida popularmente como “mal do século”, sendo circunscrita nas letras F32 e F33 da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10) como “rebaixamento do humor, Globalização e melancolia: a depressão como doença ocupacional redução de energia e diminuição da atividade”, quando “existe alteração da capacidade de experimentar prazer, perda de interesse, diminuição da capacidade de concentração, associadas em geral a fadiga importante, mesmo após um esforço mínimo” (OMS, 2019). O termo depressão é utilizado com frequência para se referir a qualquer um dos vários transtornos depressivos. Alguns estão classificados no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-5) por sintomas específicos: Transtorno depressivo maior (muitas vezes chamado depressão maior); Transtorno depressivo persistente (distímia); outro transtorno depressivo específico ou inespecífico. Hoje, seu diagnóstico é facilitado devido a presença dos sintomas e por todas as teorias.

Os manuais classificatórios

Com a finalidade de facilitar a comunicação entre os médicos sobre as doenças da mente, a Organização Mundial de Saúde decide criar um capítulo para os transtornos mentais no manual denominado CID-10. Como mencionado no tópico anterior, a depressão está situada na categoria de transtornos de humor (afetivos) sob a denominação de Episódio Depressivo ou Transtorno Depressivo Recorrente. A CID-10 (2006) explica que os transtornos de humor não são suficientemente bem compreendidos para receberem uma aprovação universal, mas enfatiza que uma classificação deve ser tentada. Logo o diagnóstico varia de acordo com o quadro clínico do paciente.

A CID-10 (2006) cita, de forma genérica, que a principal perturbação nos transtornos de humor é a alteração do humor ou afeto, os demais sintomas surgem secundariamente. Ela ainda nos retrata que a grande maioria desses transtornos tende a ser recorrente e que frequentemente, eventos ou situações estressantes, tem ligação ao início dos episódios. Vale

ressaltar, que ao que se refere ao episódio depressivo, a CID-10, caracteriza três categorias, podendo os episódios serem leve, moderado e grave. O indivíduo que possui episódios depressivos “usualmente sofre de humor deprimido, perda de interesse e prazer e energia reduzida levando a uma fragilidade aumentada e atividade diminuída” (CID-10, 2006, p.117). Também é possível observar alguns outros sintomas comuns nesses casos, tais como: cansaço após esforços leves; concentração e atenção reduzida; ideias de culpa e inutilidade; pessimismo do futuro; autoestima e autoconfiança reduzidas; visões desoladas e pessimistas do futuro; sono perturbado; ideias ou atos de autoagressão ou suicídio e apetite diminuído. Deve-se ressaltar que as três categorias (leve, moderado e grave) citadas acima, somente é utilizado no diagnóstico na ocorrência do primeiro episódio, pois do contrário, ao ser repetido outras vezes, o profissional deve classificá-los em uma das subcategorias do transtorno depressivo recorrente.

O transtorno depressivo recorrente ocorre de maneiras repetidas ou quando tem episódios breves de elevação do humor e baixa hiperatividade após um sintoma de depressão, sendo possível observar alguns níveis que compõe a subdivisão dele. Alguns níveis dessa subdivisão são: transtorno depressivo recorrente – episódio atual leve; transtorno depressivo recorrente- episódio atual moderado, transtorno depressivo recorrente- episódio atual grave sem e com sintomas psicóticos; transtorno depressivo recorrente, atualmente em remissão; transtorno depressivo recorrente não especificado e outros transtornos depressivos recorrente.

Também é possível localizar outros transtornos mentais no manual classificatório denominado como DSM-V-TR. De acordo com o próprio DSM (2013), ele foi produzido no intuito de ser utilizado nos contextos clínicos, de pesquisa e educacionais. Nele é possível observar que os transtornos mentais são divididos conforme o conjunto de critérios e características que os definem. No caso da depressão, é possível localizá-la no eixo I no qual é destinado a categoria dos transtornos clínicos e de outras condições que chamem a atenção clínica. Neste eixo, também é possível encontrar a sessão de transtornos de humor no qual possui aspectos relacionados a depressão. Em um primeiro momento, para esse manual, o episódio depressivo maior é descrito como um bloco de construção para o que virá posteriormente, o transtorno depressivo maior.

Segundo o DSM V- TR (2013), o episódio depressivo maior é caracterizado por um humor deprimido ou pela perda de interesse/prazer pela maioria das atividades, durante um período mínimo de duas semanas. Além dessas características, o indivíduo com esse tipo de depressão, deve estar acometido por outros quatro sintomas, tais são: diminuição da energia; alteração no apetite ou peso, sono ou atividade psicomotora; dificuldade para pensar, concentrar ou tomar decisões; sentimentos de desvalia ou culpa; planos ou tentativas suicidas; pensamentos recorrentes sobre morte ou ideação suicida. Vale ressaltar, que esses sintomas devem ser acompanhados por sofrimento ou prejuízo significativo na vida social, profissional ou em outras áreas importantes na vida do sujeito em sociedade.

Também é importante relatar que dentro das categorias dos transtornos depressivos existe a possibilidade de três tipos de diagnósticos: transtorno depressivo maior, transtorno distímico ou transtorno depressivo sem outra especificação. O que diferencia um transtorno do outro é o que o caracteriza, pois, o transtorno depressivo maior é caracterizado por um ou mais episódios depressivos maiores. Em contrapartida, o transtorno distímico é caracterizado por um humor cronicamente deprimido que ocorre com uma frequência mínima de dois anos, praticamente todos os dias. Além disso, ainda é possível encontrar, pelo menos dois dos seguintes sintomas: insônia ou hipersonia; apetite diminuído ou hiperfagia; baixa autoestima; baixa energia ou fadiga; fraca concentração ou dificuldade de tomar decisões e sentimentos de desesperança. Já o que caracteriza o transtorno depressivo sem outra especificação, como o próprio nome já diz, nele inclui transtornos depressivos que não satisfazem os critérios, ou seja, sem especificação, para os outros dois transtornos citados anteriormente.

DEPRESSÃO COMO SINTOMA SOCIAL EM UMA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Discutir a depressão como sintoma social a partir de características das contemporâneas que podem ser disparadoras ou potencializadoras de mal-estar é essencial. Devemos compreender que Freud já nos prenunciava na sua obra *O Mal-estar na civilização - 1929-1930*, os percalços entre o que o sujeito desejava e o que a sociedade os exigia, sendo o sujeito um sujeito da cultura, ou seja, na medida que se construía uma civilização sobre a renúncia das pulsões e buscando a sublimação nesse contexto civilizatório.

Atualmente, alguns fenômenos aparecem no campo analítico, um exemplo disso são as patologias alimentares (anorexia, bulimia), as excessivas manipulações cirúrgicas corporais e a dependência de álcool, drogas e medicamentos. Tais manifestações clínicas bem são distintas das paralisias e nevralgias com que Freud deparou-se nos tratamentos históricos. Podemos assim dizer que estas manifestações do sofrimento psíquico mudaram desde os trabalhos primitivos de Freud.

Civilização e cultura

O mal-estar na civilização (*Das unbehagen in der kultur*), escrito em 1929-1930, traz reflexões importantes de Freud acerca do papel da cultura na condução do mal-estar, este é um trabalho fundamental da sua obra. A tradução realizada para o português se apresenta com o termo civilização, nos levando a um questionamento sobre a diferença entre cultura e civilização, ou especificamente, a que Freud queria se referir quando utilizava o termo kultur.

Freud, em *O futuro de uma ilusão* (1928), nos indicava que não iria distinguir entre cultura e civilização, destacando assim que os dois aspectos eram sinônimos ao usar o termo kultur. Por um lado, inclui todo o

conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente a distribuição da riqueza disponível (FREUD, 1928/1996h, p. 16). No texto de 1930, nas mesmas ideias de raciocínio, propõe-se a pensar *kultur* (civilização no texto em português) como a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuítos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos (FREUD, 1930/1996i, p. 96).

Esta definição Freudiana é de grande abrangência, incluindo as construções simbólicas e materiais que direcionaria a vida humana, dado que os seres humanos não são guiados por instintos. Sendo assim, a *kultur* forjaria aquilo que ao homem de início, dada sua condição humana não tem: uma orientação natural. No percurso que Freud escolhe a ser traçado para analisar radicalmente o mal-estar é de suma importância compreender algumas das ideias anteriores que ele vinha desenvolvendo. A noção de desamparo (*hilfflosigkeit*), que foi apresentada no *Projeto* (1895), é importante para compreender algumas articulações dessa produção de 1930.

No *Projeto*, Freud trabalhava para descrever o funcionamento do aparelho psíquico em termos de movimentação energética e de registros dessa movimentação. Neste trabalho utiliza nomenclaturas biológicas, refere-se a grupos de neurônios, porém o aparelho que se descreve refere ao homem (homem de linguagem), que constrói uma orientação para sua ação no mundo, e não a um ser biológico orientado por instintos. Uma topologia da subjetividade sendo assim possível pensar o desamparo. O aparelho psíquico pensado por Freud no *Projeto* (1895) visaria à manutenção das excitações em um nível mínimo, considerando essa excitação desprazerosa. Assim, a excitação ou energia exógenas, advindo das percepções, deve ser descarregada em ações musculares. A excitação endógena, por tanto, nem sempre chega até a descarga motora, devendo ser mantida em níveis constantes e controláveis.

Posteriormente, em 1900, Freud irá trabalhar com a elucidação dessa circulação de energia no aparelho e da experiência da satisfação. Nesse esquema que apresentava duas extremidades, uma perceptiva e uma motora, como no desenho de um pente. Em geral, os processos psíquicos possuem uma direção que vai da percepção à descarga motora, deixando ao percorrer o aparelho registros de sua passagem, traços das percepções que incidem sobre ele - traços *mnêmicos*. O que tudo isso nos mostra é que as primeiras experiências de satisfação de uma criança junto ao seio materno, em que a energia atravessa o aparelho do perceptivo ao polo motor, deixaria registros *mnêmicos*, deixando inscrito representantes dessa satisfação. Ao mesmo tempo em que essa experiência é registrada (representada), ela é perdida como natural (ELIA, 2007). Na verdade, o que se inscreve dessa satisfação não é a satisfação em si, mas um representante dessa experiência.

Ainda assim, podemos encontrar no texto de 1926, *Inibição, sintoma*

e *angústia*¹, Freud volta a essa noção de desamparo ao tratar da angústia, situando esta como um produto do desamparo mental². Freud trata nesse ponto, o desamparo como a falta radical do objeto capaz de satisfazer, pois falta a mediação para a satisfação se colocar. Sendo assim, no campo humano, não podemos falar de instinto para o qual exista um objeto natural que possa satisfazer, mas sim podemos falar de pulsão (*trieb*), cujo Freud articulou o objeto, apresentando-se da forma mais variada. Na verdade, como visto anteriormente, a inserção do homem na linguagem permite pensar o desamparo.

É só de um lugar já inserido representacional que podemos tratar a ausência de objeto. Em tese, podemos dizer que o desamparo marca essa divisão entre a exigência de satisfação e a possibilidade de alcançar a satisfação e reconhecê-la como tal. Freud então apresenta o desamparo como estrutural, não podendo ser ultrapassado, contudo contornado. Seguindo nas obras do pai da psicanálise em 1911, no artigo *Formulações sobre os dois princípios que regem o funcionamento mental*, Freud irá sistematizar a hipótese outrora já presente muito germinal no *Projeto* de que o aparelho psíquico funciona segundo princípios organizadores, organizando a relação de satisfação. Frente ao desamparo humano original que colocará em subordinação a satisfação de um outro, um aparelho psíquico se construirá orientado por um princípio de organização, desse modo, resta contornar o insuportável que o desamparo apresenta, a saída é uma estratégia para lidar com aquilo que não tem solução natural: o desamparo e o atravessamento pela linguagem.

Buscando manter a excitação menor possível (mas não nulo, o que seria a morte) o princípio do prazer trabalha com limiar de excitação (pressão para satisfação), menor será o desprazer. Como o bebê, em sua dependência do outro para obtenção de satisfação, não pode controlar os objetos do mundo que lhe trariam a satisfação, diminuindo a excitação (princípio de inércia) é preciso criar alternativas que possam o auxiliar nesse contingente de excitação. O princípio do prazer forja então a equivalência: excitação é igual a desprazer.

Assim, o aparelho psíquico passa a funcionar tendo uma lógica de gerência do desprazer. Na tentativa de evitar o desprazer e na ausência de objeto, essa lógica organizacional do aparelho psíquico pode recorrer à alucinação do objeto, fazendo existir no mesmo o objeto suposto satisfazer. Dada a ineficiência desse princípio, pois a insatisfação continua mesmo diante do objeto alucinado. Como uma espécie de continuação desse, constrói-se um outro princípio: o princípio de realidade, que tem o objetivo de discriminar a presença do objeto na realidade e adiar ou transferir a satisfação na ausência do objeto. Sendo assim, o princípio da realidade busca modelar a excitação para que ela só apareça em situações determinadas, na qual poderá encontrar algo da ordem da satisfação. "a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade não implica a deposição daquele, mas apenas sua proteção" (FREUD, 1911/1996d, p. 242).

Freud em 1920 formula um novo dualismo pulsional: pulsão de vida

versus pulsão de morte. A pulsão de vida, Eros, visaria à ligação e à unidade. A pulsão de morte, Thánatos, visaria à divisão, à destruição, à restauração do estado inorgânico. A pulsão de morte seria silenciosa, mais que isso, indizível, uma vez que não se liga a representações de palavra (GARCIA-ROZA, 2005). Do contrário, a pulsão de morte, opõe-se à totalização objetivada pela pulsão de vida, atuando por seu princípio destrutivo, na instauração do novo, provocando a emergência de novas formas. A função desses dois princípios (do prazer, da realidade) é reguladora. Tendo seu objetivo regular a satisfação pulsional em função da relação prazer/desprazer, buscando de maneira alucinatória ou através do adiamento e do deslocamento para objetos a satisfação adequando-se às normas sociais - o princípio constitui o funcionamento de um campo.

Tendo o projeto de felicidade em construção ideativa e valorizada pelo humano, se vista sob o olhar dos princípios, passa a ser procurada através de uma negativa cujo seria: evitar o desprezer, embora Freud irá afirmar que não há nada preparado para que ela seja alcançada nem no micro, nem no macrocosmo. Diante disso, se faz necessária as construções de alternativas de contorno frente ao desprezer e da não satisfação direta das pulsões, pois segundo Freud (1930/1996i, p. 83):

A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós, proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar as medidas paliativas.

A civilização tal qual nos auxiliaria nessa organização de possibilidades de alternativas fornecendo formas de satisfação adequadas ao projeto de cultura.

Dessa forma, a satisfação obtida logo deixa de satisfazer (FREUD, 1930/1996i). As possibilidades de felicidade são, restringidas a sua própria constituição, tendo o sentimento de infelicidade mais corriqueiro: o sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que podem voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens (FREUD, 1930/1996i, p. 85). O princípio da realidade vem auxiliar o princípio do prazer para lidar com suas adversidades.

O princípio de realidade irá moderar toda insatisfação e a satisfação, buscando a uma ação possível. Contudo, sua ação nunca é satisfatória. Trata-se de um inquietante círculo, que demanda constante movimento das energias psíquicas.

“O programa de tornar-se feliz que o princípio de prazer nos impõe não pode ser realizado; contudo não devemos - na verdade, não podemos - abandonar nossos esforços de aproximá-los da consecução, de uma maneira ou de outra” (FREUD, 1930/1996i, pp. 90-91).

Sendo assim, pensar o sofrimento psíquico como efeito do impasse entre a exigência de renúncia imposta pela sociedade e o impulso para a satisfação seria possível? O sintoma neurótico é efeito das dificuldades dessa negociação, nesse caso, buscar modificações tais na civilização pode permitir a moderação da satisfação sem excessos de proibição ou de permissão, Freud chegou a articular em 1908, no artigo *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* essa proibição. Presenciamos hoje um contexto de gozo absoluto, alta permissividade sexual, mas será que podemos afirmar que ele é acompanhado de diminuição do sofrimento?

Em posse do conceito de pulsão de morte 1930, Freud é bastante claro ao explicar que não se trata de um problema da civilização que necessita ser aprimorado, porém de uma questão estrutural inerente ao homem, "de algo da natureza da própria função que nos nega satisfação completa e nos incita a outros caminhos" (FREUD, 1930/1996i, pp.110-111). Para o homem civilizar-se, ele adiou e modelou suas exigências de satisfação (sexuais e agressivas), estabelecendo assim um controle pulsional, ou ao menos tentando. Em troca dessa renúncia, a cultura lhe ofereceria satisfações que iria substituir, encarnadas nos inúmeros bens sociais que hoje nos cerca. Nesse quadro, aponta-se que a infelicidade humana seria proveniente de falhas na cultura em oferecer esse “bem” prometido como recompensa à renúncia. Porém, se a satisfação completa ainda insiste em não se apresentar, Freud, ao invés de culpar, embora não faça o contrário; os atrasos civilizatórios, supõe que o estado de insatisfação é inerente ao humano.

Podemos efetuar, gradativamente, em nossa civilização, alterações tais que satisfaçam melhor nossas necessidades e escapem às nossas críticas. Mas talvez possamos também nos familiarizar com a ideia de existirem dificuldades ligadas à natureza da civilização, que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma (FREUD, 1930/1996i, p. 120).

O homem então renúncia para civilizar-se, mas é essa civilização que o ampara no impossível de viver. Sendo assim para justificar sua posição, Freud lança mão do conceito de pulsão de morte. Parte dessa energia pulsional seria organizada pelo aparelho e vinculada a objetos, mas outra parte dessa energia se encontraria fora da organização dos princípios, satisfazendo-se de forma alheia à regra de evitar o desprazer. “O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança” (FREUD, 1930/1996i, p. 119).

Podemos assim então compreender que o sujeito, na contemporaneidade, apresenta modos diversos de se articular no mundo diante das demandas da cultura da sua época, produzindo assim, por vezes, sintomas – como por exemplo a depressão. Atualmente, o termo depressão, tem sido utilizado para nomear diversos sentimentos, como por exemplo, a tristeza que tem sido vista como sinônimo de depressão. Sendo assim a cultura é peça fundamental na constituição psíquica humana, sendo a relação desta de forma inegável com a sintomatologia de seu tempo.

Segundo dados da OMS já mencionado neste trabalho a depressão se sistematiza como sofrimento predominantes na sociedade contemporânea, como o pai da psicanálise sublinha não podemos desassociar o sofrimento psíquico do seu contexto social, pois cada sujeito encontra uma incompatibilidade entre suas necessidades e as exigências culturais sociais de seu tempo. “A prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade” (FREUD, 1931). Sendo assim como lidar com a depressão na atualidade sem a relacionar com um sintoma social, este conceito não se define em função da grande incidência estatística da depressão como uma patologia. Esta ideia de sintoma social neste trabalho vai articular o discurso próprio ao sintoma no caso depressão, considerando assim o significativo utilizado na atualidade para rotular, identificar as mais diversas formas de mal-estares (DUNKER, 2015).

Podemos então analisar esse discurso ou suas características específicas culturais que podem ser disparadoras desse mal-estar (depressão). Como já citado no tópico acima, a depressão possui uma variedade de formas classificatórias, porém, elas destacam-se enquanto fenômeno na atualidade, pois percebe-se que ela se tornou um dos mitos em saúde mental na contemporaneidade, levando em consideração que a pluralidade de fatores da cultura atual. Segundo dados da OMS (Organização Mundial de Saúde) publicados no Relatório Mundial da Saúde – Saúde mental: nova concepção, nova esperança - a depressão, nos próximos 20 anos, poderia vir a ser a segunda das principais causas de doenças em todo o mundo, como também uma das principais causas para o afastamento dos sujeitos de toda natureza de atividades laborais, contribuindo para impossibilitá-los de vivenciar sua existência nas dimensões sociais e coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo traçar um breve panorama histórico da depressão e como possivelmente o aumento dos diagnósticos na atualidade está relacionado as características da contemporaneidade. Considerou-se as mudanças estabelecidas ao longo das épocas que perpassava na vida do sujeito e o modo em que se vive hoje, na contemporaneidade, tendo em vista uma sociedade espetacular, narcisista, fluida e vazia de referenciais sólidos, como produtoras de mal-estares.

Portanto, é possível enfatizar que cada época teria suas formas individuais de adoecimento, no qual expressaria as estruturais sociais vigente, tendo em vista que o mal-estar se constitui através das determinações culturais.

Logo, é possível dizer que os sujeitos contemporâneos muita das vezes não consegue corresponder as exigências da cultura de sua época, o que acarreta um sofrimento como processo intrínseco á condição humana, podendo levá-lo a depressão e ao desejo perdido de suas ideias. Situação essa, que provavelmente, em muitos casos os indivíduos não reconhecem que estão. Logo, é possível articular essa questão em si a interpretação da psicanálise.

Foi possível compreender a maneira de interpretação da psicanálise, no qual vincula os estados depressivos do indivíduo a sua inserção na cultura, podendo o mesmo se manifestar em qualquer fase da vida. Com essa vinculação, os mal-estares contemporâneos passam a ser vistos e tratados como uma possível doença, como no caso da depressão. Com isso, percebe-se que para lidar com essa tarefa difícil que são os mal-estares na sociedade contemporânea, os indivíduos são levados a procurarem de forma mais rápida, formas de aliviarem o sofrimento. Portanto, é possível observar que a contemporaneidade pode ser vista como um tempo no qual o sujeito não pode sofrer, não tendo o direito de parar para lidar com o seu próprio mal-estar e buscar suas causas e sintomas, sem poder se responsabilizar e procurar novas formas para lidar com ele. Diante desse contexto, surge então o fenômeno da medicalização.

Com o objetivo de encontrar maneiras mais ligeiras para lidar com o mal-estar, não visando uma elaboração subjetiva, surge os medicamentos psicotrópicos, como alternativa fácil, rápido e eficaz para os mal-estares, lançando então, o fenômeno da medicalização do sofrimento, no qual é possível observar atualmente. Logo observa-se que quanto maior a dor da existência, mais recursos farmacológicos são utilizados, sendo uma medicalização (des) medida na intensidade do sofrimento, tenda em vista que o sujeito busca se enquadrar em alguns padrões da sociedade atual, com a ideia de se satisfazer, possuindo alegria eterna, com uma vida sem sofrimento. Vale a pena ressaltar que não se buscou definir os sujeitos aos seus sintomas, nem diminuir ou invalidar os benefícios dos medicamentos e a importância da psiquiatria no tratamento da depressão. O que buscamos é frisar aqui é que os sintomas fazem parte da estrutura discursiva dos sujeitos e que há a necessidade de alerta para o uso excessivo e indiscriminado dos medicamentos, podendo fazer com que o sujeito passe a ser visto apenas como uma patologia.

Conclui-se que a escuta terapêutica é um meio essencial do trabalho clínico e psicossocial, pressupondo que a fala é um endereçamento ao outro, logo, gera um engendramento do laço social. A escuta clínica, oferece ao indivíduo o direito de expressar-se, falando de si e de tudo que lhe causa sofrimento, permitindo a mobilidade ao campo do simbólico e aos profissionais da psicologia, permitindo aumentar a sensibilidade ao que se refere no trato do sofrimento do outro. Vale ressaltar que a escuta

psicanalítica, no campo da saúde mental, é apenas um viés dentre tantas outras abordagens eficazes para o tratamento nesse contexto, tendo um posicionamento diferente na contemporaneidade, diante do sofrimento, das formas de subjetivações, tendo os sintomas como efeito do social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DA SILVA MAGALHAES, Marilene Moreira; AZEVEDO, Fábio Giorgio Santos. (2016) *A (de) pressão e a contemporaneidade: notas sobre o sintoma social*. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros-1 ed.* São Paulo: Bomtempo,2015. Recurso digital

ELIA, L. (2007). *O conceito de sujeito* (2a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Finazzi, M. E. P. (2003). *Breve Histórico sobre a Depressão*. Disponível: <http://www.campsm.med.br/artigos/depressao.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

FOUCAULT, M. *Crise da medicina ou crise da antimedicina*. Verve, v. 18, p. 167-194, 2010.

FREUD, S. (1996d). Formulações sobre os dois princípios que regem o funcionamento menta. In S. Freud. *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1911).

FREUD, S. (1996c). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In S. Freud. *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (vol. 9). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1908

FREUD, S. (1996i). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1930).

FREUD, S. (1996b). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud. *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente escrito em 1895 e publicado em 1950).

GARCIA-ROZA, L. A. (2005). *Freud e o inconsciente* (21a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

HOLMES, D. S. (2001). *Psicologia dos Transtornos Mentais*. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Editora.

KAPLAN, H. I., SADOCK, B. J., GREBB, J. A. (2002). *Compêndio de Psiquiatria. Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica*. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas

KOLB, L. (1977) *Psiquiatria Clínica*. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

MAGALHÃES, Marilene Moreira da Silva; AZEVEDO, Fábio Giorgi Santos. *A (de) pressão como sintoma social: notas sobre contemporaneidade*. Revista de Psicologia Diversidade e Saúde 2016 Dez5(2):215-226

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10)*. Trad. Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em português. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/>. Acesso em: 13 MAI. 2020

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2013). *Mental Health Action Plan*.

ROUDINESCO, E. (1997). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise?* Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

SIGMUND, F. O mal-estar na civilização (1931). In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago; 2006

TEIXEIRA, M. A. (2005). *Melancolia e depressão: um resgate histórico e conceitual na psicanálise e na psiquiatria*. Revista de Psicanálise UNESP.

Levi Nogueira Freitas

Psicólogo pelo Centro Universitário 7 de Setembro – UNI7
Fortaleza-CE

RESUMO

O presente texto tem como objetivo compreender o que é a ética sobre o pensamento de vários pensadores. O estudo foi feito por meio de pesquisa bibliográfica de livros atuais sobre o tema. Para tanto, foram usados conceitos de estudiosos para compreender, primeiramente explicar o que é a ética e que é a Psicologia Organizacional e do Trabalho. Foi abordado, também a questão dos principais pontos de como se deve utilizar a ética como um instrumento no trabalho. Por fim, foi abordado os principais pontos importantes sobre a ética e psicologia organizacional e do trabalho, com intuito ajudar os profissionais da psicologia, na carreira profissional. O propósito de abordar esse assunto é por causa que a ética é um instrumento importante para o profissional da psicologia utilizar no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: ética; moral; psicologia organizacional e do trabalho.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Organizacional e do Trabalho é uma das mais importantes áreas da Psicologia, mas para que funcione em sua mais importante forma, necessita da ética para que tenha sentido de forma ampla e clara, para que o profissional atue de forma honesta dentro do campo social sobre o compromisso ético e social na atuação do psicólogo nas organizações do trabalho, como são enfrentados os desafios encontrados na prática, uma vez que a Psicologia tem um compromisso social.

Sem esses princípios morais, essa área perde o seu significado dentro do campo de atuação nos espaços de inserção em que o psicólogo organizacional deve atuar. Assim o profissional pode perder sua identidade e competência dentro do âmbito organizacional e institucional.

O profissional dessa área do conhecimento deve utilizar do seu próprio conhecimento técnico, teórico e científico para atuar com excelência. Em sua área, obtendo êxito dentro do corpo organizacional e institucional da empresa em que trabalha.

Neste trabalho pretendo abordar sobre a ética na atuação em psicologia do trabalho e das organizações dentro do contexto da psicologia organizacional, e de como o profissional deve agir através dessas

subjetividades para mudar a forma inapropriada em que muitos desses profissionais atuam dentro do ambiente institucional.

A pergunta central deste trabalho acadêmico é: Como garantir o trabalho de forma ética?

O objetivo desta pesquisa é obter mais conhecimento na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho para que seja possível obter discernimento sobre essa área que eu quero trabalhar no futuro. As questões principais dentro do contexto da Psicologia Organizacional e do Trabalho para a realização e produção deste material é sobre os seguintes temas: *Ética, Moral e Psicologia Organizacional e do Trabalho* que são pontos centrais dentro da área.

Outro ponto de justificativa para a construção deste material é para que sirva de material para ser utilizado pelos demais psicólogos como uma forma de se orientar sobre esse tema: A ÉTICA NA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES. Para que os profissionais sejam pessoas éticas em sua forma de atuação e trabalho dentro de instituições em que cabe o psicólogo organizacional atuar.

Sendo que o propósito real para a construção deste trabalho: é abordar sobre a importância do compromisso ético do psicólogo organizacional e do trabalho, para que esse material no futuro possa servir de instrumento para outros profissionais desta área, e que seja utilizado para se auto orientarem sobre essa temática tão importante, para que a psicologia organizacional e do trabalho seja uma área comprometida com os princípios éticos, morais dentro de qualquer tipo de instituição.

Muitos não sabem o que realmente é a ética, mas se define com as seguintes questões abordadas:

A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta. Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento (VALLS, 2016, p.7).

A ética geralmente é entendida a partir do contexto das seguintes áreas do conhecimento humano como científica, filosófica e principalmente teológica, mas o contexto ético corresponde as ações humanas em relação do que as pessoas fazem seja o que é certo ou errado, moral ou imoral, justo ou injusto, e de como as pessoas se comportam diante de suas ações que podem ser definidas com éticas ou antiéticas.

Independente da cultura, todos tem um conceito do que é a ética, do certo e errados, permitido e proibido:

Toda cultura e cada sociedade instituem uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e a conduta correta, valido para todos os seus membros. Culturas e sociedades fortemente hierarquizadas, e com diferenças de castas ou de classes muito profundas podem até mesmo ter várias morais, cada uma delas referente aos valores de determinada casta ou classe social. Essa realidade pode ser transportada, com adaptações, para a realidade das empresas (FRANÇA, 2006, p. 9, 10).

É através desses conjuntos de valores éticos que podem ser trazidos para dentro da área da Psicologia organizacional e do trabalho, com intuito de amostrar a importância que a ética tem dentro da área organizacional, a ética pode ajudar muito em relação de valores, princípios dentro da empresa alterando a forma de como os funcionários trabalham dentro da instituição, para melhorar e evoluir a forma de trabalho honesto. Por isso o conceito de ética é importante como uma forma de nortear o profissional, para que melhor ele exerça a sua profissão realizando de forma verdadeira e honesta sem corrupção e desonestidade com si mesmo e com a instituição.

A ética se constitui sobre vários pontos importantes, como conjunto de valores ou princípios morais, questões comportamentais:

A ética constitui o conjunto de valores ou princípios morais que definem o que é certo ou errado para uma pessoa, grupo ou organização. O comportamento ético acontece quando a organização incentiva seus membros a comportarem eticamente de maneira que os membros aceitem e sigam tais valores e princípios. Em termos amplos, a ética é uma preocupação com o bom comportamento: é uma obrigação de considerar não apenas o bem-estar pessoal, mas o das outras pessoas (CHIAVENATO, 2003, p. 604).

Por isso que a ética é tão importante para a psicologia organizacional, por trazer princípios, valores morais para as pessoas que praticam e utilizam da ética, e possam se comportar dentro do ambiente organizacional de forma ética, trazendo para dentro da instituição positividade, mudando a forma que os profissionais trabalham.

A ética é um instrumento importante para o profissional, com intuito de ajudar em suas ações dentro do trabalho:

Busca uma visão integral e ética do ser humano em seu relacionamento com as organizações. Tem sido utilizada como indicadora das experiências humanas no local de trabalho e o grau de satisfação das pessoas que desempenham o trabalho. Para alcançar níveis elevados de qualidade e produtividade, as organizações precisam de pessoas motivadas que participem ativamente nos

trabalhos que executam e que sejam adequadamente recompensadas pelas suas contribuições (CHIAVENATO, 2014, p. 419).

A utilização da ética é importante para termos uma visão mais ampla de trabalho honesto, para que as pessoas possam ter maior grau de satisfação e desempenho no trabalho, assim os profissionais podem alcançar patamares mais elevados de qualidade de trabalho profissional, trabalhando com mais qualidade dentro da empresa, quando os profissionais trabalham com qualidade dentro da empresa, a produtividade aumenta significativamente, através de pessoas que estão eticamente comprometidas a utilizar a ética como um instrumento de trabalho.

JUSTIFICATIVA

Dentro desse contexto, a questão principal deste constructo é a ética, pois sem ela a Psicologia Organizacional e do Trabalho não tem sentido, não funciona, não tem propósito verdadeiro. A ética é o fato central e decisivo para o profissional em sua área. Não somente isso, mas o presente trabalho possui o intuito de servir como auxílio para futuros psicólogos para que possam se orientar em relação a esse tema tão importante que descrevo.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral

- Estudar dentro do contexto teórico, científicos e bibliográficos atualmente, dentro do contexto da ética e Psicologia Organizacional e do Trabalho, sobre a problemática ética e moral dentro do ambiente de trabalho em relação do Psicólogo Organizacional.

Objetivos Específicos

- Abordar sobre o que é a Ética e a Psicologia Organizacional e do Trabalho; abordar sobre vários conceitos do que é a ética de acordo com vários pensadores; abordar sobre questões Éticas.

PROBLEMÁTICA

Os problemas centrais destacados a serem abordados nesse trabalho são amplos, por um lado, será abordada a problemática das questões éticas, morais, de outro ponto será retratado sobre o profissional de Psicologia Organizacional e do Trabalho, que por vezes, pode não trabalhar de forma real que é obedecendo leis de acordo com *O Código de Ética do Psicólogo*, dentro dos ambientes institucionais, e por último.

Através desses temas que serão abordados neste trabalho, que ao

concluir, possa *suprir* o que se pede ao professor e possa ser utilizado no futuro pelos demais alunos e profissionais da área para que estes possam se orientar em relação dos problemas vinculados a Psicologia Organizacional e do Trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro do contexto teórico, técnico, científico e metodológico, este conjunto de referências teóricas que são abordadas, para a complementação deste trabalho são das mais atuais dentro do contexto da Psicologia Organizacional e do Trabalho, com intuito de dar mais clareza, harmonia e conexão deste material.

Através dos pensamentos atuais de vários autores, pretendo abordar cada um deles, neste trabalho com intuito de reforçar o pensamento deste material para que seja difundido e orquestrado da forma mais atual e precisa para que as demais pessoas possam entender de forma clara sobre o tema proposto.

Os temas que serão abordados: ética, moral, problemas institucionais, faltas éticas em relação a avaliação psicológica e a verdadeira forma em que o psicólogo deve trabalhar dentro do contexto das leis jurídica, e dentro do contexto do contexto do CFP - Conselho Federal de Psicologia.

Os autores abordados aqui têm como princípio de ajudara a reforçar este trabalho dentro do contexto teórico e científico, e esclarecer sobre os problemas existentes que existem atualmente em relação o Psicólogo e os problemas que existem dentro das instituições em que este profissional trabalha atualmente, e como esse profissional deve trabalhar de forma real para que a sua profissão e o próprio profissional sejam preservadas de forma ética.

A importância da construção desse referencial teórico tem como sentido principal abordar a ética profissional da Psicologia Organizacional e do Trabalho, e de como é tão importante o exercício da ética em relação à Psicologia e do profissional, a realidade atual em pleno século XXI, em que o profissional da Psicologia atualmente vive em vários problemas éticos, é de extrema importância atual abordar sobre a ética como o principal sentido como extremo para o Psicólogo ser ético dentro do ambiente institucional, para que não ocorram problemas jurídico, faltas éticas e até mesmo problemas futuros.

Atualmente a ética é uma subjetividade pouco utilizada, seja por qualquer profissional, por muitas das vezes não serem ensinadas em universidades, cursos etc, por pouco existir o uso da ética dentro do contexto da Psicologia Organizacional, atualmente, existe muitas reclamações dentro do Conselho Federal de Psicologia.

Os autores selecionados nesse trabalho, tem como propósito de reforçar os meus pensamentos em relação do tema descrito como uma forma de melhor defender e esclarecer o meu ponto de vista. Que abordam um ponto importante sobre a identidade do profissional de psicologia dentro das

instituições. Em que fala sobre a importância da atuação do Psicólogo Organizacional nas empresas. Esses são os autores de grande importância, relevância e atualidade, que são destacados aqui para a construção deste trabalho, para que possam reforçar a visão a respeito do tema abordado neste trabalho.

METODOLOGIA

Na construção desta metodologia de estudo, tive como propósito de pesquisar através de vários livros para enriquecer este trabalho, e colocar uma quantidade maior de referencial teórico, para que possa ter maior sentido na escrita, sendo que as referências, são da área da Ética e da Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Ao logo do estudo pretendo recolher o Máximo de informações precisas para a elaboração deste trabalho e utilizar tudo que a de mais importante sobre o tema da ética, e através das informações obtidas eu vou relacionar com os conhecimentos da psicologia organizacional e vínculos dentro do contexto da ética.

A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Ao longo dessa leitura abordarei de forma atual o que é essa área do conhecimento. Pode se descrever a Psicologia Organizacional é do Trabalho de forma ampla é de várias formas por ser uma área do conhecimento muito rica na diversidade de conhecimento, teorias e técnicas das mais variadas formas atualmente.

O profissional dessa área trabalha das mais variadas formas são elas: recrutamento e seleção de pessoas, pesquisa sobre o clima organizacional, aplicação de testes e avaliações psicológicas, avaliações de funcionários, treinamento e desenvolvimento de pessoas e desenvolvimento de pessoas.

Existem várias importâncias como o desenvolvimento de pessoas dentro do ambiente de trabalho, ajudar na colaboração para que os funcionários possam produzir mais através do seu trabalho, promover qualidade psicológica dentro do ambiente de trabalho para os funcionários.

Essa área do conhecimento serve para que possam existir várias melhoras em relação da forma que os profissionais atuam dentro das instituições de trabalho, aumentando a produtividade, para que aja mais interação e colaboração e que possa existir melhoras na gestão de pessoas mudando a forma de como elas atuam dentro da empresa.

A importância da Psicologia Organizacional e do Trabalho para a empresa poder ser das mais variadas formas com que o psicólogo pode ajudar os funcionários a serem mais produtivos, ensinar a trabalhar em equipe, para que saiba trabalhar melhor e saiba trabalha em de forma individual e em grupo, e possam ser líderes que saiba liderar dentro das empresas.

Essa área também está vinculada a questões para que melhorar o

sujeito quanto a si mesmo fazendo com que ele possa trabalhar melhor, sendo uma pessoa mais produtiva, para que aumente a produtividade, tenha maior engajamento e participação, possa fazer ajustes de clima organizacional.

O LADO INDUSTRIAL DA PSICOLOGIA

Para entendermos sobre o que é a Psicologia Organizacional e do Trabalho temos que compreender de duas formas o lado da psicologia Industrial, e o lado Organizacional, de acordo com Spector que define esse lado Institucional como:

O campo da psicologia organizacional contém duas principais divisões: o lado industrial (ou do pessoal) e o lado organizacional. Apesar de os conteúdos das duas principais divisões se sobreporem e não poderem ser facilmente separados, cada uma delas é proveniente de tradições diferentes na história dessa área de conhecimento. O lado industrial (ou do pessoal) do campo da psicologia organizacional – originalmente o campo era chamado de psicologia industrial – constitui sua ramificação mais antiga e tende a assumir uma perspectiva administrativa da eficiência organizacional por meio da utilização apropriada dos recursos humanos, ou pessoas. Ela se ocupa de questões relativas à eficiência no planejamento do trabalho, seleção, treinamento e avaliação de desempenho dos funcionários (SPECTOR, 2012, p. 21).

A Psicologia Industrial era considerada a psicologia mais antiga, e tinha em mente como questão de atuação voltada para questões administrativas vinculada a questões do gênero dos recursos humanos, para que as questões industriais possam ser voltadas mais para pessoas.

Outras questões que essa área do conhecimento tem como ponto de trabalho e atuação são questões centrais como: planejamento do trabalho; seleção de melhores pessoas qualificadas para o mercado de trabalho, aplicações de treinamento de pessoas para exercer cargos específicos, e fazer exames de avaliações dos desempenhos dos funcionários da empresa. Através dessas informações podemos compreender que a Psicologia Industrial, era voltada, para o lado do material humano – que as principais ferramentas eram as pessoas, o principal fator a ser considerado, era que na Psicologia Industrial as pessoas eram a principal fonte.

Naquele tempo, as pessoas eram o material principal, pois, mas máquinas naquele tempo não tinham tanto poder de substituir as pessoas em grande escala, as tecnologias industriais, ainda estavam sendo desenvolvidas, por isso que o material humano era naquele tempo, mais do que determinante, e altamente valorizado, pois sem as pessoas as indústrias não funcionaria, as pessoas eram o motor para que as indústrias funcionasse.

O LADO ORGANIZACIONAL DA PSICOLOGIA

Para entendermos o outro lado da Psicologia temos que ir para o lado Organizacional, que é muito diferente da outra parte descrita antes como a Psicologia Industrial:

Já o lado organizacional dessa área de conhecimento se desenvolveu a partir do movimento de relações humanas nas organizações, voltando-se à compreensão do comportamento dos funcionários e à melhoria de seu bem-estar no ambiente de trabalho. Os tópicos organizacionais incluem atitudes e comportamento do funcionário, estresse no trabalho e práticas de supervisão. Os principais tópicos dessa área de conhecimento, contudo, não podem ser facilmente caracterizados como estritamente industriais ou organizacionais. A motivação, por exemplo, é relevante tanto para o lado industrial, que inclui a eficiência e o desempenho do funcionário, quanto para o lado organizacional, que se ocupa da felicidade e do bem-estar dos funcionários, além da compreensão do comportamento humano nos ambientes organizacionais. Apesar de as áreas industrial e organizacional nem sempre serem claramente distinguíveis, juntas elas sugerem a ampla natureza da psicologia organizacional (SPECTOR, 2012, p.21).

Esse lado Organizacional da Psicologia é mais voltado para o lado humano, como questões da saúde do trabalhador, estudo do comportamento dos funcionários, e estudo pelo bem-estar dos funcionários dentro do ambiente de trabalho, esses pontos destacados têm como questão o lado voltado para questões humanas.

Mas também o lado Organizacional também vai muito mais além, que também está voltado para questões psicológicas do trabalhador questões como estresse fadiga, ansiedade, etc.

O Lado Organizacional preza pelas pessoas, voltado para o bem-estar delas, para favorecer questões de saúde psicológicas para que os funcionários tenham mais saúde, diferente da Psicologia Industrial que tem como foco questões mais concretas voltando para questões como instituições, empresas, fábricas etc.

PONTOS DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL: O CAMPO ACADÊMICO E UNIVERSITÁRIO.

As áreas de atuação do Psicólogo Organizacional e do trabalho são amplas, dentro do contexto do campo acadêmico e universitário, os profissionais podem atuar das mais diferentes formas de trabalho, seguimentos e carreiras, podemos ver abaixo onze pontos importantes de

como esse profissional pode atuar das mais variadas formas distintas nos seguintes pontos abaixo de acordo com Spector (2012):

Leccionar; realizar pesquisas; elaborar artigos de pesquisa e apresentá-los em congressos; publicar artigos em periódicos científicos; prestar serviços de consultoria a organizações; escrever livros didáticos; orientar alunos de graduação e pós-graduação; informar o público em geral; elaborar cursos; manter-se atualizado em sua área; ajudar a administrar as funções relacionadas ao ensino de sua instituição (SPECTOR, 2012, p.22).

Sendo esses onze pontos de atuação que o profissional da Psicologia pode atuar sendo que cada um deles é abordado pelo autor como forma de atuação acadêmica, cada ponto desse serve para que possamos saber como uma forma de saber como realmente é a forma de se trabalha dentro do contexto da academia.

PONTOS DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL: O CAMPO DA PRÁTICA, O TRABALHO NAS EMPRESAS

Não podemos deixar de abordar sobre área da prática em que esse profissional pode atuar, que também é uma área muito extensa e ampla, a atuação do Psicólogo Organizacional no campo da prática, pode ser abordada em nove pontos importantes de acordo com Spector (2012):

analisar a natureza do trabalho (análise do trabalho); conduzir análises para encontrar a solução para um problema organizacional; conduzir levantamentos para se informar sobre os sentimentos e opiniões dos funcionários; projetar um sistema de avaliação do desempenho de funcionários; projetar um sistema de seleção de funcionários; projetar um programa de treinamento; desenvolver testes psicológicos; avaliar a eficácia de uma atividade ou prática, como um programa de treinamento; implementar uma mudança organizacional, como um novo sistema de remuneração para funcionários de bom desempenho (SPECTOR, 2012, p. 23).

A área de atuação na parte da prática é diferente da acadêmica e universitária por ser voltadas para o profissional que quer atuar nas mais variadas empresas, diferente do primeiro campo de atuação que inclui trabalhar dentro das Universidades, esse profissional que atua no campo da prática trabalha com questões centrais voltadas para pessoas e as empresas, diferente do primeiro campo de atuação que é mais voltado para a produção científica e teórica.

COMPROMISSO SOCIAL: PARA ALÉM DE UMA ATUAÇÃO TECNICISTA

O que é ter compromisso ético? Para compreendermos esse primeiro ponto sobre ética, os autores abordam que temos que nos afastar de uma “feição simplista e maniqueísta” que é uma forma ilusório da falsa ética, que serve para encobrir a realidade da verdadeira ética em relação do compromisso social que o profissional da Psicologia Organizacional e do Trabalho deve trabalhar:

Buscamos afastar-nos de um debate que, em alguns momentos, assume uma feição simplista e maniqueísta, quando o rótulo “compromisso social” serve apenas para etiquetar algo que percebemos como positivo e prioritário, ou para caracterizar atuações com as quais concordamos, diferenciando-as daquelas de que discordamos (BORGES E MOURÃO, 2013, p.27).

COMPROMISSO SOCIAL: EM BUSCA DE DIMENSÕES DEFINIDORAS

Como ter compromisso social? Outro ponto para se ter ética é através do compromisso social, os autores abordam dois pontos chaves que o profissional da psicologia em que seguir para ser ético em sua profissão, o primeiro é a obrigação e a segunda o desenvolvimento:

Na ideia de compromisso, há duas noções que merecem destaque: a de obrigação e a de envolvimento. A primeira traz o senso de responsabilidade; e a segunda, uma dimensão afetiva que forma um vínculo com determinado objeto ou alvo (que pode ser uma pessoa, um grupo, uma instituição, uma ideia, um comportamento, um movimento coletivo, uma profissão, uma carreira, etc.) (BORGES E MOURÃO, 2013, p.27).

DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO DO COMPROMISSO SOCIAL

Como saber lidar com os desafios em relação do compromisso social? Outro ponto que é destacado é que o profissional saiba agir sempre contra o (des) compromisso social que ocorre entre os profissionais de outras áreas dentro de empresas, para que não ocorram problemas, desavenças, e brigas, por isso dentro do compromisso social o profissional tem que está diariamente compromissado socialmente consigo mesmo e com a ética para que não ocorram problemas das mais variadas formas:

Os discursos que geram a imagem do (des)compromisso social em Psicologia Organizacional e do Trabalho são claramente associados ao estereótipo da área e se reportam àquele núcleo duro de práticas e posturas que

se consolidou na primeira metade do século XX, com seu olhar focalizado nos indivíduos em uma ótica adaptativa ao sistema de produção vigente (BORGES E MOURÃO, 2013, p.33).

Respostas oferecidas pela psicologia organizacional e do trabalho

A importância das relações como uma questão ética. Também é destacado sobre a relação entre pessoas como um meio ético como um ponto importante que tem que ser utilizado pelo profissional em sua vida diária de trabalho, esse ponto de relações serve como um meio para que o profissional possa trabalhar e se relacionar melhor dentro da empresa:

Portanto, o compromisso social revela-se na área a partir do reconhecimento de que, em quaisquer níveis da vida social, a questão do poder atravessa as relações entre indivíduos, entre grupos e entre indivíduos e grupos e organizações (BORGES E MOURÃO, 2013, p.38).

COMPROMISSO ÉTICO

Como ter compromisso ético? Outra questão importante que é destacado em relação à ética é que o Código de Ética tem que ser utilizado, mas os autores também salientam os profissionais não podem se limitar a utilizar somente o código de ética como um fim em si mesmo, o para ser mais ético temo que utilizar de outras formas de pensamento, como questões teórica, filosóficas, sócias, religiosas, para ser enriquecido nesse campo:

Tratar do compromisso ético do psicólogo, independentemente da sua área de inserção, remete-nos quase de imediato às considerações sobre o respeito aos preceitos do Código de Ética Profissional. Entretanto, discutir a dimensão ética da prática profissional vai além de seguir ou não o Código (BORGES E MOURÃO, 2013, p.38).

COMPROMISSO ÉTICO COMO DEFINIR?

Como podemos definir o que realmente é ético? Outro ponto que é importante que é abordado é que a ética não pode estar adequada somente ao que o grupo que ou obriga, o profissional que quer colocar a ética em um local mais elevado precisa muitas vezes lutar até mesmo contra o próprio grupo mesmo que o grupo da empresa seja contra a ética:

Compromisso ético é, de certa maneira, uma redundância, uma vez que significa a concordância voluntária a determinados padrões de conduta

considerados adequados pelo coletivo. Ou, em outras palavras, compromisso ético de uma categoria ocupacional significa adesão a seu código de ética profissional (BORGES E MOURÃO, 2013, p.41).

ÉTICA NO CONTEXTO EMPRESARIAL

A empresa (instituição) tem que ser ética? Outra coisa que cabe ao profissional em relação da empresa (instituição) e propaga as questões como: responsabilidade social, e o alinhamento dos objetivos de lucro e ao projeto de sustentabilidade, colocando a ética acima de todos esses meios descritos:

A empresa ética, que representa um desenho organizacional em expansão, graças, em parte, às pressões por responsabilidade social, busca alinhar seu objetivo de lucro ao projeto de sustentabilidade. Mantém a essência, compartilhada por qualquer empresa, de busca da rentabilidade e da viabilidade, mas tem a ética como um princípio básico e limitador de determinadas ações e resultados almejados (BORGES E MOURÃO, 2013, p.43).

O COMPROMISSO ÉTICO E A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Como ter compromisso ético alinhado a Psicologia Organizacional e do Trabalho? Outro ponto destacado é que o profissional tem que saber lidar de forma ética com as questões de hierarquia e poder dentro das empresas de forma ética e relacional:

De maneira mais aguda o psicólogo que trabalha em organizações. Aqui, talvez mais do que em qualquer outra parte, a imbricação dos compromissos sociais e éticos se explicita, as relações de poder se evidenciam, e as decisões do psicólogo vão refletir em suas escolhas individuais (BORGES E MOURÃO, 2013, p. 48).

Questões para discussão e reflexão sobre dilemas éticos: escolha do psicólogo

Como saber discutir e refletir sobre as questões de dilemas éticos? E por último, é ter consciência das ações profissionais, para reduzir impactos, problemas, e perdas dentro do ambiente de trabalho:

Mais do que soluções prontas para esses e outros dilemas, salientamos a necessidade de que a reflexão acompanhe pari e passuo cotidiano de suas ações profissionais, ampliando continuamente a consciência sobre os impactos potenciais de suas decisões

DIFERENTES CONCEITOS DE ÉTICA

Este trabalho consiste em resumir sobre a temática da ética através do pensamento de vários pensadores sobre o tema. Os vários pensamentos de diferentes intelectuais sobre o assunto, serve para que tenha várias visões sobre o presente tema abordado. Para uma maior compreensão sobre a ética.

Ao longo da leitura pode se ler vários pensadores com vários pensamentos uns diferentes dos outros sobre o mesmo tema: Ética. Por ter vários pensadores diferentes sobre um determinado tema, compreender que a ética é um tema que foi discutido por várias pessoas ao longo da civilização ocidental e oriental ao longo dos anos.

Essa questão de descrever sobre vários intelectuais sobre a ética, tem como importância de enriquecer sobre o tema, e amostra eu esse tema da ética é importante que é discutido sobre os intelectuais do início da civilização humana até os mais atuais da sociedade.

Através dessa leitura você pode perceber, que eu faço um comentário em relação do tema da ética de vários pensadores que cada um aborda sobre a sua cosmovisão sobre esse tema, para esclarecer sobre o que cada um ver a ética do seu ponto de vista, para que você possa saber mais através do pensamento de vários autores.

Através da leitura você poderá ficar ciente que: a ética é abordada sobre vários pensadores sejam agnósticos, ateus, religiosos, etc. Cada um com a sua visão de mundo, sobre esse tema.

Essa quantidade de vários intelectuais sobre esse tema, tem como propósito de ajudar a enriquecer sobre a ética no intuito de deixar claro que a ética não é um tema único, centralizado em uma forma de pensamento, mas a ética é a forma de pensamento variado em várias formas de pensar, refletir, sobre o tema.

A ética em uma forma de pensamento variado em vários pensadores da civilização ocidental e oriental, que ao longo do tempo, foi construída por vários pensadores cada um diferente dos outros. A ética não é uma forma única, mas mista com vários princípios diferentes de pensar.

PLATÃO (428-348 a.C.)

Platão, filósofo grego, abordou sobre a temática ética, é através dele que podemos compreender sobre esse tema, e ter uma visão mais apurada e profunda, já que ele é um dos pensadores que inaugurou sobre a ética, é através dele sendo um dos intelectuais mais antigos do pensamento ocidental que podemos dar início sobre o que é a ética:

Embora em diálogos posteriores Platão faça uma revisão crítica de sua teoria das formas, o das ideias, sua preocupação ética reaparece em alguns dos últimos diálogos, como o Filebo e As leis. Dois pontos

fundamentais emergem da discussão platônica sobre questões éticas. O indivíduo que age de modo ético é aquele que é capaz de autocontrole, de “governa a si mesmo”, como vemos no *Górgias*. Entretanto, a possibilidade de agir corretamente e de tomar decisões éticas depende de um conhecimento do bem, que é obtido pelo indivíduo por meio de um longo e lento processo de amadurecimento espiritual, “a ascensão da alma”, tal como descrita na Alegoria da Caverna. (MARCOCES, 2017, p. 16).

Platão aborda sobre a ética em uma forma de diálogos que ocorrem que é abordado em *Filebo* e *As Leis*, em que o autor. Para compreendermos o sentido do pensamento ético em Platão é necessário enxergarmos dois pontos de vista:

Sobre o indivíduo que sabe agir de modo ético é aquele que é capaz de ter autocontrole, de “governa a si mesmo”: Ser ético está vinculada ao “autocontrole de si mesmo”, e não agir de forma irracional nas escolhas, ações, impulsos, mas ter um controle do próprio “Eu”, sendo uma pessoa que age, pensa, reflete da forma mais auto racional possível em tomar decisões, ações realizações em com sigo mesmo, e com o próximo.

Outro ponto é sobre a possibilidade de agir corretamente e de tomar decisões éticas que depende de um conhecimento do bem, que é obtido pelo indivíduo por meio de um longo e lento processo de amadurecimento espiritual da pessoa, “a ascensão da alma”: A questão da ética está enraizada em relação de agir corretamente, que uma pessoa só pode tomar decisões éticas a partir de uma centralidade diretamente do bem e não do mal, que esse processo de agir, tomar decisões é obtido por um longo processo de amadurecimento que uma pessoa vai passando e adquirindo ao longo de sua vida, para ser ético uma pessoa tem que passar muitos momentos de vida, para amadurecer o seu ser e sua alma para que evolua espiritualmente é possa ter uma evolução do seu próprio eu, “ter um eu ético mais evoluído”.

ARISTÓTELES (385-322 a.C.)

Para entender sobre o pensamento em Aristóteles temos que compreender que o seu pensamento vai de encontro com a política, contrastado ao saber teórico, em relação do saber teórico está vinculado a questões da metafísica, matemática, e as ciências naturais, física, e sobre a questão do “agir da melhor forma possível tendo a questão central como a felicidade:

No sistema de Aristóteles, a ética, juntamente com a política, pertence ao domínio do saber prático, que pode ser contrastado ao saber teórico. Enquanto no âmbito do saber teórico, que inclui a metafísica, a matemática e as ciências naturais, sobretudo a física, o objetivo é o conhecimento da realidade em suas leis e princípios mais

gerais, no domínio do saber prático o intuito é estabelecer sob que condições podemos agir da melhor forma possível tendo em vista o nosso objetivo primordial que é a felicidade (eudaimonia), ou a realização pessoal. Esse saber prático é por vezes também denominado prudencial, por ter como faculdade definidora a prudência, como em alguns casos se traduz o termo grego phronesis (que pode ser traduzido ainda como razão prática, ou capacidade de discernimento). No que consiste nessa felicidade e como é possível ao ser humano alcançá-la são as questões centrais da Ética a Nicômaco. Para obter respostas, Aristóteles examina a natureza humana e suas características definidoras do ponto de vista ético: as virtudes. Grande parte da discussão do texto é dedicada, portanto, ao conceito de virtude moral (areté), ou excelência de caráter. (MARCONDES. 2017, p.37)

O objetivo é o conhecimento da realidade em suas leis e princípios mais gerais, no domínio do saber prático o intuito é estabelecer sob que condições podemos agir da melhor forma possível tendo em vista o nosso objetivo primordial que é a felicidade (eudaimonia), ou a realização pessoal que uma pessoa pode ter: O que é abordado na forma de pensamento de Aristóteles é a questão central do próprio agir da melhor forma possível, só que esse agir está relacionado diretamente com a felicidade, então o pensamento em relação a ética em Aristóteles é o agir da melhor forma que puder para que você tenha felicidade em relação a sua realização pessoal, portanto que não faça nada antiético para promover a sua felicidade acima dos outros.

Esse saber prático é por vezes também denominado prudencial, por ter como faculdade definidora a prudência, como em alguns casos se traduz o termo grego phronesis (que pode ser traduzido ainda como razão prática, ou capacidade de discernimento) que uma pessoa tem que ter prudência em suas ações: outro ponto vinculado a ética é a respeito da prudência como uma forma de pessoa que tem prática ou consciência de discernir as coisas do que é certo e o que é errado.

SANTO AGOSTINHO (354-430 d.C.)

Para entendermos o pensamento de Santo Agostinho, temos que se voltar diretamente em Deus, “Deus como o centro da verdade Deus o centro da ética”. A ética dele é voltada ao pensamento grego e uma ética centralizada e voltada diretamente no Deus da Bíblia Sagrada:

As principais questões éticas que Santo Agostinho discute são, portanto, herdadas da tradição grega e tratadas com base nos ensinamentos do cristianismo. O problema da natureza humana e do caráter inato da virtude, a origem do Mal, o conceito de felicidade, a

liberdade e a possibilidade de agir de forma ética. A doutrina cristã fornece as chaves para a solução dessas questões: a origem da virtude na natureza humana criada por Deus, a queda e o pecado original como explicações das falhas humanas, a graça divina como possibilidade de redenção e alcance da felicidade na vida eterna, e o livre-arbítrio ou liberdade individual concedido ao ser humano por Deus, que torna os indivíduos responsáveis por seus atos (MARCONDES, 2007, p.50).

Para Santo Agostinho a questão do mal (antiético) surgiu através da queda do homem e da mulher quando ambos pecaram contra Deus por ter escutado Satanás, dentro desse pensamento é que: tudo que é antiético é o que é ao contrário do pensamento de Deus, se os seres humanos agem, pensam e refletem ao contrário de Deus isso é antiético.

Sobre o sentido de felicidade em Santo Agostinho está voltado em uma felicidade centralizada em Deus, não em uma felicidade do pensamento humano, a verdadeira felicidade que se pode ter está voltada quando é a partir de Deus como a verdadeira fonte de alegria, que só Ele pode dar para os seres humanos.

O conceito de liberdade descrito por Santo Agostinho está vinculado ao livre-arbítrio em que as pessoas têm a liberdade de agir como bem querem, mas a verdadeira forma de liberdade em está baseada a questão de utilizar a liberdade dada por Deus para agir de forma ética. Ético é a pessoa que usa a sua liberdade para agir de acordo com Deus.

SÃO TOMAS DE AQUINO (1224-74)

Antes de tudo, o pensamento de Aquino contrapõe ao de Santo Agostinho, em relação da natureza do ser humano como um ser imperfeito, por causa do pecado descrito nas Bíblia Sagrada:

A ética de São Tomás se contrapõe à visão então predominante, herdada de santo Agostinho e continuada por pensadores como são Bernardo de Clairvaux (1091-1153), para quem o homem é um ser imperfeito, marcado pelo pecado original. São Tomás parte da concepção aristotélica de virtude, considerando a natureza humana capaz de ser aperfeiçoada. A virtude para ele não é o mesmo, contudo, que para os filósofos gregos, que a relacionavam fortemente aos valores da cidade, tais como a amizade, a coragem e a lealdade. Especialmente importante para são Tomás é a introdução das virtudes teológicas: a Fé, a Esperança e a Caridade (ou amor, no sentido de amar Deus ou o próximo) (MARCONDES, 2007, p.58).

Para São Tomás ele parte da concepção de pensamento aristotélica

sobre a virtude, considerando a natureza humana capaz de ser aperfeiçoada para melhorar: Para Aquino, o ser humano é uma pessoa capaz de evoluir espiritualmente, esse ser humano é um projeto de Deus que pode ser evoluído, melhorado e aperfeiçoado em virtude.

A virtude para ele não é o mesmo que muitos outros filósofos da Grécia antiga pensava, contudo, que para os filósofos gregos, que a relacionavam fortemente aos valores da cidade, tais como a amizade, a coragem e a lealdade: Dentro do contexto de virtude, não podemos confundir diretamente o pensamento dele com os outros filósofos gregos, que a questão central da virtude está relacionada a questões como a amizade, coragem e lealdade.

Especialmente importante para São Tomás é a introdução das virtudes teológicas que são a Fé, a Esperança e a Caridade (ou amor, no sentido de amar Deus ou o próximo): seguindo ainda sobre a questão das virtudes, Aquino vai mais longe em relação das virtudes do pensamento grego, as virtudes mais elevadas são as de princípios da Bíblia Sagrada. Que essas virtudes: Fé, esperança e caridade, ajuda os seres humanos a terem mais moral e ter mais ética.

RENÉ DESCARTES (1596-1650)

Descartes pouco abordou sobre o tema, ele se importava com um tipo de “moral provisória” o significado de provisória significa passageiro, temporário, eu é algo que não é permanente, para ele o que realmente importava era a moral provisória como uma forma de ajudar até que a ciência estabeleça um sentido mais elevado de conduta humana:

O tema central da filosofia de Descartes é a fundamentação de um novo método científico que possa servir de base à ciência moderna. Sua obra é, portanto, quase toda dedicada a questões epistemológicas, ou seja, de teoria do conhecimento científico. Pouco escreveu sobre outras áreas do pensamento filosófico, como ética, estética ou filosofia política. De certa forma, para Descartes, a solução de todas as questões da filosofia e da ciência dependia da solução, em primeiro lugar, do problema do conhecimento e da fundamentação do novo método científico, para que então se pudesse desenvolver um novo e bem fundamentado sistema filosófico e científico (MARCONDES, 2007, p.67).

Para Descartes, a solução de todas as questões da filosofia e da ciência dependia da solução, em primeiro lugar, do problema do conhecimento e da fundamentação de um novo método científico, para que então se pudesse desenvolver um novo e bem melhor e mais fundamentado em sistema filosófico e científico: Por ser uma pessoa que não deixou muitos princípios éticos a nos ensinar podemos aprender muito sobre essa sua forma

de pensamento em quem ele aborda a moral provisória, isso é muito importante, pois sempre temos eu ser provisórios entre aspas em relação ao que é provisório e sempre buscar uma forma de pensamento mais elevado em relação a moral, temos que ser pessoas que sempre busca cada vês mais uma moral mais elevada, descartando as formas de moral mais antigas e ultrapassadas que existem.

BENEDITO OU BARUCH DE SPINOZA (1632-77)

Enquanto a maioria dos filósofos abordam a ética é a moral de forma de pensamento subjetivo, Spinoza aborda a ética dentro do contexto da objetividade, o seu pensamento é voltado para a ciências exatas:

A Ética é escrita segundo o método geométrico (more geometrico). É inspirada, portanto, na geometria de Euclides, considerada na época um modelo de ciência e de pensamento rigoroso. Começa com definições e axiomas, fórmula, proposições e demonstrações com base nesses axiomas, seguindo o método dedutivo, e examina as consequências dessas demonstrações em seus corolários e escólios. Trata-se, portanto, de uma obra bastante sistemática, em que os conceitos definidos são empregados com rigor e em que as consequências dessas definições são extraídas através de um processo lógico. Cada parte desse sistema se integra às demais e é necessário compreendê-lo como um todo articulado. (MARCONDES,2007, 2007, p.72)

Para Spinoza a ética está voltada com definições e axiomas, fórmula proposições e demonstrações com base nesses axiomas, seguindo o método dedutivo, e também examina as duas consequências dessas demonstrações em seus corolários e escólios: O pensamento de Spinoza abriu caminhos éticos importantes para as áreas exatas de ciências como a engenharia, física, química, e várias outras áreas das ciências exatas para que elas tenham um maior conhecimento ético em relação ao pensamento das áreas exatas.

Trata-se, portanto, de uma obra bastante sistemática, em que os conceitos definidos são empregados com muito rigor e em que as consequências dessas definições são extraídas através de um processo lógico: Para Spinoza, o que é mais importante é o conceito de processo lógico, e os conceitos que são empregados, com muito rigor, e que são extraídas através de um processo da lógica.

Dividido em cada parte desse sistema se integra às demais e é necessário compreendê-lo como um todo que é articulado: continuando no mesmo raciocínio de Spinoza, para se ter uma visão maior sobre os conceitos definidos das coisas e do processo lógico, para que por fim possa se chegar a uma forma maior de compreensão através de um todo articulado das coisas.

DAVID HUME (1711-1776)

Para entendermos o pensamento de Hume, sobre a sua forma de pensamento aborda questões como o empirismo radical, o questionamento da concepção da metafísica, a concepção do conceito racionalista do eu humano, e alguns pensadores que são da famosa tradição filosófica:

Hume destacou-se sobretudo por seu empirismo radical, que levava a uma posição filosófica cética. Seu questionamento da concepção metafísica de causalidade, sua crítica ao conceito racionalista de “eu” e sua discussão sobre a indução são os aspectos fundamentais de seu ataque a alguns dos principais baluartes da tradição filosófica. O ceticismo de Hume tem como consequência, contudo, a adoção de uma solução naturalista, segundo a qual é devido à natureza humana, seus impulsos e suas necessidades que se constituem nossas crenças básicas e nossa forma de agir. Sem isso, o ceticismo nos deixaria perplexos e paralisados; porém, como diz Hume, a natureza é suficientemente forte para impedir que isso aconteça (MARCONDES, 2017, p.77).

O ceticismo de Hume tem como consequência, contudo, a adoção voltada de uma solução naturalista, segundo ele a qual é devido à natureza humana, seus próprios impulsos e suas necessidades que se constituem nossas crenças básicas e nossa forma de agir: Para entendermos o pensamento de Hume ele coloca ceticismo como uma questão central, para ele o ceticismo, aparece como uma questão naturalista – natureza humana, que é através da natureza humana que temos esse impulso que constrói nossas crenças sendo elas básicas que impulsiona o ser humano a agir.

Sem isso, par ele o próprio ceticismo nos deixaria perplexos e paralisados; porém, como diz Hume, a natureza é suficientemente forte para impedir que isso aconteça: para Hume a questão do ceticismo está enraizada a natureza humana, ser cético em questão está vinculado a natureza. Por isso, uma pessoa ser cética é da própria natureza dela, duvidar de tudo questionar as coisas a nossa volta é da própria natureza da pessoa.

IMMANUEL KANT (1724-1804)

Kant tem como questões centrais a questão da crítica, que podemos conhecer que é a crítica da razão pura, a crítica da razão prática, e seu trabalho no campo da ética:

Em 1781, Kant inaugura sua fase crítica, com a publicação da Crítica da razão pura, à qual se segue em 1788 a Crítica da razão prática, seu trabalho mais importante no campo da ética. Kant tem como tema

central de sua investigação a razão em seu sentido tanto teórico quanto prático. Analisa as condições segundo as quais a razão funciona, a maneira como opera e também seu objetivo. No aspecto teórico, trata-se do conhecimento legítimo da realidade com base na distinção entre entendimento e conhecimento. No que diz respeito à prática, trata-se da escolha livre dos seres racionais, que podem se submeter ou não à lei moral, que por sua vez é fruto da razão pura em seu sentido prático; portanto, age moralmente aquele que é capaz de se autodeterminar. O pressuposto fundamental da ética kantiana é assim a autonomia da razão (MARCONDES, 2007, p.86).

Kant tem como tema central de sua investigação a questão da razão em seu sentido de duas formas tanto teórico quanto prático. Ele faz as análises sobre as condições segundo as quais a razão funciona, a maneira como opera e também seu objetivo. Para Kant a questão central em relação ao pensar humano é a razão como uma forma de compreensão do ser humano para compreender melhor as coisas. A razão é o meio pelo qual as pessoas podem pensar de forma mais elevada.

Para Kant no aspecto teórico, trata-se do conhecimento legítimo da realidade com base na distinção de dois pontos entre entendimento e conhecimento. No que diz respeito à prática, trata-se da escolha livre dos seres racionais, que as pessoas racionais podem se submeter ou não à lei moral, que por sua vez é fruto da razão pura em seu sentido prático; portanto, age moralmente aquele que é capaz de se autodeterminar: outro ponto importante no pensamento de Kant da questão de ter consciência de ser livre e de se escolher se podemos obedecer, submeter, em relação ao que é ou não moral. Para Kant somos seres humanos que podemos viver em relação de escolher o que fazemos em relação do que é moral ou imoral, o que é verdadeiro ou falso, e temos liberdade para agir do lado que queremos, sendo ético ou antiético nas nossas escolhas.

SOREN ABBYE KIERKEGAARD (1813-1855)

O contexto de ética no pensamento de Kierkegaard é marcado pela questão de Deus é homem, saber agir tomado decisões, e fazer escolha diante de tais questões que aparecem em nossas vidas para sabermos melhor agir, raciocinar e pensar:

Sua obra é bastante assistemática e sempre de caráter autobiográfico, ressaltando suas angústias, sobretudo em relação à questão religiosa. Em polêmica com o hegelianismo, então bastante influente na Dinamarca, questiona o universalismo e o caráter abstrato e especulativo dessa filosofia, procurando valorizar, ao contrário, a importância da subjetividade e da experiência

individual. É esse o ponto de partida de seu existencialismo: a experiência subjetiva radical e o processo pelo qual o indivíduo, diante do absurdo do mundo e do silêncio de Deus, vê-se compelido a buscar ele próprio o sentido de sua existência. A problemática central de Kierkegaard é exatamente a irracionalidade de nossa experiência do real, a impossibilidade de tomarmos decisões de maneira racional e de justificarmos nossa ação de um ponto de vista ético (MARCONDES, 2007, p. 94).

Sobre a questão da existência, esse é o ponto de partida de seu existencialismo: a experiência subjetiva radical e o processo pelo qual o indivíduo, diante do absurdo do mundo e do silêncio de Deus, vê-se compelido a buscar ele próprio o sentido de sua existência: O pensamento de Kierkegaard, para ele em vez de se voltar para Deus, é melhor se voltar para si mesmo, em vez de buscar refúgio em um Deus, e buscar o próprio sentido de sua própria existência.

A problemática central do pensamento de Kierkegaard é exatamente a irracionalidade de nossa experiência do real, a impossibilidade de tomarmos decisões de maneira racional e de justificarmos nossa ação de um ponto de vista ético e não de outra forma de pensamento: Para Kierkegaard nós seres humanos somos alienados, não compreendemos a realidade a nossa volta, que impede de tomarmos a nossa verdadeira tomada de decisões, como agir, pensar, raciocinar nas nossas ações, e isso impede de sermos éticos da maneira mais racional possível.

FRIEDRICH NIETZSCHE (1844-1900)

O pensamento de Nietzsche, é muito voltado para questões como bem e mal, a moral cristã, culpa e pecado, como um dos pontos que faz refletir sobre a moral e ética como compreensão:

Nietzsche define seu pensamento em Além do bem e do mal como uma "crítica da modernidade". Particularmente no caso da ética, procura mostrar que ela não se fundamenta na razão. A moral cristã se caracteriza pela "moral do rebanho", em que os indivíduos se deixam levar pela maioria e seguem os ensinamentos da moral tradicional de forma acrítica. É também a moral do "homem do ressentimento", que assume a culpa e o pecado como características de sua natureza e por isso reprime seus impulsos vitais, sua vontade, sua criatividade, em nome da submissão à autoridade da religião e, por extensão, do Estado e das instituições em geral (MARCONDES, 2007, p.101).

Nietzsche, ele define seu pensamento em Além de dois pontos

importantes os dois lados o do bem e do mal como uma “crítica da modernidade”. Particularmente no caso da ética, procura mostrar que ela não se fundamenta na razão: Para Nietzsche ele critica dois pontos importantes eu a ética se fundamenta o bem e o mal, para compreendermos o que é certo e errado, em relação a ética, para ele a ética não se fundamenta na razão, mas como outra coisa descrita abaixo.

De acordo com ele a moral cristã se caracteriza pela “moral do rebanho”, em que os indivíduos se deixam levar pela maioria das pessoas e seguem os ensinamentos da moral tradicional de forma acrítica: Para ele a moral cristã é algo negativo, esses cristãos que seguem essa ética são como rebanho de animais que não sabem pensar de forma individual, mas seguem uma linha de pensamento porque a maioria segue.

Outro ponto do filósofo é também a moral do “homem do ressentimento”, que assume a culpa e o pecado como características de sua natureza e por isso reprime seus impulsos vitais, sua vontade, sua criatividade, em nome da submissão à autoridade da religião e, por extensão, do Estado e das instituições em geral: Para Nietzsche, o homem vive dominado, reprimido, por causa das instituições religiosas e não deixa ser livre, colocando ele a ser um ser dominado reprimindo as suas pulsões vontade e criatividade em nome da reunião.

COMO O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA DEVE TRABALHAR

Será abordado uma interpretação sobre os pontos éticos de como o profissional da Psicologia deve trabalhar. Ao longo desse capítulo, o que eu quero transmitir é um resumo através de referências de como o profissional da Psicologia tem que atuar no seu campo profissional de forma ética.

O que me motivou a fazer esse capítulo é para ser utilizado por Psicólogos na Área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, com o intuito de ajudar esses profissionais não errarem dentro do contexto ético, moral, não contrariando o Código de Ética do Psicólogo, para que o profissional possa ser norteado de forma verdadeira.

Através da leitura, será abordado através de referências sobre os pontos mais importantes sobre o tema da ética em relação de como o profissional da Psicologia deve atuar, fazendo a suas realizações e ações de como se deve trabalhar dentro do contexto da ética.

O sentido desse capítulo também é o de orientar o profissional da Psicologia de como ele deve trabalhar, abordado vários pontos importantes através do autor, em que eu faço uma leitura do capítulo e resumo a partir do meu ponto de vista de como se deve trabalhar dentro do contexto da ética.

Espero que através dessa leitura, o leitor possa aprender sobre os principais pontos éticos de como o profissional da Psicologia deve trabalhar, e praticar cada ponto desse descrito, como uma forma de evoluir na utilização da ética, para ser um profissional mais evoluído na sua forma de trabalho.

Espero que através desses pontos abordados sobre a ética, seja utilizado como uma forma de orientar cada profissional da Psicologia, com

intuito de ajudar a exercer a sua profissão da forma mais ética possível, pois muitos profissionais da Psicologia pouco e até mesmo não trabalham de forma ética, desrespeitando leis, normas e o Código de Ética do Psicólogo.

Sobre esse capítulo espero que possa ser muito importante para os *Psicólogos da Área da Psicologia Organizacional e do Trabalho*, que possam utilizar esses ensinamentos no trabalho com intuito de evoluir de forma ética.

RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA PARA O PSICÓLOGO

Se existe uma ferramenta que o profissional precisa utilizar para que possa conduzi-lo, na sua trajetória de trabalho, a fim de trabalhar de forma mais ética possível, é a utilização do *Código de Ética do Psicólogo*, como a ferramenta mais importante, para nortear o profissional de Psicologia nas suas ações do que *deve ser feito* e do que *não se deve ser feito*:

Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteadas por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo. Um Código de Ética profissional, ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, procura fomentar a autorreflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis, de modo a responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e suas consequências no exercício profissional. A missão primordial de um código de ética profissional não é de normatizar a natureza técnica do trabalho, e, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria (ROMARO, 2013, p. 14).

Ponto importante é que toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que o profissional faz que busca atender demandas sociais que as pessoas necessita, norteadas por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo: O que é abordado em relação a ética é que nos profissionais da Psicologia tem que se definir não a partir de sua visão de mundo, mas que possa se orientar de forma central a partir do Código de Ética do Psicólogo, para que os profissionais possam melhor servir a sociedade como um todo de forma ética.

O Código de Ética do Profissional, ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, procura fomentar a autorreflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis, de modo a responsabilizá-lo por suas ações, pessoal e coletiva,

por ações e suas consequências no exercício profissional realizados: É de forma central o profissional da Psicologia utilize na suas ações profissionais os padrões estabelecidos pelo Código de Ética do Psicólogo, obedecendo dentro do contextos das leis e artigos descritos do Código de Ética do Psicólogo, para que o profissional da Psicologia não seja casado por infringir o Código de ética do Psicólogo, e seja penalizado por não segui-lo.

A missão primordial de um Código de Ética Profissional não é de normatizar a natureza técnica do trabalho, e, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria de profissionais: O profissional da Psicologia tem que reconhecer de forma central o Código de Ética do Psicólogo não de uma forma negativa, mas como um instrumento de assegurar os valores positivos para o profissional ajudar a servir melhor a sociedade como um todo de forma ética, mas reconhecer o Código de Ética como um instrumento para nortear a categoria de Psicólogos.

O CÓDIGO DE ÉTICA, A SUBJETIVIDADE E SUA EVOLUÇÃO NO TEMPO

Se a algo que é de grande importância é a modelação da subjetividade do Código de *Ética do Psicólogo*, que podemos fazer com que evolua, são se prendendo a formas de éticas antigas, mas sempre reinventando para melhor, para que o profissional possa trabalhar de forma mais ética possível:

Códigos de Ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. Por constituir a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; socioculturais, que refletem a realidade do país; e de valores que estruturam uma profissão, um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo. As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta (ROMARO, 2013, p.14).

Os Códigos de Ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a verdadeira direção das relações entre os indivíduos, profissionais e sociedade. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais que necessita: O Código de Ética é responsável por dar a direção de como o profissional da Psicologia deve agir sobre as pessoas que recorrem ao profissional, isso é o profissional tem que utilizar o Código de Ética como um meio de se orientar de como ele deve agir perante as pessoas que necessitam do Psicólogo.

Por constituir a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; socioculturais, que refletem a realidade do país; e de valores que estruturam uma profissão, um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo, mas como um conjunto de normas que está em constante mudança, e evoluindo. O Código de Ética do Psicólogo, não é um instrumento fixo, mas é um instrumento que pode ser mudado, a sua objetividade descrita nele pode ser alterada, modelada para se adequar de acordo com o Psicólogo e a sociedade que necessita desse profissional.

As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta, e tem que ser modificado constantemente de acordo com a ética. O que é necessário que o profissional da Psicologia tem que entender é que a medida que a sociedade muda o Código de Ética tem que mudar para melhor servir a sociedade como um todo, e para que o profissional se beneficie através das mudanças do Código de Ética do Psicólogo.

ÉTICA E O PARADOXO DE SUA COMPREENSÃO

O profissional que se utiliza da ética tem que ter consciência sobre o certo e o errado, o bem e o mal em relação das escolhas e ações de como o Psicólogo deve agir em relação de suas ações como profissional, sendo que o profissional da Psicologia não pode se guiar através de paradoxos:

Uma das questões que permeia nossos atos, em geral de forma inconsciente e inequívoca, baseia-se na dúvida quanto à distinção entre o bem e o mal. Esse paradoxo tão facilmente distinguível e retratável nas histórias e contos infantis, por meio de metáforas como belo/feio, princesa/bruxa, preto/branco etc., raramente aparece tão claramente na vida cotidiana, pois somos humanos, seres complexos, ambíguos, dificilmente definíveis como um todo, pois também desconhecemos partes de nós mesmos, partes que se revelam aos poucos, ao longo da existência, dependendo de nossos esforços em prol do desenvolvimento pessoal, das circunstâncias mais ou menos favoráveis de vida, da marca do tempo sobre nós (ROMARO, 2013, p. 34).

Uma das questões que permeia nossos atos, em geral de forma inconsciente e inequívoca, baseia-se na dúvida quanto à distinção entre o bem e o mal. Um ponto importante abordado é que o profissional tem que ter a consciência das suas ações de como deve agir entre o certo e o errado não a partir do que o profissional acha que é, mas a partir do Código de Ética do Psicólogo.

Esse paradoxo tão facilmente distinguível e retratável nas histórias e contos infantis, por meio de metáforas como belo/feio, princesa/bruxa, preto/branco etc. O profissional da Psicologia não tem que pensar de forma

paradoxal em relação de como ele deve trabalhar, entre o certo e o errado, mas sempre agir a partir do Código de Ética do Psicólogo em relação do que é certo ou errado, do que é descrito no Código de Ética do Psicólogo e do que não é descrito.

Raramente aparece tão claramente na vida cotidiana, pois somos humanos, seres complexos, ambíguos, dificilmente definíveis como um todo, pois também desconhecemos partes de nós mesmos, partes que se revelam aos poucos, ao longo da existência, dependendo de nossos esforços em prol do desenvolvimento pessoal, das circunstâncias mais ou menos favoráveis de vida, da marca do tempo sobre nós. Nesse outro ponto, é abordado que o profissional tem que ser uma pessoa de mente voltada para o desenvolvimento pessoal, sempre humilde, pois existe muito para aprender em relação de ser ético.

A QUESTÃO ÉTICA DE COMPREENDER O OUTRO E SEMPRE EVOLUIR EM COMPREENDER

Outro ponto importante é a compreensão de compreender o outro, o profissional da Psicologia tem como propósito de obter a compreensão, e evoluir na compreensão do sujeito de forma ética, mas sempre de acordo com o Código de Ética do Psicólogo:

Nesse caleidoscópio que é o ser humano, sempre mutável, “sempre em busca de...”, também buscamos compreender o outro, compreender esse emaranhado fascinante que é a mente humana, os intrincados processos mentais e as tão variadas formas de manifestação, formas de elaboração da dor, da tristeza, da alegria (ROMARO, 2013, p. 34).

Um ponto importante é que o ser humano tem que estar sempre evoluindo em relação de compreender o outro. Nesse caleidoscópio que é o ser humano, sempre mutável, “sempre em busca de...”, também buscamos compreender o outro. Um ponto importante que o profissional da Psicologia tem que centralizar é a busca pela compressão do seu paciente, cliente, que busca e necessita do profissional, com intuito de ser ajudado, por isso é abordado esse ponto sobre evoluir na compreensão as pessoas que necessitam do profissional da Psicologia.

Outro ponto importante que tem que ser compreendido é esse emaranhado fascinante que é a mente humana, os intrincados processos mentais e as tão variadas formas de manifestação, formas de elaboração da dor, da tristeza, da alegria. Outro ponto importante descrito pelo autor é a compreensão sobre a realidade do outro, é abordado no livro como um dos fatores importantes que o profissional da Psicologia tem que entender, para ter uma compreensão mais aprofundada sobre o sujeito, um dos pontos importantes do profissional é a compreensão.

A ÉTICA E A QUESTÃO DO BEM E DO MAL E A PROBLMÁTICA

Outro ponto importante que o profissional da Psicologia tem como questão central é o de *agir sobre o que é certo (bem) e de não agir errado (mal)*, o profissional da Psicologia tem que utilizar desses dois pontos importantes como um instrumento de agir em relação de suas ações e realizações dentro da instituição a qual ele trabalha com intuito de ser o mais ético possível nas decisões:

Levando-se em conta tal dimensão, a distinção entre o bem e o mal se torna algo sempre complexo, que precisa ser abordado de forma universal, por meio da reflexão dos problemas gerais e fundamentais da existência, e também de forma mais específica por meio da reflexão e compreensão das aplicações concretas (ROMARO, 2013, p.34).

Levando-se em conta tal dimensão, a distinção entre o bem e o mal se torna algo sempre complexo que o profissional da psicologia tem que saber lidar dentro do ambiente de trabalho, que precisa ser abordado de forma universal: os dois termos o bem é o mal é uma ferramenta importante que de como o profissional da Psicologia deve agir em relação de suas ações dentro da instituição a qual ele trabalha, esse método, pode ser feito como uma forma de como o profissional deve agir certo ou errado de acordo com o Código de Ética do Psicólogo.

Por meio da reflexão e dos problemas gerais e fundamentais da existência humana, e também de forma mais específica por meio da reflexão e compreensão das aplicações concretas: Continuando na mesma discussão sobre o tema certo e errado, o autor o profissional sempre tem que fazer esse exercício de reflexão sobre o certo e o errado como um meio de condução de como o profissional deve agir e trabalhar dentro da instituição, voltando a sua mente sempre para o lado certo e descartando o lado errado

QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA ÉTICA: BEM, MAL, LEIS, POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS POVOS E QUESTIONAMENTOS.

Outro ponto importante que é transmitido é *saber perguntar*, a pergunta é um instrumento importante, que o profissional da Psicologia tem que utilizar como forma de ter uma condução ética diante do que ele não sabe, por isso a pergunta é um instrumento central para que o profissional possa perguntar e responder para achar a resposta que vai conduzir ele:

Poderíamos enveredar pela sedução de discutirmos os princípios fundamentais da ética, as noções de bem e mal, de liberdade, de valor e suas manifestações no decorrer dos séculos, embasando as leis, a política, a organização social dos povos. Poderíamos percorrer algumas

indagações, tais como: O que é a Liberdade? Pode existir uma Liberdade somente externa? Até que ponto a opressão externa pode minar a Liberdade interna? Pode existir Liberdade sem Responsabilidade? Existe Liberdade Ética? Existe uma Verdade Absoluta? O que é absoluto na vida? O que é a Verdade? O que é a mentira? Por quê? Para quem? Quando? Onde? (ROMARO, 2013, p. 34).

Um ponto importante é que poderíamos enveredar pela sedução de discutirmos os princípios fundamentais da ética, questões como as noções de bem e mal, de liberdade, de valor e suas manifestações no decorrer dos séculos, embasando as leis, a política, a organização social dos povos. Outros pontos importantes descritos, é que o profissional da Psicologia tem que enxergar não a partir do seu ponto de vista, mas através de condutas éticas, das noções do bem e mal, liberdade, valores verdadeiros, e também dentro do contexto político e social da sociedade.

O profissional tem que sempre saber indagar perguntas voltadas a ética: Poderíamos percorrer algumas indagações, tais como: O que é a Liberdade? Pode existir uma Liberdade somente externa? Até que ponto a opressão externa pode minar a Liberdade interna? Pode existir Liberdade sem Responsabilidade? Existe Liberdade Ética? Existe uma Verdade Absoluta? O que é absoluto na vida? O que é a Verdade? O que é a Mentira? Por quê? Para quem? Quando? Onde? Outra coisa que é destacada como um instrumento importante em relação da questão da ética, é o profissional da Psicologia, ele tem como sentido de questionar tudo ao seu redor em relação d suas ações, condutas em relação de como dele deve trabalhar.

SABER QUESTIONAR SOBRE A QUESTÃO DA ÉTICA

Outro ponto importante destacado é que temos que ser crítico e reflexivo, pensando e questionando sobretudo, em relação de como o profissional da Psicologia deve trabalhar para que melhor ele possa servir a sociedade de uma forma ética mais elevada:

Quando pensamos em ética? Quando? Quando nos encontramos em um dilema, e o que nos possibilita vivenciá-lo é exatamente a liberdade interna de pensar, de questionar, de rapidamente, talvez, formular algumas das questões acima destacadas. A ética é a possibilidade de refletir, de se responsabilizar, muitas vezes de ousar, ousar pensar, questionar ao outro e a si. É uma reflexão sobre os costumes e as ações humanas, que ocorre dentro de um contexto sócio-político-econômico-cultural. Falar em ética é falar de liberdade, de normas, de leis, de respeito, de responsabilidade, de subjetividade, de opção, de arte, de cultura (ROMARO, 2013, p. 35).

O profissional tem que sempre perguntar em questões voltadas a ética como: Quando pensamos em ética? Quando? Quando nos encontramos em um dilema, e o que nos possibilita vivenciá-lo é exatamente a liberdade interna de pensar, de questionar, de rapidamente, talvez, formular algumas das questões acima destacadas, pois é muito importante questionar o mundo a nossa volta. Um ponto importante destacado que tem que ser utilizado pelo profissional da Psicologia é ser livre em quando for perguntar, não se limitando a nada.

O profissional tem que enxergar a ética como a possibilidade de refletir, de se responsabilizar, muitas vezes de ousar, ousar pensar, questionar ao outro e a si. É uma reflexão sobre os costumes e as ações humanas, que ocorre dentro de um contexto sócio-político-econômico-cultural. O profissional que se utiliza da ética, tem como propósito de estar sempre se refletindo em suas ações de trabalho, sempre se responsabilizando por seus atos, e sempre questionando a si e aos outros em relação de suas ações no trabalho de acordo com a ética.

Outros pontos importantes que o profissional da psicologia tem que abordar e utilizar é falar em ética é falar de liberdade, de normas, de leis, de respeito, de responsabilidade, de subjetividade, de opção, de arte, cultura. Outro ponto descrito que o profissional tem que ser sempre é ético, ser uma pessoa liberta em trabalhar de forma honesta, trabalhar dentro de normas e leis descritas no Código de Ética do Psicólogo, ser uma pessoa de respeito com si mesmo e com o próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse texto consegui concluir o que eu esperava sobre esses temas, em que fiz levantamentos bibliográficos com o princípio de responder sobre o tema e responder de forma objetiva os principais pontos na área da ética e psicologia organizacional e trabalho.

Foram respondidos vários pontos importantes através de levantamentos bibliográficos sobre esses temas que conclui.

Através dessa conclusão abordei os temas que eu cheguei a realizar na construção desse material, através dos estudos sobre o tema da Ética e a Psicologia Organizacional e do Trabalho consegui concluir sobre os respectivos levantamentos bibliográficos para poder complementar essa pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Em relação ao tema da ética e área organizacional eu abordo vários pontos importantes a serem respondidos ao longo de capítulos que existem vários temas em que são respondidos através de referências sobre o tema, os temas abordados são:

1. O que é a psicologia organizacional e do trabalho, nesse primeiro tema eu abordo explicações com intuito de responder sobre o que essa área tão importante é, dentro do contexto: O lado Industrial da Psicologia, O lado Organizacional da Psicologia, Onze pontos de

atuação do Psicólogo Organizacional: O Campo Acadêmico e Universitário, Os nove pontos de atuação do Psicólogo Organizacional: O campo da Prática, o trabalho nas empresas, Compromisso social: para além de uma atuação tecnicista, Compromisso social: em busca de dimensões definidoras, Desafios para o exercício do compromisso social, Respostas oferecidas pela Psicologia Organizacional e do Trabalho, Compromisso ético, Compromisso ético: como definir?, Ética no contexto empresarial, O compromisso ético e a Psicologia Organizacional e do Trabalho, Questões para discussão e reflexão sobre dilemas éticos: a escolha do psicólogo.

2. O que é a ética, nesse ponto são transmitidos vários tipos de éticas das mais variadas visões de pensadores antigos e atuais: O que é a ética? Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomas de Aquino, René Descartes, Benedito ou Baruch de Spinoza, David Hume, Immanuel Kant, Soren Abbye Kiergaard, Friedrich Nietzsche.

3. Como o profissional da Psicologia deve trabalhar, Reconhecendo a importância do código de ética para o Psicólogo em norteá-lo, O Código de Ética, a subjetividade e sua evolução sobre no tempo, Ética e o paradoxo de sua compreensão, A questão ética de compreender o outro e sempre evoluir em compreender, A ética e a questão do bem e do mal e a problemática, Questões fundamentais da ética: bem e mal, leis, política, organização social dos povos e questionamentos, Saber questionar sobre a questão da ética.

Esses temas foram abordados ao longo do TCC, com intuito de responder sobre esses temas e encontrar formas de explicar de várias maneiras, sobre esse tema que foi proferido, com intuito de esclarecer sobre os pontos importantes da ética e da psicologia organizacional e do trabalho, para auxiliar, orientar e esclarecer sobre esse tema.

O meu propósito com a conclusão desse TCC foi para ajudar outros profissionais da área sobre esses temas para que possam utilizar a ética no ambiente de trabalho de forma que os auxiliem em sua prática e possam ser éticos em suas ações e na forma de trabalharem.

No tema O QUE REALMENTE É A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO? tive como propósito de explicar o que é área da psicologia organizacional e do trabalho com intuito de explicar sobre essa área com intuito de esclarecer sobre os principais pontos de conhecimento de importância que essa área do conhecimento se destaca.

O propósito de eu ter abordado para esclarecer o que é a psicologia organizacional do trabalho é o de informar os principais pontos de como essa área do conhecimento se constitui, para informar ao leitor sobre os principais aspectos, onde eu pergunto e respondo os principais pontos centrais dessa, tais como:

- *O que é a Psicologia Organizacional e do trabalho?*
- *Como esse profissional atua dentro das instituições de trabalho?*
- *Qual é a importância da Psicologia Organizacional e do Trabalho?*

- *Para que serve a Psicologia Organizacional e do Trabalho?*

Nessas perguntas e respostas foram respondidas de forma abreviada, com intuito de explicar de forma rápida e objetiva sobre os temas vinculados as áreas para transmitir conhecimento ao leitor sobre a importância dessa área do conhecimento.

Na parte sobre O LADO INDUSTRIAL DA PSICOLOGIA, eu abordo sobre o início da psicologia organizacional, com intuito de amostrar ao leitor sobre o surgimento nessa área, de como teve o seu início de formação e evolução, e amostrar sobre como a psicologia organizacional e do trabalho atuava no passado.

Nesse lado do trabalho desenvolvido consegui explicar os principais pontos importantes do passado de como a psicologia organizacional trabalhava, para esclarecer ao leitor sobre o tema de como essa área trabalhava no passado:

- *Lado humano,*
- *Como questões da saúde do trabalhador,*
- *Estudo do comportamento dos funcionários,*
- *Estudo pelo bem-estar dos funcionários dentro do ambiente de trabalho.*

Abordo em O LADO ORGANIZACIONAL DA PSICOLOGIA, o mais atual da psicologia organizacional para esclarecer e informar ao leitor de como essa área atua atualmente é, conseguir esclarecer quatro pontos importantes sobre os principais meios de atuação na área organizacional de como esses profissionais atuam.

O intuito de aborda sobre o lado atual a área organizacional é o de amostrar como esses profissionais atuam nos dias de hoje, nas mais variadas áreas em relação do ser humano,

- *Lado Organizacional da Psicologia é mais voltado para o lado humano,*
- *Questões da saúde do trabalhador,*
- *Estudo do comportamento dos funcionários,*
- *Estudo pelo bem-estar dos funcionários dentro do ambiente de trabalho.*

Também foram abordados vários PONTOS DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL: O CAMPO ACADÊMICO E UNIVERSITÁRIO. Com o intuito de informar que existem dois lados de atuação onde o profissional pode atuar em sua vida de trabalho, no lado acadêmico abordei que esse profissional pode atuar dentro de instituições como universidades, o outro ele pode atuar em locais de empresas de trabalhos.

Esses nove pontos de sobre as formas de como o profissional da

psicologia deve trabalhar tive como intuito de aborda, para poder nortear os profissionais nos principais pontos de como cada um deles devem trabalhar, para não cometerem erros profissionais em sua vida profissional.

Cada ponto desse serve para ajudar os profissionais a agir de forma ética e moral nas suas realizações e ações profissionais do dia a dia, para não cometerem faltas éticas contrariando o *Código de ética do Psicólogo*, para que não pague por seus erros por cometer ilegalidades.

Também abordo os principais PONTOS DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL: O CAMPO DA PRÁTICA, O TRABALHO NAS EMPRESAS com intuito de esclarecer sobre quais áreas de atuação pode trabalhar na parte da *área prática*, para informar quais as áreas o profissional pode atuar caso queira seguir com alguma área de atuação.

E através de suas escolhas profissionais o profissional pode atuar e trabalhar na área que desejar servir, sendo que existem duas vias diferentes que esse profissional pode trabalhar e segue, para ter um futuro a qual ele pode trilhar, sendo o campo da prática e o trabalho nas empresas.

Outro ponto importante abordado, o COMPROMISSO SOCIAL: PARA ALÉM DE UMA ATUAÇÃO TECNICISTA e EM BUSCA DE DIMENSÕES DEFINIDORAS, é sobre a questão ética, o profissional não pode se fingir ser ético, mas é de extrema importância que ele utilize a ética como um instrumento no trabalho, já que muitos profissionais fingem ser éticos, mas na realidade não são. A discussão sobre as dimensões definidoras é de grande importância pois o profissional tem que ter duas coisas importantes a responsabilidade e a afetividade em com as pessoas e com a instituição em que trabalha, ser um profissional íntegro nas suas ações de como ele trabalha com as pessoas e a instituição em si.

Outra questão a ser destacada, os DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO DO COMPROMISSO SOCIAL, que me levaram a abordar sobre esse tema é a respeito do que muitos profissionais não têm, que é a obrigação e a segunda o desenvolvimento, por isso que eu tive que abordar sobre esse tema, para que o profissional seja mais justo e íntegro nas suas formas de trabalho.

Dentre as RESPOSTAS OFERECIDAS PELA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, o que me levou a abordar sobre esse tema do compromisso social é que muitos profissionais não têm, por isso que eu abordo sobre essa questão como intuito de mostrar que eles têm que ter o compromisso social com funcionários independente de que seja, para que tenha harmonia com as pessoas da empresa.

Um dos mais importantes pontos destacados sobre o tema é o COMPROMISSO ÉTICO, que o profissional tem que ter através da utilização do código de ética e de outras áreas do conhecimento, não se prendendo somente ao código de ética, mas sempre buscando outras formas de éticas para se enriquecer. Este ponto que é muito importante é do profissional que tem que seguir o seu próprio código de ética, mesmo que os profissionais da empresa querem que faça coisas contrárias, o profissional tem que ser ético seguindo cada ponto descrito no código de ética, pois muitos profissionais

preferem seguir normas de empresários do que ser ético.

Sobre o motivo que me levou de ter abordado a ÉTICA NO CONTEXTO EMPRESARIAL, esse tema é para o profissional ter responsabilidade social, e o alinhamento dos objetivos de lucro e ao projeto de sustentabilidade, colocando a ética acima de todas as coisas, para que a empresa não sofra problemas por profissionais que não tem ética em sua forma de trabalhar.

A questão de O COMPROMISSO ÉTICO E A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO foi abordada e cheguei à conclusão que o profissional tem que ser ético em relação das hierarquias de trabalho, na empresa, respeitando cada pessoa, para se ter uma harmonia dentro da empresa ou instituição, sendo ético e racional.

Foram abordadas QUESTÕES PARA DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE DILEMAS ÉTICOS: A ESCOLHA DO PSICÓLOGO e, sobre esse ponto, o profissional tem que ter consciência sobre reduzir impactos, problemas, e perdas dentro do ambiente de trabalho, para que no futuro isso não se agrave gerando problemas maiores dentro da instituição, ocasionando perdas e consequências institucionais.

NOÇÕES DE ÉTICA

O intuito de ter abordado sobre o pensamento de Platão, é muito útil, sobre a questão do indivíduo que age de modo ético é aquele que é capaz de ter autocontrole, de “governa a si mesmo, e de saber agir corretamente e se desenvolver o alto controle de si em relação de suas ações de trabalho, já que muitos funcionários não têm.

Sobre o pensamento aristotélico, outro ponto que podemos ter como exemplo de levar esse conhecimento para o lado da ética e psicologia organizacional é de ter virtude moral (areté), ou excelência de caráter em relação ao profissional que tem que ter essa característica como um instrumento de trabalho.

O motivo de eu ter citado Santo Agostinho é que ele aborda sobre o problema da natureza humana e do caráter inato da virtude, a origem do mal, o conceito de felicidade, a liberdade e a possibilidade de agir de forma ética, que é muito importante, que esses pontos são muitos importantes para ser levado para a ética junto com o lado organizacional da psicologia.

Os pontos de Aquino são importantes para ser utilizado na área organizacional, pois abordam vários pontos de relacionamentos como a Fé, a Esperança e a Caridade (ou amor, no sentido de amar Deus ou o próximo). Que são instrumentos para o bom convívio com as pessoas.

Descartes pouco abordou sobre ética, mas a sua visão sobre é muito importante para se utilizar no dia a dia, pois para ele o que realmente importava era a oral provisória como uma forma de ajudar até que a ciência estabeleça um sentido mais elevado de conduta humana dentro da empresa.

Outro ponto importante que foi destacado sobre a ética é que para Spinoza a ética não é somente subjetiva, mas objetiva, voltado para a área

de ciências exatas. Diferente dos outros pensadores que destacam a ética como algo que é subjetivo.

Neste ponto, o que podemos aprender com Hume, é ser cético em relação com as coisas que se apresenta diante de nós, questionando tudo a nossa voltada não aceitando as coisas que se apresentam diante de nós, por isso que é importante trazer o pensamento dele para a nossa vida.

Kant se mostra importante sobre a prática, pois trata-se da escolha livre dos seres racionais, que podem se submeter ou não à lei moral, que por sua vez é fruto da razão pura em seu sentido prático; portanto, age moralmente aquele que é capaz de se autodeterminar. O pressuposto fundamental da ética kantiana é assim a autonomia da razão.

Outro ponto sobre da ética em Kiergaard é a questão ética fundamental reside, assim, na necessidade de fazermos escolhas frente à impossibilidade de ter certeza delas e de poder justificá-las. É necessário, para isso, dar um “salto no escuro”, que consiste na fé e está além da racionalidade, da justificação ou mesmo da compreensão.

Também podemos aprender sobre a ética é que o pensamento de Nietzsche, é muito voltado para questões como bem e mal, a moral cristã, culpa e pecado, como um dos pontos que faz refletir sobre a moral e ética como compreensão.

COMO O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA DEVE TRABALHAR

Esse tema foi abordado com intuito de amostrar que o profissional tem que ter compromisso social em sua forma de trabalho, e levar isso a sério não mentido, trapaceando, em sua forma de trabalho, mas sendo um profissional ético nas relações sociais dentro da empresa em que trabalha.

Sobre esse tema do código de ética, com intuito de abordar que o profissional tem que seguir e trabalhar a partir do que está escrito no código, e não ser levado por outras formas, mas sempre utilizar o código como um instrumento de nortear em suas decisões e ações no trabalho.

O CÓDIGO DE ÉTICA, A SUBJETIVIDADE E SUA EVOLUÇÃO NO TEMPO se mostrou um ponto importante que me levou a abordar sobre esse tem, da subjetividade e a ética e a renovação e a evolução da ética, e que o profissional tem que estar sempre atento a essas mudanças para que ele não fique ultrapassado, quando se trata de utilizar a ética com um instrumento de orientação.

Muitos profissionais guiam-se através de paradoxo, por isso eu tive que abordar sobre o tema, do certo e errado, como um instrumento de guiar o profissional de como ele deve agir no trabalho, para não sofre consequências através das ações e escolhas do trabalho.

O motivo que me levou a destacar A QUESTÃO ÉTICA DE COMPREENDER O OUTRO E SEMPRE EVOLUIR EM COMPREEDER, foi compreender o outro, é que o profissional tem que estar sempre atendo em compreender cada profissional da instituição, sendo aberto a dialogar com cada pessoa da empresa, para que não aconteça nenhum problema de

comunicação.

Outro ponto importante que me levou a colocar sobre a questão: agir sobre o *que é certo (bem) e de não agir errado (mal)*, para que o profissional saiba agir nas suas decisões sociais e organizacionais dentro da empresa em que trabalha sabendo agir de forma certa nas suas ações.

Abordei as **QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA ÉTICA: BEM E MAL, LEIS POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS POVOS E QUESTIONAMENTOS** com intuito de deixar claro que o profissional tem que perguntar, como uma forma de orientar nas suas ações de trabalho, questionando para saber sobre tudo o que deve, para não gerar dúvidas dentro da instituição, mas sempre perguntando para se nortear.

No último ponto, o de **SABER QUESTIONAR SOBRE A QUESTÃO DA ÉTICA**, é relevante que o profissional dentro do ambiente de trabalho tem que ser crítico e reflexivo, livre em pensar não se prendendo, a normas, obrigações e opiniões de outros funcionários, mas sempre aberto a questionar sobre os problemas que existem dentro da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, L. D. O; MOURÃO, Luciana. **O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 27, 33, 38, 41, 43, 49.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas Organizações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 21,22, 23.

MARCONDES, Danilo. **Testos básicos de ética de Platão a Foucault**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 16, 37, 50, 58, 67, 72, 77, 86, 94, 101.

ROMARO, Rita Aparecida. **Ética na psicologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 14, 34, 35.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri São Paulo: Manole, 2014. p. 419.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 604.

FRANÇA, A. C. L. **Comportamento Organizacional: Conceitos e Práticas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 9-10.

VALLS, Á. L. M. **O Que é Ética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2016. p. 7.

Rauane Neres dos Santos

Licenciatura em pedagogia – FETAC

Pós-graduada em Deficiências múltiplas e intelectuais e Gestão Escolar – IPENIG

Thiago de Oliveira Moreira

Graduado em Medicina – UNIFESO

Especialista em Medicina da Família e Comunidade – AMB/SBMFC

Especialista em Medicina do Trabalho – AMB/ANAMT

Patrícia Moreira de Oliveira

Graduanda em Psicologia – MULTIVIX

Pós-graduada em Neuropsicologia – FAVENI

Pós-graduada em Educação Inclusiva – INTERVALE

RESUMO

Este trabalho mostra a música como ferramenta pedagógica na educação infantil e teve como eixo temático, a música e suas contribuições na educação infantil, e as formas de interação com os demais eixos de trabalho na fase da alfabetização. O objetivo é refletir sobre a utilização da música no processo de ensino aprendizagem e seus benefícios didáticos. Destaca-se ainda a presença da música nos diferentes momentos históricos e na fase inicial da vida das crianças. As relações entre a interação por meio da música e nos processos de desenvolvimento, tanto nas dimensões sociais e afetivas quanto nas cognitivas. Dando ênfase no potencial pedagógico que a música trás, auxiliando o professor na condução do ensino e facilitando a aprendizagem dos estudantes. A fim de demonstrar que a música traz contribuições importantes, como recurso didático ajudando os educadores a variar as estratégias didáticas. Este artigo é de cunho bibliográfico e traz concepções da contribuição da música na educação infantil, leis normas, além de práticas pedagógicas.

Palavras-chave: música; educação infantil.

INTRODUÇÃO

A música é uma linguagem universal e se faz presente na vida de todas as pessoas, auxiliando-as e confortando-as dando alegria e equilíbrio emocional nos processos de ensino. Isso aparece de maneira espontânea, talvez porque os sons remetem ao primeiro e mais importante som da vida ainda intrauterina: simbolizando a proteção e o aconchego materno.

A musicalidade é importante e quando relacionada a educação de crianças destaca mais ainda, portanto este artigo tem o intuito de compreender a importância que a música tem na educação infantil com as

possíveis contribuições. Pois, a música é uma ferramenta pedagógica que pode ser utilizada como auxílio aos professores quando usada de maneira bem planejada e contextualizada faz com que os alunos reconheçam suas múltiplas inteligências e criatividade.

ZAGONEL (2012, p.12) diz: “A criação música deve ser o ponto central do processo de ensino-aprendizagem ou de prática musical. Mais do que o aprendizado ou a execução perfeita dos exercícios e músicas, o importante é propiciar, por meio da musicalização, modificações internas que levem ao crescimento do indivíduo”.

Este artigo busca dar ênfase sobre o surgimento da música no ambiente educacional e como ocupou o espaço educacional no Brasil além de mostrar como as leis e normas ajudaram na inserção da música no âmbito escolar, trazendo possibilidade de novas práticas nas ações docentes utilizando a musicalidade no cotidiano escolar apontando maneiras de se trabalhar com a música na sala de aula com foco em jogos e brincadeiras.

Breve histórico da música em algumas civilizações

Inicia-se este artigo fazendo uma simples definição da palavra música, segundo o dicionário Aurélio: Música é arte e ciência de combinar os sons de modo agradável ao ouvido. Assim pode-se dizer que a música é uma linguagem de comunicação capaz de nos trazer sentimentos, emoções, sensações, atitudes e valores culturais.

Ao considerar-se as origens culturais da música ao longo da história, pode-se observar que ela está enraizada com a evolução cultural dos povos, pois a música é dada como a arte mais antiga e a mais primitiva entre todas as civilizações. Acredita-se que a música já existia na pré-história em forma de rituais religiosos para agradecer as divindades pela boa colheita, caça, e para fazer pedidos de proteção entre outros. Nesse período pode-se imaginar que os povos primitivos produziam sons que vinham de seus corpos, utilizando principalmente a voz e movimentos corporais combinados com os sons da natureza.

Ainda nesse sentido pré-histórico recordemos que muitas tribos indígenas viviam e algumas ainda vivem de forma nômade sem contato com as civilizações modernas, preservando seus rituais religiosos tendo como base a música e a dança. Em suas invocações eles utilizam-se da voz e movimentos corporais cantando e dançando em volta de fogueiras fazendo diversos pedidos durante os cultos aos seus deuses.

Pode se afirmar que a música existe e sempre existiu alienada com a história do desenvolvimento da inteligência e da cultura humana. Segundo pesquisas científicas, acredita-se que a música tenha aparecido primeiramente no Continente Africano há 50.000 anos, em tribos primitivas na África onde passou a ser parte do cotidiano desses povos e assim expandindo sua cultura aos outros continentes.

De acordo com os historiadores, a palavra música é de origem grega vem de musikêtechnê que significa “arte das musas”. Na Grécia a música era

utilizada para fazer adorações aos deuses, aproximando assim das divindades cultuadas dedicando suas vitórias ou suas derrotas nas guerras, isso por volta do século V a.c. já os romanos influenciados pelos gregos, também cantavam seus hinos demonstrando vitórias e conquistas, suas frustrações nas derrotas e ações de seus soldados e tropas, também utilizavam em seus cultos religiosos. Assim como no Egito, por volta de 4.000 a.c. onde eles relacionavam-se com a música no sentido ritualístico como meio de comunicar-se com os deuses em cerimônias religiosas e ainda em celebrações militares utilizando trompetes e tambores nas solenidades oficiais.

Na idade média a igreja tinha grandes influências na cultura dos povos europeus, impondo de maneira rigorosa e com muitas restrições a utilização da música onde predomina o canto gregoriano, esse estilo já é bastante utilizado nas sinagogas desde o nascimento de Jesus. Recebeu este nome gregoriano em homenagem ao monge e papa São Gregório Magno ao qual fez uma coleção de peças cantadas (540-604). Ainda nessa época começa a surgir música popular, com interesse na música profana não religiosa. É interessante citar o monge Guido D'arezzo, criador da pauta de cinco linhas; onde originou-se as notas musicais que temos hoje: Dó, Ré, Mi, Fá, Sol, Lá, Si. A partir do século XIV, surge a música renascentista com a pretensão de se distanciar das práticas da igreja, valorizando o aperfeiçoamento e a técnica, tentando dessa maneira a separação entre a música religiosa e a popular.

A partir do século XVII surge o Barroco em oposição aos ensinamentos gregorianos com o conteúdo dramático e bem elaborado, surgindo daí diversos gêneros musicais, demonstrando-se a ópera, a orquestra e o ballet. O compositor de maior destaque desse período foi Johan Sebastian Bach, em seguida vem a música clássica buscando o equilíbrio entre a expressividade e a composição formal o concreto e a sinfonia.

Em outra linha de pensamento surge o romantismo com a pretensão de valorizar a intensidade e o vigor da emoção. O romantismo aparece na sociedade pela ilustre figura de Beethoven e outros compositores como Chopin, Tchaikovsky entre outros, onde a valsa era o estilo vigente da época. Já no século XX a música é marcada por novas tendências e técnicas, onde cresce o interesse por novos sons e a inserção de muitos instrumentos utilizados para enriquecer as composições. Enfim, a música passou por diversas mudanças e ainda existe muito a se saber sobre a história da música, porém ela vai continuar fazendo parte da cultura mundial.

Em toda sua trajetória, a música até então não estava direcionada ao ensino escolar e ao ser introduzida no cotidiano acadêmico as escolas ganham uma grande ferramenta didática pedagógica no processo de ensino aprendizagem.

Como surgiu a música no Brasil

A música surge no Brasil a partir da fusão dos elementos europeus trazidos trazida pelos colonizadores portugueses, africanos e indígenas que se fundiram dando origem aos diversos gêneros da musicalidade brasileira. FERRAZ e FUSARI citam no livro *Arte na educação escolar* (2010, p. 131):

A música do indígena tinha a cor do cotidiano. A todo ritual haveria de existir uma musicalidade muito específica. Os fatos exigiam uma celebração e assim a música entrava como componente natural. Mas se o rito indígena levaria uma carga musical, os colonizadores também celebraram a ocupação do solo brasileiro com seu ritual de fé cristã, através do ofício da santa missa.

Nesse período histórico, as primeiras manifestações musicais ocorreram a partir de 1549, segundo pesquisas são dos padres jesuítas que naquele momento queriam estreitar relações com os nativos por meio da música, usada com a intenção de catequizá-los e assim adquirir mais fiéis a sua igreja. Logo após se instalarem os padres jesuítas construíram aldeamentos que chamaram de “missões”, tais locais serviam para eles demonstrarem assim sua cultura de trato religioso aos indígenas. Destacando-se o padre José de Anchieta (1534-1557).

Anos mais tarde, o quadro colonial teria a contribuição da cultura negra, pois os negros tinham grande facilidade e disposição para manejar instrumentos musicais e cantar. Na Brasil Colônia a monarquia é a religião eram intimamente ligadas onde os padres jesuítas com a ajuda dos monarcas organizaram escolas que ensinaram música, canto, coros e instrumentos destinados a formação de crianças negras na arte musical.

Os negros participavam ativamente na vida da colônia, enquanto escravos desenvolviam obrigações nos engenhos, nas cozinhas, cuidando das crianças dos brancos e durante o desenvolvimento das atividades estavam sempre cantando. A partir desses cantos dá-se origem a chula surgiram também outros cantos, entre os quais podemos citar o lundu, as cantigas de invocações aos santos e aos cantos de engenhos, cantando durante a moagem da cana entre outros.

Através desse acréscimo cultural dos negros, resultou na formação da nossa cultura brasileira, onde o branco, o índio e o negro influenciaram na enorme variedade de estilos musicais, especialmente na música popular e folclórica, Mário de Andrade (1980, p. 163) diz “o estudo científico da música popular brasileira ainda está por fazer. Não há sobre elas senão sínteses mais ou menos fáceis, derivadas da necessidade pedagógica de mostrar aos estudantes a evolução histórica da música brasileira”. Então, através dessa evolução da música absorvemos os impactos significativos no desenvolvimento infantil.

No início do século XX, com o fim da escravidão em 1888, e a vinda dos emigrantes europeus, estes chegaram trazendo variados ritmos de seus

países de origem, como uma mazurca, que aos poucos foi se abrigando transformando-se no maxixe. Dessa transformação origina-se o choro, que ao longo do tempo caiu no gosto popular e adquiriu feição própria, onde o improviso destacava-se e também seu quadro instrumental com flautas, cavaquinho, violão. Seus representantes mais famosos foram Anacleto de Medeiros, Chiquinha Gonzaga, Pixinguinha entre outros. Mas, a música popular brasileira só se formaria mesmo na década de 1930, com a chegada do samba no carnaval carioca, gênero mais popular do Brasil, sendo considerado como símbolo brasileiro.

Essa breve história da música mostra como ela traz e retrata a diversidade do Brasil. Porém desde o descobrimento até meados do século XX, o ensino da música estava totalmente voltado ao processo do ensino religioso, sendo utilizada apenas para a aprendizagem de instrumentos musicais ou para promover a igreja pelos padres jesuítas, até então não se tem registros de que a música era utilizada como recurso pedagógico com a finalidade de ensino.

Só em 1854, por decreto real foi regularizado o ensino da música no Brasil, contudo se destacou apenas nos meados do século XX, junto a evolução da Educação infantil.

A música e a Educação Infantil, leis e regularizações.

Visando uma aprendizagem significativa e de acordo com as necessidades impostas pela sociedade atual, torna-se cada vez mais necessária a ludicidade no ambiente escolar. A música pode contribuir, tornando o âmbito educacional mais agradável e feliz, ajudando na socialização das crianças e sendo um recurso didático poderoso. Conforme MÁSSICO (1982, P. 148) cita:

[...] tarefas primordiais da escola é assegurar a igualdade de chances, para que toda criança possa ter acesso à música e possa educar-se musicalmente, qualquer que sejam ambiente sociocultural de que provenha.

Leis e normas que regularizam a educação vêm surgindo gradualmente, dando ênfase aos aspectos musicais na perspectiva pedagógica. Apenas com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil 1996), contempla a o ensino de artes no seu Art. 26, da seguinte maneira: “componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma que promova o desenvolvimento cultural dos alunos”. A partir daí começa a construção de métodos na Educação infantil.

Em 1998, foi publicado pelo Ministério da Educação (MEC), o Referencial Curricular Nacional, para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998). Neste documento enfatiza-se a orientação metodológica para a Educação Infantil, trazendo orientações, objetivos e conteúdos a serem trabalhados pelos professores.

A inserção do lúdico por meio da musicalidade na educação proporciona mudanças nas práticas pedagógicas educacionais, mas limitadas. Para BRÉSCIA (2003, p. 81), [...] o aprendizado da música, além de favorecer o desenvolvimento afetivo da criança, amplia a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo.

Apesar de que o ensino efetivo da música vem sendo pouco explorado atualmente nas escolas, isto vem sendo mudado com a Lei 11.797, que indica a obrigatoriedade do ensino da música nas escolas brasileiras. Tal lei propõe que as escolas devem ensinar música dentro de um contexto abrangente e formativo. O plano nacional pela primeira infância foi construído em um processo de ampla participação social no qual houve uma junção de organizações do governo, sociedade civil, pesquisadores e especialistas entre outros. Lançada em dezembro de 2010 e em seguida aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente trazendo contribuições da música para a educação na primeira infância.

Nesse plano estão direcionadas as Diretrizes Gerais, Objetivos e Metas até 2022, as quais o Brasil deverá cumprir. O plano traz especificações como: “Do direito de brincar e o brincar de todas as crianças”, direcionados aos educadores da Educação Infantil, visando a vivência lúdica dos familiares e dos adultos que atuam com crianças de até seis anos de idade.

A contribuição da música na Educação Infantil

Inicia-se a Educação musical para as crianças ainda no ventre da mãe, quando esta canta para seu filho introduzindo a musicalidade na vida deste novo ser. Várias pesquisas demonstram que a música tem fundamental importância no desenvolvimento da criança principalmente na sua formação intelectual e psicológica. Nesse sentido fica evidente que a música está intimamente ligada ao aprendizado da educação desde o início da vida intrauterina.

Nos meses iniciais da vida, a criança é embalada pela mãe em seu colo, por canções que podem fazê-la dormir, sorrir ou até mesmo despertar o olhar curioso. E assim a música irá fazer parte de sua vida cada vez mais e em muitas outras ocasiões do seu cotidiano social, elas vivenciam o contato com a música. Sobre isso o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998 p. 51) indica que:

O ambiente sonoro, assim como presença da música e variadas situações do cotidiano fazem com que os bebês, e as crianças iniciem seus processos de musicalização de forma intuitiva. Adultos cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas, parlendas, reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem.

Quando inseridos na escola se abre para crianças um novo processo de construção de conhecimento, porém não se pode deixar de considerar que elas já vêm com determinado conhecimento prévio. Em relação a esse contexto, MACHADO (1991) acrescenta a grande contribuição social que a escola permite por meio das relações interpessoais estimulada com a conveniência entre amigos, afirmando que a escola e a família não se excluem, mas se completam. Segundo PENA (1990, p. 29) “A escola atua sobre as experiências culturais já presentes, trazidas pelos alunos de sua vivência familiar e cotidiana. São pressupostas certas condições prévias, como base para a ação escolar. A própria comunicação pedagógica é função da cultura(...)”.

Baseado no contexto acima citado a música se faz presente na educação infantil nos mais variados momentos, como a hora da chegada, do lanche, comemorações escolares, nas recreações, e todas as festividades escolares as quais envolve e desperta o interesse das crianças. A música está relacionada com a motivação do ensinar e desenvolver nela novos conhecimentos, como alta estima, vocabulário e autonomia socialização entre outros. Além de favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, imaginação, concentração, memorização e etc.

Na Educação Infantil, a música sem dúvidas, fornece benefícios cognitivos de aprendizagens para a criança, pois consegue estimular todas as áreas cerebrais, incluindo visão, equilíbrio, adição, fala, comportamento, sensação, movimentos e emoções. A linguagem musical quando bem explorada possibilita as crianças construir suas próprias ideias sobre o cotidiano, exemplos como iniciativas e confiança em busca dos novos conhecimentos.

Para garantir a participação integral das crianças nesses processos de aprendizagens, o professor deve estabelecer seus objetivos, considerando as atividades significativas e desafiadoras que respondam as suas metas através da musicalidade, quanto a isso FRIEDMANN (2002, p. 45), diz “Há um aspecto ao qual se deve dar especial atenção quando se trabalha com as atividades lúdicas de forma mais consciente: o caráter de prazer é ludicidade que elas têm na vida das crianças”. Portanto quando utilizamos a música como ferramenta didática pedagógica, devemos usá-la de maneira espontânea e criativa para maior desenvolvimento dos alunos.

Segundo SNYDERS (1997, p.30) “resta ao professor situar e não restringir”, situar nesse sentido significa que o professor deve orientar, ajudar e mediar seus alunos nas atividades com músicas visando explorar a criatividade, pois para as crianças, elas assimilam a música como uma grande brincadeira. Em relação a atividades com a musicalidade FRIDMANN (2012, p. 47) explica: “O brincar espontâneo abre a possibilidade de observar e escutar as crianças nas suas linguagens expressivas mais autênticas. Esse brincar incentiva a criatividade e constrói um dos meios essenciais de estimular o desenvolvimento infantil e as diversas aprendizagens”.

Na prática escolar, o professor deve inserir atividades que trabalhem gestos, danças, sons do meio ambiente, dos animais, bem como a utilização

de instrumentos musicais, para estimular seus alunos a arte musical um lugar onde se vivencia a criatividade, pois o corpo entra em movimento de acordo com a musicalidade estabelecendo ao aluno noções de espaço no ambiente que estiverem, a música até aqui traz grande relevância no contexto educacional ajudando a potencializar o aprendizado tanto emocional quanto cognitivo. Assim o objetivo da introdução da música no contexto educacional é levar os alunos a ampliar sua capacidade de expressão e reflexão no uso da linguagem musical, portando se faz necessário mostra na prática que a música pode ser usada nas escolas em um contexto Inter disciplinar.

A ação docente na prática da música.

A música é considerada uma linguagem de expressão também colaboradora no processo de aquisição de conhecimento. A prática da educação musical na educação infantil é um recurso valioso aos professores se usado de maneira bem planejada e contextualizada, assim os objetivos devem ser bem claros para serem alcançados.

A musicalização deve ser trabalhada de maneira lúdica, fazendo com que os alunos sintam prazer em frequentar as aulas e aprendam a usar a criatividade. Em relação a esse contexto DECKERT (2012, p.15) se refere “a aprender música no sentido de musicalizar significa ampliar a capacidade de expressão e reflexão do uso da linguagem musical”. Nesse sentido fica evidente que o objetivo da educação musical é levar a criança a construir conhecimento musical adquirido no ambiente escolar.

A música é uma importante ferramenta didática e deve ser usada de maneira constante nas salas de aula, influenciando os alunos a praticar e participar ativamente de todas as atividades propostas. Por isso, é importante que o processo seja lúdico para que todos sejam envolvidos SILVA (1992, p.93) “é aconselhável que a música seja apresentada por meio de histórias, dramatizações, jogos e brincadeiras as quais motivem a participação”.

Há diversas maneiras que o professor pode despertar o interesse de seus alunos, com as práticas musicais, como por exemplo cantando e brincando com música de folclore, principalmente as que possibilitam a “patomina”, ou seja, a mímica entre outras. Pois, músicas como ‘cravo, Terezinha de Jesus, Fui ao forró e tantas outras. E acompanhe a música andando marchando ou correndo, com palmas, com os pés, e ainda criando movimentos rítmicos fazendo com que alunos trabalhem gestos expressões corporais e as fisionomias se adaptando aos ritmos musicais. Com essas atividades ela proporciona o desenvolvimento psicomotor dos alunos promovendo a socialização.

O professor pode com a ajuda de seus alunos transformar objetos comuns em instrumentos musicais de onde se tira diversos sons e ritmos, os conhecimentos musicais podem vir em forma de brincadeiras, transformando parlendas, versos e histórias em músicas conforme a brincadeira e a etapa de aprendizagem dos alunos. Algumas brincadeiras estão conectadas ao movimento corporal e os gestos, sendo influenciados pelas brincadeiras. Para

SEKEFF (2007) “a música é um poderoso agente de estimulação motora, sensorial, emocional e intelectual”. Já ROSA (1990, p. 73-74) destaca exercícios motores que auxiliam a aprendizagem da escrita: “O exercício motor dirigido dá condições para o aperfeiçoamento da escrita, mas isso não impede que a partir, dele a criança crie e recrie cada vez mais por meio da escrita”, Assim por meio das brincadeiras de rodas com músicas as crianças vão ouvindo e cantando e com a melodia associa se a escrita e a memorização.

Exemplo:

“Bate, bate, relógio,
Bate sem parar,
Marca as horas direitinho
Bate sempre sem parar.”

A partir dessa canção a professora pode ensinar aos seus alunos as horas ou as figuras geométricas como círculo, quadrado, triângulo e retângulo e também utilizar essa canção para trabalhar outros exercícios. Outra canção que pode ser usada é a dos indiozinhos.

Como mostra a letra da canção:

“1,2,3 indiozinhos
4,5,6 indiozinhos
7,8,9 indiozinhos
10 em um pequeno bote
Iam navegando pelo rio abaixo
Quando o jacaré se aproximou
E o pequeno bote dos indiozinhos
Quase, quase, virou!
Mas não virou.

Com essa canção, pode se trabalhar os números de 1 a 9, a sequência e ritmo. Ou mesmo utilizando a canção do meu lanchinho.

Meu lanchinho
Meu lanchinho
Vou comer (bis)
Pra ficar fortinho (bis)
E crescer (bis)

Utilizando essa canção a professora pode trazer diversos tipos de fruta e mostrar aos alunos a importância das frutas na alimentação, além de poder trabalhar as cores. A música inserida nas brincadeiras contribui com a metodologia e os objetivos do professor. Na prática a música deve ser

utilizada para educar através da musicalização, possibilitando ao aluno compreender os significados musicais. O ensino da música não tem como objetivo formar alunos músicos ou transformar as crianças em seres musicais, mas sim incentivá-las a explorar as suas múltiplas inteligências por meio da música.

Segundo LAUREIRO (2003, p. 220) “é preciso, em nome do resgate da alegria escolar tomarmos consciência das verdadeiras carências pedagógicas no domínio do ensino musical e estabelecer um plano estratégico, transparente e inovador que tenha como objetivos claros e bem definidos que possam ser efetivados no cotidiano da vida escolar”. Abre-se um universo de possibilidades de trabalhar com a música na educação infantil, pois trará contribuições ao proporcionar as crianças maior aprendizado. O estímulo e o incentivo são fundamentais para que os estudantes desenvolvam a criatividade e expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou entender as contribuições e os aspectos favoráveis e que a utilização da música proporciona às crianças no processo de ensino aprendizagem, também constando a grande importância ao aprendizado e seus benefícios na alfabetização.

Apontou maneiras de se trabalhar com a música nas salas de aula através das brincadeiras e cantigas trabalhadas pelo professor contribuindo assim com a socialização e a integração das crianças, mostrando como prática da música e o seu ensino podendo ser uma ferramenta pedagógica imprescindível no desenvolvimento infantil.

Conclui-se que, portanto, que este trabalho se concretiza de quão e importante o uso da música traz colaborações e significâncias pertinentes para a atuação dos professores. Embora sua inserção no âmbito escolar depende de uma análise da atual realidade educacional, para que a música possa ser vista e entendida como um componente curricular importante para uma formação mais completa das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mario. **Pequena história da música**. Martins Editora, 1980.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, V. 3. Conhecimento de mundo. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Editora do Brasil.

BRÉSCIA, V.L.P. **Educação Musical: Bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

DECKERT, Marta. **Educação musical: da teoria à prática na sala de aula.** – ed-São Paulo: Moderna 2012.

FERRAZ, Maria Heloisa C de T; FUSARI, Maria F. de Resende, **Arte na Educação escolar** – 4 ed - São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Século XXI escolar** – 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão** – 1ed – São Paulo 2012.

LAUREIRO, Alécia Maria Almeida. **O ensino de Música na escola fundamental** – 7ed – São Paulo: Papirus, 2003.

MACHADO, M. L. A. **Pré-escola não é escola: a busca de um caminho.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

MÁRSICO, L. O. **A criança e a música: um estudo como se processa o desenvolvimento musical da criança.** Rio de Janeiro: Globo, 1982.

PENNA, Maura. **Reavaliações, buscas e musicalização.** São Paulo: Loiola, 1990.

ROSA, nereide Shilaro Santa. **Educação musical para a pré-escola.** Rio de Janeiro: Libador, 1990.

SEKEFF, M. de L. **Da música: seus usos e recurso.** São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SILVA, Leda Maria Giuffrida. **A expressão musical para crianças de Pré-escola.** Revistas ideias. São Paulo: n.10, p. 88-96, 1992.

SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** – 3 ed. São Paulo: Cortez 1997.

ZAGONEL, Bernadete. **Brincando com a música na sala de aula: jogos de criação musical usando a voz o corpo e o movimento.** São Paulo: Saraiva, 2012.

Stéfany Dayane Silva Lima

Graduada em Enfermagem – FACISA

Pós-graduada em Enfermagem do Trabalho – Faculdade CGESP

Pós-graduada em Auditoria em Serviços de Saúde – Faculdade CGESP

Pós-graduada em Gestão em Serviços de Saúde com ênfase em PSF – Faculdade Faiara

Pós-graduada em Gestão em Saúde Pública – Faculdade Faiara

Thiago de Oliveira Moreira

Graduado em Medicina – UNIFESO

Especialista em Medicina da Família e Comunidade – AMB/SBMFC

Especialista em Medicina do Trabalho – AMB/ANAMT

Patrícia Moreira de Oliveira

Graduada em Psicologia – MULTIVIX

Pós-graduada em Neuropsicologia – FAVENI

Pós-graduada em Educação Inclusiva – INTERVALE

Daniela Dal Bem Gallert

Graduada em Enfermagem – UNIEURO

Pós-graduada em Saúde da Família – Faculdade Futura

Pós-graduada em Urgência e Emergência – Faculdade Futura

RESUMO

Burnout é uma palavra inglesa, que se define como resposta prolongada a estressores crônicos emocionais e interpessoais, vinculados à atividade laboral. É um problema que atinge profissionais de serviço, principalmente aqueles voltados para atividades de cuidado com outros, em que a oferta do cuidado ou serviço frequentemente ocorre em situações de mudanças emocionais. Levando-se em consideração que enfermeiros, constituem um grupo com grande predisposição ao desenvolvimento da Síndrome, por serem os profissionais da saúde que mais tempo passam em contato com o paciente e com seus familiares dentro do ambiente de trabalho em situações de constantes mudanças emocionais. Este estudo é uma revisão bibliográfica, tendo como finalidade levantar informações sobre os principais fatores de risco que favorecem o aparecimento da Síndrome de Burnout e sua consequência para o indivíduo, organização e sociedade.

Palavras-chave: “Burnout”. “Enfermeiro”. “Esgotamento Profissional”. “Enfermagem”.

INTRODUÇÃO

Síndrome de Burnout é designada como aquilo que deixou de funcionar por exaustão energética, expresso por meio de um sentimento de fracasso e exaustão, causados por um excessivo desgaste de energia e

recursos (MACHADO et al., 2015). Segundo Rodríguez et al. (2014), a enfermagem representa grupo ocupacional especialmente exposto a sofrer a síndrome de Burnout em razão das altas demandas físicas e emocionais, associadas ao local de trabalho.

Os estudos relacionados à Síndrome de Burnout começaram a se destacar porque esclareceram os impactos da vida laboral na saúde do trabalhador, mostrando de que forma isso poderia interferir em seu desempenho no trabalho, seja na qualidade do serviço ou nos níveis de produção e, conseqüentemente, na saúde daquelas pessoas pelas quais eles são responsáveis (MOTA; DOSEA; NUNES, 2017).

A Síndrome de Burnout, também chamada síndrome do esgotamento profissional ou estafa profissional, surge pela cronificação de um processo de estresse. Ela é resultado de pressões emocionais repetitivas presentes no ambiente de trabalho. Está associada a ocupações assistenciais, as quais têm contato direto com usuários do serviço, como profissionais da saúde. Isso ocorre nesses profissionais, dentre outros motivos, devido à divergência entre a expectativa do profissional e a realidade que este encontra no trabalho. Segundo Mota, Dosea e Nunes (2017), as principais causas para isso são a indisposição (ou doença que afasta das atividades) e a fadiga relacionada à sobrecarga de trabalho.

A Síndrome de Burnout caracteriza-se pelos seguintes fatores multidimensionais: Exaustão Emocional, que é a sensação de esgotamento físico e mental; Despersonalização, que está relacionada a alterações de personalidade do indivíduo, com indiferença em relação à população por ele atendida e reduzida Realização Profissional, na qual o indivíduo apresenta insatisfação com o trabalho, demonstrando querer abandoná-lo (MOTA; DOSEA; NUNES, 2017).

As jornadas de trabalho dos profissionais de enfermagem são, em sua maioria, exaustivas, dado o volume de usuários, e a reposição de energia desses trabalhadores nem sempre é adequada. São submetidos a plantões que, especialmente no noturno, alteram o biorritmo de sono, alimentação e atividades sociais. Além disso, ainda se dedicam a mais de um emprego, visto que os salários são baixos no setor e o ritmo de trabalho na emergência não os deixa impunes (FRANÇA et al., 2015).

França et al. (2015) considera-se imprescindível refletir e desenvolver estudos a respeito dessa temática, para melhor compreender os fatores que contribuem para o processo saúde/doença dos trabalhadores de enfermagem. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo identificar quais são os fatores que podem influenciar no desencadeamento da síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem e as possíveis conseqüências em sua vida pessoal e profissional.

OBJETIVO

Levantar informações sobre os principais fatores de risco que favorecem o aparecimento da Síndrome de Burnout e sua consequência para o indivíduo, organização e sociedade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão. O levantamento de dados foi feito entre o período de novembro de 2017 a outubro de 2018, que utilizou como fonte de pesquisa a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Latin American and Caribbean Health Sciences Literature), e OMS (Organização Mundial de Saúde), utilizando os seguintes descritores: Burnout, enfermeiro, esgotamento Profissional. Enfermagem, os mesmos foram utilizados de forma combinada para aumentar a possibilidade de encontrar artigos que respondesse melhor ao objeto de estudo.

Foram considerados logo na seleção inicial, documentos publicados como artigos; texto disponível na íntegra online e no idioma português. A delimitação temporal foi estabelecida entre os anos de 2010 a 2017. Foram excluídos os artigos que não se enquadraram no recorte temporal estabelecido e escrito em línguas estrangeiras.

Foram encontrados um total de 134 artigos publicados nas bases de dados apresentadas, selecionados segundo os critérios de inclusão e exclusão; destes, foi escolhido um conjunto de 46 artigos, tomando como base os títulos dos que, possivelmente, abordaram o tema do estudo. Na primeira etapa foi feita uma leitura criteriosa dos resumos e, em alguns casos em que houve dúvida sobre a abordagem completa do artigo, foi lido também os resultados e as discussões apresentadas. A partir dessa etapa, foram selecionados 24 artigos que constituíram a amostra desse estudo. Na segunda etapa foi feita a análise dos artigos a partir da leitura na íntegra dos mesmos, assim como leitura e releitura dos resultados o que permitiu identificar aspectos que se destacavam com maior frequência, norteando o alcance dos objetivos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a descrição do levantamento bibliográfico foi construída uma tabela demonstrando os artigos utilizados para compor o estudo.

Tabela 1- Artigos utilizados para composição da amostra do estudo.

Periódico/Editora	Idioma	Ano	Autor	Título
Rev. Latino-Am. Enfermagem	Português	2012	RODRÍGUEZ L, et al.	Uma sessão de Reiki com enfermeiras diagnosticadas com a síndrome de Burnout tem efeitos benéficos sobre a concentração de IgA salivar e a pressão arterial.
Cienc. Saúde Coletiva	Português	2014	MOTA.CM; DOSEA.GS; NUNES.PS.	Avaliação da presença da síndrome de Burnout em Agentes Comunitários de Saúde no município de Aracaju, Sergipe, Brasil.
Rev. Unicor	Português	2011	CARVALHO.CG ;MAGALHÃES, SR.	Síndrome de Burnout e suas consequências nos profissionais de enfermagem.
Rev.Latino-Am. Enfermagem	Português	2012	FRANÇA, MF et al.	Burnout e os aspectos laborais na equipe de enfermagem de dois hospitais de médio porte
Rev. Saúde Física & Mental-UNIABEU	Português	2013	ALVES, DF; VALERETTO, FA.	Fatores desencadeantes do estresse Ocupacional e da síndrome de Burnout em Enfermeiros
Rev.pesq. cuid. fundam. Online	Português	2012	MACHADO,DA; LOURO TQ; FIGUEIREDO NMA.	O esgotamento dos profissionais de enfermagem: uma revisão integrativa sobre a síndrome de Burnout em UTI
Rev.pesq cuid. fundam. Online	Português	2012	CUNHA,AP; SOUZA,EM; MELLO,R.	Os fatores intrínsecos ao ambiente de trabalho como contribuintes da síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem.
Rev.Persp online: biol & Saúde	Português	2015	SILVA, RC et al.	Síndrome de Burnout em enfermeiros assistencialistas.
Rev. Ciênc. Méd	Português	2010	FERREIRA, LRC; MARTINO, MMF.	O estresse do enfermeiro: análise das publicações sobre o tema.
Rev. Psicologia em Foco	Português	2010	CORNELIUS, A; CARLOTTO, MS.	Síndrome de Burnout em profissionais de atendimento de Urgência.
II encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho.	Português	2010	LIMA, CF et al.	Avaliação psicométrica do maslach Burnout inventory em profissionais de enfermagem
Rev. Espaço para a Saúde	Português	2010	GOULART, CB et al.	Fatores predisponentes da Síndrome de Burnout em trabalhadores de um hospital público de média complexidade
Rev. Cogitare Enfermagem	Português	2012	FERREIRA, TC et al.	Enfermagem em nefrologia e síndrome de Burnout.
Rev. Saúde & Transformação Social	Português	2012	KOVALESKI, DF; BRESSAN, A.	A síndrome de Burnout em profissionais de saúde.

Caderno de Saúde Pública	Português	2010	MOREIRA, DSet al.	Prevalência da síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um hospital de grande porte da Região Sul do Brasil.
Rev. Acta Paul Enfermagem	Português	2012	FRANÇA, FM; FERRARI, R.	Síndrome de Burnout e os aspectos sócio demográficos em profissionais de Enfermagem.
Esc. Anna Nery	Português	2013	RISSARDO, MP; GASPARINO, RC	Exaustão emocional em enfermeiros de um hospital público.
Rev. Saúde e desenvolvimento	Português	2014	RODRIGUES, UMP; RIBEIRO, ER.	Síndrome de Burnout na equipe de Saúde da Família: Uma revisão de literatura.
Rev. De Enfermagem do Centro Oeste Mineiro	Português	2015	RIBEIRO LCC; BARBOSA LACR; SOARES, AS.	Avaliação da prevalência de burnout entre professores e a sua relação com as variáveis sociodemográficas
Rev. Cogitare Enfermagem	Português	2017	ASCARI, RM, et al.	Prevalência de risco para síndrome de burnout em policiais Militares
Rev. Acta Paul Enfermagem	Português	2017	GALDINO, MJ et al.	Síndrome de Burnout entre mestrandos e doutorandos em enfermagem

O termo Burnout foi utilizado pela primeira vez em 1974, mencionado pelo psicólogo Herbert J. Freudenberger, que descreveu um quadro observado em jovens trabalhadores de uma clínica de dependentes de substâncias químicas na cidade de Nova York, Estados Unidos (MOREIRA et al., 2012).

Freudenberger observou que alguns profissionais de saúde apresentavam com o passar do tempo uma perda significativa de sua energia física e psicológica até chegar ao esgotamento total com o aparecimento de sintomas como ansiedade e depressão e ressaltou que esses trabalhadores eram menos sensíveis e mais incompreensivos, desmotivados e agressivos com os seus pacientes (PEREIRA, 2003 apud SILVA et al., 2015).

A síndrome de Burnout foi, por muito tempo, relacionada exclusivamente ao processo de trabalho, sobretudo entre profissionais que possuem elevado contato interpessoal (GALDINO et al., 2016).

Segundo Rissardo e Gasparino (2016) a enfermagem foi classificada, pela Health Education Authority como a quarta profissão mais estressante do setor público. Essa condição ocorre também porque as atribuições do enfermeiro demandam muita atenção, discernimento e responsabilidade, fatores que podem influenciar diretamente na saúde física e mental do trabalhador e condicionar ao surgimento do estresse ocupacional.

No Brasil, a Síndrome de Burnout foi oficialmente adicionada às doenças relacionadas à saúde do trabalhador e diretamente vinculadas à atividade laborativa a partir do Decreto nº 3.048, de seis de maio de 1998 (MOTA; DOSEA; NUNES, 2017).

A enfermagem se encontra como profissão de risco para o estresse

ocupacional e Burnout através de problemas organizacionais como: trabalho em turno, escassez de pessoal, falta de recursos materiais, sobrecarga laboral, falta de autonomia, relacionamento interpessoal, desvalorização, baixos salários, grande responsabilidade e sobrecarga emocional (MOTA; DOSEA; NUNES, 2017).

Na visão de Ferrari e França (2015), o desenvolvimento desta síndrome decorre de um processo gradual de desgaste no humor e de desmotivação, acompanhado de sintomas físicos e psíquicos.

No Brasil, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tem a intenção de reduzir os acidentes e doenças relacionados ao trabalho, por meio da promoção, reabilitação e vigilância na área da saúde, tendo como linhas de ação a atenção integral à saúde, a articulação intra e intersetorial, a participação da população, o apoio a estudos e a capacitação de recursos humanos. Dentre as doenças ocupacionais encontradas que é objeto dessa Política, está a Síndrome de Burnout (SB). Conforme o Ministério da Saúde (MS), esse agravo tem maior predominância sobre os profissionais da saúde como: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, dentistas e fisioterapeutas, além de outras categorias profissionais como professores, policiais, bombeiros e demais profissões que estão sujeitas ao contato diário com o público, o que exige grande carga emocional (ASCARI et al., 2016).

A síndrome de burnout é um dos agravos ocupacionais de caráter psicossocial mais importante na sociedade atual, e tem sido considerado um sério processo de deterioração da qualidade de vida do trabalhador, tendo em vista suas graves implicações para a saúde física e mental (RIBEIRO; BARBOSA; SOARES, 2015).

O estresse crônico associado ao trabalho é denominado Síndrome de Burnout, evidenciada pelo desgaste emocional, despersonalização e sentimento de incompetência. A Síndrome ocorre quando o indivíduo não possui mais recursos para enfrentar as situações e conflitos laborais. É um construto formado por três dimensões relacionadas, mas independentes a saber: a Exaustão Emocional, caracterizada pela falta ou carência de energia e entusiasmo em razão do esgotamento dos recursos; a Despersonalização, que ocorre quando o profissional passa a tratar os clientes, colegas e a organização de forma distante e impessoal; e, a Baixa Realização no Trabalho, caracterizada pela tendência do trabalhador em se autoavaliar de forma negativa.

Quanto aos sinais e sintomas mais comuns observados no estresse podemos destacar o aumento da sudorese, tensão muscular, taquicardia, hipertensão arterial, aperto da mandíbula, ranger de dentes, hiperatividade, náuseas, mãos e pés frios. Em termos psicológicos, vários sintomas podem ocorrer, tais como ansiedade, tensão, angústia, insônia, alienação, dificuldades interpessoais, dúvidas quanto a si próprio, preocupação excessiva, dificuldade de concentração em outros assuntos que não o relacionado ao estressor, dificuldade de relaxar, ira e hipersensibilidade emotiva (FERREIRA; MARTINO 2012).

De acordo com Silva; Dias e Teixeira (2016) o trabalhador que entra em Burnout assume posição de frieza frente a seus clientes, evitando ao máximo envolver-se com os problemas e dificuldades emocionais. As relações interpessoais são cortadas, como se estivesse em contato apenas com objetos, ou seja, a relação torna-se desprovida de calor humano. Isso, acrescido de grande irritabilidade por parte do profissional, leva a inúmeras repercussões, em seu cotidiano e em sua dinâmica devida pessoal.

O estresse está associado à liberação de hormônios que, além de alterarem vários aspectos da fisiologia, têm ainda efeito modulador das defesas do organismo. Em humanos, o principal hormônio com essas funções é o cortisol (glicocorticoide). Os níveis de cortisol no sangue aumentam drasticamente após a ativação do eixo hipotálamo-hipófise adrenal, que ocorre durante o estresse, a depressão clínica e a Síndrome de Burnout. Esse hormônio então se liga a receptores presentes no interior dos leucócitos e ocasiona imunossupressão na maioria dos casos.

Estudos têm relacionado o estresse crônico à diminuição das defesas do organismo, o que pode levar ao desenvolvimento de doenças (câncer e outras) e de reações alérgicas, bem como o aumento da susceptibilidade a infecções como herpes, gripe e resfriado. Com relação aos sintomas físicos, além dos supracitados, há também distúrbios do sono, disfunções sexuais, comportamento de alto risco e aumento da probabilidade de suicídio alterações menstruais em mulheres. Percebe-se que uma gama de sintomas somatizados, por meio do estresse mais grave, poderá estar presente como decorrência da Síndrome de Burnout.

A realização do diagnóstico precoce da Síndrome de Burnout busca minimizar as consequências para o indivíduo, a equipe, clientes e a organização. O diagnóstico adequado necessita de avaliação correta dos sintomas, sua intensidade e frequência (GOULART et al., 2013).

Associado a isso, devem ser criadas medidas que controlem os níveis de estresses dos profissionais da atenção primária, através da detecção precoce de fatores estressores e da busca de estratégias coletivas para enfrentamento desse quadro, favorecendo assim a qualidade de vida dos mesmos e, conseqüentemente, a assistência prestada à população por eles atendida (MOTA; DOSEA; NUNES, 2017).

Ao analisar os fatores contribuintes para a síndrome de Burnout, é necessária a análise de forma integral e profunda, visto que a observação compartimentalizada não evidenciará a real dimensão do Burnout. Faz-se necessário que o profissional de enfermagem seja esclarecido acerca dessa síndrome, que por muitas vezes não é diagnosticada devido à falta de conhecimento sobre o assunto (CUNHA; SOUZA; MELLO, 2015).

Diante desta problemática, torna-se necessário que as instituições tenham um planejamento, a fim de combater o Burnout, fazendo com que os profissionais se sintam valorizados, motivados e, principalmente, trabalhem em um ambiente harmonioso e com recursos técnicos e humanos que favoreçam o desenvolvimento de suas atribuições.

França, Rodrigues (2014) apud Alves, e Valeretto (2016), explicitam

como formas de enfrentamento ao estresse: técnicas de relaxamento, alimentação, esforço físico, repouso, lazer, sono, psicoterapia, autoconhecimento, reavaliação do limite de tolerância e exigência, convivência menos conflituosa com pessoas e grupos. Do mesmo modo, ações educativas e atividades físicas, devem ser incentivadas, a fim de disponibilizar ferramentas para que o profissional desenvolva estratégias de coping resolutivas em seu dia a dia, minimizando o efeito do estresse na sua saúde e no seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar que a síndrome de Burnout pode ser considerada como um problema de saúde pública que afeta principalmente os profissionais de enfermagem por estarem lidando diretamente com o paciente, associado com altas jornadas de trabalho, baixos níveis salariais, conflitos, falta de organização do serviço, contato com a morte, estresse ocupacional e outros fatores intrínsecos.

Além dos acontecimentos diários da profissão de enfermagem, ressalta-se, ainda, que o local de trabalho do profissional pode exercer extrema influência no desenvolvimento da síndrome acarretando exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização profissional. Acometendo profissional que atuam tanto em níveis que baixa, média e alta complexidade, que irá afetar a produtividade, a qualidade da assistência e consequentemente a saúde do paciente.

Entender os fatores que interferem, contribuirá para a prática de prevenção de agravos, diminuindo as implicações a saúde do profissional de enfermagem, melhorando as relações interpessoais e multidisciplinares e a qualidade de vida do enfermeiro.

Conclui-se, portanto, que conhecer esses fatores contribui para a implantação de melhoria nas condições de trabalho e diminuição do sofrimento destes trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, DF, VALERETTO, FA. **Fatores desencadeantes do estresse Ocupacional e da síndrome de Burnout em Enfermeiros**. Revista de Saúde Física & Mental- UNIABEU, v.3 n. 2, 2016.

ASCARI, RM et al. **Prevalência de risco para síndrome de burnout em policiais Militares**. Revista. Cogitare Enfermagem. Abr/jun, 2016

CARVALHO.CG, MAGALHÃES, SR. **Síndrome de Burnout e suas consequências nos profissionais de enfermagem**. Rev. Unicor. Três corações. v.9, n.1, p. 200-210, jan./jul. 2014.

CORNELIUS, A, CARLOTTO, MS. **Síndrome de Burnout em profissionais**

de atendimento de Urgência. São Leopoldo. S/A.

CUNHA, AP, SOUZA,EM, MELLO,R. **Os fatores intrínsecos ao ambiente de trabalho como contribuintes da síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem.** Revista pesquisa cuid. fundam. Online. 2016.

FERREIRA, LRC, MARTINO, MMF. **O estresse do enfermeiro: análise das publicações sobre o tema.** Revista Ciência. Médica, 2012.

FERREIRA, TC et al. **Enfermagem em nefrologia e síndrome de Burnout.** Revista. Cogitare Enfermagem,2015.

FRANÇA, MF et al. **Burnout e os aspectos laborais na equipe de enfermagem de dois hospitais de médio porte.** Revista Latino-Am. Enfermagem, set.-out. 2015.

FRANÇA, FM, FERRARI, R. **Síndrome de Burnout e os aspectos sociodemográficos em profissionais de Enfermagem.** Revista Acta Paul Enfermagem, 2015. **Fatores predisponentes da Síndrome de Burnout em trabalhadores de um hospital público de média complexidade**

GALDINO, MJ et al. **Síndrome de Burnout entre mestrandos e doutorandos em enfermagem.** Revista Acta Paul Enfermagem, 2016.

GOULART, CB et al. **Revista Espaço para a Saúde**, v.11 n.2 p. 48-55. Jun. 2013.

KOVALESKI, DF, BRESSAN, A. **A síndrome de Burnout em profissionais de saúde.** Rev. Saúde &Transformação Social. 2015

LIMA, CF et al. **Avaliação psicométrica do maslach Burnout inventory em profissionais de enfermagem.** S/E, 2012.

LOPES, CCP, RIBEIRO, TP, MARTINHO, NJ. **Síndrome de Burnout e sua relação com a ausência de qualidade de vida no trabalho do enfermeiro.** Revista Enfermagem em Foco. Mato Grosso.p.97-101, 2015.

MACHADO, DA, LOURO TQ, FIGUEIREDO NMA et al. **O esgotamento dos profissionais de enfermagem: uma revisão integrativa sobre a síndrome de Burnout em UTI.** Revista pesquisa cuidado é fundamental. Online, 2015.

MOREIRA, DS, et al. **Prevalência da síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um hospital de grande porte da Região Sul do Brasil.** Caderno de Saúde Pública, Rio de janeiro, p.1559-1568, jul, 2012.

MOTA.CM., DOSEA.GS., NUNES.PS. **Avaliação da presença da síndrome de Burnout em Agentes Comunitários de Saúde no município de Aracaju**, Sergipe, Brasil. Revista Ciência e Saúde Coletiva. p.4719-4726. 2017

MURCHO, NAC, JESUS, N. PACHECO, JEP. **A relação entre a depressão em contexto laboral e o Burnout: Um estudo empírico com enfermeiros**. Revista Psicologia, Saúde e Doenças, p.57-68. Jun 2012.

RIBEIRO LCC, BARBOSA LACR, SOARES, AS. **Avaliação da prevalência de burnout entre professores e a sua relação com as variáveis sociodemográficas**. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. Set/dez, 2015.

RISSARDO, MP, GASPARINO, RC. **Exaustão emocional em enfermeiros de um hospital público**. Escola Anna Nery, p.128-132, 2016.

RODRIGUES, UMP, RIBEIRO, ER. **Síndrome de Burnout na equipe de Saúde da Família: Uma revisão de literatura**. Revista Saúde e desenvolvimento, v.5 n.3 p jan/jun 2017.

RODRÍGUEZ L, et al. **Uma sessão de Reiki com enfermeiras diagnosticadas com a síndrome de Burnout tem efeitos benéficos sobre a concentração de IgA salivar e a pressão arterial**. Revista Latino Americana. Enfermagem, set.-out. 2014.

SILVA, JLL, DIAS, AC, TEIXEIRA, LR. **Discussão sobre as causas da síndrome de Burnout e suas implicações à saúde do profissional de enfermagem**. Revista Aquichan, 2016.

SILVA, RC et al. **Síndrome de Burnout em enfermeiros assistencialistas**. Revista Perspectiva online: biol & Saúde, p. 23-35, 2015

Thiago de Oliveira Moreira

Graduado em Medicina – UNIFESO

Especialista em Medicina da Família e Comunidade – AMB/SBMFC

Especialista em Medicina do Trabalho – AMB/ANAMT

Patrícia Moreira de Oliveira

Graduada em Psicologia – MULTIVIX

Pós-graduada em Neuropsicologia – FAVENI

Pós-graduada em Educação Inclusiva – INTERVALE

Stéfany Dayane Silva Lima

Graduada em Enfermagem – FACISA

Pós-graduada em Enfermagem do Trabalho – Faculdade CGESP

Pós-graduada em Auditoria em Serviços de Saúde – Faculdade CGESP

Pós-graduada em Gestão em Serviços de Saúde com

ênfase em PSF – Faculdade Faiara

Pós-graduada em Gestão em Saúde Pública – Faculdade Faiara

Daniela Dal Bem Gallert

Graduada em Enfermagem – UNIEURO

Pós-graduada em Saúde da Família – Faculdade Futura

Pós-graduada em Urgência e Emergência – Faculdade Futura

RESUMO

Na assistência à saúde, os profissionais de diferentes áreas, enfrentam situações eticamente delicadas no atendimento aos pacientes. Neste cenário, particularmente, os médicos, não raro, são reincidentes. Neste trabalho descreve-se uma situação real, porém com preservação das partes, ocorrida em um município do interior mineiro, bastante corriqueira na prática médica no tocante ao atendimento de pacientes no cenário de urgência e emergência. Em seguida, apresenta algumas considerações éticas correlacionadas com o caso.

Palavras-chave: “autonomia”; “dilema éticos”; “ética e medicina”; “relação médico-paciente”.

INTRODUÇÃO**DOUTOR O QUE EU TENHO?**

O município de Formoso localiza-se no interior de Minas Gerais e possui uma população de cerca de 10 mil habitantes. Nele a assistência à saúde é realizada por 4 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 01 Unidade Mista de Saúde (UMS).

Na UMS, o funcionamento se dá de forma integral, ou seja,

24horas/dia, e, nela concentram-se os atendimentos de urgência, emergência e outros. As eSFs realizam a longitudinalidade e coordenação do cuidado entre outros atributos.

Entre os médicos atuantes na UMS há o Dr. E.C.G, que trabalha e reside no município há mais de 5 anos.

Certo dia, durante o atendimento de rotina, o Dr. E.C.G atende o Sr. VIDA, 75 anos. Este encontrava-se acompanhado pela esposa e filha.

O paciente apresentava-se com queixa de cefaléia, tontura e náuseas. Ademais, queixa-se com o médico sobre a sua situação, uma vez que está cansado de procurar assistência médica, sem possuir informações sobre o seu real problema de saúde. Na mesma ocasião, diz sentir falta de um antigo farmacêutico da cidade, pois este que era, nas suas palavras: *um “médico” bom...só de olhar já dizia o que o sujeito tinha!*

Dr. E.C.G. verifica, no prontuário do paciente, o seu histórico de consulta, e, realmente, constata várias buscas por atendimento na UMS. Ao serem questionados os familiares referem que não consultam na rede de Atenção Básica do município, pois, preferem a UMS, porque o atendimento é mais rápido e sem necessidade de agendamentos. Também, informam que ele faz acompanhamento na rede de saúde do Distrito Federal, prática comum entre os pacientes formosenses.

Após, a anamnese e exame clínico direcionados, Sr. V.I.D.A. dirige-se com a esposa para a sala de medicação e, posteriormente, para a enfermaria, onde ficará em observação até melhora clínica. Enquanto isto, a filha do Sr. V.I.D.A., chamada de S.I.M., solicita para falar com o Dr. E.C.G em particular. Durante a conversa, ela, com olhar cabisbaixo e um pouco emocionada, revela informações que foram omitidas durante a entrevista inicial. S.I.M. diz que o pai é portador de câncer de próstata com metástase cerebral, porém solicita ao Dr. E.C.G que não informe o diagnóstico ao Sr. V.I.D.A. Segundo S.I.M., a razão pelo sigilo, está relacionada ao temor pelos familiares da reação do Sr. V.I.D.A. diante do real diagnóstico. Na mesma oportunidade, apresenta uma pasta, que havia buscado no carro, com inúmeros exames, receitas e relatórios médicos, que o Dr. E.C.G examina minuciosamente. Após a análise dos dados, confirma as informações prestadas por S.I.M.

Posteriormente, ao reavaliar o paciente, o Dr. E.C.G recebe o seguinte questionamento do Sr. V.I.D.A.:

Dr. estou cansando...quero morrer...o que eu tenho?

Diante do exposto acima, o Dr. E.C.G. encontra-se com duas alternativas possíveis, a saber:

- (1) Não revelar o diagnóstico ao Sr. V.I.D.A., assim, colaborando com a família.
- (2) Revelar o diagnóstico ao Sr. V.I.D.A., assim, discordando com a família.

Após refletir sobre a situação, o Dr. E.C.G, considerando o princípio da Autonomia decide por esclarecer as dúvidas do Sr. V.I.D.A., informando-lhe os aspectos relacionados à sua morbidade. Porém, antecipadamente, informa aos familiares sobre a sua decisão, bem como, da importância desta conduta, de que é um dever médico e um direito do Sr. V.I.D.A. Os familiares entendem e aceitam a postura médica, apesar de, inicialmente, estarem inconformados.

REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Parreira (2018), o termo “dilema ético” foi definido, em 1984, por Kitchener, como: um problema para o qual nenhum tipo de ação parece ser satisfatório. Ainda segundo a autora um “problema ético” encontra-se presente quando as ações de um indivíduo, quando livres e voluntárias, podem prejudicar ou beneficiar outros.

Sendo assim um dilema ético como a comunicação do diagnóstico de doença terminal envolve diversos conceitos muitas vezes relacionados à ciência e à religião, de caráter humanístico, social, jurídico, bioético e moral que envolve o paciente, a família, os profissionais de saúde responsáveis pelo cuidado e todo um histórico de determinação social de saúde. Esses dilemas levam a refletir sobre uma série de cuidados necessários, como estabelecer comunicação integrada, sempre dizer a verdade e entender renúncias, descontinuações e recusas ao tratamento (ALCÂNTARA, 2020).

A comunicação do diagnóstico de uma doença grave a exemplo do câncer, é um momento delicado que pode gerar intenso desconforto, tanto ao paciente, quanto à sua família, nesse sentido cabe à equipe de saúde resgatar a relação interpessoal, empática e compassiva com este paciente e sua família, objetivando que a comunicação estabelecida fortaleça os vínculos de confiança e cumplicidade, contribuindo, também, para a escolha do tratamento mais adequado (NEVES ET AL, 2017).

Sendo visto que as reações individuais são muito dependentes de um aprendizado cultural, é comum dizer que existem certas fases pelas quais passam todas as pessoas. Estas fases são como mecanismos de defesa para enfrentar o fato da morte. Sendo elas: (1) negação; (2) raiva; (3) barganha; (4) depressão e (5) aceitação (ABCMED, 2020).

Desse modo, é imprescindível que os profissionais da saúde sejam sinceros e se façam entender, fornecendo informações claras e coerentes para que as melhores ações possam ser tomadas. Contudo, embora a maioria dos pacientes queira ser informada a respeito de sua condição de saúde, eles também podem interferir no processo de comunicação, na medida em que deixam claro que desejam receber o menor número de informações possíveis. Assim, o seu desejo deve ser respeitado e algum familiar deverá ser responsável pelo recebimento das informações do processo da doença do paciente (NEVES ET AL, 2017).

Diante de tais informações é possível analisar a percepção de

diversos profissionais médicos acerca do dilema ético mencionado a partir de uma pesquisa realizada pelo Medscape com mais de 21 mil médicos, que disseram como se colocam quando encontram esse tipo de dilema ético dentro da medicina.

Segundo a pesquisa os entrevistados foram mais de 17 mil médicos americanos e 4 mil europeus. Um dos temas posto em pauta foi o questionamento se os médicos esconderiam informações sobre diagnósticos terminais de seus pacientes para amenizar suas atitudes. Sobre isso, 76% dos médicos disseram que não, que se manteriam honestos não importa qual a reação do paciente. Embora alguns tenham dito que, se omitir informações pode ajudar o tratamento não deixando o paciente perder a esperança, eles fariam, a maioria afirma que a honestidade é um ponto indispensável na prática médica, é um dos mais importantes valores (LAGOEIRO, 2016).

Quando comparado com a Europa, esse tema tem uma notável diferença, ou seja, 56% dos médicos europeus disseram que, se necessário, esconderiam informações sobre o grave quadro do paciente. Essa diferença sugere que existe uma relação mais paternal entre médico e paciente entre os europeus, que tentam amenizar o quadro fazendo o enfermo manter as esperanças (LAGOEIRO, 2016).

Ainda dentro do mesmo assunto, foi perguntado aos médicos se eles omitiriam informações a pedidos dos familiares do enfermo. Neste contexto, 39% responderam que não e 49% que depende da situação. Isso acontece com bastante frequência e por diversos motivos. Às vezes, o pedido faz sentido, mas muitas outras vezes os médicos ficam preocupados com os reais motivos dos familiares para fazerem tais pedidos (LAGOEIRO, 2016).

No Brasil, há uma certa relutância em dar o diagnóstico ao paciente, em geral, os médicos preferem deixar para os familiares realizarem esse trabalho. Um caso recente de um paciente com Alzheimer no Brasil foi relatado, ele vive com a doença há 3 anos e não sabe que a possui, a família preferiu não contar. Os médicos que analisaram o caso relataram que em certos casos, com um diagnóstico precoce da doença, é bom o paciente estar ciente para que ele mesmo possa tomar decisões sobre seu futuro. Aparentemente a relação de médico e paciente no Brasil se equipara a da Europa, os profissionais assumem uma postura mais paternal e acabam deixando esse tipo de decisão para os familiares, que, na maioria dos casos, decidem o que dizem ser melhor para o paciente (LAGOEIRO, 2016).

É perceptível a inquietude dos profissionais de saúde na atuação clínica e a dificuldade enfrentada no processo de tomada de decisão, em que casos de origem e finitude de vida causam mais aflição e atritos. Observa-se que dois aspectos da clínica muito difíceis para profissionais e equipes de saúde são a comunicação de más notícias e o momento de estabelecer cuidados paliativos principalmente quando existe desrespeito à confidencialidade, autonomia do paciente e omissão da verdade (ALCÂNTARA, 2020).

Para Barbosa (2011), é importante que a equipe norteadora do cuidado aos indivíduos sob cuidados paliativos se responsabilize pela

comunicação das más notícias à família e ao paciente, ajudando-os a tomar decisões significativas no processo de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ética dentro da medicina acaba tendo uma linha muito tênue entre o que cada um acredita, mas deve-se lembrar que o tratamento é feito, acima de tudo, para o bem-estar e melhor desfecho do quadro do paciente. Qualquer outra coisa pode vir em segundo lugar (LAGOEIRO, 2016).

Na medicina, não existem respostas prontas. Não existe alguém para lhe dizer o que fazer a todo o tempo. Existe, porém, a necessidade de buscar sempre o melhor para o paciente, bem como para a sociedade de modo geral (PINHEIRO, 2020).

Os dilemas éticos enfrentados em situações de terminalidade por profissionais de saúde levam a refletir sobre diversos cuidados necessários ao processo de morte. Exemplos desses cuidados são a comunicação integrada entre profissional, paciente e familiares, o dever de informar sempre a verdade e a necessidade de compreender renúncias, descontinuações e recusa de tratamentos (ALCÂNTARA, 2020).

Portanto, o médico, assim como do Dr. E.C.G., do caso apresentado, deve atuar de forma profissional, prestando informações verídicas e realistas aos pacientes, assim, conferindo clareza, objetividade e confiança às relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCMED, 2020. **Pacientes terminais - como caracterizar a doença terminal**. Disponível em: <<https://www.abc.med.br/p/1383143/pacientes-terminais-como-caracterizar-a-doenca-terminal.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ALCÂNTARA, A. **Dilemas Éticos em Cuidados Paliativos: Revisão de Literatura**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, BrasilRev. Bioét. vol.28 no.4 Brasília Out./Dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/Nb4RkLxvwRvCTPzVzWvhDdN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BARBOSA, C.N.M. **Atribuições Oficiais da Equipe Saúde da Família em Relação aos Pacientes Fora de Possibilidades Terapêuticas**. UFMG, 2011. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2729.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

LAGOEIRO, B. **Ética, Crença e Vida: Dilemas da Profissão Médica**. Outubro de 2016. Disponível em: <<https://pebmed.com.br/etica-crenca-e-vida-dilemas-da-profissao-medica/#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20%C3%A9tica%20dentro%20da,p>>.

ode%20vir%20em%20segundo%20lugar.Acesso em Junho de 2022.

NEVES, F.B.; NOGUEZ, P.T.; GUIMARÃES S.R.L; MUNIZ, R.M;PINTO,B.K.
Decisões Contraditórias: Motivos Que Levam o Familiar Cuidador a Omitir o Diagnóstico De Câncer. Rev enferm UFPE online., Recife, 11(2):591-600, fev., 2017 Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11978/14530>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

PARREIRA, B.C. **Problemas e Dilemas Éticos no Estudante de Medicina nos Cuidados de Saúde.** Faculdade Medicina Lisboa, Junho de 2018.Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/41893/1/BeatrizCParreira.pdf>>. Acesso em junho de 2022.

PINHEIRO, J. **Ética médica: dilemas e conciliações.** Sanar. Junho, 2020. Disponível em: <<https://www.sanarmed.com/etica-medica-dilemas-e-conciliacoes-colunistas.>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

Gabriel Kiomi Sopran Ogatha

Fisioterapeuta pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP;
Pós-Graduando em Fisioterapia Hospitalar pelo Hospital das Clínicas de Botucatu – HCFMB;
Mestrando pelo Programa de Cirurgia e Medicina Translacional da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

Ronny Rodrigues Correia

Fisioterapeuta; Especialista em Terapia Intensiva;
Mestrado e Doutorado em Cirurgia e Medicina Translacional, pela Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB;
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP;
Professor colaborador do Mestrado Profissional Associado à Residência Medicina – MEPAREM.
Professor do curso de fisioterapia da Universidade Metodista de Piracicaba.

RESUMO

A Síndrome da Dor Femoropatelar tem uma incidência grande, afetando 22 a cada 1.000 pessoas por ano, sendo sua grande maioria mulheres jovens praticantes de atividades físicas e até mesmo sedentárias que apenas realizam atividades diárias. O objetivo da seguinte revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados, é investigar se há efetividade e eficácia de diferentes abordagens de tratamentos fisioterapêuticos na dor femoropatelar em indivíduos do sexo feminino. Para isto, foi utilizado o banco de dados *PEDro* para pesquisa nos registros, buscando uma qualidade metodológica com nota alta (≥ 7) e moderada (4 a 6). Foram encontrados 197 registros no banco de dados, onde 56 foram excluídos por serem revisões de literatura, restando 141 e após a aplicação dos critérios de elegibilidade, restaram 7 artigos para revisão. Dessa forma, foi possível identificar que diferentes abordagens são eficazes no tratamento da Síndrome da Dor Femoropatelar, todavia, mais estudos precisam ser realizados acerca da melhora na força muscular.

Palavras-chave: Síndrome Femoropatelar; dor; mulheres; revisão de literatura; ensaio clínico.

INTRODUÇÃO

A Síndrome da Dor Femoropatelar (SDFP) é uma patologia que afeta a articulação do joelho, sendo uma condição musculoesquelética. A sintomatologia da SDFP leva a uma dor na região anterior do joelho e/ou retro

patelar, quando a carga é exercida na musculatura extensora de joelhos que comumente se manifesta ao andar de bicicleta, subir ou descer escadas, agachar, correr etc. Devido a isso, essa condição pode levar a diminuição da força muscular, dor neuropática e hiperalgesia mecânica generalizada com modulação da dor prejudicada; tudo isso pode acarretar uma situação de cinesiofobia e função sensorio-motora prejudicada (CALLAGHAN *et al.*, 2012; VAN DER HEIDJEN *et al.*, 2015; MARTIMBIANCO *et al.*, 2017).

A incidência de “dor anterior no joelho”, conhecida como dor femoropatelar (DFP) ou a SDFP é grande e atinge 22 a cada 1.000 pessoas por ano, em sua grande maioria mulheres (PETERSEN *et al.*, 2013). Sendo uma disfunção do joelho prevalente entre jovens e indivíduos praticantes de atividade física, e é possível notar em mulheres que são sedentárias, onde só realizam atividades diárias (FUKUDA *et al.*, 2010), tornando-se a maior causa de dor na região anterior do joelho em mulheres jovens praticantes de esportes sem alterações patológicas na cartilagem articular (SUTLIVE *et al.*, 2018; PETERSEN *et al.*, 2013).

A patela é o maior osso sesamoide do corpo que fica acima do sulco troclear no terço distal do fêmur conectado pelo tendão do quadríceps fixando na parte proximal; e distal como tendão patelar. Dessa forma, a biomecânica do quadríceps é diretamente relacionada com a dinâmica de estabilização da articulação patelofemoral, onde os tendões dos músculos reto femoral, vasto intermédio, vasto lateral e vasto medial são unidos como um só (5 cm a 8 cm acima da patela), assim, fixando-se a borda superior na região proximal da patela. Ademais, o tendão patelar tem em média 4,6 cm e se insere na tuberosidade anterior da tíbia, levemente lateralizado em relação ao eixo da tíbia. Isso ocorre porque separa a parte posterior do tendão patelar da membrana sinovial da articulação, da gordura de Hoffa, o qual separa o tendão da tíbia distalmente (SHERMAN *et al.*, 2014).

Medialmente, os estabilizadores da patela são o músculo vasto medial oblíquo (VMO), o ligamento femoropatelar medial (LFPM) e ligamento patelotibial medial e o retináculo medial. O VMO tem grande importância em sua mecânica porque é o principal estabilizador da patela, o qual impede que saia do trilho patelar e se lateralize. Quando há fraqueza no VMO, é possível que tenha uma lateralização da translação da patela de 0° a 15° de flexão. A fraqueza dessa musculatura causa grande instabilidade articular na patela, que num caso de reabilitação de disfunção femoropatelar, o fortalecimento desse músculo é parte vital no tratamento. O LFPM é um estabilizador passivo da translação da patela, que contribui 60% em sua estabilização de 0° a 30° de flexão (SHERMAN *et al.*, 2014).

Lateralmente, a patela é estabilizada por várias camadas, que comumente são divididas em superficial e profunda. A camada superficial é dada pelo retináculo oblíquo lateral, já a profunda é pelas fibras oblíquas e transversas especificamente pelas bandas patelotibiais e epicondilopatelar. O retináculo lateral é um importante estabilizador da translação lateral da patela também, no qual seu enrijecimento é uma causa comum de DFP (SHERMAN *et al.*, 2014).

Além disso, é muito importante citar que o ângulo Q tem grande valor na avaliação do trilho patelofemoral e nas forças patelofemorais. Um ângulo maior que 20° pode resultar em uma grande pressão na patela, se tornando mais propício a lesões (SETH *et al.*, 2014). Em seguida, também é preciso observar a ocorrência de valgo dinâmico que também pode gerar uma lateralização da patela; onde é possível observar em agachamentos unilaterais (PETERSEN *et al.*, 2013).

Pesquisas recentes demonstram que fraqueza na musculatura rotadora externa e abduutora do quadril também podem levar ao quadro de DFP. Isso porque uma fraqueza da musculatura dos músculos glúteo médio e glúteo máximo podem levar a um aumento do valgo do joelho durante o pouso em um salto ou impacto, existem estudos que demonstram que em mulheres há uma fraqueza maior em abdutores de quadril, em relação a indivíduos do sexo masculino (PETERSEN *et al.*, 2013; BRENT *et al.*, 2008).

Adiante, é constatado que um desequilíbrio na relação da musculatura adutora e rotadora interna com a abduutora e rotadora externa, leva a uma rotação medial do joelho, abdução da tíbia e pronação do pé, o que resulta num valgo dinâmico exacerbado. Dessa forma, o valgo dinâmico é diretamente associado a fraqueza e/ou desequilíbrio da musculatura que envolve a articulação do quadril como um todo, que pode resultar inclusive em rompimento de ligamento cruzado anterior (LCA), e disfunções femoropatelares, porém, estes estudos não revelam esse tipo de evidência em homens, somente em mulheres (EMAMVIRDI *et al.*, 2019; PETERSEN *et al.*, 2013).

Além disso, não é possível falar de disfunções do joelho sem citar a articulação tibiofemoral e a relação do movimento do fêmur com a patologia. O fêmur em sua articulação proximal é esferoide e distalmente classificada como gínglimo. Essa configuração permite uma estabilidade óssea muito boa no quadril, mas que depende diretamente de um complexo numeroso de músculos para estabilidade dinâmica e criar movimento. Então, ao recrutar a musculatura por exemplo, para caminhar, há um grande uso de flexores de quadril, adutores e rotadores internos, sendo adutores e rotadores internos os mais recrutados (POWERS *et al.*, 2012).

Por consequência ao ter uma descarga de peso, os músculos rotadores internos e adutores podem afetar a cinemática de todo o membro inferior. Para ser mais exato, os adutores e rotadores internos de quadril podem fazer o centro da articulação do joelho se mover em direção proximal quando relacionado ao pé que está fixado ao chão. Desse modo, a tíbia é forçada a abduzir e o pé a pronar, resultando num valgo dinâmico, o qual mostra uma relação com a diminuição da força muscular e contribui para disfunções patelofemorais e lesões de Ligamento Cruzado Anterior (POWERS *et al.*, 2012).

A etiologia da SDFP tem causa multifatorial. Por conta disso, a causa dessa patologia tem de ser analisada de forma holística para que possa ser tratada a causa e não leve a esse quadro novamente. Tudo isso porque a dor anterior no joelho pode se tornar um ciclo vicioso, no qual um pé em eversão

e um desequilíbrio na musculatura do quadril podem levar a um grau de valgo dinâmico, desequilibrando a musculatura do quadríceps (principal estabilizador), e do trato iliotibial, levando a um desalinhamento do trilho patelar que causa estresse e sobrecarga na patela e retináculo, resultando em SDFP (PETERSEN *et al.*, 2013; DOS ANJOS RABELO *et al.*, 2017).

Portanto, é possível notar que disfunções na musculatura do quadril, o mau alinhamento patelar e o aumento do estresse patelofemoral são os principais fatores biomecânicos associados à DFP. Entretanto, não é comum estudos realizados acerca do resultado do fortalecimento da musculatura do quadril como um todo, incluindo rotadores internos adutores e flexores de quadril (LACK *et al.*, 2015; NASCIMENTO *et al.*, 2018; WILLY *et al.*, 2019). Sendo assim, é de suma importância olhar mais a fundo na literatura para analisar se isso acelera a melhora do paciente no tratamento, tanto na dor, na função e na biomecânica que leva a DFP.

OBJETIVO

O objetivo da seguinte revisão de literatura é investigar se há efetividade e eficácia de diferentes abordagens de tratamentos fisioterapêuticos na SDFP em indivíduos do sexo feminino.

METODOLOGIA

Uma revisão de literatura é caracterizada por suprimir dúvidas acerca de determinado assunto a partir de pesquisas em artigos científicos com base de dados confiáveis (GIL, 2010). Para isso, foi utilizada a base de dados eletrônica PEDro, buscando a palavra-chave: *patellofemoral pain syndrome*.

Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram estudos publicados a partir de 2010, apenas ensaios clínicos randomizados em mulheres, sendo eles, artigos publicados na íntegra com processo de alocação e randomização. A partir disso, esses estudos deveriam comparar terapias de exercícios de fortalecimento muscular com um grupo controle (que não recebe tratamento ou placebo), comparações de exercícios ou tratamentos conservadores (eletroterapia e/ou órtese) com qualidade metodológica alta (≥ 7) e moderada (4 a 6). Além disso, as medidas devem estar associadas a dor, funcionalidade ou melhora de dor relatada pelos pacientes (VERHAGEN *et al.*, 1998).

Os critérios de exclusão foram: estudos de caso, revisões de literatura, artigos publicados antes de 2010, não comparação do grupo caso versus o controle, não utilização das medidas para avaliação, conter homens, não ter alocação secreta dos grupos, publicações que não estivessem em inglês, não possuísem o texto completo e/ou resumo indisponível; além disso estudos que mostrassem intervenções invasivas, cirurgia e/ou terapia com fá

rmacos e uma baixa qualidade metodológica (≥ 3). Além desses, Van der Heidjen et al. (2017), propõe excluir os que apresentam alguma doença prévia, tais como: tendinites, neuromas, patologia intra-articular (incluindo osteoartrite), artrite reumatoide, lesões traumáticas em ligamentos, rupturas meniscais, síndrome de *Hoffa*, síndrome de *Osgood Schlatter*, síndrome de *Sinding-Larsen-Johansson*, síndromes de plica, síndrome de atrito da banda iliotibial e patologias mais raras. Por fim, a qualidade metodológica foi avaliada a partir dos critérios de elegibilidade da escala *PEDro* (Figura 1).

Figura 1 – Escala *PEDro* (em português)

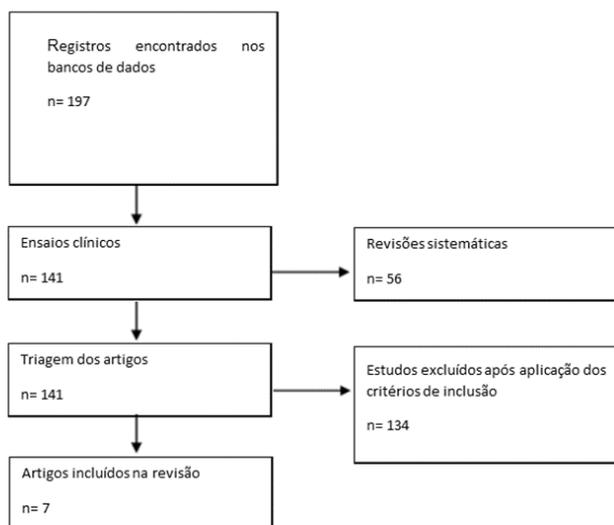
Escala de qualidade <i>PEDro</i> – português (Brasil)
1. Os critérios de elegibilidade foram especificados.
2. Os sujeitos foram aleatoriamente distribuídos por grupos (em um estudo cruzado, os sujeitos foram colocados em grupos, de forma aleatória, de acordo com o tratamento recebido).
3. A alocação dos sujeitos foi secreta.
4. Inicialmente, os grupos eram semelhantes no que diz respeito aos indicadores de prognóstico mais importantes.
5. Todos os sujeitos participaram de forma cega no estudo.
6. Todos os terapeutas que administraram a terapia fizeram-no de forma cega.
7. Todos os avaliadores que mediram pelo menos um resultado-chave fizeram-no de forma cega.
8. Mensurações de pelo menos um resultado-chave foram obtidas em mais de 85% dos sujeitos inicialmente distribuídos pelos grupos.
9. Todos os sujeitos a partir dos quais se apresentaram mensurações de resultados receberam o tratamento ou a condição de controle conforme a alocação ou, quando não foi esse o caso, fez-se a análise dos dados para pelo menos um dos resultados-chave por "intenção de tratamento".
10. Os resultados das comparações estatísticas intergrupos foram descritos para pelo menos um resultado-chave.
11. O estudo apresenta tanto medidas de precisão como medidas de variabilidade para pelo menos um resultado-chave.

RESULTADOS

Dentro do banco de dados eletrônico *PEDro*, foram encontrados 197 registros; onde 56 foram excluídos por serem revisões de literatura. Dessa forma, restaram 141 nos quais os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados a partir da leitura do título e resumo dos registros, restando 7 artigos como demonstra a Figura 2. Essa pesquisa nos registros foi realizada no

período de fevereiro de 2022 a junho de 2022.

Figura 2 - Diagrama de fluxo de acesso e seleção dos estudos excluídos e incluídos adaptado de (Stovold *et al.*, 2014).



Os seis artigos incluídos tiveram sua qualidade metodológica avaliada pela escala *PEDro*. A partir disso, todos os estudos tiveram realocação aleatória para randomizar os indivíduos em cada grupo e alocação oculta dos sujeitos em cada grupo. Além disso, ao avaliar a qualidade, os artigos possuem nota maior ou igual a 7, sendo apenas artigos de alta qualidade metodológica. A Tabela 1 demonstra de forma resumida os resultados da avaliação metodológica.

Tabela 1 - Avaliação de verificação de qualidade metodológica.

Autor	Critérios											Qualidade Metodológica
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	
Saad <i>et al.</i> , 2018	N	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	7/10
Fukuda <i>et al.</i> , 2010	S	S	S	S	N	N	S	S	N	S	S	7/10
Fukuda <i>et al.</i> , 2012	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Almeida <i>et al.</i> , 2021	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	7/10
Baldon <i>et al.</i> , 2014	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	7/10
Emanvirdi <i>et al.</i> , 2019	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	7/10
Motealleh <i>et al.</i> , 2019	S	S	S	S	N	N	S	S	N	S	S	7/10

I= critérios de elegibilidade, II= Alocação aleatória, III= Alocação oculta, IV= Comparabilidade de linha de base, V= Assuntos cegos, VI=Terapeutas cegos, VII= Avaliadores cegos, VIII= Acompanhamento adequado, IX= Análise da intenção de tratar, X= Comparações entre grupos, XI= Estimativas pontuais e variabilidade. (Nota: O item dos critérios de elegibilidade não contribui para a pontuação total). S= sim, N= não.

Tamanho da Amostra

A amostra total de participantes foi de 311 indivíduos do sexo feminino, com idades entre 18 e 40 anos.

Participantes

Para que os estudos fossem possíveis, foram necessários que todos os participantes tivessem DFP ou SDFP, com base nos sintomas clínicos onde os sintomas duram ≥ 8 semanas e ≥ 12 semanas. A amostra também variou de trinta e um a setenta indivíduos com idade entre 18 e 40 anos. A Tabela 2 demonstra um resumo dos critérios de diagnóstico de elegibilidade.

Tabela 2 - Critérios de diagnóstico de elegibilidade.

Artigo	Amostra	Sintomas	Duração dos sintomas	Dor provocada por atividades funcionais
Saad <i>et al.</i> , 2018	40 Atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral	Dor anterior no joelho com intensidade ≥ 3 na Escala Visual Analógica (EVA)	≥ 12 semanas	Subir e descer escadas, correr, ajoelhar, agachar, sentar ou saltar por longos períodos
Fukuda <i>et al.</i> , 2010	70 Mulheres com diagnóstico de SDFP	Dor anterior no joelho	≥ 12 semanas	Subir e descer escadas, correr, ajoelhar, agachar, sentar ou saltar por longos períodos
Fukuda <i>et al.</i> , 2012	54 mulheres com SDFP	Dor anterior no joelho	≥ 12 semanas	Subir e descer escadas, correr, ajoelhar, agachar,

				sentar ou saltar por longos períodos
Almeida <i>et al.</i> , 2021	52 atletas recreativas do sexo feminino com DFP	Dor anterior no joelho ≥ 3 na EVA ou ≤ 86 pontos na Escala de Dor Anterior no Joelho (AKPS)	≥ 12 semanas	Subir e descer escadas, correr, ajoelhar, agachar, sentar ou saltar por longos períodos, contração isométrica do quadríceps
Baldon <i>et al.</i> , 2014	31 atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral	Dor anterior no joelho ≥ 3 na Escala Visual Analógica (EVA)	≥ 8 semanas	Subir e descer escadas, correr, ajoelhar, agachar, sentar ou saltar
Emamvirdi <i>et al.</i> , 2019	64 jogadoras de vôlei amador	Dor anterior no joelho ≥ 3 na Escala Visual Analógica (EVA)	≥ 8 semanas	Subir e descer escadas, correr, ajoelhar, agachar, sentar ou saltar por longos períodos
Motealleh <i>et al.</i> , 2019	28 mulheres com SDFP unilateral	Dor anterior no joelho ≥ 3 na Escala Visual Analógica (EVA)	≥ 8 semanas	Subir e descer, agachar, ajoelhar, saltar ou correr

Intervenções

Nos artigos foram encontrados vários tipos de exercícios, sendo eles: fortalecimento de quadril, fortalecimento de joelho, fortalecimento de quadril e joelho, alongamentos, fortalecimento da musculatura ântero-medial do quadril, fortalecimento da musculatura póstero-lateral do quadril, treino neuromuscular, treinamento de estabilização funcional, Instrução de Controle de Valgo (ICV) e nenhuma intervenção.

Para avaliar os resultados, foram utilizadas seguintes medidas: os testes de salto unipodal, cruzado e triplo; dor ao descer degrau, agachamento unipodal, testes de força Escala Visual Analógica (EVA), Escala de Dor Anterior no Joelho (AKPS), sistema de avaliação de vídeo, dinamômetro portátil, Escala Funcional dos Membros Inferiores (LEFS), Escala Numérica de 11 pontos de dor (NPRS), Escala Numérica da Dor (END), Escala de Avaliação de Mudança Global (GRS), Escala de Percepção Global (GPE), *Y balance test* e o questionário Kujala.

Cada intervenção variou de quatro a oito semanas com média de três intervenções por semana, no qual a Tabela 3 demonstra de forma mais detalhada as individualidades de cada artigo, com tamanho da amostra, protocolo de intervenções entre os grupos, frequência e métodos de avaliação.

Tabela 3 – Diferentes tipos de intervenções e dados epidemiológicos

Artigo	Amostra	Intervenções	Frequência/ Período	Ferramentas de avaliação
--------	---------	--------------	---------------------	--------------------------

Saad <i>et al.</i> , 2018	40 Atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral	Grupo de fortalecimento do quadríceps Grupo de fortalecimento de quadril Grupo de alongamentos Grupo controle	2x por semana durante 8 semanas	Escala Visual Analógica (EVA) Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS) Sistema de câmera de vídeo <i>Qualisys® Pro-Reflex</i> Dinamômetro portátil
Fukuda <i>et al.</i> , 2010	70 Mulheres com diagnóstico de SDPF	Exercício de joelho Exercício de joelho e quadril Grupo controle	3x por semana durante 4 semanas	Escala Numérica de 11 Pontos de Dor (NPRS) Escala Funcional dos Membros Inferiores (LEFS) Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS) Teste de salto unipodal
Fukuda <i>et al.</i> , 2012	54 mulheres com SDPF	Exercício de joelho Exercício de joelho e quadril	3x por semana durante 4 semanas	Escala Numérica de 11 Pontos de Dor (NPRS) Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS) Escala Funcional dos Membros Inferiores (LEFS) Teste de salto unipodal
Almeida <i>et al.</i> , 2021	52 atletas recreativas do sexo feminino com DFP	Grupo fortalecimento da musculatura ântero-medial do quadril (AMHG) Grupo de fortalecimento da musculatura póstero-lateral do quadril (PLHG)	2x por semana durante 6 semanas	Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS) Escala Numérica da Dor (END) Câmera digital usando o <i>Kinovea® Video Editor program</i> para acessar o ângulo de projeção do plano frontal Dinamômetro portátil <i>Lafayette®</i>

				<i>Instrument Company</i> Escala de Percepção Global (GPE)
Baldon <i>et al.</i> , 2014	31 atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral	Treinamento Padrão Treinamento de estabilização funcional	3x por semana durante 8 semanas	Escala Visual Analógica (EVA) Escala Funcional dos Membros Inferiores (LEFS) Escala de Avaliação de Mudança Global (GRC) <i>MotionMonitor software</i>
Emamvirdi <i>et al.</i> , 2019	64 jogadoras de vôlei amador	Grupo de ICV Grupo controle	3x por semana durante 6 semanas	Escala Visual Analógica (EVA) Teste de salto unipodal, teste de salto triplo, teste de salto cruzado, teste de salto unipodal de 6 minutos Câmera digital <i>Canon Vixia HF R4</i> <i>Kinovea® Software v0.8.15</i> Dinamômetro
Motealleh <i>et al.</i> , 2019	28 mulheres com SDFP unilateral	Grupo com exercícios de fisioterapia Grupo de exercícios de fisioterapia e treino neuromuscular	1 a 3 sessões por dia durante 4 semanas	Escala Visual Analógica (EVA) Questionário Kujala <i>Y balance test</i> Teste de descer o degrau

Tabela 4 - Apresentação dos objetivos e conclusões individuais de cada estudo.

Autor/Ano	Objetivo	Conclusão
Saad <i>et al.</i> , 2018	Avaliar o efeito de três tipos de intervenção no exercício em pacientes com dor patelofemoral e verificar as contribuições de cada intervenção para controle da dor, função e cinemática dos membros inferiores.	Exercícios de fortalecimento do quadril não foram mais eficazes na dor e função em comparação com exercícios de quadríceps ou exercícios de alongamento em mulheres com DFP.

Fukuda <i>et al.</i> , 2010	Investigar a influência de fortalecimento do abdutor e rotador lateral do quadril musculatura na dor e função de mulheres sedentárias com síndrome da dor patelofemoral (SDPF).	Os programas de reabilitação com foco em exercícios de fortalecimento do joelho e exercícios de fortalecimento do joelho complementados por exercícios de fortalecimento do quadril foram eficazes em melhorar a função e reduzir a dor em mulheres sedentárias com SDPF.
Fukuda <i>et al.</i> , 2012	Determinar se a adição de exercícios de fortalecimento do quadril a um programa convencional de exercícios de joelho produz melhores resultados a longo prazo do que os exercícios convencionais de joelho sozinhos em mulheres com síndrome da dor femoropatelar (SDFP).	Os resultados demonstraram que exercícios de alongamento e fortalecimento de joelhos complementados com exercícios de fortalecimento da musculatura pósterolateral do quadril foram mais efetivos que os exercícios somente para joelho, melhorando a função a longo prazo e reduzindo a dor em pacientes com SDFP.
Almeida <i>et al.</i> , 2021	Comparar a eficácia da adição de fortalecimento da musculatura ântero-medial versus posterolateral do quadril ao fortalecimento do joelho em mulheres com dor femoropatelar (DFP).	Ambos os grupos apresentaram melhora nas medidas primárias; no entanto, não foram encontradas diferenças entre os grupos na intensidade e função da dor em seis semanas e nas medidas secundárias. A interação grupo x tempo encontrou ganhos superiores na força abdução no PLHG e aumento na força dos adutores e rotadores internos no AMHG.
Baldon <i>et al.</i> , 2014	Comparar os efeitos do treinamento de estabilização funcional versus treinamento padrão em dor e função do joelho, cinemática dos membros inferiores e tronco, resistência muscular do tronco e força muscular excêntrica de quadril e joelho em mulheres com DPF.	Um programa de intervenção que consiste em exercícios de fortalecimento muscular do quadril e controle de movimento de membro inferior e tronco é mais benéfico para melhorar a dor, função física, cinemática e força muscular quando comparado a um programa que consiste apenas em exercícios de fortalecimento do quadríceps.
Emamvirdi <i>et al.</i> , 2019	Investigar se a Instrução de Controle de Valgo (ICV) traz uma mudança positiva na dor, torque excêntrico em músculos do quadril e performance em pacientes femininas com Síndrome da Dor Patelofemoral (SDPF).	Os programas de reabilitação e prevenção da SDPF devem considerar exercícios ICV para diminuir a dor, melhorar força e aumentar o desempenho funcional dos atletas.
Motealleh <i>et al.</i> , 2019	Determinar os efeitos do treinamento neuromuscular do CORE na dor, equilíbrio e desempenho em mulheres com síndrome da dor femoropatelar (SDPF).	Para o grupo de participantes estudados, um treinamento neuromuscular básico de 4 semanas mais exercícios de fisioterapia de rotina foi mais eficaz do que exercícios de fisioterapia de rotina sozinhos para melhorar a dor, o equilíbrio e o desempenho funcional em indivíduos com SDPF.

Representações de Meta-Análise

Figura 3 - Representação de meta-análise comparando a melhora ou piora subjetiva da dor em relação EVA quando comparando a AKPS, nota-se que houve uma diferença estatisticamente significativa a favor da EVA em relação a AKPS, mostrando que houve similaridade da percepção da dor em paciente pré-tratamento fisioterapêutico.

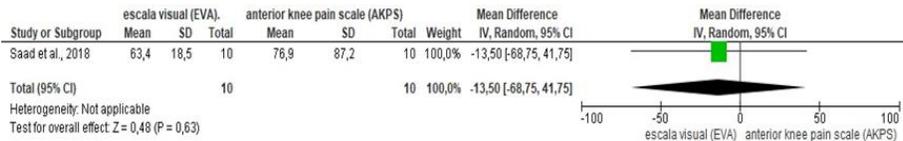
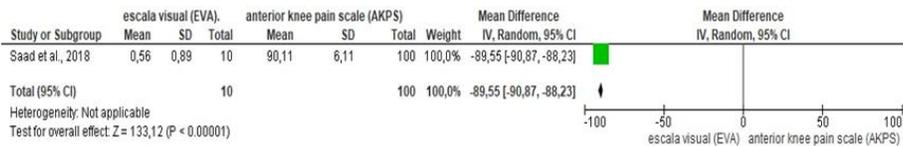


Figura 4 - Representação de meta-análise comparando a melhora ou piora subjetiva da dor em relação EVA quando comparando a AKPS, nota-se que houve uma diferença estatisticamente significativa a favor da EVA em relação a AKPS, mostrando que houve melhora da percepção da dor em paciente pós-tratamento fisioterapêutico.



DISCUSSÃO

A partir desses resultados foi possível observar que os tratamentos direcionados a quadril e joelhos junto de outras terapias aceleram o processo de tratamento, pois é possível encontrar uma relação direta entre a orientação do valgo dinâmico e um momento de compressão da articulação femoropatelar (AFP) (WAITEMAN *et al.*, 2018).

Muitas intervenções clínicas para o tratamento de DFP são direcionadas somente ao alinhamento patelar e sua mecânica, não levando em consideração que muitos autores demonstraram que a AFP tem relação com movimentos anormais de quadril porque leva a movimentos excessivos do fêmur tanto no plano frontal quanto no transversal. Além disso, foi frequentemente encontrado em mulheres com DFP uma fraqueza significativa em rotadores laterais e abdutores de quadril, sendo eles os músculos: sartório, glúteos médio e máximo, gêmeos superior e inferior, piriforme, quadrado femoral e obturadores internos e externos (FUKUDA *et al.*, 2010).

Testes como hop test e suas variações, agachamentos unipodais e descer escadas, são tarefas no qual desencadeiam de forma exacerbada o

movimento de valgo dinâmico. Esse tipo de exercício é muito presente nas atividades de vida diária, como na prática de esportes. Sendo assim, Borin et al. (2017) demonstra que fraqueza de glúteo médio com o tronco ereto faz com que o atleta pouse em um salto vertical, aumentando o torque da musculatura extensora de joelho. Portanto, a angulação de flexão do joelho e quadril influenciam diretamente na sobrecarga da articulação do joelho.

Num estudo de Almeida et al. (2021), ao exercitar a musculatura pósterio-lateral do quadril, há um aumento de sua força muscular melhorando a estabilização e conseqüentemente diminuindo o valgo dinâmico, sendo relacionado também com exercícios da musculatura ântero-medial do quadril, fazendo com que haja um equilíbrio muscular dessa região. Isso porque o glúteo máximo e as fibras posteriores do glúteo médio podem controlar de forma excêntrica o excesso de rotação interna do quadril (BORIN et al., 2017).

Um estudo de Dolak et al. (2011), que isolou um grupo apenas com exercícios para quadril e outro somente para quadríceps. O grupo com exercícios somente para o quadril, a partir da EVA, teve sua dor diminuída em 43% em 4 semanas e o de quadríceps apenas 3%. Isso porque o autor acredita que os exercícios somente para quadríceps, pode ter promovido uma má função dos extensores de joelho ou irritado mais ainda a AFP por conta de força excessiva e pressão durante os exercícios. Ou seja, a dor se dissipa de forma mais rápida e não estressa tanto a AFP.

O estudo realizado por Saad et al. (2018) que dividiu quarenta participantes femininas em quatro grupos com três tipos de intervenções diferentes (fortalecimento de quadríceps, fortalecimento de quadril e alongamentos) e um placebo, demonstrou que que não houve uma diferença entre o fortalecimento de quadril em relação aos grupos de fortalecimento de quadríceps e alongamento. Todavia, estudos realizados previamente e posteriormente demonstraram que os exercícios que são complementados por fortalecimento do CORE e quadril são mais efetivos que condutas que visam somente o quadríceps, melhorando sua função e a dor dos pacientes (FUKUDA et al., 2010; FUKUDA et al., 2012; MOTÉALLEH et al., 2019).

O que se sabe é que mulheres são mais propensas as desvantagens mecânicas, causadas por diminuição da força do quadríceps, abdutores e rotadores externos de quadril. Isso leva a alterações na cinemática na prática de atividades dinâmicas da vida diária, pois aumenta a rotação interna de quadril e aumento ângulo Q. É possível concluir que mulheres são mais predispostas a ter SDFP (CORREIA et al., 2019).

Apesar do debate acerca da musculatura do quadril afetar a cinemática por fraqueza muscular ou controle motor alterado, ambos os aspectos devem ser levados em consideração na prática clínica (POWERS et al., 2012). Isso por que a musculatura do quadril afeta diretamente no movimento das extremidades (BORIN et al., 2017). Portanto, fortalecer a musculatura do quadril irá ajudar as articulações coxofemoral e tibiofemoral em sua biomecânica correta em mulheres, principalmente por suas desvantagens mecânicas, diminuindo movimentos anormais, como o valgo dinâmico e estresse da AFP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa revisão de literatura foi possível encontrar evidências de alta qualidade que demonstram que o fortalecimento muscular de quadril, joelho e *CORE* podem trazer uma melhora importante e dissipação precoce da dor, assim como uma melhora da funcionalidade em indivíduos do sexo feminino com SDFP, do que só exercícios focados em joelho. Portanto, diferentes abordagens são eficazes no tratamento, todavia, mais estudos precisam ser realizados acerca da melhora na força muscular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gabriel Peixoto Leão et al. **Anteromedial Versus Posterolateral Hip Musculature Strengthening With Dose-Controlled In Women With Patellofemoral Pain: A Randomized Controlled Trial**. *Physical Therapy in Sport*, v. 49, p. 149-156, 2021.

BALDON, Rodrigo De Marche et al. **Effects of Functional Stabilization Training On Pain, Function, And Lower Extremity Biomechanics In Women With Patellofemoral Pain: A Randomized Clinical Trial**. *Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy*, v. 44, n. 4, p. 240-A8, 2014.

BORIN, S. H. et al. **Effects of Hip Muscle Strengthening Program on Functional Responses of Athletes Submitted to Reconstruction of the Anterior Cruciate Ligament**. *Journal of Exercise Physiology Online*, v. 20, n. 3, 2017.

BRENT, Jensen L. et al. **A Longitudinal Examination of Hip Abduction Strength in Adolescent Males and Females: 731. May 29 9:45 AM -10:00 AM**. *Medicine & Science in Sports & Exercise*, v. 40, n. 5, p. S50-s51, 2008.

CALLAGHAN, Michael J.; SELFE, James. **Patellar Taping For Patellofemoral Pain Syndrome In Adults**. *The Cochrane Library*, v. 2012, n. 4, p. 1-41, 2012.

CORREIA, Ronny Rodrigues, et al. **"Efetividade e Eficácia em Diferentes Modalidades de Exercícios no Tratamento da Síndrome da Dor Patelofemoral: Revisão Sistemática de Ensaios Clínicos Randomizados."**. *Epitaya E-books 1.12 (2022): 11-30*.

DOLAK, Kimberly L. et al. **Hip Strengthening Prior To Functional Exercises Reduces Pain Sooner Than Quadriceps Strengthening In Females With Patellofemoral Pain Syndrome: A Randomized Clinical Trial**. *Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy*, v. 41, n. 8, p. 560-570, 2011.

DOS ANJOS RABELO, Nayra Deise; LUCARELI, Paulo Roberto Garcia. **Do Hip Muscle Weakness and Dynamic Knee Valgus Matter for The Clinical Evaluation and Decision-Making Process in Patients With Patellofemoral Pain?** *Brazilian Journal of Physical Therapy*, v. 22, n. 2, p. 105-109, 2018.

EMAMVIRDI, Mahsa; LETAFATKAR, Amir; KHALEGHI TAZJI, Mehdi. **The effect of Valgus Control Instruction Exercises On Pain, Strength, And Functionality In Active Females With Patellofemoral Pain Syndrome**. *Sports Health*, v. 11, n. 3, p. 223-237, 2019.

FUKUDA, Thiago Yukio et al. **Short-term Effects Of Hip Abductors And Lateral Rotators Strengthening In Females With Patellofemoral Pain Syndrome: A Randomized Controlled Clinical Trial.** Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy, v. 40, n. 11, p. 736-742, 2010.

FUKUDA, Thiago Yukio et al. **Hip Posterolateral Musculature Strengthening In Sedentary Women With Patellofemoral Pain Syndrome: A Randomized Controlled Clinical Trial With 1-year Follow-up.** Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy, v. 42, n. 10, p. 823-830, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.184

LACK, Simon et al. **Proximal Muscle Rehabilitation Is Effective For Patellofemoral Pain: A Systematic Review With Meta-Analysis.** British Journal of Sports Medicine, v. 49, n. 21, p.1365-1376, 2015.

MARTIMBIANCO, Ana Luiza C. et al. **Neuromuscular Electrical Stimulation (NMES) For Patellofemoral Pain Syndrome.** The Cochrane Library, 2017.

NASCIMENTO, Lucas R. et al. **Hip and Knee Strengthening Is More Effective Than Knee Strengthening Alone For Reducing Pain And Improving Activity In Individuals With Patellofemoral Pain: A Systematic Review With Meta-Analysis.** Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy, v. 48, n. 1, p.19-31, 2018.

PETERSEN, Wolf et al. **Patellofemoral Pain Syndrome.** Knee Surgery, Sports Traumatology, Arthroscopy, v. 22, n. 10, p.2264-2274, 2014.

POWERS, Christopher M. **The Influence Of Abnormal Hip Mechanics On Knee Injury: A Biomechanical Perspective.** Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy, v. 40, n. 2, p.42-51, 2010

SAAD, Marcelo Camargo et al. **Is Hip Strengthening The Best Treatment Option For Females With Patellofemoral Pain? A Randomized Controlled Trial Of Three Different Types Of Exercises.** Brazilian Journal of Physical Therapy, 2018.

SHERMAN, Seth L.; PLACKIS, Andreas C.; NUELLE, Clayton W. **Patellofemoral Anatomy and Biomechanics.** Clinics in Sports Medicine, v. 33, n. 3, p.389-401, 2014.

STOVOLD, Elizabeth et al. Study flow diagrams in Cochrane systematic review updates: an adapted PRISMA flow diagram. **Systematic reviews**, v. 3, n. 1, p. 1-5, 2014.

SUTLIVE, Thomas G. et al. **Short-Term Effects of Trigger Point Dry Needling on Pain and Disability in Subjects With Patellofemoral Pain Syndrome.** International Journal of Sports Physical Therapy, v. 13, n. 3, p.462, 2018.

VAN DER HEIJDEN, Rianne et al. **Exercise For Treating Patellofemoral Pain Syndrome.** Cochrane Database of Systematic Reviews, v. 2017, n. 6, 2015.

VERHAGEN, Arianne P. et al. **The Delphi List: A Criteria List For Quality Assessment of Randomized Clinical Trials For Conducting Systematic Reviews developed by Delphi consensus.** Journal of Clinical Epidemiology, v. 51, n. 12, p.1235-1241, 1998.

WAITEMAN, Marina Cabral et al. **Relationship Between Knee Abduction Moment With Patellofemoral Joint Reaction Force, Stress And Self-Reported Pain During Stair Descent In Women With Patellofemoral Pain.** Clinical Biomechanics, v. 59, p.110-116, 2018.

WILLY, Richard W. et al. **Patellofemoral Pain: Clinical Practice Guidelines Linked To The International Classification Of Functioning, Disability And Health From The Academy Of Orthopaedic Physical Therapy Of The American Physical Therapy Association.** Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy, v. 49, n. 9, p.CPG1-CPG95, 2019.

Sobre o Organizador

Prof. Dr. Bruno Matos de Farias



Doutor em Desenvolvimento Local (Ciências Ambientais), Mestre em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Especialização em Docência OnLine: Tutoria em EAD pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Editor chefe na Editora Epitaya. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, com ênfase em Construção Civil, atuando principalmente no seguinte tema: Autovistoria Predial, Perícia e Assistência Técnica. Especialista em Registros de Patentes, Marcas e Programas de Computador. Professor Auxiliar na Universidade Estácio de Sá (UNESA) no Curso de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil. Professor

Auxiliar na UNISOCIESC no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Organizador de oito livros na área da arquitetura e engenharia, com quarenta e dois capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas, 11 patentes registradas e 7 programas de computador criados.

Link do Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8157069396993825>

Publicação em capítulo de livro

A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.

Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).

Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro

- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.

Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](#) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 



**INOVAÇÃO E PRÁTICAS NA
ABORDAGEM
MULTIDISCIPLINAR**

BRUNO MATOS DE FARIAS


epitaya
Editora

ISBN: 978-65-87809-71-7



9 786587 809717